

# A REVOLUÇÃO EM RUPTURA

TEXTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO | II

estrutura da Aliança Povo-MFA  
do MFA, a Popular e a Gov  
a fase de transição, o aparelho  
progressivamente substituído, do  
(administrativo e financeiro), perm  
trole, fiscal: progressiva

popular  
Comiss  
s orga  
Local  
as A  
s e a



participaçã  
e Distritais por ADU's, na

**MFA**

MFA col  
e Distritais por ADU's, na

1.ª edição, Novembro 1975  
DIABRIL EDITORA, S. C. A. R. L.  
Rua Infanteria 16, 37-A  
Lisboa 3 / Portugal

# A Revolução em Ruptura

TEXTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO | II

Organização e introdução  
de  
ORLANDO NEVES



## INTRODUÇÃO

### I

«Fechamos hoje um período crítico da nossa revolução», afirmou o general Costa Gomes no acto de posse do VI Governo, a que preside o almirante Pinheiro de Azevedo. A «nossa revolução» é, no dizer do Presidente da República, do actual Primeiro-Ministro e, mais ou menos no dizer de todos os representantes do poder político-militar, uma revolução socialista. Ao afirmarem-no, sem dúvida que não ignoram o sentido da expressão: a revolução socialista objectiva-se na liquidação de todas as formas de opressão, na liquidação da exploração do homem pelo homem. Aí se chega através da luta de classes — e no caso da revolução socialista (oposta, por óbvio, à revolução burguesa) com a vitória — a obtenção do poder — das classes sociais «mais desfavorecidas» (para usar expressão cara ao MFA) que o mesmo é dizer do proletariado urbano e rural e seus aliados. Na revolução socialista (ainda obviamente) a substituição da classe dominante — a burguesia — pela classe dominada — o proletariado — é condição sine qua non para que assim se lhe chame.

Neste contexto assume equívoco ou leonino significado outra expressão do Presidente da República no mesmo discurso: «temos de construir um Portugal socialista com dimensão tão ampla que nele caibamos todos os portugueses».

Não recusando ao general Costa Gomes conhecimentos filosófico-políticos, parece-nos tal afirmação

completamente desinserida da teoria-prática de uma revolução socialista. Como decerto o Presidente da República sabe, não é possível conceber uma sociedade socialista com «todos os portugueses». O apelo chauvinista que tal frase pressupõe não tem cabimento em sociedades socialistas. Antes desse conceito há que formular o socialismo, que não aceita patriotismos medievos, românticos ou liberais. Logo, numa sociedade socialista não cabem «todos os portugueses» se portugueses se considerarem os que entendem Portugal como uma sociedade de naturais que buscam a independência nacional e o fim da exploração humana e não aqueles que nasceram em território sob domínio político do Estado português, pertençam eles a que classe social pertençam.

Deste modo, o VI Governo nasce como um compromisso historicamente impossível. Nele participam partidos naturalmente antagónicos (PS, PPD e PCP) que pretenderam camuflar essa colaboração através de formulações programáticas sofismadas de índole geral e não apenas com um único objectivo comum (por exemplo, contra o fascismo, onde a colaboração poderia ser viável).

O VI Governo é o princípio do fim da revolução portuguesa? (e outras perguntas inevitáveis: terá havido alguma vez alguma revolução no processo histórico decorrente do 25 de Abril de 1974? Os chamados avanços da revolução tê-lo-ão sido de facto?, etc.).

O VI Governo é, pelo contrário, o começo da autêntica revolução socialista portuguesa? Quem (partidos e forças) estará interessado realmente numa revolução socialista em Portugal?

Recuemos no tempo.

Poderia parecer que, depois do 11 de Março, o processo revolucionário português alcançara uma dimensão político-ideológica nova. Poderia, consequentemente, admitir-se que, após essa data, a «revolução» portuguesa se encaminhava definitivamente para a única opção lógica: a apropriação colectiva dos meios de produção pelas classes trabalhadoras. Dir-se-ia que a burguesia perdera todas as hipóteses de controlo explorativo — aqui, através da implantação de uma democracia burguesa (isto é, a social-democracia), nas colónias, através de uma viragem autonomista de índole neocolonialista — até porque as massas populares viram naquela data a viabilidade de uma forte tomada de posição no jogo das forças políticas. Até e depois dessa data, o MFA cifrava-se por uma hegemonia das forças progressistas militares que, logicamente, apoiavam as rápidas e fulminantes conquistas posteriores ao 11 de Março e encontravam um apoio indesmentível no proletariado urbano, nos pequenos proprietários e comerciantes, nos intelectuais revolucionários, em certos quadros, etc. O mito MFA acima dos partidos afirmava-se ainda como realidade possível — até porque se dotara de instrumentos críveis: o Conselho da Revolução e o Pacto com os partidos que, parecia, iriam minimizar os jogos eleitoralistas. Iniciava-se a destruição do poder económico, político e cultural da burguesia o que levaria, na fase transitória, à criação basista de uma nova sociedade. Afinal muito pouco do que em teoria se revelava se verificou na prática e isso deveu-se fundamentalmente ao processo eleitoral que, pretendendo evitar-se, não se quis

evitar: todos os partidos se lançaram nele cegamente e nele se arrastou inclusivamente o MFA que não conseguiu manter-se-lhe alheio. Neste jogo, um falso (ou real) dilema quiseram algumas forças expor à sociedade portuguesa: o modelo social-democrata (identificado, ao nível partidário, com o PPD e o PS, discretamente apoiados pelo CDS) e o modelo burocrático (que era atribuído ao PCP). Este dilema haveria de ter reflexos no próprio MFA. Real ou falso ele desviou as forças ditas progressistas do autêntico problema urgente: a destruição do aparelho de Estado fascista e a destruição da contra-revolução que, manobrada pelos fascistas, obtinha inesperados apoios directos ou silenciosos entre os partidos em jogo.

Nesta longa crise que vem desde as infelizes eleições de Abril deste ano, após as quais os partidos vencedores (PS e PPD) quiseram fazer tábua rasa do acordo MFA-Partidos e os partidos vencidos PCP e restante esquerda), conscientes de que defendiam a verdadeira sociedade socialista, estabeleceram uma série de partidas políticas de quase-gabinete para obtenção da condução do processo revolucionário, gerou-se tremenda confusão entre as classes sociais e simultaneamente deu-se o reforço das forças fascistas dentro e fora de muros. Neste confronto as massas populares bastas vezes se sentiram isoladas, confundidas ou traídas.

No seio do MFA também esta luta (de classes) se havia de traduzir. E de Maio a Setembro assistimos ao agudizar dessa luta dentro das FA. Desfeita a ilusória coesão do MFA, lógico seria que se extremassem as posições partidárias. A princípio tudo isso se passou a nível de bastidores e nos dois primeiros meses desta crise esse confronto, que se sabia existente, não

transpirou para o exterior. Até que, a certa altura, ele se expôs nuamente ao povo português. Porque os partidos não encontravam plataformas de entendimento revolucionário, o MFA desagregava-se e dividia-se vindo ao de cima a fragilíssima politização de grande parte daqueles que tinham feito o 25 de Abril de 1974.

Entretanto, certas massas populares, aglutinadas em partidos à esquerda do PCP (este ainda fazendo uma política de equilíbrio entre os jogos de gabinete onde procurava conciliar figuras cupulares de partidos ou militares e o apoio às lutas dos trabalhadores urbanos e rurais (recordemos a reforma agrária no Alentejo), buscavam encontrar o rumo da sua revolução. Identificadas forças ou personalidades militares com forças políticas fácil era de prever a desagregação da aliança — todos queriam um socialismo mas o socialismo de cada um era diferente e, inevitavelmente, tal desagregação conduziria ao início de uma confusão ideológica que arrastou a grave crise económica. Facto de que só a direita se poderia aproveitar — o que fez em pleno, a partir dos primeiros dias de Agosto.

Pouco importa se foram o vanguardismo leninista defendido pelo PCP, ou o insólito socialismo em liberdade, dama do PS, ou a ainda mais insólita social-democracia como via para o socialismo, terçada pelo PPD (e esta foi a mais incongruente teoria que o nosso jardim zoológico de teorias políticas revolucionárias criou) os culpados, em x ou y percentagem, da crise. Foram-no todos — sobretudo porque não souberam encontrar planos de entendimento contra o inimigo que deveria ser comum: o fascismo. Antes pelo contrário, algumas dessas forças, ao lutarem umas contra as outras, utilizaram truques, manobras e traições que



proporcionaram a sua tácita convivência com a direita que, em hábil e facilitada ascensão, as usou.

De toda esta refrega várias foram as consequências: a violência do anticomunismo instalou-se como nunca com o beneplácito silencioso das autoridades e de partidos ditos progressistas, uma figura revolucionária indiscutível (a confirmar a onda de saneamentos à esquerda) como Vasco Gonçalves foi postergada de forma humilhante, o IV Governo que conseguira, até ao caso República (um caso que foi aproveitado interna e internacionalmente de forma demagógica), ser um Governo ainda revolucionário desmoronou-se por razões extrínsecas (recordemos que foi por causa do caso República que os ministros do PS abandonaram o Governo), o V Governo que se lhe segue, é massacrado com toda a espécie de insultos (cremos que a História virá dizer-nos que ele foi até hoje o mais revolucionário, activo e coeso), o MFA desfez-se por completo (vide a alucinante série de documentos e comunicações que os militares produzem em Julho e Agosto) podendo, pela primeira vez, atribuir-se (mesmo que negadas) posições partidárias a esta ou aquela personalidade militar e, finalmente, como único factor positivo, o poder popular iniciou a sua construção, praticamente contra tudo e contra todos.

O VI Governo surge, segundo as declarações, como um governo de coligação que não o é, sendo-o. E, pela primeira vez depois de 25 de Abril de 1975, aparece em foco algo que vai ficar célebre na «nossa revolução»: o decantado princípio da proporcionalidade eleitoral. Baseado num formulário eleitoralista (em que, como se sabe, predominam as forças sociais-democratas) o VI Governo é o que se poderia dizer — fi-

nalmente um passo atrás. Perspectivas excelentes abre ele à burguesia. A revolução socialista retarda-se (por quanto tempo?). O Partido Comunista ao nele participar faz um novo jogo — como em todos os jogos a vitória pode pertencer-lhe mas à partida, existem possibilidades de derrota adiada ou de suicídio (neste exacto momento). À margem e contra este governo colocam-se forças políticas, actualmente minoritárias, que procurarão resistir-lhe. Para as dominar, corolariamente, o VI Governo terá de montar máquinas repressivas — o futuro dirá quais e qual a sua viabilidade.

No interim, as forças militares readaptam-se ao novo esquema: as assembleias dos ramos das FA reclassificam-se e mudam a sua composição dando prevalência ao oficialato, naturalmente o sector mais burguês e menos interessado numa revolução socialista. Com as forças partidárias sociais-democráticas ora dominantes e as forças militares, recompostas num sentido de domínio interno equivalente ao desses partidos, a social-democracia, mais ou menos mascarada, terá imposto o seu reinado. Resta (?) a palavra às forças populares e aos militares progressistas agora afastados.

E isto apesar das declarações do Presidente da República e do Primeiro-Ministro de recusa da social-democracia. Recusá-la em discursos pode ser uma louvável intenção, mas só na prática das maioritárias forças de apoio ao VI Governo poderemos ter a resposta correcta. E, a menos que se dêem viragens espectaculares na orientação desses partidos, ela — a social-democracia — é, inelutavelmente, a sua meta.

Por conseguinte, uma «revolução socialista onde caibamos todos os portugueses» não é uma utopia — é um engano ou uma ignorância.

Quando em Junho do ano corrente a DIABRIL lançou o 1.<sup>o</sup> volume desta série de TEXTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO nada fazia prever que, em tão breve espaço de tempo, surgisse a hipótese de novo volume. Na verdade, no entanto, este aparecimento tornava-se necessário dado que entre Junho e Setembro se produziram alguns textos que terão certamente grande valor histórico, dado o seu forte impacto.

Do Plano de Acção Política, ao Documento Guia, do Documento dos Nove, ao Documento do Copcon ou ao Documento do V Governo passando por muitos outros, criou-se, neste curto espaço de tempo, material documental suficiente para um volume. E seria despropositado guardar a sua compilação para tempo posterior na medida em que, então, teríamos de editar um grosso volume, necessariamente dispendioso. Pareceu-nos, pois, que a edição deste segundo volume (que se encerra com o discurso de tomada de posse do VI Governo pelo almirante Pinheiro de Azevedo) seria oportuna neste momento.

Fechou-se um período da nossa revolução — isso é indubitável. Daí este volume onde, mais uma vez e na sequência do critério já seguido no I, se recolhem apenas textos de autoria oficial ou para-oficial. De novo não incluímos aqui textos da autoria dos partidos — esse é um volume diferente que DIABRIL prepara.

Neste II volume de Textos Históricos surgem, em apêndice, alguns documentos que não podem conside-

rar-se oficiais — foram, durante a crise, emitidos por personalidades do MFA ou grupos militares — mas, como se sabe, eles tiveram influência decisiva no decurso da crise. Ainda assim, porém, voltamos a pedir desculpa de qualquer lapso na recolha: por um lado, seguiu-se um critério e todos os critérios são discutíveis e, por outro, pode ter acontecido, na imensa quantidade de documentos, comunicados e discursos que algum tenha escapado — o que se corrigirá em edições subseqüentes. (1)

Lisboa, 22 de Setembro de 1975

ORLANDO NEVES

(1) — Um grande atraso na produção técnica deste volume trouxe, como consequência, uma aclaração de certas posições expressas nesta nota introdutória. O VI Governo parece ter-se definido de uma vez para sempre como um governo defensor de uma política direitista, regressiva e repressiva das lutas dos trabalhadores com o PS e o PPD dominando-o clara e quase desesperadamente e o PCP e as forças válidas de esquerda demarcando-se rapidamente dele. Em Outubro e nestes começos de Novembro outros textos se tornaram importantes. Entendeu-se que eles não prejudicavam a compilação deste volume e, de qualquer modo, serão material para um próximo III volume — Lisboa, 8 de Novembro de 1975 — ON

M. F. A.

## MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DO POVO PORTUGUÊS

(21 Junho 1975)

### 1. DEFINIÇÃO POLÍTICA

1.1 O M. F. A. é o movimento de libertação do povo português, suprapartidário, que define como seu objectivo essencial o da independência nacional.

O M. F. A. reconhece que essa independência nacional passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista.

1.2 Por sociedade socialista, como objectivo final a atingir, entende-se uma sociedade sem classes, obtida pela colectivação dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem e na qual serão dadas a todos os indivíduos iguais oportunidades de educação, trabalho e promoção, sem distinção de nascimento, sexo, credo religioso ou ideologia.

A via de transição da sociedade actual para uma sociedade socialista passa necessariamente por várias fases, das quais a primeira abrangerá o período de transição fixado na Plataforma de Acordo Constitucional, e cujas etapas serão determinadas pela evolução socioeconómica e política do povo português.

O M. F. A. definiu já, entretanto, que esse caminho será feito por via pluralista.

1.3 O pluralismo significa livre expressão e discussão de opiniões, bem como de experiências na construção da nova sociedade, em diálogo aberto e permanente com todo o povo português.

O pluralismo socialista compreende a coexistência, na teoria e na prática, de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista. O M. F. A. repudia, portanto, a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial.

O pluralismo partidário, tal como consta da Plataforma de Acordo Constitucional, implica o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas. Admite, portanto, uma oposição, cuja crítica poderá ser benéfica e construtiva, desde que a sua acção não se oponha à construção da sociedade socialista, por via democrática.

O M. F. A. terá como natural suporte e apoio, os partidos que, pelo seu programa e prática políticas, demonstrem um interesse real na adopção e concretização das medidas objectivas, que a via de transição para o socialismo exige, e como eles estabelecerá as necessárias alianças e coligações.

1.4 Os partidos políticos deverão desempenhar durante a via de transição para o socialismo um papel altamente valioso, não só pela sua acção pedagógica de consciencialização e mobilização das massas mas também como veículos transmissores da expressão popular, auscultada sob várias formas, incluindo a via eleitoral.

É necessário, entretanto, que os processos eleitorais, que se desenvolverão durante o período de transição, se integrem conscientemente dentro do processo revolucionário, não se admitindo que lhe venha a constituir um obstáculo.

1.5 De acordo com a sua vocação expressa de movimento de libertação nacional, o M. F. A. pretende que todo o povo português participe activamente na sua própria Revolução, para o que apoiará decididamente e estabelecerá ligações com todas as organizações unitárias de base, cujos objectivos se enquadrem na concretização e defesa do Programa do M. F. A. para a construção da sociedade socialista.

Essas organizações populares constituirão o embrião de um sistema experimental de democracia directa, através da qual se julga poder conseguir-se uma participação activa de todo o povo português na administração pública e na vida política nacional, em ligação com os órgãos locais e regionais do Poder central. Terão, ainda, a vantagem de fomentar, a partir da base, a convergência de esforços dos diversos partidos, pela sua unidade na concretização dos objectivos comuns.

Não serão admitidas, porém, organizações civis armadas, partidárias ou não, podendo, entretanto, as organizações populares, por iniciativa do próprio M. F. A. e sob o seu controlo e enquadramento, virem a desempenhar, em caso de emergência nacional, tarefas de autodefesa de objectivos vitais.

Dentro das Forças Armadas não serão permitidas quaisquer organizações de carácter político-militar, partidárias ou não, estranhas ao M. F. A. devendo progressivamente todos os militares serem integrados no seu próprio Movimento.

1.6 O M. F. A. reafirma a sua determinação em cumprir e fazer cumprir, integralmente, os termos da Plataforma de Acordo Constitucional, livremente estabelecida com partidos políticos portugueses, afirmando solenemente que denunciará e procederá contra todas as atitudes que, declarada ou veladamente, tentem pôr em causa o Pacto assinado.

1.7 De acordo com os princípios afixados, o M. F. A. considera seu dever tornar publicamente explícito que a Assembleia Constituinte tem como exclusiva atribuição a missão patriótica de elaborar a Constituição Política da Nação Portuguesa, sendo-lhe vedado qualquer outro tipo de interferência oficial na vida política ou administrativa nacional.

1.8 No plano externo, o M. F. A. prosseguirá uma política de independência nacional e de contribuição para a paz e cooperação na Europa e no mundo.

Dentro destes parâmetros serão respeitadas as alianças e compromissos já estabelecidos, nomeadamente a participação de Por-

tugal na N. A. T. O., de forma a não prejudicar o equilíbrio político militar da Europa.

No campo político, Portugal seguirá uma estratégia de abertura a todos os países do mundo, sem interferir nos respectivos assuntos internos, nem admitir ingerência nos seus próprios, sentindo vocação histórica para elo de ligação entre os povos europeus e os dos países do Terceiro Mundo, em especial com os povos irmãos de expressão portuguesa.

No campo económico, a política externa nacional orientar-se-á para uma diversificação progresiva das suas relações comerciais, não admitindo a qualquer país ou bloco que, por via das relações económicas, procure impor ao povo português qualquer forma de dominação.

## 2. EXERCÍCIO DE AUTORIDADE

2.1. Da análise da actual situação política e da sua evolução previsível ressalta a necessidade de um reforço e firmeza da autoridade revolucionária do M. F. A., base indispensável para um poder de Estado, que permita o desenvolvimento normal e pacífico da via de transição para o socialismo.

De facto, existem ameaças de actividades contra-revolucionárias fomentadas do exterior do País e suportadas, no interior, por agentes do capitalismo e colonialismo nacionais, em vias de destruição que, a não serem firmes e exemplarmente reprimidas, representariam um grave perigo de perturbação de ordem pública e segurança de pessoas e bens, podendo criar um clima propiciatório ao retorno de um regime de direitas fascizante.

Por outro lado, certas manifestações de esquerdismo pseudo-revolucionário, ainda que, por vezes, bem intencionado, tendem a criar situações anarquizantes, profundamente perturbadoras dum processo revolucionário coerente, resultando objectivamente um reforço ao jogo declarado daqueles que dizem ou pretendem combater.

Conclui-se, assim, que só o exercício de uma autoridade firme, embora não essencialmente repressiva, poderá garantir o sucesso da revolução em que o M. F. A. e o povo português se encontram empenhados.

2.2 Desta forma, afirma-se a determinação de fazer cumprir firmemente todas as leis que se enquadram nos objectivos da revolução portuguesa, até que o processo histórico demonstre a sua inadequação às circunstâncias concretas da sociedade.

Para o efeito desse exercício firme de autoridade, além da legislação revolucionária já promulgada, serão publicadas novas leis destinadas a conseguir os objectivos fixados.

2.3 A necessidade de reprimir com a necessária dureza a possível acção de grupos ou organizações clandestinas armadas obriga a promulgar uma lei especial que se encontra em preparação e que

permitirá punir os participantes em tais organizações contra-revolucionárias com penas pesadas.

2.4 Sobre o combate ao esquerdismo, considera-se que deverá ser travado essencialmente no campo ideológico, procurando recuperar os seus elementos bem intencionados para os objectivos e tarefas da revolução.

Será, porém, exercida repressão de várias formas, incluindo a acção armada, se necessária, contra os grupos ou organizações que pela sua acção e prática perturbem sistematicamente a ordem pública e desrespeitem as regras fixadas para a construção do socialismo por via pluralista.

2.5 Reconhecendo-se que um dos campos em que as manifestações do esquerdismo incontrolado mais têm perturbado a vida pública nacional é o da educação e ensino, o M. F. A. reafirma a sua determinação em apoiar o respectivo Ministério no restabelecimento de um ambiente normal e produtivo em que, dentro de regras democráticas de gestão, os estudantes possam cumprir o seu dever para com a sociedade, preparando-se para as suas funções de trabalhadores do futuro.

Não esquecendo que é bastante desejável que no meio intelectual existe uma forte consciencialização revolucionária, os trabalhadores intelectuais, entre os quais os estudantes se incluem, têm por obrigação não deixar que a sua actividade política prejudique de tal forma o seu trabalho específico que os transforme potencialmente parasitas da sociedade.

### 3. POLÍTICA ECONÓMICA-FINANCEIRA

3.1 A situação económica actual do País caracteriza-se pelos seguintes três pontos críticos fundamentais:

A) Desequilíbrio muito acentuado na balança de pagamentos, prevendo-se para o final do corrente ano um «deficit» muito superior ao verificado em 1974, que foi da ordem dos 17 milhões de contos;

B) Desemprego bastante elevado, atingindo cerca de 250 mil desempregados, correspondente a oito por cento da população activa;

C) Produção interna decrescente, pondo em perigo a independência nacional, prevendo-se para o final do corrente ano, caso não sejam modificadas as actuais condições de produção, um decréscimo do P. N. B. em relação a 1974, da ordem dos seis por cento.

3.2 É forçoso, portanto, ter ideia bem nítida da situação económica e financeira do País, que se pode traduzir pelos seguintes factos:

3.2.1 As importações — em grande parte de bens alimentares — são muito superiores às exportações, excedendo-as, possivelmente, em cerca de 50 milhões de contos no final do corrente ano.



Este valor é, em grande parte, devido aos preços elevados dos produtos alimentares e do petróleo nos países de origem.

3.2.2 Este «deficit» é atenuado pelas divisas estrangeiras que entram em Portugal, devidas às remessas dos emigrantes e às receitas de turismo (este, conforme é conhecido, atravessa presentemente uma forte crise).

3.2.3 Prevê-se que, no final deste ano, o País tenha um «deficit» na balança de pagamentos da ordem dos 30 milhões de contos, que terão de ser cobertos pelas reservas em divisas do Banco de Portugal, ficando estas praticamente esgotadas (à excepção das reservas em ouro).

3.2.4 A situação financeira descrita increve-se num quadro económico em que a riqueza produzida no País, caso não se modifique a actual tendência, irá diminuir, no presente ano, em cerca de seis por cento relativamente ao ano passado, mesmo considerando o aumento referente ao sector agrícola.

3.2.5 O panorama que se descreve é muito grave, mas não assustador, pois corresponde efectivamente a uma fase sociopolítica de eliminação dos erros do capitalismo monopolista e latifundiário que caracteriza o nosso País e, ainda, à crise do capitalismo internacional. No entanto, para que ele não se torne irremediável, forçoso é que o povo português tome, decididamente, a seu cargo a construção do novo sistema económico socialista, e que as classes trabalhadoras decidam, conscientemente, optar entre o socialismo, com os sacrifícios relativos e temporários que exige a sua construção, e o capitalismo, com toda a exploração e opressão que lhes são inerentes.

3.2.6 De facto, se a destruição do capitalismo exige a liquidação do poder explorador da grande-burguesia monopolista, latifundiária e financeira, a construção do socialismo exige trabalho, sacrifício e consciência política das classes trabalhadoras, visando a sociedade futura sem classes e exploração, mas não podendo significar, a curto prazo, que sejam resolvidas todas as injustiças criadas no anterior regime e que, de repente, se possa pagar um salário a cada trabalhador português correspondente às suas justas aspirações e reais necessidades.

3.2.7 Nestas condições, a política de verdade que, desde sempre, o M. F. A. apresentou ao povo português, torna imperiosa a adopção de algumas medidas realistas, se o povo trabalhador quiser, de facto, construir o socialismo:

A) Contenção dos aumentos salariais incomportáveis, salvaguardando o aumento do custo de vida e a eliminação de algumas situações mais injustas;

B) Diminuição do volume das importações, incidindo, em especial, sobre os produtos mais supérfluos, ou que possam ser produzidos no nosso País;

C) Política de austeridade nos consumos;

D) Aumento da produção interna, sobretudo dos produtos — como, por exemplo, de bens alimentares — que possam subs-

tituir os que importamos, ou que possam aumentar o valor das nossas exportações.

3.3 Face à situação económica descrita, que se pode considerar muito grave, torna-se urgente adoptar:

A) Medidas imediatas pontuais;

B) Estratégia de desenvolvimento económico, definida em função dos três pontos críticos: balança de pagamentos, desemprego e independência económica;

C) Configuração futura do sistema político-económico incluindo a discussão dos seguintes pontos: — Controlo organizado da produção pelos trabalhadores; — Mobilização local para o desenvolvimento; — Organização do sistema de planeamento; — Sub-sistemas qualitativos de economia em transição (sector do Estado e sector privado);

D) Política de cooperação económica externa.

3.4 Os dois temas fundamentais, estratégia do desenvolvimento económico e configuração do sistema económico, serão urgentemente discutidos pela equipa económica do Governo Provisório e pelos quatro ministros sem pasta, representantes dos partidos da coligação, em ligação com o Conselho da Revolução, devendo ser tomadas as decisões correspondentes até ao final do mês de Julho, possibilitando a elaboração de um plano de transição para 1976-77-78. A discussão destes temas e das medidas pontuais imediatas representará um teste profundo de viabilidade política da actual coligação, e da sua capacidade de marcha unitária para os objectivos reais do socialismo.

## 4. GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

4.1 GOVERNO PROVISÓRIO — O Governo Provisório deverá funcionar nas circunstâncias actuais, como Governo unitário, respondendo rápida e eficientemente aos objectivos nacionais e patrióticos de construção do socialismo, anteriormente definidos.

Considera o M. F. A. que a grave situação económica-financeira do País exige do actual Governo de coligação a superação de naturais divergências e a conquista de uma solução comum para o problema do desenvolvimento económico.

Considera o M. F. A. que o povo português, representado na sua esmagadora maioria, pelos partidos políticos que compõem a actual coligação, tem o direito de exigir a esses partidos que correspondam ao seu dever histórico, sob pena de se considerar inadequada a presente coligação, em função das necessidades objectivas do País.

Desta forma, o M. F. A. considera que a discussão da estratégia de desenvolvimento económico e do modelo económico da sociedade, a iniciar imediatamente pelo Governo Provisório e que deverá estar concluída no final de Julho próximo, representará um teste extremamente importante que o povo português tem direito de ver resolvido.

4.2 A INÉRCIA DA MÁQUINA DO ESTADO — A actual máquina de Estado, extremamente pesada e burocrática é nitidamente inadequada à dinâmica do presente processo revolucionário, respondendo lenta e dificilmente às solicitações que lhe são feitas. Para responder a este problema, considera o M. F. A. como essencial:

- a) A descentralização administrativa;
- b) Constituição gradual de um novo aparelho de Estado, não partidário, organizado em moldes dinâmicos em torno de objectivos pontuais fundamentais, e dotado com o pessoal que se mostre suficientemente identificado com as exigências do dinamismo revolucionário; paralelamente, serão lançados os trabalhos para uma reforma administrativa em profundidade;
- c) Uma política correcta de reclassificação e recuperação para o trabalho dos funcionários de Estado, utilizando o saneamento nos casos nitidamente irrecuperáveis;
- d) A pressão do diálogo, face aos órgãos do poder de Estado dos vários escalões, das organizações populares unitárias que correspondam aos mesmos escalões e que, progressivamente, serão dotados de poder de controlo das actividades desses órgãos do aparelho de Estado;
- e) A eliminação dos procedimentos demasiado complicados e burocráticos dentro da máquina de Estado, substituindo-os por procedimentos expeditos e revolucionários capazes de responderem às pressões das solicitações, atribuindo-se plena responsabilidade aos executores.

4.3 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA — Tratando-se embora, de matéria do âmbito da futura Constituição política, a dinâmica das populações na criação de formas associativas próprias, para defesa de interesses comuns, tem vindo a impor, por parte do M. A. I., a adopção de medidas que o M. F. A. considera correctas, de descentralização regional de diversos serviços de Estado, possibilitando, a nível regional a elaboração do planeamento mais adequado às circunstâncias locais e a respectiva execução, com a participação progressiva das organizações populares locais, mantendo, embora, a necessária ligação e coordenação com os órgãos centrais do Estado.

O critério adoptado, essencialmente pragmático, consiste na constituição, ao nível de uma determinada região, de um gabinete de planeamento e de uma comissão regional de emprego, que reúna representantes de vários Ministérios interessados, além de um representante do M. F. A. Em colaboração com o Gabinete de Planeamento funcionam as assembleias dos representantes das diversas comissões administrativas das autarquias locais, estas por sua vez, em diálogo estreito com as já numerosas comissões de moradores, sindicatos e outras organizações unitárias. Esta iniciativa já lançada no Algarve e com bons resultados iniciais, será brevemente lançada nas regiões correspondentes à Região Militar do Norte, Centro e Sul, por forma a permitir um melhor enquadramento e apoio, por parte do M. F. A., das organizações populares

unitárias locais e será suficientemente flexível para possibilitar um posterior ajustamento às decisões da Assembleia Constituinte sobre a matéria.

**4.4 A LIGAÇÃO DO M. F. A. AS ESTRUTURAS POPULARES UNITÁRIAS DE BASE**—O M. F. A. considera que, na fase actual da Revolução, é extremamente importante e talvez decisivo o fortalecimento e dinamização das estruturas populares unitárias de base, como facto determinante da unidade popular e da superação das contradições existentes ao nível das estruturas políticas de topo.

Esta nova linha de força da Revolução não pretende pôr em causa a legitimidade dos partidos políticos existentes, mas antes conseguir através de uma dinâmica das suas bases apoiada no concreto, que de baixo para cima surja um impulso adicional de unidade e de coerência. A associação futura desses órgãos unitários populares poderá vir a constituir embriões de órgãos ou assembleias locais representativos dos interesses das populações que, gradualmente, e em diálogo com os órgãos locais de administração pública os vão dinamizando e identificando com os verdadeiros objectivos locais de interesses popular. As linhas gerais desta via de orientação política encontram-se, neste momento, em estudo, por parte de um grupo de trabalho do M. F. A. nomeado para o efeito, cujas conclusões, formuladas a partir de dados reais existentes, serão brevemente divulgadas.

## **5. DINAMIZAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**5.1** Reconhece-se que a construção pretendida de uma sociedade socialista, pela via pluralista definida, não poderá fazer-se sem uma mobilização e consciencialização de todo o povo português, que o leve a determinar-se positivamente na via de transição para o socialismo.

Deverá notar-se que a instauração de um socialismo real implica essencialmente uma evolução de mentalidades, de forma a transferir a maior parte da motivação, quase puramente material, característica das sociedades capitalistas, para uma motivação espiritual que leve os indivíduos a passar de uma atitude egoísta e individualista perante os seus semelhantes, para uma atitude altruísta e colectivista, centrando a sua atenção e preocupação no bem comum.

Esta mobilização e consciencialização só serão possíveis através de uma política de informação adequada, que urge iniciar pela transformação profunda das estruturas dos órgãos e serviços de comunicação social.

Isso não significa que a informação vá apresentar carácter monolítico de propaganda orientada, pois tal se considera não consentâneo com os princípios seguidos pela revolução portuguesa.

Mas é necessário que essa informação seja ao mesmo tempo verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o povo e não excitando-o e confundindo-o, como até agora, por vezes, tem sido praticado. O M. F. A. crê sinceramente que a liberdade e a opção socialista não são incompatíveis, mas é necessário que o exercício de uma não limite a existência da outra.

5.2 Uma das práticas necessárias à realização dos objectivos apontados, consiste na transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos oficiosos, cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectam as posições do M. F. A.

Espera-se que, com essa medida, o povo português passe a dispor de órgãos de Imprensa diária incontroversos, sem quaisquer obediências ou conotações e políticas partidárias, e seguindo uma política geral de verdade e esclarecimento públicos cuja prática diária os deverá tornar eminentemente respeitáveis.

5.3 Com idêntico objectivo, torna-se igualmente necessário o controlo da rádio e da televisão estatais a fim de se fazer chegar ao conhecimento público, e de uma forma sistemática, a posição e doutrina do M. F. A. sobre a prática política e os acontecimentos da vida nacional.

5.4 A mobilização de opinião pública para objectivos de interesse nacional, deverá passar a fazer-se pela utilização racional da publicidade difundida por órgãos da informação, o que implicará naturalmente a utilização de empresas de publicidade nacionalizadas.

5.5 Considerando-se o direito de existir em Portugal uma Informação livre, reconhece-se que, em muitos casos, se tem abusado dessa liberdade, dando origem à difusão pela Imprensa, Rádio ou Televisão, de notícias propositadamente deformadas para causar confusão ou alarme na opinião pública. O mesmo se passa quanto a certos correspondentes estrangeiros que, abusando da hospitalidade que lhes é concedida, fazem chegar aos órgãos de Informação de que são agentes, notícias falsas ou deturpadas, prejudicando intencionalmente a imagem de Portugal no mundo. Não permitindo a Lei de Imprensa a acção decidida e rápida sobre esses prevaricadores, que dela abusam para realizar, até agora impunemente, acções perfeitamente classificáveis como contra-revolucionárias, o M. F. A. está decidido a proceder directa e eficazmente contra eles, fazendo publicar, se necessário, legislação revolucionária adequada ao efeito.

5.6 As grandes comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e cujos sentimentos de nacionalidade se mantêm perenes, têm sido vítimas de sistemáticas campanhas de difamação sobre o que se passa na sua Pátria, com a intenção de os alienar do sentimento de libertação nacional e por vezes de os empregar como arma de reacção junto de amigos ou familiares residentes em Portugal. O M. F. A. espera que toda a Nação Portuguesa, incluindo aquela que foi obrigada a emigrar por falta de liberdade ou de condições de vida no seu país, sinta orgulho da sua nacionalidade, sendo para tal necessário que seja informada com verdade e oportu-

tunidade do processo revolucionário. Para isso, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Comunicação Social porão em prática as medidas e sistemas adequados.

5.7 A mobilização do povo português para a via socialista exige, além de uma nova política de informação, uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas emanados dos órgãos centrais. Para tal, é necessária uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor do que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades da população. Para esta acção deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes, não se esquecendo que a revolução de 25 de Abril foi feita para o povo e será desse povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.

## **ASSEMBLEIA DO MFA**

### **RELATÓRIO SOBRE OS INCIDENTES**

#### **DO 1.º DE MAIO**

A Comissão Política do Conselho da Revolução apresentou na assembleia uma análise dos factos ocorridos no 1.º de Maio, a qual constitui o primeiro parecer oficial acerca dos incidentes que assinalaram as comemorações do Dia do Trabalhador.

Depois de expor os factos que antecederam o 1.º de Maio, com destaque para a aprovação da Lei Sindical — que consagra a unidade sindical — pelo Conselho da Revolução, o documento expõe a seguir os episódios que estão na génese dos infelizes incidentes:

«1) A 30 de Abril, membros do Conselho de Revolução avisam-se com representantes da Intersindical, que os põem ao corrente dos seguintes factos: a) Tinham sido convidados os seguintes partidos: P. S., P. C. P., M. D. P., F. S. P. e M. E. S.; b) várias conversações haviam sido efectuadas entre a Inter e aqueles partidos, com vista à organização da manifestação, tendo surgido o seguinte impasse:

— O P. S. não admitia que o M. E. S. e a F. S. P. usassem da palavra, durante a realização do comício. Só nestas condições o representante do P. S. discursaria no Estádio 1.º de Maio.

— A Intersindical não abdicava da presença do M. E. S. e da F. S. P. na realização do comício.

— A Intersindical era do parecer que a única solução possível seria não ser permitido a nenhum partido usar da palavra, prevendo-se apenas os discursos do Presidente da República, Primeiro-Ministro e Intersindical.

2) Os membros do Conselho da revolução emitiram a sua opinião de que a manifestação deveria ter sido anunciada pela Inter apenas aos trabalhadores, através das associações sindicais, sem convites aos partidos políticos, para evitar todos os atritos. Como, porém, tal procedimento já estava ultrapassado, considerou-se como viável a solução de não ser autorizado a falar nenhum representante dos partidos políticos.

3) Nessas condições, a Intersindical ficou de contactar de novo com os partidos convidados, a fim de lhes transmitir esta plataforma de actuação.

4) Averiguou-se, posteriormente, que os partidos aceitaram não usar da palavra, tendo, no entanto, o P. S. assumido a atitude unilateral de efectuar a sua concentração em local diferente do inicialmente acordado, e organizar a sua própria manifestação, apesar de destinada também ao Estádio 1.º de Maio.»

Entrando depois nos acontecimentos do 1.º de Maio, o documento analisa-os da seguinte forma:

«1. O P. S. faz a sua concentração na Praça do Chile, conforme tinha decidido, unilateralmente, em relação aos restantes partidos participantes.

2. Forma-se, a partir da Alameda D. Afonso Henriques, a «cabeça» da manifestação. O dr. Mário Soares não segue nessa «cabeça». Um camarada do Conselho da Revolução refere que houve alguma dificuldade para impedir que na «cabeça» da manifestação fossem outras bandeiras que não fossem as da Intersindical.

3. O «grosso» da manifestação e a manifestação do P. S., partindo de locais diferentes, seguem trajectos diferentes para o Estádio 1.º de Maio, tendo surgido alguns «cruzamentos» e «interferências» entre estas duas manifestações e ainda outra — do P. P. D. — sem nenhuma consequência.

4. Quando a manifestação do P. S. chega ao Estádio 1.º de Maio — em último lugar — este não está cheio (no interior já se encontravam, inclusive, alguns núcleos sindicais afectos ao P. S.). Porém, a entrada está totalmente congestionada, não se conseguindo averiguar se voluntária se involuntariamente, facto que retarda a entrada da manifestação do P. S., onde segue o dr. Mário Soares.

5. A essa hora, antes da entrada no estádio do dr. Mário Soares, tinha já discursado um representante da Intersindical, tendo surgido vários apupos e palavras de ordem discordantes por parte de, pelo menos, um núcleo sindical do P. S. presente.

6. Após a sua entrada no estádio, quando já discursava o Primeiro-Ministro, o dr. Mário Soares não se dirige à tribuna, onde tinha lugar — admite-se que por lá se encontrar o representante da F. S. P. e pela atitude anteriormente assumida pelo P. S.

7. Depoimentos de camaradas referem a realização de um mini-comício, por parte de alguns dirigentes do P. S. presentes junto do dr. Mário Soares, durante o final do discurso do Primeiro-Ministro e o início do discurso do Presidente da República. São

referidos nos depoimentos a utilização de um megafone ou de qualquer outro sistema de amplificação sonora.

8. Estes factos originaram a reacção de aderentes de outros partidos presentes, dando lugar à troca de palavras de ordem antagónicas, assobios, que perturbam e por vezes interrompem os discursos do Primeiro-Ministro e do Presidente da República.

9. Presenciando estes factos da tribuna, o furriel Barroso (E.P.A.M.) dirige-se ao local onde se encontra o dr. Mário Soares e faz-lhe notar a inconveniência das atitudes referidas. Retira-se e, logo a seguir, intervém o aspirante Fernandes (R.A.L. 1), que acaba por dizer ao dr. Mário Soares que aquele não era local para se discursar, e que o melhor seria entender-se com os dirigentes da Inter, na tribuna.

10. O dr. Mário Soares concorda, depois de conferenciar com o dr. Salgado Zenha, e dirige-se à tribuna, onde chega quase no final do discurso do Presidente da República, acompanhado por bastantes adeptos do seu partido.

11. Ao abrirem-lhe a porta da tribuna, o dr. Mário Soares indica ter sido chamado pelo M. F. A.

12. A entrada é-lhe impedida por um dirigente da Intersindical, com a alegação de que tinha ele sido responsável por atitudes divisionistas. Importa referir que o oficial responsável pela segurança da tribuna — major Campos Andrade — se declarou, nessa ocasião, contrário à entrada fosse de quem fosse na tribuna, temendo consequências desagradáveis para o Presidente da República, como por exemplo, a interrupção do seu discurso, motivada pela reacção da multidão.

13. O dr. Mário Soares retira-se, e abandona o estádio, já depois do discurso do Presidente da República.»

Entrando depois na análise política dos factos, o documento considera que estes se inserem numa perspectiva de política partidária entre o P. S. e o P. C., estando em jogo os seguintes factores:

- a) Exploração política dos resultados eleitorais;
- b) Luta pelo «contrôle» político da Intersindical, contestando a actual direcção (de notar o «slogan» «Intersindical, por via eleitoral»);
- c) Luta pelo «contrôle» dos sindicatos (de notar a palavra de ordem: «Eleições nos Sindicatos»);
- d) Luta pelo «contrôle» político do processo revolucionário em curso, pela influência a exercer sobre o M. F. A.»

A Comissão Política do C. R. considera depois que o P. S., «aproveitando o peso eleitoral obtido, joga ao «ataque», tendo o P. C. P. e a Intersindical adoptado uma tática de «defesa» e «contra-relógio». E mais adiante:

«Sintomático deste «ataque» político é a manifestação realizada pelo P. S. no dia 2 de Maio, onde são repetidas as palavras de ordem do dia anterior, e outras, com o mesmo sentido político de «supremacia» eleitoral («Se isto não é o povo, onde está o povo?»). Independentemente de outras análises mais profundas,



que se filiam nos motivos de desconfiança mútua P. C./P. S., e na interpretação exaustiva das reais intenções de qualquer um destes partidos no presente momento político português, o que importa é retirar destes factos a conclusão de que o grande prejudicado com estas atitudes é o processo revolucionário em curso, através da quebra da união das massas trabalhadoras e destas com o M. F. A.»

## COMUNICADO DA ASSEMBLEIA DO MFA CRIADO O TRIBUNAL REVOLUCIONÁRIO (19 Maio 1975)

Conforme ordem de trabalhos publicamente divulgada a Assembleia do M. F. A. reunida ontem iniciou-se com uma intervenção do Presidente da República desenvolvendo curta análise sobre a política internacional. A repercussão mundial das eleições portuguesas, a situação no Sudoeste Asiático e no Médio Oriente foram os pontos mais salientes.

Ainda no mesmo ponto da agenda interveio o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino, que relatou os aspectos mais relevantes da sua visita oficial aos E. U. A. Destacou os contactos que teve com personalidades do Governo norte-americano, os contactos com os meios de informação e universitários e bem assim os encontros que efectuou com comunidades portuguesas ali radicadas. Quanto a este último aspecto salientou a hostilidade de que por vezes foi objecto, observando os condicionamentos vários que a justificam, entre as quais avultam as distorções de informação a que tais comunidades se acham sujeitas e que constituem uma barreira onde o espírito de 25 de Abril dificilmente penetra. Referiu o convite que lhe foi feito, extra-programa, para visitar as instalações da C. I. A., onde foi recebido pelo general Walters, que, insistentemente, pretendeu sugerir a não ingerência desse organismo nos assuntos internos portugueses.

Coube ao ministro do Planeamento e Coordenação Económica, dr. Mário Murteira, expor à assembleia a situação económica portuguesa, bem como a preparação dos documentos fundamentais que orientarão a nossa economia a curto e médio prazo. A assembleia ouviu interessadamente essa exposição, participou activamente no debate esclarecedor que se seguiu, ficando particularmente sublinhada a necessidade de uma planificação que coordene e articule iniciativas das massas trabalhadoras.

Foi, seguidamente, apresentada pela Comissão Coordenadora do Programa do M. F. A. em Angola uma longa e pormenorizada exposição sobre a descolonização e o caso específico em Angola, a caracterização das forças em presença e as perspectivas de evolução. A assembleia considerou que a situação em Angola se reveste

da mais alta gravidade e que a evolução do processo revolucionário português passa por uma solução de independência desse país, que impeça a implantação de um novo colonialismo.

A assembleia considerou ainda poder admitir-se que a ofensiva da reacção e de grupos esquerdistas provocatórios que se verifica neste momento em Portugal visa em primeiro lugar desviar as atenções das autoridades revolucionárias portuguesas do que acontece em Angola. Mais considerou que é urgente e extremamente necessária a mobilização da opinião pública portuguesa para os problemas da descolonização, particularmente em Angola, objectivo este para que se espera a colaboração indispensável das organizações políticas, dos órgãos de Comunicação Social e do povo português em geral. A assembleia reiterou a confiança na actuação das Forças Armadas Portuguesas em Angola, com especial apreço pela sua serena e lúcida acção, assegurando-lhes total apoio do M. F. A. em Portugal.

Pela sua oportunidade a assembleia apreciou os incidentes ocorridos no último fim-de-semana, provocados pelo M. R. P. P., em que foram envolvidas forças operacionais do Copcon, tendo aprovado o comunicado de ontem, emitido por este Comando, onde é salientado o carácter divisionista e contra-revolucionário do referido agrupamento.

Segundo a ordem de trabalhos, foi analisada a evolução política desde 11 de Março, com especial incidência sobre a construção do socialismo em Portugal. A assembleia considerou dever reflectir-se nos aspectos mais intimamente ligados à independência nacional e às hipóteses possíveis de estrutura de desenvolvimento na nova sociedade portuguesa a construir. Factos mais salientes do 1.º de Maio, e sua interpretação foram a seguir objecto de algumas intervenções, tendo a assembleia considerado que o M. F. A. deve intensificar as suas ligações directas com todas as estruturas de participação popular em fase de arranque, tais como comissões de bairro, de moradores, de trabalhadores, etc., como forma de consolidação da aliança Povo-M. F. A. e de superação das divisões partidárias na luta comum para a batalha da produção e de efectiva construção do socialismo e da sua defesa revolucionária.

Pelo presidente da comissão de inquérito ao 11 de Março, foi esclarecida a assembleia sobre o andamento dos seus trabalhos. Por proposta do Conselho da Revolução foi aprovado um voto de louvor ao excelente e oportuno trabalho já realizado e reiterada confiança à comissão.

Discutidos em seguida aspectos relacionados com o Tribunal Revolucionário, a assembleia aprovou a sua constituição, que será a de um presidente oficial general; dois vogais, oficiais superiores; um auditor, juiz de direito, togado, todos estes elementos a designar pelo Conselho da Revolução. A existência de um juri, constituído por doze elementos efectivos e seis suplentes, a nomear pela Assembleia do M. F. A., sendo os efectivos — do Exército, quatro oficiais, um sargento e uma praça; da Força Aérea, um oficial, um sar-

gento e uma praça; e da Armada, um oficial, um sargento e uma praça.

Dado o adiantado da hora foi aprovada a transferência, para uma assembleia extraordinária, dos dois últimos pontos da agenda (tarefas das Forças Armadas: integração no espírito do M.F.A.; eficiência e disciplina militares; e acção cívica das Forças Armadas; e questões internas do M. F. A.).

Por fim, entrou-se na discussão do último ponto, o n.º 8, que visava analisar a consolidação da aliança Povo-M. F. A., objectivando a ligação das estruturas do M. F. A. às estruturas populares focadas já noutro passo da reunião e já também referidas neste comunicado. Assim, começou a ser analisada uma perspectiva de estrutura eventualmente a considerar no projecto de reconstrução nacional, que assenta em órgãos já existentes, a partir do Conselho da Revolução, da Comissão Dinamizadora Central da 5.ª Divisão e das assembleias de delegados das unidades e outros eventualmente a formar.

## ASSEMBLEIA DO M. F. A. — ANÁLISE POLÍTICA (19-5-75)

Um dos pontos da assembleia foi preenchido com uma perspectiva da situação política em que, a abrir, se afirma que o M. F. A., em aliança com o povo português, está empenhado numa revolução cuja meta é o socialismo, a «atingir por uma via de pluralismo revolucionário».

Considerando que as eleições recentes comportam, necessariamente, duas visões antagónicas, conforme se deposite a tónica na revolução ou na eleição, o documento afirma:

«Ou seja: existe a possibilidade de utilizar os resultados eleitorais, esquecendo que eles estão enquadrados numa revolução, o que significa que não se pretende alcançar o socialismo, ou então apenas se pretende a revolução, ignorando completamente a realidade das eleições. Dado que o nosso processo comportou esta contradição, forçoso é superá-la, extraindo das eleições as consequências que interesse e não ponham em causa o processo revolucionário em curso.

Esta será, assim o cremos, a única óptica possível a um revolucionário consequente: a maioria do eleitorado português aderiu ao projecto socialista do M. F. A., concedendo-lhe o seu aval ao votar prioritariamente nos partidos políticos que propuseram um programa claramente socialista. Mas mais importante que isso: o ratificar, pela votação, o pacto estabelecido pelo M. F. A. com os partidos políticos, o povo português disse sim ao M. F. A. como motor e fiscal do processo revolucionário.»

Relativamente aos riscos da exploração contra-revolucionária das eleições, o documento aponta as seguintes:

a) Os partidos concederem prioridade à estratégia de «não perder os votos», relegando para segundo plano as tarefas concretas da construção do socialismo, eventualmente pouco agradáveis à respectiva clientela eleitoral. Esta actuação traduzir-se-á por uma desmobilização perigosa das massas trabalhadoras.

b) Tentativas de transposição mecânica dos resultados eleitorais para o domínio do aparelho de Estado (recomposição do actual Governo, conquista de autarquias locais em zonas «reaccionárias», etc.), ou da estrutura sindical, originando, como consequência, uma incentivação e alastramento de reivindicações salariais incomportáveis.

c) Tentativas de «pressão» sobre o M. F. A., jogando com o peso eleitoral.

d) Tentando «isolar» o M. F. A. com partidos minoritários, demonstrando assim que o M. F. A. não é apoiado pela maioria do povo português.

e) Exploração, no seio do M. F. A., de eventuais rupturas provocadas pelo reflexo dos resultados eleitorais.

f) Risco de divisão das massas populares interessadas no processo revolucionário, criando um clima pernicioso de disputa partidária, tipo «Benfica-Sporting».

O documento entre depois numa análise das linhas dos principais partidos políticos, que são apreciadas da seguinte forma:

a. **PARTIDO SOCIALISTA** — «Ataque» nos sectores sindicais, autarquias locais, comissões de trabalhadores e meios de comunicação para conquista do Poder político. Aproximação com o M. F. A., na sua qualidade de Partido Socialista maioritário, tentativa de se transformar num único ou pelo menos, o mais poderoso dos «aliados» do M. F. A. Desconfiança mal dissimulada quanto à velocidade que o M. F. A. tem imprimido ao processo revolucionário. Fraco comprometimento real na mobilização para as tarefas do aumento da produção. Aproximação táctica anti-P. C. P. com partidos de extrema-esquerda, de forma esporádica. Esboço de aproximação com o P. C. P., sob o impulso da realidade da revolução socialista, embora com divergências ainda profundas, sem, no entanto, comprometer irremediavelmente as possibilidades de entendimento com o P. P. D. Desconfiança quanto às «amplas liberdades» preconizadas pelo P. C. P.

b. **PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO** — Estratégia idêntica à do P. S., no que respeita à luta pelo domínio de autarquias locais. Fracas possibilidades de implantação nos sectores sindicais e meios de comunicação social. Tentativas de afastar o P. S. da «tentação» P. C. P., visionando uma aliança P. S. + P. P. D.

c. **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS** — Empenho na defesa das posições que ocupa nos sectores do trabalho e da Intersindical, bem como nas autarquias locais e meios de comunicação social. Abertura ao diálogo com o P. S., forçado pela realidade do xadrez político nacional, se bem que manifes-

tando desconfiança quanto às intenções daquele partido no que respeita à opção socialismo-social-democracia. Ataques indirectos à actuação da cúpula do P. S. Empenhamento real na mobilização popular para as tarefas de produção. Continuação das alianças tácticas P. C. P. + M. D. P. + F. S. P. + M. E. S.

d. MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (M. D. P.-C. D. E.) Aparentemente em crise na sua capacidade de mobilização popular, como reflexo do desaire eleitoral, onde ressaltou a inviabilidade da alternativa entre um P. C. considerado dogmático ou ortodoxo por alguns, e um P. S. motivando suspeitas de social-democrata para os mesmos. Esse desaire, quando situado na faixa do eleitorado acima citado, deve basear-se na incapacidade de definição política e na aliança demasiado incondicional, que mantém com o P. C. P. Pormenores recentes fazem prever uma evolução deste partido, passando por uma integração de outros sectores de esquerda não P. C. Actualmente, remete-se a uma táctica de defesa das posições que mantém em bastantes autarquias locais e comissões de moradores. Apoio e comprometimento reais quanto às tarefas da reconstrução do socialismo.»

### «Um estímulo socialista ainda inexistente»

A análise entra depois no sector económico do País, considerando que este não é de modo a permitir hesitações. «De facto — afirma — é imperioso que os trabalhadores portugueses se consciencializem que chegou a altura de intensificar o esforço da produção enquadrado num projecto socialista já definido pela reforma agrária, pela posse colectiva dos grandes meios de produção, já nacionalizados, e pela participação dos trabalhadores no controle da produção. É urgente substituir o estímulo do lucro, motor das sociedades capitalistas, por um estímulo socialista, ainda inexistente.

Os objectivos imediatos indicados são os seguintes:

**PLANO ECONÓMICO** — aumento da produção; criação do estímulo socialista; criação de órgãos de controlo da produção pelos trabalhadores.

**PLANO POLÍTICO** — descentralização regional da revolução, ligação estreita aos órgãos de participação popular e apoio á sua criação como processo de avanço da revolução e de superação das contradições partidárias; incentivação da consciência popular de participação, por via da revolução cultural.

Para a construção do socialismo são indicados três grandes objectivos a definir: a independência nacional, a estrutura do desenvolvimento e o modelo de sociedade. No que se refere ao desenvolvimento o documento apresenta as seguintes prioridades:

a) Agricultura: descentralização da indústria, com recurso á industria ligeira em zonas rurais.

b) Aumento acelerado do produto nacional bruto; industrialização pesada, com sacrifício do consumo em favor do investimento.

*(Relato publicado no Diário de Noticias de 20-5-1975)*

**COMUNICADO**

**DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (21/5/75)**  
**— O CASO REPÚBLICA**

O Conselho da Revolução tomou conhecimento do problema do jornal «República» e dos antecedentes que conduziram ao encerramento das suas instalações, a pedido da Administração, e seu encaminhamento através das vias legais, com vista à aplicação do disposto na Lei de Imprensa.

O Conselho apreciou igualmente a forma como o problema foi conduzido pelo Ministério da Comunicação Social e das tentativas de mediação levadas a cabo com vista à conciliação do conflito, as quais vieram, de resto, a ser reconhecidas pelas próprias declarações da direcção e redactores da «República», em telegrama endereçado àquele Ministério, bem como do apreço manifestado pelo Instituto da Imprensa de Zurique, cujos textos adiante se transcrevem.

Nestas condições não pode o Conselho da Revolução deixar de estranhar a atitude assumida por forças partidárias, convocando inclusivamente manifestações de protesto e de desagravo, quando o problema se acha em curso de solução legal, a única, aliás, consentânea com a ordem democrática que se pretende ver consagrada no País.

O Conselho da Revolução reafirma a sua determinação de ver as leis cumpridas e envidará todos os seus esforços no sentido de a solução ser tomada dentro do mais breve prazo por forma a garantir o direito à liberdade de informação, consagrada na lei.

**COMUNICADO**

**DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (21/5/75)**  
**— ANGOLA**

A Assembleia do M. F. A., reunida em 19 de Maio, com a agenda de trabalhos oportunamente divulgada nos órgãos de Informação, foi apresentada uma exposição, que constava da mesma agenda, sobre a situação em Angola.

Essa exposição, feita pelo Conselho Coordenador do Programa do M. F. A. em Angola (C. C. P. A.), demorou cerca de duas horas e meia tendo focado vários pontos. Em introdução analisou-se a problemática da descolonização em geral e o caso de Angola em particular. Seguiu-se a caracterização dos movimentos de libertação e doutras forças, quer internas quer inter-

nacionais e o resumo do evoluir da situação desde 25 de Abril, tendo sido dado especial relevo aos últimos acontecimentos, nomeadamente da área de Luanda, e ao problema dos desalojados. A exposição terminou pela análise das perspectivas de evolução e a definição da posição portuguesa perante a descolonização de Angola.

Tendo a Assembleia ratificado a posição exposta pela C. C. P. A., aliás perfeitamente inserida na política de descolonização definida para Angola, considera o Conselho da Revolução conveniente e oportuno mais uma vez reafirmar que a atitude de Portugal deverá ser a de «neutralidade activa» respeitando-se integralmente o acordo do Alvor, isto é, que os legítimos representantes do povo angolano são os três movimentos de libertação reconhecidos — F. N. L. A., M. P. L. A. e U. N. I. T. A.

Esta «neutralidade activa» não significa qualquer ingerência nos assuntos internos da competência do governo de transição de Angola, porque a descolonização é basicamente um problema angolano, mas tão-somente uma imposição firme, de fazer cumprir os diversos acordos, actuando em relação a todas as forças, nomeadamente marginais e reaccionárias, que tentem boicotar o processo de descolonização e, por reflexo, o processo revolucionário em Portugal. Neste contexto, as Forças Armadas Portuguesas não deixarão de actuar, pronta e firmemente, de acordo com as decisões da Comissão Nacional de Defesa.

Disposição firme, ainda, na denuncia, quer em Angola quer a nível internacional, de todas as violações dos acordos e de qualquer forma de interferência externa no processo de descolonização, que distorcendo-o, impedem a formação de uma consciência e unidade nacionais.

Portugal travará, pois, na frente diplomática, a batalha necessária em prol do povo angolano e manifesta o seu desejo de estreitamento e laços de cooperação em todos os campos, reconhecendo que, se descolonizar é fundamentalmente assegurar as condições para a transferência dos poderes político, económico e militar, esse processo exige prioritariamente, no momento presente, a manutenção da ordem, da paz e da segurança.

Reconheceu-se que não tem sido o País correctamente informado sobre o problema da descolonização e que, no entanto, o colapso ou o cumprimento deste ponto do programa, terá grande reflexo no processo revolucionário em Portugal e, principalmente, no povo angolano.

Angola tem neste momento que consolidar a sua consciência e unidade nacionais. Os seus legítimos representantes vão, em encontro de alto nível, materializar esta vontade política fundamental para a continuação do processo. Esta vontade política permitirá resolver os grandes problemas angolanos que se traduzem nos sectores da segurança, da economia e da institucionalização do poder político após a independência.

Assim, passar-se-á progressivamente e dentro dos prazos definidos no acordo do Alvor, de um equilíbrio de 4 forças, para um

equilíbrio a 3 forças angolanas, competindo ao povo angolano a manutenção e a definição política do seu futuro.

Sendo este encontro realizado entre os três representantes máximos dos três movimentos de libertação, considera o Conselho da Revolução que se trata de uma manifestação clara da sua maturidade e capacidade políticas, em virtude das responsabilidades a nível angolano e mundial que assumem.»

### **Apelo para a vigilância revolucionária**

E prossegue o comunicado:

«Está o Conselho da Revolução convencido de que, encontrada esta plataforma política, parte dos portugueses actualmente em posição difícil devido aos últimos acontecimentos, reconsiderará na sua actual intenção de se deslocarem para Portugal, o que não significa que não continuem em andamento as diligências necessárias para assegurar o seu transporte. Está-se seguro que o povo português continuará a receber estes portugueses com compreensão e condignamente, pois que, afinal, os mesmos só agora se apercebem que mais não foram do que vítimas alienadas do anterior sistema colonial. Os responsáveis e alimentadores da exploração colonialista não se encontram certamente entre os desalojados que agora se acham apenas na dependência da protecção e auxílio oficial.

Chama-se também a atenção do povo português para o modo como em órgãos da Informação em Portugal se tem tratado o processo angolano e se tem dado cobertura a afirmações e intervenções de personalidades ou grupos partidários. Esta informação tem sido, na sua grande maioria, distorcida, alarmista e unilateral. Respeitando o princípio da liberdade de Imprensa, o Conselho da Revolução não pode deixar de lamentar esta superficialidade de informação, cujas consequências, por graves, não devem passar em claro, até porque o povo português tem direito e necessidade de um esclarecido acompanhamento da evolução do processo, que lhe permita encontrar-se para os reflexos (positivos ou negativos) que o mesmo possa vir a ter na evolução da revolução portuguesa.

Além disso, sendo o processo revolucionário em Portugal actualmente ameaçado em Angola, apela para a vigilância revolucionária, já que admite que a reacção, sobretudo a internacional, aproveite a ligeireza com que a informação tem tratado deste assunto, tão importante, para conseguir novos meios de aumento de tensão e provocação. Informações mais detalhadas sobre Angola serão oportunamente fornecidas pelos camaradas do C. C. P. A. e Gabinete de Angola na Comissão de Descolonização.

Finalmente, o Conselho da Revolução manifesta o seu apreço pela actuação das Forças Armadas Portuguesas em Angola, reiterando-lhes o seu total apoio.

Considera, desde já, como bastante prometedores os resultados parciais já colhidos pela aplicação das medidas acordadas



no Conselho de Ministros do Governo de Transição de Angola e na Comissão Nacional de Defesa, que constam do comunicado de 12 de Maio da Comissão Nacional de Defesa, por já haverem contribuído para algumas condições de segurança interna que permitam o exercício do Governo de Transição, ponto de partida indispensável para pôr em prática e manter planos já aprovados e a aprovar.

## CONSELHO DA REVOLUÇÃO (22/5/75)

### — O CASO REPÚBLICA

O Conselho da Revolução, reunido em sessão extraordinária, apreciou a actual situação política e decidiu fazer mais um apelo ao povo português e aos partidos políticos para a unidade nacional, em face da dura tarefa de reconstrução que o País defronta, e da qual a batalha da produção, já iniciada, constitui o objectivo fundamental, perante o qual todas as lutas ou querelas partidárias se deverão apagar.

Reprova-se, assim, toda a especulação feita em torno da paralisação do jornal «República», que resultou de um confronto entre a administração e trabalhadores da empresa, e a forma como um litígio foi explorado no interior e no estrangeiro, denegrindo novamente o prestígio do País de maneira absolutamente desproporcionada à importância do incidente.

A este respeito, lembra que a instituição das liberdades democráticas foi e é iniciativa do M. F. A. e que a sua defesa não é exclusivo de qualquer partido político, mas sim do próprio M. F. A. e de todo o Povo Português.

Reprova ainda o recurso demagógico em propaganda partidária ao fantasma da «ditadura», acenado constantemente na frente dos sectores populacionais menos esclarecidos, pois o M. F. A. já demonstrou, e as últimas eleições realizadas são disso a prova evidente, que nunca consentirá na instituição de novo sistema ditatorial em Portugal.

Por fim, reconhecendo mais uma vez que a Aliança Povo-M. F. A. constitui a base fundamental da revolução e do seu caminho para o socialismo português, não aceitará que qualquer partido, ou partidos, se considerem como exclusivos intermediários nas ligações políticas, sociais e culturais entre o M. F. A. e o povo.

## ASSEMBLEIA DO M. F. A. (26/5/75)

### — APOIO A VASCO GONÇALVES

A Assembleia abriu com uma breve exposição feita pelo Presidente da República, que focou as repercussões que estão tendo na opinião pública portuguesa e, especialmente, na opinião pública internacional, os últimos acontecimentos políticos em Portugal, devidos, na maior parte, ao seu intencional e desproporcionado empolamento.

Foram ainda relatados à Assembleia, pelo almirante Pinheiro de Azevedo, as impressões sobre a reunião de alto nível da N. A. T. O., em que participou. Salientou que a delegação portuguesa não foi sujeita a qualquer tipo de pressão que tivesse como causa a posição política interna.

O major Vítor Alves fez um relato da situação política em Timor, aonde se deslocou em missão definida pela Comissão Nacional de Descolonização. Integrada nesse relato, fez ainda breve exposição sobre a situação política no Extremo Oriente.

Por ter sido julgado conveniente alterar a ordem dos trabalhos anteriormente fixada, passou-se à discussão do seu ponto n.º 4 — Consolidação da Aliança Povo-M. F. A. Foi aprovada na generalidade uma proposta do Gabinete de Dinamização do Exército, a desenvolver por um grupo de trabalho, no sentido de reforçar a Aliança Povo-M. F. A. através da ligação da estrutura do M. F. A. às organizações populares. Estas organizações entendem-se sob uma perspectiva unitária, tendente a superar quaisquer divergências partidárias e a garantir uma sequência correcta do processo revolucionário, tendo em conta que não se pretendem marginalizar as organizações de massas já existentes no País.

Na parte da tarde, abrangendo os pontos n.ºs 2 e 3 da agenda, os trabalhos foram retomados com a análise da actual crise política. Após esclarecimentos prestados por membros do Conselho da Revolução e de intervenções dos delegados foi aprovada pela assembleia uma recomendação, para orientação do Conselho da Revolução, no sentido de, com firmeza, se proceder à mais rápida resolução da crise aberta, transmitindo e fazendo sentir aos dirigentes do Partido Socialista o teor geral das críticas que a assembleia manifestou pela sua não comparência nos últimos Conselhos de Ministros.

Foi aprovada, por unanimidade e por aclamação, uma moção apresentada pela Comissão Nacional de Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, em que se considera, nas suas linhas gerais, que o M. F. A., para dinamizar e acompanhar a realização das directivas política dimanadas do Conselho da Revolução e da sua

Assembleia de Delegados, necessita da presença, nos níveis mais elevados do Executivo, de elementos cuja consciência política, prestígio e dedicação à causa revolucionária sejam inequívocos. Nesse sentido, a Assembleia, afirmando serem as funções de primeiro-ministro de fundamental importância dentro do Movimento das Forças Armadas, reiterou, uma vez mais, o seu apoio ao brigadeiro Vasco Gonçalves no desempenho daquelas funções.

## COMUNICADO DO COPCON (29/5/75)

— M. R. P. P.

«1. Desde o 25 de Abril de 1974 que o chamado Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, na sua maioria constituído por jovens estudantes, tem vindo a demonstrar, nas suas formas de actuação, uma constante procura de confrontação com as autoridades revolucionárias constituídas, quer através de um intenso verbalismo demagógico de falso esquerdismo maoísta, quer de uma bem preparada e orquestrada actividade panfletária e de imprensa escrita.

2. Constitui o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado um grupo político de actividade mais semelhante a um qualquer tipo de seita religiosa, com reduzida implantação junto das autênticas massas trabalhadoras do País, que tenta a todo o transe angariar adeptos para a sua frouxa ideologia, desenquadrada de uma acção revolucionária consciente, sólida e construtiva. Tais características motivaram, por um lado, o seu total isolamento face a todos os outros grupos ou partidos do leque político nacional, e por outro o aproveitamento feito por facções marcadamente contra-revolucionárias. No entanto, foi sempre de benévola condescendência a atitude do COPCON face à dinâmica falsamente revolucionária do M. R. P. P., evitando responder à violência com a violência e não possibilitando a conquista, junto de honestos cidadãos desprevenidos, de uma popularidade fácil pela via do martirologio da revolução.

3. Perante o povo português, o COPCON, braço armado das Forças Armadas para a defesa da Revolução, acusa o M. R. P. P. dos seguintes factos: em 15 de Maio, sequestro do ex-fuzileiro Coelho da Silva, que posteriormente foi espancado por militantes desse movimento; em 18 de Maio, espancamento do alferes comando Marcelino da Mata, e de mais dois indivíduos; em 18 de Maio, em Coimbra, sequestro, espancamento e outras sevícias ao primeiro cabo comando reformado, mutilado de guerra, Maximino dos Santos.

4. Face ao exposto e na sequência de uma primeira acção desenvolvida em Coimbra, em 27 de Maio, foi desencadeada, na noite de 28 de Maio, uma operação na área de intervenção da Região Militar de Lisboa, tendo como objectivos os locais onde se

reuniam os presumíveis responsáveis pelos referidos factos, com vista à sua detenção e à captura de material, cuja posse se considera ilegal.

5. Fiel ao espírito do seu Programa, o Movimento das Forças Armadas reafirma o propósito de garantir as liberdades fundamentais dos cidadãos sob qualquer forma, não pactuando com grupos extremistas que recorram ao uso da violência e à prática de agressões atentórias da ordem pública e da dignidade humana grupos esses colaborando assim, sem margem para dúvidas com todos aqueles que se opõem à construção da revolução socialista que o povo português ambiciona.

Forte Alto do Duque, 29 de Maio de 1975».

## **COSTA GOMES NA ABERTURA DA ASEMBLEIA CONSTITUINTE (2/6/75)**

As dinâmicas revolucionárias avançam na resultante de miríades de actos espontâneos ou condicionados, individuais ou colectivos, mas que projectam os povos para fora do enquadramento das leis e normas sociais que os espartilham em situações políticas anteriores.

Revoluções são processos em que os povos, depois de romperem um metabolismo social tornado intolerável, entram em marcha, mais ou menos acelerada, até atingirem um novo patamar de equilíbrio social, historicamente transitório.

Nos patamares do equilíbrio social dos povos, compete aos legisladores prepararem legislação avançada, serem clarividentes, para que o enquadramento político permita crescente dimensão à dignidade humana, e não crie as tensões sociais que conduzem às revoluções, fenómenos cujo saldo é sempre aleatório.

Nos períodos revolucionários, quem legisla encontra-se em situação ainda mais complexa. Terá de reconhecer uma ou mais fases agudas, em que o processo revolucionário se projecta com aceleração tal que, muitas vezes, uma lei, no momento em que se publica, é apenas a baliza de um trajecto ultrapassado.

O amadurecimento do fenómeno revolucionário cria fases de menor aceleração, em que os legisladores poderão já prever e implantar marcos legais, suficientemente avançados, que não sejam balizas do passado, mas pontos firmes de apoio, em que o processo revolucionário sente a segurança e o equilíbrio a que o ser humano aspira.

Retenhamos daqui a necessidade de promulgar marcos legais com seguro avanço.

Outra característica da vivência em clima revolucionário é uma constante flutuação no rumo do processo, o qual é a inte-

gração de vontades individuais, de fenómenos de massa, das correntes políticas empenhadas, das acções e reacções mais inesperadas.

Cada ponto de um processo revolucionário é o momento histórico da síntese convulsional entre a situação que se ultrapassa e um somatório dos anseios vitais das forças revolucionárias em luta.

Em revolução, na génese de uma lei avançada, interessa eliminar o risco de ver a dinâmica do processo torná-la inútil por passagem flanqueante.

Teremos assim de registar a necessidade de estudo prospectivo e inspiração para o posicionamento adequado da legislação com indispensável avanço.

Consideremos ainda os aspectos qualificativos das revoluções. São fenómenos benéficos quando conduzem a sínteses sociais onde o homem seja mais livre e mais feliz, onde a sociedade seja mais próspera e mais justa.

Se considerarmos que o processo revolucionário vai sempre sofrendo a influência da legislação, digerindo-a quando a ultrapassa ou respeitando-a quando a aceita, haveremos de registar influências benéficas ou malélicas, activas ou reactivas daqueles que formulam os diplomas.

Em visão sinóptica, poderemos concluir que o legislador revolucionário só garante a eficácia histórica da sua acção criando legislação avançada, bem adequada ao curso futuro do processo revolucionário, com conteúdo qualitativo que contribua para a felicidade e dignidade humana da sociedade a que se destina.

Na situação dinâmica de um povo em revolução a extrema sensibilidade do corpo social dramatiza os efeitos imediatos da legislação criada.

Um diploma pode actuar como passageiro analgésico, como excitante explosivo, como medicamento equilibrador ou como tóxico reaccionário.

Esta hipersensibilidade social tem efeito multiplicador nas responsabilidades de quem legisla, em período revolucionário por mais simples que seja a matéria em causa.

Vejamos agora o caso especial de redigir uma constituição.

A lei fundamental de um país, quando adequada, é certamente a mais importante obra que se pode realizar para um povo.

Nenhuma outra é susceptível de tanta influência nos destinos de uma sociedade.

Uma constituição que se respeite pode retrogradar ou fazer avançar decénios a marcha ascensional do povo a que se destine.

No caso específico da constituição portuguesa, a preparar por esta ilustre assembleia, introduziu-se um elemento original, o «acordo M. F. A.-partidos».

Muito se tem dito e escrito sobre a existência deste acordo prévio, o qual se tornou imprescindível por duas razões essenciais:

Primeiro porque ao redigir a constituição se correria o referido risco de fazer retrogradar decénios o impulso socializante em que avança a nossa sociedade; nem as classes desfavorecidas, nem o M. F. A., nem os partidos interessados nesse avanço estariam dispostos a correr tal risco.

A segunda razão poderá também pesar a especialistas de direito constitucional mas é politicamente transparente.

Queremos que a nossa revolução progrida para um socialismo pluripartidário, em simbiose fecunda entre as vias revolucionária e eleitoral.

Pois as condições actuais são o contributo revolucionário para a nova constituição; assim se obteve o efeito tranquilizador que permitiu que fossem às urnas muitos votantes que doutra forma considerariam prematuras as eleições; assim provou o M. F. A. e os partidos subscritores do pacto a sua capacidade de serem garantes do avanço contínuo para o socialismo original que desejam as classes mais sacrificadas do povo português.

Este acordo constitucional é pois um esquema de segurança e um contributo revolucionário, um fecundo padrão que marca a originalidade da revolução socialista portuguesa.

Senhores deputados, nós e o futuro, a revolução e a história julgaremos impiedosamente a vossa capacidade de construir a obra grandiosa e difícil dum esquema constitucional capaz de gerir o período transitório desta revolução original em marcha rápida para o socialismo.

Se a existência do acordo M. F. A.-partidos vos fornece uma base inicial indiscutível, a necessidade de sintonia estrutural com essa base torna mais complexo o esforço gigantesco de legislar simultaneamente com imaginação e senso, flexibilidade e solidez, ousadia e prudência.

É tarefa para génios gizar uma constituição revolucionária, tão avançada que não seja ultrapassada, tão adequada que não seja flanqueada, tão inspirada que seja redentora, tão justa que seja digna dos trabalhadores de Portugal.

Senhores Deputados:

Em nome dos mais humildes, das classes mais desfavorecidas, que desejam na luta do trabalho diário o avanço da nossa Revolução, vos peço que minimizeis os vossos interesses partidários, subordinando-os à consciência afinada pelos interesses maiores da Pátria e do Povo de Portugal.

Esperamos de vós uma constituição com conceitos tão sólidos que garantam a estabilidade governamental do período transitório que pautará, mas que tais conceitos sejam tão amplos que não limitem o progressismo revolucionário do Povo e das suas Forças Armadas.

Que no pluralismo das vossas opiniões saibais encontrar rapidamente as fórmulas superiores que garantam a unidade e a reconstrução nacional.

A partir de hoje, milhões de portugueses seguirão ansiosos mas cheios de esperança o labor desta Assembleia.

## COSTA GOMES EM PARIS, A VALERY GISCARD D'ESTAING (4-6-1975)

«As minhas primeiras palavras são de agradecimento a V. Ex.<sup>ª</sup>, sr. Presidente, pela oportunidade e pela generosidade que teve em me convidar para visitar este belo país, tão conhecido e tão querido de todos os portugueses.

V. Ex.<sup>ª</sup> pode calcular, que nesta minha decisão de começar as visitas de Chefe do Estado, pela França, aos países nossos amigos, não foi uma mera questão de acaso.

Como V. Ex.<sup>ª</sup> acaba de afirmar, são bem conhecidos os laços históricos que nos unem e, eu posso dizer que a história de Portugal está intimamente ligada às suas relações com o povo francês, desde o início da nacionalidade até aos nossos dias.

Apesar, porém, dos laços históricos, sentimentais, culturais e de amizade que nos unem, se não houvesse outro motivo, eu teria tido ocasião de me decidir pelo facto de, neste momento, termos em França, a trabalhar junto dos vossos operários, um decénio da população portuguesa.

Desejo aproveitar este momento para agradecer a V. Ex.<sup>ª</sup>, ao Governo francês e aos trabalhadores franceses a forma muito fraterna e muito amiga como têm acolhido os nossos trabalhadores.

Salientou V. Ex.<sup>ª</sup>, sr. Presidente, as dificuldades que se sentem no meu País pelo facto de termos, há pouco mais de um ano, deposto uma ditadura, a mais longa da História, e que nos causou tremendos malefícios.

A nossa Revolução, que eu considero uma das revoluções mais puras e famosas da História da Humanidade, porque foi feita pelos militares, quase sem derramamento de sangue, tem na sua génese algumas dificuldades. Eu posso afirmar, mais uma vez, que a nossa Revolução tem por finalidade a construção de uma democracia pluralista, de um socialismo livre, onde sejam respeitados os direitos do homem e onde todos os portugueses possam subsistir numa sociedade em que seja completamente banida a exploração do homem pelo homem.

Como se afirma no Programa do Movimento das Forças Armadas, a Revolução respeita escrupulosamente todos os tratados que o Governo Português tinha afirmado, incluindo o Tratado do Atlântico Norte, e o Governo português está disposto a cumprir fielmente estes tratados.

Sr. Presidente, eu agradeço-lhe a compreensão que demonstrou para com o meu País e a sua situação actual, porque me parece que, mercê de circunstâncias várias, a situação político-social de Portugal tem sido bastante deformada, quando transpõe as fronteiras e é observada pelos países, quer europeus quer ame-

ricanos, que sempre têm mantido as melhores relações connosco.

Espero que a minha visita possa realmente colocar a situação de Portugal nos seus devidos termos, e peço a V. Ex.<sup>ª</sup> e ao povo francês, que eu tanto considero, porque a ele devo tanto da minha formação intelectual e da minha cultura, que nesta altura realmente se debrucem um pouco mais sobre os problemas do meu País e tenham um pouco de compreensão e de estima pelo que ali se passa.

Para finalizar, eu quero reiterar os meus agradecimentos a V. Ex.<sup>ª</sup> e quero dirigir a todo o povo francês uma saudação fraterna e muito sincera, não só minha como de todo o povo português. Viva a França!»

## COSTA GOMES

### NA EMBAIXADA DE PORTUGAL

### EM PARIS

### (5-6-1975)

Um velho princípio do Direito Internacional permite-me considerar esta Embaixada como um pedaço da minha Pátria. Esta figura jurídica do mundo diplomático invoca em mim um maior desejo de, muito lusitanamente, ser sentimental quando vos confessar a admiração e estima que o povo português sente pela França e ser pragmático quando declarar a linha dos interesses que, em reciprocidade mútua, desejamos salvaguardar.

É hoje difícil encontrar em Portugal uma simples aldeia ou uma família humilde de operários ou camponeses que não refiram com simpatia a presença em França de alguns dos seus membros. Ao estudante português é sempre grato conhecer bem o que o espírito francês avançou na matéria da sua preferência. Nenhum intelectual, artista, cientista, político, militar, economista ou poeta perde a oportunidade de conhecer as obras dos seus colegas franceses. Creio serem estas as maiores homenagens que os operários, camponeses e intelectuais portugueses poderiam prestar ao povo francês, à superior consciência colectiva que se chama França.

Deste carinho instintivo e subconsciente, desta adesão sentimental e intelectual do povo português em relação à França, fluem-se responsabilidades recíprocas, vinculações fraternas que impõem direitos e deveres que os dois povos terão de saldar nos momentos oportunos.

Foi, pois, em natural exercício dessa vinculação fraterna que coloquei sincera e abertamente a V. Ex.<sup>ª</sup>, como representante maior da França, as dificuldades e esperanças do povo português.



A limitação de tempo e o momento não permitiriam resumir aqui todas as coordenadas dos problemas portugueses em que a França tem intervenção possível e desejável. A reconversão económica a que procedemos em Portugal está a agravar uma crise que levará seu tempo até atingir uma nova situação de equilíbrio, mais sã e mais fecundo. O Mercado Comum, G. A. T. T. e E. F. T. A. são parceiros fundamentais do nosso jogo económico. É legítimo esperar estudo e compreensão no sentido de nos permitirem minimizar a crise em curso. Conhece V. Ex.<sup>a</sup> as negociações relativas a importações e exportações nossas, as formas alargadas de apoio técnico e financeiro, industrial e agrícola, que bilateral e multilateralmente temos proposto. Pois a França, V. Ex.<sup>a</sup> e o seu Governo têm força e prestígio para influenciar a resposta digna a problemas concretos que se colocarão em relação a Portugal. Não necessito sugestionar a opinião de países europeus citando verdades que bem conhecem.

O equilíbrio da economia portuguesa é vital para a solução democrática no socialismo humanizante e pluralista que Portugal deseja construir.

Acreditamos que a estabilização de uma política portuguesa, independente e com vocação mundial, seja significativa no equilíbrio do sistema de forças da Europa no Mundo. No xadrez como em política nem sempre são as grandes peças que decidem o final das partidas. A França tem um papel amigo a desempenhar no apoio à estabilização da política portuguesa. Para terminar, recordaria simbolicamente que falo em nome de Portugal, dos seus trabalhadores e da sua juventude. Sinto-me assim mais à vontade para em nome do povo português agradecer ao Presidente da República da França a decidida compreensão que tem manifestado em relação aos problemas portugueses discutidos em comum. Sinto-me mais à vontade para em nome das mulheres de Portugal agradecer o encontro da companhia desta reunião de senhoras francesas tão ilustres como as presentes. Aos senhores ministros da França e aos seus colaboradores, senhor presidente, desejo transmitir a grata impressão recolhida não só da compreensão por Portugal mas ainda da craveira intelectual e dos profundos conhecimentos demonstrados. Levanto a minha taça em honra da França e de V. Ex.<sup>a</sup>, das senhoras e senhores aqui presentes. Bem hajam!

# COMUNICAÇÃO DE COSTA GOMES

(4/6/1975)

## — CONTRA OS BOATOS

«A crise económica do País exige muito trabalho e poucas palavras, o que, infelizmente, não é um hábito generalizado.

Se hoje venho falar a todos os portugueses é porque — como sempre que falo — entendo cumprir um dever ou prestar um serviço ao povo a que pertença.

Entendo que, mais uma vez, se torna necessário sublinhar que estamos falando demasiado e trabalhando excessivamente pouco.

Vem isto a propósito de uma verdadeira ofensiva de boatos que, sobretudo nos últimos dias, está a conduzir o País a um ambiente doentio de agitação e ansiedade, clima muito propício a situações contra-revolucionárias, adverso da tranquilidade, da ordem e do trabalho.

Nesses boatos, cujas origens desconheço, o denominador comum é, essencialmente, a projecção da ideia de que há antagonismos graves no seio das Forças Armadas.

Afirmam-se divergências insanáveis no interior do M. F. A., incluindo entre elementos do Conselho da Revolução. As fontes dos boatos sempre afirmam o que desejariam, na esperança de provocar o acontecimento.

O boato — hoje como ontem — é sempre a arma traiçoeira com a qual o tímido ataca o forte e o Governo.

Como chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas cumpre-me informar, hoje e agora, sobre a situação das Forças Armadas, o braço forte de um povo em marcha para o socialismo.

Não nego a existência de correntes de opinião entre militares, como homens livres de um povo que se realiza.

Não negaria que, felizmente, no Conselho da Revolução temos o hábito de discutir livremente, com a serena certeza de que no curso dos trabalhos sempre encontraremos uma solução útil.

No entanto, só as forças contra-revolucionárias se podem interessar, a partir do salutar pluralismo de opiniões, extrapolar doentamente para situações de confronto.

Hoje, como chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, vos afirmo que estamos coesos na acção, decididos a defender a ordem e a tranquilidade do povo português, determinados a vencer com disciplina e trabalho.

Não hesitarei em repetir que, neste momento, da nossa revolução socialista o que é essencial é trabalhar mais e produzir **melhor**.

Necessitamos de serenidade, de uma atmosfera de calma física e psíquica que nos conduza a patamares novos de tolerância e disciplina nos trabalhos e sacrifícios a enfrentar.

Antes de terminar, pediria a todos os portugueses que se tornassem verdadeiros revolucionários.

Hoje, um verdadeiro revolucionário é aquele que:

- Trabalha mais e produz melhor do que ontem;
- É limitado e construtivo nas suas reivindicações e exigências;
- Não contribui para a propalação de boatos, afirmando o seu espírito crítico por padrões serenos e saudáveis;
- Tem comportamentos e atitudes que contribuem para um clima de sensatez, tolerância e disciplina social.

Termino com a esperança de que estamos pagando o preço de ser livres e apenas isso. Boa noite, o trabalho espera por nós.»

## CONSELHO DA REVOLUÇÃO

### — O CASO «REPÚBLICA»

(6-6-1975)

«O Conselho da Revolução, após ter ouvido as diversas partes envolvidas e examinado os considerandos e pareceres emitidos por órgãos responsáveis sobre o caso do jornal «República», delibera:

1 — O jornal «República» reabrirá logo que a administração assim o solicite às mesmas autoridades militares que, a seu pedido, procederam ao encerramento das instalações.

2 — Não serão admitidos saneamentos da administração, direcção e conselho da redacção, conforme tem sido reivindicado pelos trabalhadores, medida que, aliás, viria nomavente a pôr em causa a Lei de Imprensa em vigor.

3 — Não serão igualmente admitidas transferências de trabalhadores, conforme a administração tem exigido nas conversações (embora não se tenha pronunciado por despedimentos), a menos que os próprios trabalhadores, caso a caso, livremente desejem ser transferidos. A verificar-se esta última circunstância, garantir-se-á, através do Ministério da Comunicação Social e do Ministério do Trabalho, a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores, incluindo garantia de postos de trabalho.

4 — A reabertura do jornal «República» nas condições acima estipuladas pressupõe a garantia, por parte do Conselho da Revolução, de que, enquanto não se proceder à sua revisão, se dará cumprimento integral à Lei de Imprensa.

5 — O Conselho da Revolução, de acordo, aliás, com o parecer emitido pelo Conselho de Imprensa, e tendo ainda em conta o debate público, já espontaneamente iniciado sobre o assunto e

para o qual a própria iniciativa dos trabalhadores da «República» muito terá contribuído, admite que o texto da Lei de Imprensa esteja inadequado ao contexto da actual fase da revolução portuguesa. Nestas condições recomenda, pois, o Conselho da Revolução ao Governo que, através do Ministério da Comunicação Social, seja desde já iniciado o processo de revisão do referido diploma.

## PODER POPULAR

### — DOCUMENTO GUIA DO PROJECTO ALIANÇA POVO-MFA (ASSEMBLEIA DO MFA (8/6/1975))

#### 1. INTRODUÇÃO

*A aliança Povo-MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente. A acção libertadora do 25 de Abril, continuada por todo um conjunto de atitudes do MFA e dos partidos políticos progressistas e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido manter um nível suficiente de coesão Povo-MFA. No entanto, a manutenção e consolidação da aliança Povo-MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes exploradas. Neste aspecto, urge prosseguir a obra iniciada em 25 de Abril de 1974. É dentro do âmbito de uma Revolução Cultural, pela aplicação das potencialidades militares e civis, nos campos técnico, humano e material que se mobilizará decisivamente o Povo para a Revolução. A prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Esta premissa «sine qua non» de consolidação da aliança está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide.*

*Por outro lado, e ainda numa intenção de mobilizar o Povo para a Revolução, é necessário que às massas trabalhadoras sejam asseguradas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, numa prática democrática, independente e unitária.*

*Torna-se necessário aproveitar, concretamente, esta realidade fundamental, aliança Povo-MFA, estimulando-a e apoiando-a para a defesa e dinamização da Revolução em curso.*

*A Defesa e Dinamização da Revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas:*

a) *Fomentar a participação revolucionária das massas, no sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular;*

b) *Defender a Revolução dos ataques das forças reacçãoárias, através de uma consciencialização profunda das exigências do processo e da criação de organismos de defesa;*

c) *Vencer a batalha da economia.*

*Enquanto a produção não for suficiente para as necessidades globais do País, será necessário um grande esforço das massas trabalhadoras. É fundamental, portanto, vencer-se a batalha da economia, superando o fraco desenvolvimento das forças produtivas, ampliando e desenvolvendo o controlo operário, alargando-se o campo do sector estatal e procurando-se a acumulação necessária à nossa independência económica.*

*Para assegurar o cumprimento dos pontos anteriormente indicados, terá de se cuidar:*

## 1. No campo interno:

a) *De criar e desenvolver um amplo sector estatal, que seja o reflexo do domínio da economia nacional por parte de um Estado Democrático, em substituição de uma economia privada dominada pelo capital monopolista, que paralisa o desenvolvimento da produção;*

b) *De substituir uma estrutura agrária de profundas raízes feudais por uma outra que possibilite a expansão do progresso, objectivo claramente definido na Reforma Agrária, cuja aplicação deverá ser escrupulosamente controlada pelas massas trabalhadoras rurais organizadas;*

c) *Saneamento do aparelho de Estado, bem como sua descentralização, com vista à construção de um novo aparelho de Estado, de base popular, de modo a que, através de uma coordenação eficaz, se dinamizem as potencialidades das iniciativas dos órgãos populares locais, associadas a uma ampla autonomia de decisão e de capacidade de resposta, no domínio do poder financeiro, o que porá o produto do trabalho nacional ao efectivo serviço das massas trabalhadoras;*

d) *De incentivar e apoiar as formas do controlo dos meios de produção pelos trabalhadores;*

e) *Definir uma política económica global onde se insiram os sectores prioritários de desenvolvimento;*

f) *De definir uma política económica em cada um desses sectores.*

## 2. No campo externo:

a) *Garantir, até às últimas consequências, o cumprimento do processo de descolonização em África, porque, numa perspectiva histórica, lúcida e desapaixonada, o futuro independente de Portugal terá de assentar numa base de fraternas relações com as nossas ex-colónias, no domínio das relações políticas, sociais e económicas;*

b) Evitar qualquer tipo de hegemonia ideológica, política ou económica, sobre o processo revolucionário português;

Garantir a manutenção de relações cordiais com todos os povos do globo; e consolidar um poder económico que garanta a independência nacional.

Não se pretende, nem ignorar os partidos devotados à construção do socialismo, nem militarizar o Povo.

Pretende-se criar uma organização de massas que, no momento actual, dentro de uma perspectiva correcta de luta de classes, congregue, unitariamente, os trabalhadores e chame a si as tarefas concretas de Defesa da Revolução, atrás descritas.

Esclarece-se que a Revolução se defende com a consolidação das conquistas alcançadas, através de organização, vigilância, trabalho, disciplina e autoridade e com o avanço efectivo para a implantação do poder das massas trabalhadoras.

Esta organização de massas, promovendo, pela sua formação e prática, a unidade das massas trabalhadoras, criará condições para que os partidos políticos interessados na construção do socialismo encontrem formas de cooperação e entendimento que levem à unificação dos seus esforços para a correcta consolidação da vanguarda política do processo revolucionário.

Estes objectivos passam pelo cumprimento do Programa de Acção Política apresentado pelo Conselho da Revolução, por uma prática unitária do Governo Provisório, por uma política de informação ao serviço do processo revolucionário e por uma prática do MFA de exemplar unidade, austeridade, autoridade e disciplina. Este último ponto entende a prática revolucionária da crítica e autocritica no seio do MFA.

Em face do que fica exposto sugere-se a seguinte estrutura de aliança Povo-MFA:

## 2.1 Explicação orgânica

2.1.1 — A estrutura da Aliança Povo-MFA terá três linhas fundamentais: a do MFA, a Popular e a Governamental.

Dentro desta fase de transição, o aparelho de Estado deverá ser saneado e progressivamente substituído, descentralizando os seus poderes (administrativo e financeiro), permitindo a iniciativa local sob o controlo, fiscalização e progressiva tomada do poder pelos organismos populares.

2.1.2 — As Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de base popular formarão Assembleias Populares Locais, de Freguesia ou por área a definir.

2.1.3 — Destas Assembleias Locais se formam as Assembleias Municipais e assim sucessivamente até à Assembleia Popular Nacional.

2.1.4 — A participação física do MFA começa nas Assembleias Municipais e Distritais pelas ADU's, nas Regionais, pelas ADR's e na Nacional pela AMFA. Entenda-se que as ADU's

são assembleias de unidades do Exército, Marinha e Força Aérea e Forças de Segurança.

2.1.5—O Conselho da Revolução é o órgão máximo da soberania nacional.

2.1.6—As Assembleias Populares são apoiadas pelo MFA e órgãos do aparelho de Estado, exercendo sobre estes controlo da gestão pública na qual participam.

## 2.2 Lançamento das organizações populares

2.2.1—Numa primeira fase as ADU's incentivarão através de sessões de esclarecimento e informação, o lançamento das Comissões de Moradores e Trabalhadores nos locais onde ainda não existam.

Nos locais onde já existem estruturas desta natureza haverá igualmente sessões de esclarecimento e informação sobre os verdadeiros objectivos do MFA.

Posteriormente, em contacto com estas organizações de base, colher-se-á a experiência da sua prática, recolhendo ensinamentos que serão divulgados no sentido de melhorar os procedimentos e alcançar resultados.

Após a apreciação pelo MFA proceder-se-á ao reconhecimento das organizações.

2.2.2—Numa segunda fase, a curto prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Locais e Municipais.

2.2.3—Numa terceira fase, a médio prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Distritais.

2.2.4—Numa quarta fase, a longo prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Regionais.

2.2.5—A Assembleia Popular Nacional, órgão superior de participação popular, será a última e distante etapa desta estrutura.

## 3. NORMAS ESTATUTÁRIAS

### 3.1 Generalidades

A organização popular proposta assenta, fundamentalmente, nas comissões de trabalhadores e nas comissões de moradores. Consideram-se também organismos de base os conselhos de aldeia, as cooperativas, as ligas de pequenos e médios agricultores, as colectividades e outras associações de base popular.

Estruturas em vias de lançamento sob iniciativas várias devem ligar-se aos organismos de base definidos, CM e CT, os quais ampliarão a sua constituição, a fim de absorver e disciplinar intenções de consolidação e garante do processo revolucionário, no que se refere às tarefas das organizações de base referidas em 3.2.2.

Em conclusão, as CM e CT e outras organizações da base chamarão a si as tarefas de Defesa da Revolução.

*As presentes normas estatutárias respeitam às já existentes nas diversas organizações, devendo estas ser ampliadas, a fim de incluir os objectivos aqui definidos.*

### 3.2 Princípios orientadores da organização popular

#### 3.2.1 Objectivo

*O objectivo fundamental e último é o da construção da sociedade socialista definida no Plano de acção Política do Conselho da Revolução.*

*Como este objectivo só se consegue em unidade, todos os níveis da organização popular devem, pois, ser unitários.*

*Este conceito de UNIDADE define-se da forma seguinte:*

*— Independência de vinculação partidária.*

*— Representatividade democrática a partir de sectores populacionais ou unidades de produção.*

*— Associação para resolução de problemas concretos.*

*A melhor garantia para se obter este objectivo é ser o MFA, movimento suprapartidário, a acompanhar e incentivar este processo, apoiando-o, integrando-o e reconhecendo as organizações que, pela prática, o justificarem.*

#### 3.2.2 Tarefas das organizações de base

*As Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, etc., deverão, além das suas funções específicas, promover, de acordo com as suas características, as seguintes actividades:*

*— Trabalho político, através de informação e esclarecimento nos sectores profissionais ou populacionais.*

*— Acção social, nos campos de saúde e assistência, cultura e desportos, alfabetização, habitação e urbanização, transportes, etc.*

*— Acção económica, pela batalha da economia, controlo sobre os meios de produção dos sectores nacionalizados e privados, abastecimento e preços, etc.*

*— Vigilância, pela defesa das instalações e zonas urbanas, através de permanência física, por turnos, controlo de entradas, canalização de informações para os órgãos oficiais competentes, etc.*

*Esta actividade, em casos especiais (pontos estratégicos da economia nacional), por iniciativa do próprio MFA e sob o seu controlo e enquadramento, pode traduzir-se em tarefas de auto-defesa.*

*— Reforço da aliança Povo-MFA, como actividade sempre presente destas organizações.*



### 3.2.3 Tarefas das Assembleias Populares

*As Assembleias Populares terão as seguintes missões fundamentais:*

- *Transmissão até ao nível próprio da decisão das aspirações, opiniões e exigências das populações.*
- *Intervenção no planeamento local, regional e nacional através dos órgãos competentes, actuando como mandatário das populações.*
- *Fiscalização e controlo da actividade dos órgãos da administração e da sua capacidade e tempo de resposta às necessidades das populações.*
- *Constituição junto dos órgãos do poder popular local de um tribunal popular para resolução de problemas não criminais.*

### 3.3 Processo de formação

3.3.1 — *A direcção das organizações populares é eleita em plenário por votação de braço no ar.*

3.3.2 — *Nas organizações de base os membros eleitos são revogáveis pelo mesmo plenário que os elegeu.*

3.3.3 — *Nas Assembleias Populares os membros eleitos são revogáveis pelas próprias assembleias.*

### 3.4 Constituição

3.4.1 — *DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE (CM, CT, etc.): terão a sua actual constituição, ampliada, por forma a satisfazer as tarefas definidas.*

3.4.2 — *DAS ASSEMBLEIAS POPULARES LOCAIS: delegados das organizações de base; delegados das autarquias locais.*

3.4.3 — *DAS ASSEMBLEIAS POPULARES MUNICIPAIS: delegados das ADU's; delegados das APL's; delegados das autarquias e órgãos governamentais.*

3.4.4 — *DAS ASSEMBLEIAS POPULARES DISTRITAIS: delegados das ADU's; delegados das APL's; delegados das APM's; delegados das autarquias e órgãos governamentais; delegados dos organismos sindicais.*

3.4.5 — *DAS ASSEMBLEIAS POPULARES REGIONAIS: delegados da ADR (incluem comandante da RM); delegados das APD's; delegados das autarquias e órgãos governamentais; delegados dos organismos sindicais.*

3.4.6 — *DA ASSEMBLEIA POPULAR NACIONAL: a definir.*

### 3.5 Funcionamento

3.5.1 — *As decisões em todas estas organizações são tomadas por votação de braço no ar.*

3.5.2 — *Os representantes das autarquias locais, órgãos governamentais (gabinetes regionais de planeamento, Ira, etc.) e delegados dos organismos sindicais têm igual direito à apresentação de propostas, votação e expressão.*

3.5.3 — *As decisões tomadas em assembleias vinculam todas as estruturas ao seu cumprimento.*

#### 4. Disposições finais

4.1 — *As presentes normas não têm carácter rígido e a sua aplicação atenderá às características específicas locais e aos condicionamentos determinados pela dinâmica do processo.*

4.2 — *O presente projecto deve ser considerado como um documento-guia da acção prática das unidades militares e organismos populares. A estrutura que corresponde ao actual desenvolvimento da organização popular vai até às Assembleias Populares locais.*

*Esta fase necessita ser devidamente consolidada, sendo através da própria dinâmica do processo em que se verificará a viabilidade do avanço para formas de organização superior.*

## VASCO GONÇALVES NA REUNIÃO DO COMITÉ DOS 24 (12-6-1975)

É com o maior prazer que dirijo à Comissão de Descolonização das Nações Unidas as boas-vindas do Governo Português e lhe manifesto o regozijo de que esta sua reunião tenha lugar em território português, agradecendo-lhe ao mesmo tempo a forma por que acederam ao nosso convite.

Julgo que este facto simboliza bem o reconhecimento pela organização do papel que Portugal ocupa no mundo de hoje. Com efeito, o Movimento do 25 de Abril de 1974 abriu para o povo português um novo caminho de liberdade e justiça social e trouxe-lhe, assim, a reconquista da sua própria dignidade como povo e nação. Mas esta liberdade não seria verdadeiramente alcançada se não significasse, também, a conquista de igual direito para os povos dos territórios que, sob o jugo do colonialismo praticado pelo anterior regime, viveram tão longamente privados da sua própria afirmação nacional.

Foi objectivo principal da Revolução de 25 de Abril reconhecer aos povos dos territórios coloniais o seu legítimo direito à autodeterminação e à independência. No curto espaço de um ano pôde o Governo Português demonstrar de maneira inequívoca a sinceridade do seu propósito, que está expresso já na realidade da existência de um novo país irmão de língua portuguesa, a República

da Guiné-Bissau, e no acesso iminente à independência de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Está, também, prevista para 11 de Novembro próximo, o acesso à independência de Angola.

Não podemos deixar de sentir particular orgulho pelo processo de descolonização dos antigos territórios sob administração portuguesa, que, julgo, se pode considerar, em justiça, como ímpar na história. Com efeito, esse processo caracterizou-se essencialmente, desde o início, pela estreita cooperação com os legítimos representantes dos povos coloniais, os seus movimentos de libertação nacional, e pelo estabelecimento de uma nova relação de amizade entre os povos de Portugal e das suas antigas colónias, baseada agora, como países livres e independentes, na igualdade soberana, respeito mútuo e benefício comum, pondo, deste modo, termo à dominação e exploração de que os povos daqueles territórios foram longamente vítimas.

O anticolonialismo é hoje uma pedra angular da nova política externa portuguesa, coerente com os seus princípios democráticos, que a revolução de 25 de Abril defendeu desde as suas primeiras horas. Assim, as questões da Rodésia do Sul e da Namíbia, sobre as quais este Comité se irá debruçar também durante o período da sua reunião em Lisboa, merecem a nossa melhor atenção e estamos cientes de que a sua solução só poderá ser encontrada pela aplicação efectiva dos princípios da autodeterminação e independência consignados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Anticolonialista de 1960 permitindo aos povos daqueles territórios o pleno exercício dos seus direitos cívicos e políticos, alicerçado na regra da maioria e da não discriminação em termos de raça, credo político ou religião. Senhor presidente, desejo, pois, que esta reunião do Comité dos 24 sob a digna presidência de um ilustre diplomata africano a quem a causa da liberdade dos povos colonizados tanto fica a dever, seja um passo mais na história da luta anticolonialista da Organização das Nações Unidas e que os seus trabalhos possam concluir-se com resultados positivos e benéficos.

E não quero terminar sem deixar de reiterar a firme disposição do Governo Português de continuar a prestar ao Comité dos 24 toda a colaboração que uma comunhão de ideias naturalmente facilita.

## DO COPCON (16/6/1975)

### — O CASO REPÚBLICA

1— Conforme é do conhecimento público foi determinada por este Comando, obtida a concordância da administração, a reabertura do jornal «República» para o dia 16, em hora a determinar oportunamente.

2— Por acordo com um elemento da administração, foi marcada a desselagem e abertura das instalações para as 16 horas, tendo comparecido no local elementos do COPCON, além do referido administrador.

3— Entre as 16 e as 16.50, desenrolaram-se conversações entre os representantes do COPCON e da administração, tendo sido por aqueles garantido o cumprimento da Lei de Imprensa e das resoluções do Conselho da Revolução, nomeadamente quanto a não despedimentos e não saneamentos, tendo-se procedido à desselagem pelas 16.55.

4— A administração do jornal, dizendo não acreditar nas garantias dadas pelo COPCON, declarou não aceitar a desselagem, negando-se a cumprir o determinado pelo Conselho da Revolução. Negou-se, ainda, ao pagamento de 10 dias de salário, contrariando o compromisso assumido perante os trabalhadores do «República» e o próprio Conselho da Revolução.

5— Às 18.45 foi entregue no comando do COPCON uma carta da administração na qual esta não autorizava a desselagem do jornal, contrariando tudo o que anteriormente fora combinado e desrespeitando o parecer do Conselho da Revolução.

6— Às 19 horas foi o «República» aberto simbolicamente, como garantia do direito ao trabalho, tendo sido fechado de imediato atendendo ao horário de encerramento habitual.

7— Foram entregues simbolicamente as chaves de uma mesma entrada a um representante da administração e a outro da comissão de trabalhadores, tendo também o representante do COPCON ficado com um exemplar.

8— As instalações foram novamente seladas para garantia de que nelas não penetrem elementos durante a noite. Serão desseladas, em princípio, às 8 horas do dia 17.

9— Lamenta o COPCON as atitudes contraditórias da administração do «República», o seu desrespeito pelo direito ao trabalho e a sua não observância quanto às decisões do Conselho da Revolução, o que não contribui de modo algum para o avanço do processo revolucionário que, devendo empenhar todos os Portugueses conscientes, tão mal compreendido é por alguns.

## DO COPCON (18/6/1975)

### — O CASO REPÚBLICA

«Recebeu este Comando um comunicado assinado por sete jornalistas da Redacção do «República», que, pelo seu conteúdo demagógico e difamatório, nos merece as seguintes considerações:

1— Está redigido numa linguagem nitidamente direitista, custando a crer ter sido escrita por elementos que se dizem socialistas e que estão com a Revolução.

Dirigem-se com mágoa (!) aos militares do Copcon, assumindo demagogicamente o papel de vítimas.

2— Os comunicados de um órgão revolucionário como o Copcon, pela sua límpida verdade, nada têm de comum com os comunicados oficiais do antigo regime. Sugerir uma identificação entre uns e outros é caluniar o braço armado do M. F. A., decidida e reconhecidamente comprometido perante as massas populares na vanguarda do processo revolucionário em curso.

3— O comunicado dos jornalistas do «República» é uma forma da liberdade de expressão só possível após o 25 de Abril, embora seja um deliberado ataque a um órgão revolucionário, que, mais pelos seus actos do que pelas suas palavras, quotidianamente tem vindo a demonstrar, inequivocamente, de que lado se encontra.

4— Ao exprimirem-se em identificação com o povo português, estão os jornalistas do «República» a utilizar abusivamente algo que não lhes pertence. Falam, sim, em nome de uma minoria de trabalhadores de uma empresa que quer, a todo o custo, defender os seus interesses burgueses de classe que os opõe aos interesses da classe operária — historicamente a mais explorada.

5— O oficial delegado do COPCON presente no «República» garantiu o cumprimento das decisões do Conselho da Revolução e da Lei de Imprensa, tendo sido a administração quem repudiou aquela garantia. Quanto ao sr. Belo Marques, podemos afirmar que o mesmo acordara com a administração a sua demissão após um período de licença, a iniciar em 19 de Maio, o que não se chegou a efectivar.

6— O COPCON não fez o papel de Pilatos, antes pelo contrário enviou para o local dois oficiais seus delegados com a missão de garantir o direito ao trabalho e o cumprimento do que fora estabelecido.

7— Os inimigos da liberdade de expressão são aqueles que não respeitam a opinião pública, deturpando ou seleccionando a Informação de acordo com os seus interesses partidários que põem acima dos interesses das classes trabalhadoras.

8— A luta dos trabalhadores do «República» é uma luta desencadeada por aqueles que estão interessados em evitar que um jornal tradicionalmente antifascista e independente se vincule cada vez mais a uma linha partidária. Quem conheça esta luta

por dentro constata facilmente que não há assaltos ao «República» por parte de partidos contrários ao que define a orientação do jornal. Aliás, os próprios trabalhadores afirmaram na altura, que não teriam qualquer problema se no cabeçalho do jornal fosse impressa a indicação de ser o mesmo um órgão partidário.

9 — Informados pelo COPCON de que a desselagem das portas do «República», por despacho do comandante-adjunto sobre requerimento apresentado pelos interessados, só poderia vir a ter lugar no dia 16 a administração, direcção e redacção do «República» «reclamavam» que a reabertura se fizesse mediante certas condições. O COPCON considerou que não aceitaria condições que fossem diferentes das já anteriormente combinadas e que documento apresentado não obrigava, de forma alguma, a uma resposta por escrito, tendo esta sido dada verbalmente pelo oficial delegado.

10 — O COPCON chamou a si a responsabilidade da resolução de um problema que se encontrava num impasse, procurando obter a todo o transe uma solução justa e exequível. Acresce que o COPCON percebe perfeitamente tudo o que se passa e assim tem de acontecer para formas de actuação justas, sendo raras as ocasiões em que nos têm restado margens para dúvidas.

11 — No comunicado fala-se em «trabalhadores dissidentes», pretendendo apresentá-los como uma minoria, quando no estudo cuidado do conflito nos aparecem os «dissidentes» como a totalidade da empresa e que constituem a esmagadora maioria.

12 — No dia 12, o sr. Belo Marques não apareceu sequer à abertura do jornal, pois entraria de férias, regressando-se à situação que vigorava em 18 de Maio, conforme o que fora estipulado com o Conselho da Revolução.

13 — A administração, que se havia comprometido, perante o Conselho da Revolução, ao pagamento dos 10 dias de salário (de 20 a 30 de Maio) aos trabalhadores, recusou-se na data da abertura a tal pagamento, remetendo o assunto «para o que as leis em vigor determinarem», contrariando flagrantemente o compromisso anteriormente assumido.

14 — Ao referir que requereu ao COPCON a não desselagem, a administração falseia a verdade, pois o que aconteceu foi ter entregue neste Comando um documento inaceitável em que «não autorizava a reabertura das instalações», isto duas horas depois de o jornal ter sido desselado com o conhecimento da administração.

15 — O COPCON considera muito estranho o facto de no fim do seu comunicado, os jornalistas do «República» invocarem a sua disposição de contribuir de forma decisiva para o cumprimento da legalidade revolucionária, quando ao longo de todo o texto não terem feito outra coisa senão mencionar o cumprimento da Lei de Imprensa, já considerada largamente ultrapassada pelos órgãos mais responsáveis, a que o COPCON se junta em uníssono, e o cumprimento das leis vigentes para o pagamento dos 10 dias de trabalho. Falar em legalidade revolucionária (que

COPCON não utilizou, note-se, no caso «República») é demasiado arriscado e grotesco para um órgão como este, cuja extraordinária implantação junto das massas populares deriva disso mesmo.

16— O respeito pela opinião pública não se consegue passando-lhe gato por lebre, isto é, servindo-lhe como jornal independente um órgão de Imprensa descaradamente partidário.

17— Mais por actos do que por palavras, o COPCON tem vindo a demonstrar, ao longo do processo, o intenso desejo de participar na construção de uma sociedade socialista não totalitária em Portugal.

18— Quanto ao panfleto que circulou com o título «A República foi assaltada», duvidamos que tivesse sido realmente obra dos jornalistas do «República», pois o tom panfletário e ofensivo em que é escrito é de tal ordem que não nos merece resposta.

## DO COPCON (19/6/1975)

### — O CASO RÁDIO RENASCENÇA

Sobre os acontecimentos ontem verificados junto do Patriarcado, e fim de evitar previsíveis especulações não só quanto à actuação ali desenvolvida por forças do COPCON como, também, a finalidade da contramanifestação realizada, sentiui este Comando necessidade de tornar públicas as seguintes considerações:

1. Com concentração inicial na Praça do Comércio e com destino ao Patriarcado, foi legalmente convocada uma manifestação de apoio à luta que tem vindo a ser desenvolvida por parte de alguns trabalhadores da Rádio Renascença. Não se prevendo distúrbios nem a «ocupação selvagem» do Patriarcado, foram destacadas forças da P. M. e da P. S. P., em número considerado suficiente para a segurança do mesmo.

2. Entretanto, logo pela manhã, circulara pela cidade um panfleto clandestino a convocar uma contramanifestação, redigido em linguagem tendenciosa, com a finalidade objectiva de se opor à manifestação já anteriormente anunciada, o que, além de constituir incitamento ao confronto físico, é manifestamente ilegal. Reforçando esta acção de distribuição de panfletos, sabe-se que em algumas igrejas foram feitos pelos respectivos padres, durante as suas homílias, apelos aos católicos para que acorressem ao Patriarcado, explorando assim os sentimentos religiosos destas pessoas, dando-lhes a entender que o seu bispo corria o perigo de ser agredido física e moralmente.

3. Veio posteriormente a verificar-se, frente ao Patriarcado, o confronto físico entre as duas facções e mesmo entre católicos, dado que no seio do numeroso grupo dos manifestantes se encontrava um forte núcleo do grupo conhecido como dos cristãos pelo socialismo.

4. Quando o conflito se agudizou, foi solicitado ao COPCON um reforço de forças que, para o local deslocadas, garantiram a segurança física e o transporte dos contramaneifestantes que se haviam refugiado no interior do Patriarcado. A operação de evacuação dos contramaneifestantes em viaturas militares prolongou-se por toda a madrugada e pela manhã do dia 19, hipotecando totalmente as pacientes forças do COPCON na protecção daqueles, tendo a demora sido provocada pela apresentação de algumas exigências por parte dos contramaneifestantes, na posse de alguns dos quais foram encontradas correntes de ferro, bastões metálicos e soqueiras, a atestar as intenções pouco pacíficas que os levavam à sua manifestação de apoio ao Patriarcado.»

**\* NA MANIFESTAÇÃO DE APOIO  
AO DOCUMENTO-GUIA (10/7/1975)  
— VASCO GONÇALVES**

«Trabalhadores portugueses:

É com a maior alegria que verifico como compreendestes a importância para a nossa Revolução e para a nossa Pátria da unidade entre o Povo e o Movimento das Forças Armadas. Essa unidade está agora mais clara do que nunca.

Ao propor, através dos seus órgãos mais representativos, a Assembleia das Forças Armadas e o Conselho da Revolução, uma estrutura de participação directa dos trabalhadores na vida nacional, demonstrou o Movimento das Forças Armadas a sua preocupação de unidade com os trabalhadores bem como a sua própria unidade.

A opção das Forças Armadas pelas classes trabalhadoras, tantas vezes afirmada, teve mais uma confirmação prática, mas se o Movimento das Forças Armadas foi ao encontro dos trabalhadores, foi também ao encontro da História, a qual prova a necessidade de organização dos trabalhadores como garantia de avanço para o socialismo.

É necessário que todo o País saiba que o M. F. A. não pretende qualquer ditadura. A organização popular não se destina a oprimir mas a libertar. A organização popular não caracteriza qualquer Estado policial. As polícias nasceram sempre das organizações destinadas a oprimir e não das destinadas a libertar, e a opressão nasceu sempre do domínio sobre a sociedade de interesses contrários aos do Povo e nunca dos interesses do Povo. Nenhum povo se oprime a si próprio.

Quem daqueles cujos interesses se não oponham aos das classes trabalhadoras poderá reear que elas se organizem?



Trabalhadores: o que o M. F. A. quer construir é o socialismo, e o socialismo só se constrói na unidade das massas populares e na unidade de objectivos. A organização popular permitirá obter essa unidade, permitirá dinamizar o aparelho de Estado que o M. F. A. não quer pura e simplesmente destruir, mas sim transformar profundamente, colocando-o ao serviço de toda a colectividade. A organização popular não se faz para marginalizar os partidos cujo objectivo é o socialismo. Esses partidos têm um papel fundamental na transformação e democratização do aparelho do Estado, para o que o povo tem o direito de exigir a esses partidos uma actuação unitária, a colocação dos objectivos nacionais acima dos objectivos partidários. Numa palavra, têm o direito de exigir o patriotismo!

No dia 25 de Abril de 1974 o M. F. A. assumiu um compromisso com as classes mais desfavorecidas. Ao longo do tempo e através dos golpes da reacção foi cimentando a sua aliança e clarificando a sua opção. Ao consagrar a organização popular, o M. F. A., para além de reconhecer o «contrôle» progressivo dos trabalhadores sobre as suas próprias condições de existência, pratica um acto simples de justiça para com o povo que demonstrou sem tibiezas nos momentos difíceis a sua consciência política e a sua vontade de libertação.

Pela unidade inquebrantável entre o povo e as Forças Armadas!

Viva os trabalhadores portugueses!

Viva Portugal!»

## COSTA GOMES

«Amigos, companheiros de trabalho, camaradas da revolução:

«Em nome do M. F. A., em nome do Conselho da Revolução, em meu nome pessoal, vos agradeço o calor humano da vossa presença e o apoio moral desta manifestação que em nós redobrará as forças.

A nossa revolução é um ser jovem, que necessitamos defender de todos os inimigos e proteger de todas as condições desfavoráveis. São inimigos o oportunismo e o aventureirismo. São condições mórbidas a indisciplina social e a incapacidade de produzir o que o povo necessita.

Gosto de me entender com os trabalhadores, camponeses, operários e todos aqueles que desde a manhã oferecem a força do seu trabalho, o seu braço e a capacidade do seu cérebro em benefício do povo português que somos todos. Sei que esta manifestação estava já projectada há vários dias e que pretendem reforçar a unidade e autoridade dos órgãos do Poder, especialmente do M. F. A.

Vós sois os representantes dos portugueses generosos, dos homens humildes que, como nós, são capazes de trabalhar duramente toda a semana. Entendo a vossa presença como manifestação de trabalhadores que afirmam a disciplina, a autoridade, a ordem e o trabalho e que negam o oportunismo e o aventureirismo pseudo-revolucionário. Assim, nós todos, os verdadeiros revolucionários, firmes nos objectivos socialistas, mas serenos no ritmo de quem tem muito de construtivo a fazer.

Viva Portugal!»

## **CONSELHO DA REVOLUÇÃO (12/7/1975)** **— DEMISSÃO DOS MINISTROS** **SOCIALISTAS**

Na sua reunião extraordinária de 12 de Julho, o Conselho da Revolução debruçou-se sobre o problema da crise governamental criada pela retirada do Governo por parte de elementos representantes do Partido Socialista, lamentando que tal atitude, considerada negativa em relação à marcha da revolução socialista que se vive no País, abra ainda maior campo de manobra para desenvolvimento de acções contra-revolucionárias, sabendo-se que os inimigos da transformação da sociedade portuguesa espreitam ansiosamente a criação de divisionismos entre os partidos políticos, o povo e o M. F. A. para levarem a cabo os seus funestos intentos.

Face à situação criada, o Conselho da Revolução considera demitidos os membros do Governo dissidentes e aconselhou o Primeiro-Ministro a resolver a situação no mais curto espaço de tempo preenchendo as vagas em aberto com elementos válidos, competentes e patriotas que, colocando os interesses nacionais acima dos interesses ou simpatias partidárias levem a bom termo, embora com sacrifício, a sua missão.

Reitera, contudo, o Conselho da Revolução a sua confiança nos militantes revolucionários do Partido Socialista que, por certo, continuarão a apoiar a Revolução Portuguesa.

## CONSELHO DA REVOLUÇÃO (17/7/1975)

### — SAÍDA DOS MINISTROS DO PPD

Na reunião de 17 de Julho de 1975 foi, pelo major Melo Antunes, feito ao Conselho da Revolução um relato verbal das diligências efectuadas na sua viagem a Angola, tendo sido aprovado pelo C. R. a actuação correcta das nossas forças durante os últimos incidentes em Luanda.

O C. R. aprovou para publicação um decreto-lei segundo o qual serão julgados e condenados em tribunal militar os funcionários da extinta D. G. S., bem como os seus superiores responsáveis, colaboradores e utilizadores.

Foi ainda resolvido adiar uma semana, em princípio, a reunião extraordinária da Assembleia do M. F. A. prevista para 18 de Julho de 1975.

O C. R. tomou conhecimento de que os ministros do P. P. D. apresentaram a sua demissão do Governo, após a resposta que lhes foi fornecida, às questões por eles anteriormente apresentadas.

O C. R. analisou a actual situação de crise política que está a procurar superar, através da formação de um novo Governo. Consciente da delicadeza da actual situação, o C. R. apela para a serenidade e civismo do povo português no sentido de contribuir para a manutenção de um clima de tranquilidade, favorável à solução dos problemas complexos que se põem neste momento à Revolução portuguesa.

## COMUNICADO DO COPCON

(18/7/1975)

1. Não existindo por parte de forças políticas responsáveis a intenção de promover qualquer «marcha sobre Lisboa», aliás como refere o próprio Partido Socialista ao afirmar em recente comunicado que é falso estar a organizar aquela marcha, considera o Copcon que qualquer movimentação organizada sobre Lisboa é provocada por forças reaccionárias e contra-revolucionárias apenas interessadas em confrontações físicas.

2. Torna-se evidente que a reacção organizada querará aproveitar-se da situação de alarme criada pela difusão de comunicados partidários e o clima de tensão e extrema animosidade entre grandes partidos políticos nacionais em confronto, para lançar um ataque em força.

3. É possível que o E. L. P. ou outras forças contra-revolucionárias no exterior do País se aproveitem da situação criada por confrontos físicos desencadeados no interior para procurar semear maior confusão, o que só poderá interessar a reacção.

4. Apesar de divergências partidárias para as quais ainda não foi possível encontrar solução, devemos todos unir-nos para fazer frente ao inimigo comum — as forças reaccionárias a soldo dos interesses imperialistas interessadas em entravar o processo revolucionário.

Só com verdadeira unidade e espírito de sacrifício e patriotismo poderemos reconstruir o País que merecemos.

5. O Copcon, que, como órgão revolucionário, tem procurado manter-se desde o início da revolução numa posição de intransigente isenção, ao lado das classes mais desfavorecidas ou oprimidas do povo português, deplora que grandes partidos políticos nacionais não harmonizem as suas soluções políticas para a crise que o País atravessa, arrastando as massas populares trabalhadoras para uma iminência de conflito que pode vir a assumir as mais graves consequências.

Afirma, ainda, que está na firme disposição de actuar com as suas forças sempre generosas no seu desejo de bem servir o povo, no sentido de minimizar os efeitos do conflito, não o podendo talvez evitar, mesmo que para tal tenha que fazer uso efectivo da força das suas armas, o que tem, até hoje, evitado a todo o transe.

**COMUNICADO**  
**DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**(20/7/1975)**  
**— O V GOVERNO**

«O presidente do Conselho da Revolução, general Costa Gomes, no seu reiterado desejo de informar o Povo Português, torna público:

Estão a ser feitos todos os esforços para a rápida constituição do quinto Governo Provisório que continuará a tarefa de orientar a administração pública no sentido da vontade popular já expressa por várias formas.

A retirada do quarto Governo de partidos fundamentais implicará a constituição de novo governo sem o carácter de coligação partidária.

No entanto, o respeito pela vontade do Povo Português cria a necessidade de nele representar várias correntes socialistas do pensamento político.

Nestas condições, confia-se que os partidos colocarão em primeiro plano os interesses nacionais, evitando qualquer obstáculo partidário a que militantes seus sejam incorporados no quinto Governo a constituir.»

## COMUNICADO DO MFA (21/7/1975)

### — OS ACONTECIMENTOS

Portugal viveu, uma vez mais, dias decisivos para o seu processo revolucionário, caracterizados desta vez por um clima de instabilidade política, habilmente architectado por homens que parecem colocar, acima dos superiores interesses e anseios do Povo português, a sua vaidade, o seu egoísmo e a sua ambição.

Assistiu-se neste período por parte de dirigentes de um partido que, pelo seu programa, deveria ser um dos mais importantes partidos políticos portugueses, a uma escalada de violência verbal, que, hábil mas traiçoeiramente, explorou as carências e insuficiências do nosso processo revolucionário e provocou, através da demagogia, da mentira e da calúnia, uma escalada de violência física que já causou vítimas inocentes no seio do Povo português.

Insultando-se a pureza e honestidade de intenções que motivam o M. F. A. na defesa do Povo a que pertence, aviltando-se o trabalho insano a que soldados, sargentos e oficiais se devotam quotidianamente na prática da revolução a que entregaram as suas vidas, mentiu-se, caluniou-se, ofendeu-se.

E mais do que a nós, militares, ultrajou-se o Povo a que pertencemos pois mentiu-se-lhe deturpando as realidades, pretendendo-se esconder a floresta atrás da árvore.

Não basta escolher as palavras e saber utilizá-las com mestria, para, com subtilidades de linguagem, se cometer simultaneamente o crime e fabricar o alibi.

Desde Braga que se incitou o Povo, que compareceu a ouvir aqueles que o deviam ajudar a cometer desmandos, manipulando reaccionariamente sectores honestos da população e historicamente aliados desta revolução.

No Porto, pretendeu-se sugerir que o M. F. A. está a tentar levar o Povo Português para uma ditadura.

Acusou-se a 5.<sup>a</sup> Divisão do E. M. G. F. A., bem conhecida do Povo através das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica, de pretender instaurar uma ditadura estalinista. Tudo isto com o objectivo claro de dividir as Forças Armadas, procurando fazer crer ao Povo que esta 5.<sup>a</sup> Divisão desenvolve uma acção desinserida dos princípios contidos no Plano de Acção Política do M. F. A.

Em Lisboa, e apesar dos incidentes provocados em áreas dos distritos do Porto, Aveiro e Leiria, pelo clima de agitação irresponsável que fomentaram, e pela actuação das forças contra-revolucionárias que desse modo se libertaram, atingiram esses elementos o auge do despudor. Aqui, não se limitaram a permitir que sectores dos manifestantes que reuniram insultassem os militares que compareceram para sua defesa, chamando-lhes «nova

Pide» e «assassinos», esquecendo-se que esses homens contribuíram decisivamente para a libertação do povo português, liberdade que agora é utilizada para os insultarem. Permitiram-se denegrir um dos homens que mais se tem dado ao povo português, sem nada lhe pedir em troca, e que na força e sinceridade das suas simples mas profundas palavras o povo bem conhece e respeita. Pretendeu-se subtilmente meter cunhas divisionistas entre os que, com esforço e sob os olhos de todos, servem o País integrando o Conselho da Revolução, que o povo bem conhece, principalmente através dos generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho. Não está em causa a liberdade de expressão e crítica ao Governo e ao M. F. A., mas sim a necessidade de respeitar o povo português, baseando essas críticas na análise objectiva dos factos.

Nós não pagaremos o ódio que nos votam com ódio.

Contra a calúnia responderemos com os nossos actos. Contra a demagogia utilizaremos a razão que assiste às camadas exploradas do povo português que defendemos.

Não nos deixamos iludir.

Não estamos contra os partidos que defendem o socialismo na nossa terra, e muito menos contra o povo que neles votou.

Estaremos sempre com o povo, mas nunca com aqueles que o enganaram e que dele se pretendam utilizar.

Portugueses! Trabalhadores!

São necessários os esforços de todos para reconstruir a terra que amamos. Não nos dividamos.

O M. F. A. está e estará sempre com todos os que, honesta e conscientemente, pretendem construir o Portugal de felicidade que os vossos filhos mereçam.

Unidos, venceremos!

## O M. F. A. PERANTE A CRISE

«O Movimento das Forças Armadas, através da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., face às declarações do secretário-geral do Partido Socialista, proferidas no comício-manifestação de ontem, dia 19 de Julho, e fazendo uso da legitimidade revolucionária conquistada no 25 de Abril, confirmada pela imediata e sempre presente adesão do povo português, faz saber:

1. Não reconhece representatividade bastante a nenhuma organização partidária para que se pronuncie sobre a designação do chefe do Governo, que é da competência exclusiva do M. F. A. e, ainda muito menos, quando a evocada representatividade é de uma organização partidária que pela via eleitoral é mandatada, apenas, para colaborar na elaboração da Constituição.

2. As dúvidas insinuadas pelo secretário-geral do Partido Socialista sobre a isenção partidária do general Vasco Gonçalves, são consideradas caluniosas e, como tal, merecem o repúdio e a censura do Movimento das Forças Armadas.

3. As frequentes manifestações populares de apreço ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e os votos de confiança aprovados em sucessivas assembleias do M. F. A., são a prova cabal de que o general Vasco Gonçalves não só personifica a coesão militar e a unidade nacional, como, ainda, a sua permanência na direcção do Governo Provisório constitui a garantia de que o processo revolucionário português avançará com firmeza para o socialismo.

4. Neste momento de grande significado histórico, o M. F. A. reafirma o seu inteiro apoio ao camarada general Vasco Gonçalves e confia no seu comprovado espírito revolucionário para levar a bom termo a tarefa de formação do novo Governo Provisório.

«O Copcon considera oportuno tornar pública, através da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., a firme disposição em que se encontram as autoridades revolucionárias de reprimir, com a maior energia, toda e qualquer tentativa de alteração da ordem pública. Neste sentido, estão dadas rigorosas instruções às forças de intervenção.

Espera este Comando Operacional que o civismo da população torne dispensável o uso da força.

Ficam, portanto, prevenidos todos os indivíduos e grupos de provocadores, que não será admitido nenhum pretexto de índole política como cobertura para ataques a pessoas e destruição de bens e instalações.

Muito concretamente se recomenda aos militantes de partidos e organizações políticas evitarem deixar-se envolver em provocações à autoridade revolucionária, as quais estão sendo fomentadas por elementos contra-revolucionários que procuram a destabilização da situação política e a criação de condições propícias ao regresso do fascismo.»

«Foram convocadas para este fim-de-semana movimentações partidárias que, menosprezando os reais problemas do País, fornecem campo de infiltração para manobras da reacção contra-revolucionária.

O M. F. A. verifica que, em alguns pontos do País, se registaram incidentes, embora reduzidos em número e gravidade, que alertam para a possibilidade de elementos ligados às antigas estruturas repressivas — P.I.D.E-D.G.S., Legião, E.L.P., etc. — procurarem criar pontos de agitação social na tentativa de lançar trabalhadores contra trabalhadores.

Ao M. F. A., às classes trabalhadoras, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, aos intelectuais, a todos os portugueses interessados em construir uma sociedade sem exploradores im-

põe-se uma serena e lúcida reflexão sobre os acontecimentos, o que implica:

1. Vigilância sobre possíveis provocações exercidas sobre forças progressistas, com o objectivo de dividir os trabalhadores e recuperar a Revolução portuguesa para o campo do capitalismo internacional;

2. Firme mobilização e unidade em volta do M. F. A. numa acção conjunta e coordenada de todos os militantes socialistas que contrarie qualquer tentativa reaccionária;

3. Actuação atenta e serena desmascarando com firmeza perante o povo português os objectivos contra-revolucionários que os provocadores pretendem atingir.»

## **DOCUMENTO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL ELABORADO POR VASCO GONÇALVES**

### **1. — OS FACTORES DA CRISE ACTUAL**

É inegável que o nosso País atravessa uma situação de crise generalizada, cuja superação é urgente. Essa crise decorre de uma série de impasses, sofridos pelo processo revolucionário em desenvolvimento, cujos factores devem ser analisados.

#### **1.1 — O ataque do capital**

É preciso que fique bem claro que o fascismo não é o capitalismo, mas apenas uma forma de expressão do seu domínio. Assim, quando se destrói o fascismo agride-se, mas não se destrói, o capitalismo. A situação desenvolvida após o 11 de Março prova, sem margem para dúvidas, que o capitalismo possui um arsenal de manobras insidiosas cujo perigo e eficácia são tremendos até porque não sendo frontais, contudem muitos camaradas. A alguns passos firmes dados a seguir ao 11 de Março, no sentido de avançar com o processo revolucionário, respondeu o capitalismo com uma série de acções que se podem enumerar:

— Recrudescimento do boicote económico externo e sabotagem económica.

— Recrudescimento da campanha contra-revolucionária ao nível dos órgãos da Informação internos e externos ao serviço do capital.

— Exploração, fora do seu contexto real de casos como o «República» e Rádio Renascença.



— Deturpação do sentido das eleições e da Assembleia Constituinte e subsequente exploração.

— Escalada desenfreada das reivindicações salariais.

— Agitação ao nível das empresas de serviços.

— Aproveitamento das diferenças de opinião ou dúvidas existentes no seio do M. F. A., no sentido de dividir os seus órgãos fundamentais: Conselho da Revolução, Governo Provisório e COPCON.

— A aliança com as correntes esquerdistas no sentido de infiltrar e de desagregar as Forças Armadas, diminuindo ou anulando a sua capacidade de actuação.

— Paralisação do aparelho de Estado com base no empastelamento burocrático e na legislação fascista ainda existente, bem como na falta de autoridade real dos quadros.

— Exploração intensa do anticomunismo atávico de grande parte do povo português, procurando enquadrar todos os conflitos numa perspectiva de opção pró ou contra o comunismo.

Perante estas e outras acções que se desenvolvem, devem os camaradas do M. F. A. fazer um grande esforço de lucidez, não se deixando arrastar para a luta no campo do inimigo, o que acontece sempre que se analisam casos isolados, esquecendo ou minimizando a manobra geral que os enquadra. Há que evitar constantemente que «a árvore esconda a floresta»: se as opções são ainda «revolução» ou «contra-revolução» é preciso compreender que não são os casos pontuais que definem a atitude do M. F. A. e a sua opção de classe. É revolucionário tudo quanto faz avançar globalmente a Revolução e é contra-revolucionário tudo quanto, globalmente, a faz recuar ou lhe cria novas dificuldades. Não é através de juízos de valor para casos isolados que se caracteriza a Revolução ou a contra-revolução. A opção do M. F. A. pelas classes trabalhadoras parte de uma definição política clara e de uma prática constantemente coerente com essa definição.

## 1.2 — Indefinição política

A prática demonstra que o M. F. A. é coeso e sabe avançar e manter a sua aliança com o Povo quando existe uma definição política e uma definição do inimigo claras e operantes. Na fase da luta antifascista directa, actuou-se com coerência e unidade, e o próprio processo se encarregou de isolar e eliminar os que o contrariavam, as dificuldades agudizaram-se quando a questão principal passou da destruição do fascismo para a construção do socialismo. Efectivamente, é muito mais fácil caracterizar uma atitude antifascista do que uma atitude socialista, até porque, só esta última obriga a uma opção de classe e põe em causa os tabus correspondentes à origem pequeno-burguesa da maioria dos elementos do M. F. A. Daqui as discussões, as dúvidas e as dificuldades relativas à definição política. Tais dúvidas, discussões e dificuldades não são mais do que a expressão das contradições «classe-opção socialista», no seio do M. F. A.

Para que a Revolução não se perca, temos de superar rapidamente estas contradições, o que exige uma discussão ideológica em torno dos seguintes conceitos fundamentais:

— A questão central do socialismo é a questão do Poder. Só a tomada do Poder pelos trabalhadores permite estabelecer uma sociedade socialista.

— A criação de condições para que os trabalhadores acedam progressivamente ao Poder, implica a existência de uma vanguarda política capaz de desenvolver uma prática política socialista.

— A constituição da vanguarda política exige uma correcta definição do inimigo na fase actual do processo. Esse inimigo, é única e exclusivamente, o capitalismo e todas as organizações ou elementos isolados que, directa ou indirectamente, o servem.

— Para além da definição política só é possível avançar através de acções concretas, cuja possibilidade de realização depende estreitamente daquela definição política.

— O idealismo e o voluntarismo têm uma importância muito limitada na criação de condições de avanço para o socialismo que são determinadas essencialmente pela luta de classes.

A discussão a efectuar não pode limitar-se ao âmbito do Conselho da Revolução, mas estender-se aos comandos e delegados das unidades, por forma a encontrar uma linha que vincule todo o M. F. A. e permita construir em torno dela a unidade e disciplina necessárias.

### 1.3 — Diluição do Poder

A situação de facto é que o Poder se acha diluído e devido a essa diluição, enfraquecido; as causas dessa diluição são diversas, parecendo mais importantes as seguintes:

— Após o 25 de Abril e no sentido de combater o fascismo ainda activo, atacou-se toda a forma do Poder ou autoridade não baseada na aceitação, no esclarecimento e no consenso colectivo, quer a nível militar quer a nível civil. Esta via que possibilitou grandes avanços no processo, implicava a necessidade de criar novos conceitos de autoridade e disciplina, aferidas as necessidades objectivas da Revolução, e implicava também a clarificação aos olhos de todos dessa mesma Revolução, desfazendo as ambiguidades e eliminando as contradições entre as palavras revolucionárias e as realidades quotidianas (contradições entre as acções contra-revolucionárias e de sabotagem económica e a legislação aplicada, contradições entre o nível de salários dos trabalhadores e o das administrações, contradições entre a necessidade de habitar e o valor das rendas, contradições entre a situação económica de inúmeros saneados e a dos desempregados, contradições entre objectivos de independência nacional e a política de comércio externo, contradições entre a opção socialista e a composição da coligação governamental, etc.).

A fraca clarificação política, a identificação fluida do inimigo e as contradições indicadas impossibilitaram quase totalmente o estabelecimento de novas referências para o exercício da autoridade e da disciplina, abriram a porta ao esquerdismo e criaram nos órgãos de execução mais isentos o hábito de verificar a justiça das directivas recebidas dos órgãos superiores, verificação que, fazendo-se geralmente sobre casos pontuais, carece, com frequência, de perspectiva global. Tal conduta tem sido, no entanto, praticamente a única que permite salvaguardar um mínimo de disciplina de actuação e evitar graves confrontações.

O restabelecimento da confiança entre os órgãos de direcção política, os órgãos de execução e as bases, passa ainda pela discussão ideológica e pela já referida definição política, afigurando-se perfeitamente utópica, qualquer veleidade de restabelecimento de autoridade e disciplina por outra via, devendo chamar-se a atenção para o perigo de que o cansaço e a contínua degradação do processo animem a atenção da ordem pela ordem, cujas consequências são sobejamente conhecidas.

## 1.4 — O esquerdismo

Tem-se verificado, ao longo do tempo uma contínua escalada do esquerdismo.

A análise desta escalada deve fazer-se com o máximo de senso e lucidez. Se o esquerdismo é objectivamente um aliado da reacção, o seu desenvolvimento entronça não só nessa reacção como na falta de capacidade de resposta dos órgãos do Poder às necessidades do processo revolucionário na indefinição e nas contradições já referidas.

## 2 — CONDIÇÕES DE SUPERAÇÃO

### 2.1 — De âmbito político geral

No âmbito político, a superação da crise passa, tal como foi dito antes, pela definição e discussão das questões centrais do processo de transição para o socialismo, nomeadamente:

- a) A questão do Poder;
- b) A caracterização do inimigo;
- c) A questão da vanguarda.

Após esta definição há que resolver o problema prático essencial de como se processa a transferência do Poder para os trabalhadores, o que levanta duas outras questões: a transformação do aparelho de Estado e a ligação M. F. A. - Povo.

Retomando por ordem as questões postas deverá reflectir-se sobre o seguinte quadro:

## a) A questão do Poder

Ao afirmar-se que a questão principal do socialismo é a tomada do Poder pelos trabalhadores, faz-se uma afirmação estritamente baseada na análise lógica da realidade. De facto, a luta de classes não termina com a destituição do Governo burguês, tal como a reprodução das relações sociais burguesas não cessa automaticamente ao nível das empresas e dos diversos aparelhos políticos e ideológicos com a simples estatização dos meios de produção.

Assim, o estabelecimento das novas relações sociais terá que ser imposto durante um certo período, o que exige o Poder nas mãos dos trabalhadores, já que seria puramente fantasioso esperar que a burguesia impusesse relações contrárias aos seus interesses.

Ao definir a necessidade da tomada do Poder pelos trabalhadores devem ficar bem claros os parâmetros que pautam o exercício desse Poder:

— A Revolução socialista não se destina a substituir uma classe exploradora por outra classe exploradora, mas sim a eliminar toda e qualquer forma de exploração. Não se verifica, portanto, a libertação apenas do proletariado mas de toda a sociedade.

— O «Poder dos trabalhadores» define uma relação de dominação política que apenas se exerce sobre uma camada minoritária da burguesia, estando totalmente fora de causa qualquer exercício ditatorial sobre as classes populares, entendidas como todas aquelas cuja libertação passa pelo socialismo, nomeadamente pequenos e médios agricultores e empresários.

— A ideologia da Revolução Socialista, porque a Revolução visa a libertação de toda a sociedade, não se restringe aos produtores directos, mas também a todos os elementos procedentes, embora de outras classes que renunciem aos interesses estreitos da sua classe de origem e lutem concretamente pela vitória do socialismo.

## b) A caracterização do inimigo

Aceitando que a questão fundamental do socialismo é a tomada do Poder pelos trabalhadores e que ela decorre da permanência da luta de classes, é claro que os inimigos do processo são os que defendem interesses de classe antagónicos dos trabalhadores através de organizações políticas afectas àqueles interesses.

Nesta perspectiva, nenhuma organização política que lute concretamente pelo estabelecimento do socialismo, ainda que a proposta seja susceptível de discussão, pode ser considerada inimiga do processo ou inimiga do M. F. A., sob pena de se fazer o jogo da reacção.

### c) **A questão da vanguarda**

Definida a questão do Poder e caracterizado o seu inimigo surge a necessidade da vanguarda política.

A necessidade decorre de ser impossível o acesso imediato dos trabalhadores ao Poder, cabendo à vanguarda conduzir o processo e criar ao longo do tempo as condições necessárias para que tal acesso se dê.

A amplitude da vanguarda terá de ser, obviamente, limitada às organizações políticas que lutam pelo socialismo «de facto» ou seja pelo domínio dos trabalhadores sobre os meios de produção e as suas condições de existência.

### d) **A transformação do aparelho de Estado e a ligação M. F. A. - Povo**

Enumeradas as questões principais, é conveniente assentar nas duas condições mais importantes de realização prática do processo socialista. A primeira consiste na transformação do aparelho de Estado, implicando o seu domínio pela vanguarda política agindo unitariamente na realização dos interesses dos trabalhadores. A segunda consiste na criação de órgãos de Poder popular apartidários que, apoiados na democracia directa, possam exercer a dinamização e controlo do aparelho de Estado sem transformação. A ligação M. F. A. - Povo permitirá, se bem compreendida e levada à prática, realizar esta segunda condição.

## 2.2. — De carácter concreto

### 2.2.1 — No âmbito político-económico

Para além do suporte ideológico da Revolução socialista, a tomada de um determinado número de medidas concretas clarificaram, de forma inequívoca, perante o Povo português o sentido da Revolução e permitiram o lançamento das necessárias medidas de austeridade num quadro de actuação coerente. Julgam-se fundamentais acções com os objectivos a seguir relacionados:

Objectivo: eliminação dos privilégios da grande burguesia e outros sectores favorecidos.

Objectivo: apoio à produção nacional e ao emprego no quadro do arranque para o P. E. T.

Objectivo: eliminação do poder económico e privilégios dos grandes grupos monopolistas e latifundiários e apropriação colectiva dos meios de produção.

Objectivo: contenção do desequilíbrio da balança de pagamentos.

## **2.2.2 — No âmbito político-militar**

### **2.2.2.1 — Formação política**

O papel que o M. F. A. desempenha no processo revolucionário implica a existência de uma sólida política dos militares a todos os níveis. Só através da compreensão a cada momento das tarefas que competem às Forças Armadas é possível transformá-las no braço armado do Povo.

#### **a) Introdução**

A formação política deve constituir uma aspecto fundamental na instrução militar. Assim, deverão ser elaborados programas para a recruta e especialidade em que a formação política entre com peso pelo menos idêntico ao da formação militar.

Tais programas devem ser elaborados pelos gabinetes dinamizadores e incluídos nos planeamentos das direcções de instrução. Para além da recruta e especialidade devem destinar-se tempos fixos para a formação política na denominada instrução do quadro permanente.

A Academia Militar, a Escola Central dos Sargentos e outros organismos de ensino militar deverão também ministrar programas próprios e aprofundados sujeitos ao controlo dos gabinetes de dinamização.

#### **b) Gabinetes de dinamização**

Os gabinetes de dinamização devem ser dotados de pessoal e meios que lhes permitam assumir o papel de direcção política na dependência directa do Conselho da Revolução. Caberá a esses gabinetes a elaboração e controlo de todos os programas de formação política aos diversos níveis. Deverão ainda organizar cursos de quadros instrutores e monitores e difundir através dos G. D. U. documentos doutrinários e temas para discussão.

#### **c) Aproveitamento do pessoal**

Deverá ser dada a possibilidade de continuar nas fileiras àqueles elementos do contingente que demonstrem ao longo do tempo de serviço possuir qualidades de chefia e estarem perfeitamente identificados com o espírito do M. F. A. Esta medida facilitará a obtenção de bons monitores e conferirá continuidade ao processo de formação. A selecção destes elementos seria feita através de informação dos comandantes das unidades dos delegados do M. F. A. e do pronunciamento das A. D. U., sendo qualquer delas eliminatória.

### 2.2.2.2 — Informação e discussão ideológica

A fim de manter a unidade de pensamento e acção dentro do M. F. A. torna-se imprescindível a informação correcta e oportuna a todos os escalões e a discussão ideológica.

No que respeita à informação devem ser elaborados e difundidos boletins semanais de informação contendo elementos sobre todas as questões importantes de vida política nacional, particularmente sobre o fundamento das decisões tomadas pelos órgãos de direcção política.

Estes boletins seriam obrigatoriamente lidos nas sessões das A. D. U. e complementados com a informação transmitida pelos delegados do M. F. A.

No que respeita à discussão ideológica seriam fornecidos temas a discutir ao nível A. D. U., a nível da Região Militar e a nível nacional através de reuniões periódicas das assembleias regionais e da assembleia do Exército exclusivamente destinadas ao debate ao nível ideológico (Força Aérea e a Marinha adoptariam processos idênticos adaptados às suas estruturas).

Desta forma separar-se-iam as sessões destinadas ao tratamento de casos concretos, obtendo-se maior operacionalidade.

### 2.2.2.3 — Disciplina

É absolutamente necessário implantar uma nova disciplina nas Forças Armadas. A sua base reside em questões já tratadas, como sejam a definição política e a compreensão do papel das Forças Armadas no processo revolucionário. Na prática há que tomar medidas no sentido de instaurar, de uma vez para todas, a hierarquia da competência, o que pressupõe admitir graduações nos escalões mais baixos e terminar com o saneamento de base passando a ser o comportamento no decurso do tempo a forma de aferir a integração dos militares no processo revolucionário, devendo recorrer-se, essencialmente, aos pareceres das A. D. U. delegados do M. F. A. e comandantes, entidades que podem fornecer elementos extraídos do quotidiano para as futuras avaliações.

(*Diário Popular*, 21-7-75)

## COMUNICADOS DA 5.ª DIVISÃO, CONSELHO DA REVOLUÇÃO E COPCON

Ao princípio da madrugada de hoje, e na sequência dos acontecimentos que tornaram este fim-de-semana porventura o mais intranquilo desta Revolução, o M. F. A. difundiu através da 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas o comunicado seguinte:

«Portugal viveu, uma vez mais, dias decisivos para o seu processo revolucionário, caracterizado desta vez por um clima de instabilidade política, habilmente arquitectado por homens que parecem colocar, acima dos superiores interesses e anseios do povo português, a sua vaidade, o seu egoísmo e a sua ambição.

Assistiu-se neste período, por parte de dirigentes de um partido que, pelo seu programa, deveria ser um dos mais importantes partidos políticos portugueses, a uma escalada de violência verbal, que, hábil mas traiçoeiramente, explorou as carências e insuficiências do nosso processo revolucionário e provocou, através da demagogia da mentira e da calúnia, uma escalada de violência física que já causou vítimas inocentes no seio do povo português.

Insultando-se a pureza e honestidade de intenções que motivam o M. F. A. na defesa do povo a que pertence, aviltando-se o trabalho insano a que soldados, sargentos e oficiais se devotam quotidianamente na prática da Revolução a que entregaram as suas vidas, mentiu-se, caluniou-se, ofendeu-se.

E, mais do que a nós, militares, ultrajou-se o povo a que pertencemos, pois mentiu-se-lhe deturpando as realidades, pretendendo-se esconder a floresta através da árvore.

Não basta escolher as palavras e saber utilizá-las com mestria, para, com subtilezas de linguagem, se cometer simultaneamente o crime e fabricar o álibi.

Desde Braga que se incitou o povo, que compareceu a ouvir aqueles que o deviam ajudar, a cometer desmandos, manipulando reaccionariamente sectores honestos da população, historicamente aliados desta Revolução.

No Porto pretendeu-se sugerir que o M. F. A. está a tentar levar o povo português para uma ditadura e acusou-se a 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., bem conhecida do povo através das campanhas de dinamização cultural e acção cívica, de pretender instaurar uma ditadura estalinista. Tudo isto, com o objectivo claro de dividir as Forças Armadas, procurando fazer crer ao povo que esta 5.ª Divisão desenvolve uma acção desinserida dos princípios contidos no Plano de Acção Política do M. F. A.

Em Lisboa, e apesar dos incidentes provocados em áreas dos distritos do Porto, Aveio e Leiria, pelo clima de agitação irresponsável que fomentaram, e pela actuação das forças contra-revo-



lucionárias que desse modo libertaram, atingiram esses elementos o auge do despudor. Aqui, não se limitaram a permitir que sectores dos manifestantes que reuniram insultassem os militares que compareceram para sua defesa, chamando-lhes «nova Pide» e «assassinos», esquecendo-se que esses homens contribuíram decisivamente para a libertação do povo português, liberdade que agora é utilizada para os insultarem. Permitiram-se denegrir um dos homens que mais se tem dado ao povo português, sem nada lhe pedir em troca, e que na força e sinceridade das suas simples mas profundas palavras, o povo bem conhece e respeita. Pretendeu-se subtilmente meter cunhas divisionistas entre os homens que, com esforço e sob os olhos de todos, servem o País integrando o Conselho da Revolução, que o povo bem conhece, principalmente através dos generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho.

Não está em causa a liberdade de expressão e crítica ao Governo e ao M. F. A., mas sim a necessidade, baseando essas críticas na análise objectiva dos factos.

Nós não pagaremos o ódio que nos votam com ódio.

Contra a calúnia responderemos com os nossos actos. Contra a demagogia utilizaremos a razão que assiste às camadas exploradas do povo português que defendemos.

Não nos deixamos iludir.

Não estamos contra os partidos que defendem o socialismo na nossa terra, e muito menos contra o povo que neles votou.

Estando sempre com o povo, mas nunca com aqueles que o enganaram e que dele se pretendem utilizar.

Portugueses! Trabalhadores!

São necessários os esforços de todos para reconstruir a terra que amamos.

Não nos dividamos.

O M. F. A. está e estará sempre com todos os que honesta e conscientemente pretendem construir o Portugal de felicidade que os nossos filhos merecem.

Unidos venceremos!»

A situação em que se atingiu o fim-de-semana merecera já, no sábado o seguinte comunicado da 5.<sup>a</sup> Divisão do E. M. G. F. A.:

«Foram convocadas para este fim-de-semana movimentações partidárias que, menosprezando os reais problemas do País, fornecem campo de infiltração para manobras da reacção contra-revolucionárias.

O M. F. A. verifica que, em alguns pontos do País, se registaram incidentes, embora reduzidos em número e gravidade, que alertam para a possibilidade de elementos ligados às antigas estruturas repressivas P. I. D. E., D. G. S., Legião, E. L. P. etc., procurarem criar pontos de agitação social na tentativa de lançar trabalhadores contra trabalhadores.

Ao M. F. A., às classes trabalhadoras, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, aos intelectuais, a todos os portugueses interessados em construir uma sociedade sem exploradores, im-

põe-se uma serena e lúcida reflexão sobre os acontecimentos, o que implica:

1. Vigilância sobre possíveis provocações exercidas sobre forças progressistas, com o objectivo de dividir os trabalhadores e recuperar a Revolução portuguesa para o campo do capitalismo internacional.

2. Firme mobilização e unidade em volta do M. F. A., numa acção conjunta e coordenada de todos os militantes socialistas, que contrarie qualquer tentativa reaccionária.

3. Actuação atenta e serena desmascarando com firmeza perante o povo português os objectivos contra-revolucionários que os provocadores pretendem atingir.

Por sua vez, o Conselho da Revolução difundiu, também no sábado, o comunicado que transcrevemos a seguir:

«O Presidente do Conselho da Revolução, general Costa Gomes, no seu reiterado desejo de informar o povo português torna público:

— Estão a ser feitos todos os esforços para a rápida constituição do V Governo Provisório, que continuará a tarefa de orientar a administração pública no sentido da vontade popular já expressa por várias formas.

— A retirada do IV Governo de partidos fundamentais implicará a constituição de novo Governo sem o carácter de coligação partidária.

— No entanto, o respeito pela vontade do povo português cria a necessidade de nele representar várias correntes socialistas do pensamento político.

— Nestas condições confia-se que os partidos colocarão em primeiro plano os interesses nacionais, evitando qualquer obstáculo partidário a que militantes seus sejam incorporados no V Governo a constituir.»

Sobre a necessidade de manutenção da ordem pública, o COPCON divulgou o comunicado seguinte:

«O COPCON considera oportuno tornar pública, através da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., a firme disposição em que se encontram as autoridades revolucionárias de reprimir com a maior energia toda e qualquer tentativa de alteração da ordem pública. Neste sentido estão dadas rigorosas instruções às forças de intervenção.

Espera este Comando Operacional que o civismo da população torne dispensável o uso da força.

Ficam portanto prevenidos todos os indivíduos e grupos de provocadores que não será admitido nenhum protexto de índole política como cobertura para ataques a pessoas e destruição de bens e instalações.

Muito concretamente se recomenda aos militantes de partidos e organizações políticas que evitem deixar-se envolver em provocações à autoridade revolucionária, as quais são fomentadas por

elementos contra-revolucionários que procuram a destabilização da situação política e a criação de condições propícias ao regresso do fascismo.»

Finalmente, o M. F. A. tornou público, ontem, o seguinte comunicado:

«O Movimento das Forças Armadas, através da 5.<sup>a</sup> Divisão do E. M. G. F. A., face às declarações do secretário-geral do Partido Socialista proferidas no comício-manifestação de ontem, dia 19 de Julho, e fazendo uso da legitimidade revolucionária conquistada no 25 de Abril, confirmada pela imediata e sempre presente adesão do povo português, fez saber:

1. Não reconhece representatividade bastante a nenhuma organização partidária para que se pronuncie sobre a designação dos chefes do Governo que é da competência exclusiva do M. F. A. e ainda muito menos quando a evocada representatividade é de uma organização partidária que, pela via eleitoral, é mandatada apenas para colaborar na elaboração da Constituição.

2. As dúvidas insinuadas pelo secretário-geral do Partido Socialista sobre a insenção partidária do general Vasco Gonçalves são considerados caluniosas e, como tal, merecem o repúdio e a censura do Movimento das Forças Armadas.

3. As frequentes manifestações populares de apreço ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e os votos de confiança aprovados em sucessivas assembleias do M. F. A. são a prova cabal de que o general Vasco Gonçalves não só personifica a coesão militar e a unidade nacional, como ainda a sua permanência na direcção do Governo Provisório constitui a garantia de que o processo revolucionário português avançará com firmeza para o socialismo.

4. Neste momento de grande significado histórico, o M. F. A. reafirma o seu inteiro apoio ao camarada general Vasco Gonçalves, e confia no seu comprovado espírito revolucionário para levar a bom termo a tarefa de formação do novo Governo Provisório.»

*(Relato publicado pelo «Diário Popular» em 21-7-1975)*

Também o COPCON havia divulgado, no sábado, o seguinte comunicado:

«1. Foi montado pelo COPCON um conjunto de barragens em pontos estrategicamente escolhidos que permite o «contrôle» total dos acessos à cidade de Lisboa. Estas barragens, montadas pelas forças militares, têm tido a colaboração militante das forças populares, o que se considera positivo na linha de aliança Povo-M. F. A.

2. Verificou este comando, por vezes, a existência de barragens selvagens que, por totalmente descoordenadas e em locais não judiciosamente escolhidos, nada contribuíram para um eficaz

«contrôle», ocasionando apenas o desgaste inglório das forças populares.

3. Assim, apela-se para a imediata desmobilização destas barricadas selvagens, retirando as forças populares para um merecido repouso ou integrando-se em apoio às barragens controladas pelas forças militares, se a situação local assim o aconselhar.»

(«Diário de Notícias» 21-7-1975)

## DISCURSO DE COSTA GOMES NA ASSEMBLEIA DO M. F. A.

(25-7-75)

«Ao abrir esta sessão da Assembleia do M. F. A., desejo colocar perante ela três temas para reflexão, a saber:

- Um ritmo para a nossa revolução;
- Um caminho para a independência nacional;
- Um curso para continuar a descolonização;

Começarei por uma pequena introdução:

Todos nós estamos conscientes da extrema sensibilidade dos problemas que aqui temos debatido.

Também sabemos que a revolução entrou na fase decisiva cuja saída pacífica passa pelo senso, pela tolerância, pelo equilíbrio dos inúmeros factores determinantes.

Suponho muito útil fazer uma análise de duas realidades que se não podem ignorar.

- Que assembleia somos?
- Que sociedade somos, neste dia e hora?

Como assembleia creio que nos poderemos definir como sendo elementos da vanguarda revolucionária das forças armadas, mas não a sua mediana: estamos no primeiro pelotão de um povo que avança, mas não nos situamos na zona central da coluna de marcha. Somos o ponto fulcral do processo revolucionário: mas estamos fortemente influenciados pela macrocefalia política da cidade de Lisboa.

Como nos podemos definir como sociedade?

Temos em Lisboa um microcosmos político, mais apto a absorver os avanços revolucionários, mas que projecta um círculo de agitação e ansiedade na cintura industrializada cujo raio é da ordem dos 30 km.

O resto do país corre o risco de perder a ligação com a frente da coluna, com zonas onde cresce um descontentamento já sensível e outras batidas na passada e atraídas pelo reaccionarismo.

A nossa revolução fez-se pelo povo e terá de ser feita com o povo, enquanto classes mais desfavorecidas.

As revoluções são um momento histórico que se aplica a um povo concreto, que é como é e não como sonhamos que deva ser.

Avançar com um processo revolucionário tem um ritmo máximo muito concreto, muito programático, sob pena de ruptura com forças internas e externas que se tornariam oponentes.

Coloquemos por momentos de parte as ideologias que nos animam e verifiquemos humildemente que a quase totalidade do povo esteve com a nossa revolução e hoje temos que reconhecer que isso não acontece. A marcha da revolução tomou uma aceleração que o povo não tem capacidade de absorver.

Coloco uma pergunta:

Devemos fazer um compasso de espera estendendo a mão aos que ficaram para trás ou devemos acelerar uma vanguarda que deslocará mais da coluna de marcha?

Este é o primeiro ponto de reflexão que proponho.

Vejamos agora um assunto que necessita ser clarificado. Todos nós desejamos construir a independência nacional. Qual o caminho mais viável?

Recordemos alguns dados essenciais do problema:

Temos uma História, uma situação geográfica e posições estratégicas cuja importância não necessito explicar aos camaradas: são vossas conhecidas e são condicionantes alheias à nossa vontade.

Temos em relação ao Ocidente, sobretudo em relação à Europa, extremas vulnerabilidades.

O nosso comércio externo, nos dois sentidos, depende do Ocidente mais de 80 por cento.

Temos fora do País cerca de 3 000 000 de emigrantes e colonos. Uma manobra ocidental concertada de redução das trocas comerciais e da devolução dos emigrantes é uma ameaça para a qual não temos qualquer resposta válida.

Nos E. U. A. e Canadá temos cerca de um milhão e meio de açorianos e madeirenses.

A situação psicológica da população e a análise geoestratégica dos Açores e da Madeira mostram-nos como é fácil uma manobra político-militar com base nestas parcelas de Portugal.

Parece-me sinceramente que a independência nacional não pode ser conseguida a curto prazo por qualquer via que envolva a hostilização do Ocidente.

A liberdade, a independência e a felicidade do povo português exigem mais senso do que idealismo, mais inteligência do que orgulho, mais moderação do que coragem verbal.

Creio que temos que reconhecer as actuais dependências do Ocidente e incrementar a fundo as ligações com os países socialistas e com o Terceiro Mundo.

Assim, com inteligência e tempo podemos visionar o momento futuro em que o nosso centro de gravidade político-económico se situe numa área onde se anulem os campos de força dos grandes poderes mundiais.

É nessa área que teremos então o valor máximo da liberdade de acção, a optimização do conceito «independência nacional».

O segundo ponto de reflexão, que proponho a esta assembleia é, pois, o estudo de uma via pragmática para a nossa independência nacional.

Para terminar falemos sobre descolonização.

Sei que ninguém tem dúvidas que descolonizar é um dos objectivos fundamentais da nossa acção antifascista.

Todos aceitamos que descolonizar é libertar povos oprimidos, sem os abandonar a outras formas ou poderes opressores.

Admitindo que esta assembleia está na primeira linha das nossas responsabilidades, em Angola teremos que pensar na nossa capacidade de motivar as forças militares.

Este é o terceiro ponto de reflexão que esta assembleia necessita considerar.

Tenho dito.»

## ASSEMBLEIA DO M. F. A. (27/7/1975)

A Assembleia do M. F. A., reunida extraordinariamente no dia 25 de Julho de 1975, iniciou-se com uma exposição do Presidente da República que apresentou questões e pontos de reflexão sobre a actual crise política.

Iniciando-se a ordem de trabalhos pelo momento político nacional, o primeiro-ministro fez uma análise sobre a situação política.

A Assembleia pronunciou-se sobre autoridade e segurança da Revolução, tendo concluído, pela necessidade de uma forte direcção política. Neste sentido foi aprovado o seguinte:

1. Concentração do Poder político nos seguintes membros do Conselho da Revolução: Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, comandante do Copcon, general Otelo Saraiva de Carvalho.

2. O plenário do Conselho da Revolução passa a constituir um órgão de conselho dos três elementos referidos no número anterior.

3. Qualquer eventual alteração na composição do Conselho da Revolução far-se-á nos termos da Lei 5/75 por decisão da Assembleia do M. F. A.

A Assembleia debateu demoradamente a questão da disciplina revolucionária em toda a sua amplitude e no próprio seio do M. F. A. Decidiu pela actuação com firmeza contra elementos, que, com intenção contra-revolucionária, criem um clima de agitação popular e dificultem as tarefas de construção do socialismo.

Por último, foram feitas exposições sobre a situação nos Açores e apreciadas as recentes medidas tomadas e em curso para a solução dos respectivos problemas no arquipélago.

## VASCO GONÇALVES NO CONGRESSO DOS SINDICATOS (27-7-75)

Depois de tanto calor humano que tendes posto na vossa aliança Povo - M. F. A., eu espero ter a serenidade suficiente para dizer qualquer coisa.

Sei que este congresso, em representação dos trabalhadores portugueses, é uma força fundamental da vanguarda da Revolução Portuguesa.

Desejo saudar-vos a todos e não posso deixar de focar aqui a diferença — bem sei que passaram muitos anos... — mas a diferença formidável que há entre este congresso de unidade e consciência daquilo que é preciso fazer em Portugal (como tenho observado por aquilo que tenho lido acerca do que aqui tem sido dito e pelas últimas palavras que proferiu aqui o camarada Manuel Lopes); não posso deixar de salientar quão diferentes são os tempos de hoje em relação àqueles em que foi celebrado, na Covilhã, um congresso operário português, em que passaram dois ou três dias a discutir se haviam de estar ao lado ou contra a União Soviética; o que é que representava a Revolução Russa; e sem mergulharem profundamente nos problemas e nas questões da sua própria pátria.

Isto demonstra que vós amadureceis, dia a dia, a vossa consciência de classe. E é muito importante que tenhais consciência de classe, porque o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores portugueses é o fortalecimento do patriotismo português.

E porque é que o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores não é divisionista, mas é unitário na nossa pátria, neste momento?

É porque os interesses do futuro de Portugal estão intimamente ligados aquilo que vós fizerdes no concreto.

Ao contrário do que propalam os detractores da classe operária, este Congresso demonstra a nossa unidade democraticamente assumida. A unidade sindical é fundamental para nós. É a pedra de toque. O primeiro golpe que nós demos no capitalismo monopolista de Estado foi precisamente a aprovação da unidade sindical.

O momento que estamos atravessando é muito grave. Todas as revoluções atravessam momentos destes. Essa gente que tantas críticas faz, como se se pudesse ter resolvido, ao fim de quinze meses, os problemas da incompatibilidade, por exemplo dos estratos sociais que devem estar aliados; os problemas da crise económica que estamos atravessando; os problemas das contradições todas que têm decorrido, ao longo deste processo, quer no seio das Forças Armadas quer fora do Movimento das Forças Armadas. Não

há nenhuma revolução que não tenha contradições destas; que não passe por fases de estrangulamento.

Ainda hoje, à tarde, ouvindo uma palestra sobre a revolução cubana, proferida pelo general-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Cuba, nós tivemos oportunidade de verificar as tremendas dificuldades que eles atravessaram. Por exemplo, ao fim de seis anos da revolução cubana (...), eles tiveram problemas de casos de sublevação reaccionária em todas as províncias, que tiveram de dominar. E haviam passado seis anos.

Esses problemas não deixaram de me lembrar os problemas que hoje temos entre nós, em certa regiões do nosso País.

Há uma questão muito importante. É que quando nós dizemos que optamos pelo socialismo isso é muito grave. Isso representa uma grande responsabilidade. Há pessoas que dizem que optaram pelo socialismo, mas não fazem bem ideia do que estão a dizer nesse momento.

É preciso ter bem a consciência do que significa a entrega total de uma pessoa optar pelo socialismo. É preciso que vós tenhais bem essa consciência. Dada a situação em que nós vivemos, dado o papel que apresentais em relação à classe operária, em relação às classes trabalhadoras, quer do campo quer da cidade; uma vez que sois uma vanguarda desses trabalhadores, vós deveis ter presente que toda a vossa vida está dedicada à implantação do socialismo em Portugal. Isso obriga a uma entrega total, a um combate total pelo socialismo. Isso não se resolve com verbalismo, mas com uma actividade quotidiana, com firmeza, com serenidade e lucidez, com a cabeça à prova de todas as pressões, com a cabeça à prova de todas as tensões. Deveis, em cada instante, ter isso bem presente.

Não podeis perder a serenidade. Não podeis perder a lucidez. Deveis compreender que o período revolucionário é um período agitado. E quando virdes um camarada menos firme, um camarada mais triste, um camarada mais desanimado, deveis lançarlhe imediatamente a mão, num abraço fraterno.

Esta luta — como disse o brigadeiro Corvacho, no Porto — esta luta é uma luta de morte contra o capitalismo. As formas a que recorre o grande capital, quer o nacional quer o internacional, para travar este processo, são múltiplas. É preciso ter uma actuação permanente. É preciso ter muita firmeza, espírito de sacrifício, estar-se disposto a entregar-se totalmente à pátria e ao povo.

Vós tendes um papel fundamental a desempenhar como vanguarda dos trabalhadores. Cada um de vós, quando sair daqui, deve ser um pólo de irradiação das ideias que aqui foram expostas, dos trabalhos a cometer; um pólo de irradiação de vigilância popular. Estamos num período de intensa vigilância popular.



Deveis combater intensamente o divisionismo nas vossas fileiras. E eu tenho uma grande alegria, nós que aqui estamos temos uma grande alegria por sabermos que este congresso tem decorrido sob o signo da unidade. Pois nós pretendemos isso a todo o transe. A unidade das massas trabalhadoras portuguesas, a unidade com o Movimento da Forças Armadas, a unidade Povo - M. F. A. Isto não são palavras. Há muita gente que nos acusa de verbalismo. Mas estas frases têm de contribuir para a formação da consciência social de todos nós.

Nós temos um problema a resolver, que é pôr a consciência social de acordo com as transformações materiais que se têm operado na nossa sociedade. E ainda não conseguimos. Há um desfazamento entre a consciência social das transformações que se estão operando, daquilo que é preciso realizar, com o derrube, com o golpe de grande alcance — o golpe mortal, diria eu — que demos no capitalismo. Nós demos um golpe mortal no capitalismo monopolista de Estado. A infra-estrutura económica está, de facto, ferida mortalmente. Mas, por outro lado, a consciência dos portugueses — mesmo dos trabalhadores — e, nomeadamente, a consciência da pequena burguesia e de certos estratos de média burguesia, que interessam também ao processo, não acompanha esses golpes.

E isso é uma contradição muito importante que prejudica a consolidação da nossa revolução e que vós tendes de ter em atenção. E deveis procurar contribuir para a formação, de facto, dessa consciência, para a superação dessa contradição entre o facto de muitos de nós dizermos que optámos pelo socialismo e termos uma ascendência pequeno-burguesa que, na prática, não nos permite assumir verdadeiramente essa afirmação de que optámos pelo socialismo. É muito importante que tenhais isto presente.

Mas outras tarefas tendes quando sairdes daqui: a dignificação dos trabalhadores; o esclarecimento do que se está a passar neste momento. Este esclarecimento está intimamente ligado à consciência do que é o papel dos trabalhadores como vanguarda deste processo.

Nós não podemos caminhar para o socialismo sem os trabalhadores estarem integrados na vanguarda deste processo. Há o Movimento das Forças Armadas e um movimento revolucionário autónomo composto pelos trabalhadores, quer do campo quer da cidade. É a esta aliança, a esta união, que cabe o papel de vanguarda neste processo.

Mas esta vanguarda revolucionária não pode caminhar isolada para a construção do socialismo. Ela necessita de alianças. É muito importante que tenhamos a consciência disto.

Nós vivemos hoje um momento em que as pessoas têm consciência disso. Não nos podiam pedir isso quando estávamos fazendo o 25 de Abril e naquela luta constante que se seguiu. Mas nós hoje temos bem essa consciência. Nós — quando eu falo em nós somos todos aqueles que fazemos parte da vanguarda — nós temos que ter aliados. Esses aliados terão de ser a pequena burguesia, os

pequenos industriais, os pequenos e médios agricultores. Esses aliados têm de ser conquistados pela nossa causa. Mas só com medidas, só com actos materiais do tipo daquelas que aqui foram citadas nós poderemos provar que estamos conscientes de que deveremos caminhar com aliados. Só com essas medidas. Não é conversando, só conversando.

Seria muito grave que não tivéssemos a consciência disso, que não deveríamos ter aliados nesta marcha para o socialismo. E será na prática quotidiana e será dentro de algum tempo — não é instantaneamente — que esses aliados verão que, de facto, só têm a ganhar com a revolução socialista, que ela lhes dá mais que o capitalismo monopolista de Estado. Pois sabeis bem que esses estratos sociais oscilam entre as classes trabalhadoras e a grande burguesia. Nós precisamos de conquistar esses estratos sociais, mas conquistá-los tendo bem a consciência de que nós somos a vanguarda deste processo.

Este processo tem uma vanguarda e tem aliados. E é nessa fusão desta vanguarda com esses aliados que nós devemos caminhar para o futuro. É claro que isto tem uma transposição ao nível político, ao nível das organizações políticas. E nós devemos procurar que essa aliança seja feita também ao nível das organizações políticas.

É claro que os diversos estratos sociais não têm uma expressão política perfeitamente clarificada. Quer dizer, a um estrato social deve corresponder uma determinada expressão ao nível político; a outro estrato social, outra expressão ao nível político. Sabeis que isso não se dá. Daí, muita confusão, muita falta de clarificação; daí o vosso grande papel de clarificar não só os vossos camaradas de trabalho, como também esses outros elementos que deverão ser nossos aliados, sobre a marcha deste processo. Mas é preciso que tenhamos consciência disto.

Nós devemos avançar com este processo com vanguardas, mas não devemos afastar camadas da população que deverão ser, na prática, nossos aliados. Isto tudo deve ser assumido conscientemente. Porque nós não estamos interessados em que ao longo do caminho para o socialismo, se invertam as relações da classe. Não é isso que eu estou aqui a propor. Este processo tem uma vanguarda, tem a consciência de que deve ter determinados aliados.

É nesse sentido que se pode falar também na aliança Povo - M. F. A. Eu vejo nesta aliança Povo - M. F. A. uma vanguarda constituída pelas classes trabalhadoras e pelo M. F. A., movimento revolucionário autónomo das Forças Armadas, aliado aos pequenos industriais, aos pequenos comerciantes, aos pequenos e médios agricultores, porque essa gente também era trucidada e explorada pelo capitalismo monopolista de Estado. E num sistema de transição que nós consideramos, de facto, pôr em prática e executar, essas camadas serão progressivamente conquistadas para a revolução. E, conquistadas para a revolução, terão de futuro, o seu lugar assegurado, e chegará o tempo em que a sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, será atingida.

É preciso termos a consciência suficiente de que neste momento nós não poderíamos nacionalizar totalmente a propriedade privada que existe no nosso País. Lá se chegará. Haverá um período intermédio, que teremos de percorrer com os nossos aliados, mas sempre com a consciência de quem deve marcar o passo ao processo. E depois, ao fim desse período intermédio, nós atingiremos a sociedade que procuramos realizar na prática e que aqui foi definida pelo vosso camarada, a sociedade sem classes, uma sociedade em que termina a exploração do homem pelo homem.

Por isso, é muito importante saber caracterizar o inimigo em cada instante. O nosso inimigo é, de facto, o capitalismo monopolista de Estado; são os grupos que ainda existem e que ainda não foram destruídos; são as próprias camadas da burguesia; são os próprios empresários que, num período que sentem de indefinição, estão hesitantes entre as classes trabalhadoras e os homens do grande capital que ainda lutam contra nós. Mas se eles perceberem bem que a definição está estabelecida, eles então sabem que o caminho a seguir é serem nossos aliados. É por isso que as forças capitalistas do nosso País pretendem dividir primeiro o M. F. A., porque o M. F. A. é um problema para o capitalismo nacional e internacional; depois, pretendem dividir a classe trabalhadora e pretendem pôr contra nós os pequenos e certos médios empresários; pretendem pôr contra nós a pequena burguesia, utilizando a situação que vivemos.

Pois, de facto, nós não podíamos ao fim de quinze meses, inseridos na crise geral do capitalismo que o País vive e ainda na nossa própria crise, na crise do nosso próprio processo, não poderíamos, de facto, ter resolvido praticamente problemas que urge resolver, problemas da pequena burguesia que urge resolver de facto, e vós também tendes a consciência disso. Isso também foi dito aqui pelo vosso camarada. São todas estas diferenças de interesses e os descontentamentos que existem neste momento que são utilizados para nos dividir, com o objectivo final de restabelecer o sistema capitalista no nosso País. Esse é que é o objectivo final das forças reacçãoárias e do capital que nos atacam. É preciso ter muito bem a consciência disso.

Na prática, essas forças que nos combatem, desenvolvem actividades no sentido dos trabalhadores exigirem reivindicações incomportáveis, neste momento, com a economia do nosso País. Eu julgo que já se vai fazendo luz na cabeça dos nossos trabalhadores; que o produto nacional bruto não compreende, não comporta certas reivindicações que são feitas hoje, que têm um carácter prejudicial, objectivamente contra-revolucionário. Nós vivemos num período em que é preciso, também, transformar a consciência social dos trabalhadores.

Foi muito importante o papel que os trabalhadores, a Inter-sindical, que as lutas reivindicativas desempenharam, no tempo do fascismo. Quando nós derrubámos o fascismo, no dia 25 de Abril, havia greve, digamos, na cintura de Lisboa. Havia poderosamente

sas lutas da classe operária que eram silenciadas e não vieram nos jornais. Daí se ter desenvolvido imediatamente uma verdadeira revolução social no nosso País depois do 25 de Abril. Não foram só os militares que fizeram o que hoje está feito em Portugal. Foram vocês, foram as classes trabalhadoras, em aliança estreita com os militares, que o fizeram e isso já vinha de trás. Essa luta heróica da Intersindical, por exemplo, e que por vezes tão denegrida é pelos adversários do processo revolucionário, portanto, os nossos inimigos, procurava meter «cunhas» entre nós, dividir. Além disso que eu referi, quanto a essas reivindicações que são absolutamente inoportáveis pela nossa economia — o que não significa que não sejam justas, que não possam ser justas —, enfim essas reivindicações se possam justificar, porque todas as revoluções lançam enormes esperanças na resolução dos problemas. É evidente que o povo português, após o 25 de Abril, teve uma esperança enorme que fossem resolvidos rapidamente os seus problemas, mas isso não é real, isso não é possível, essa esperança está ligada à própria despolitização das pessoas, ao desconhecimento destes processos. Nós não podemos resolver os problemas rapidamente, com a velocidade que nós desejaríamos que fossem resolvidos. Ora, isso é aproveitado pelas forças da reacção. Também eles procuram desmobilizar os trabalhadores da batalha da produção, introduzem factores de perturbação da reforma agrária e nas nacionalizações, lançam hostes entre os pequenos e médios proprietários, atribuindo ao M. F. A. e às classes trabalhadoras desígnios que nunca passaram pela nossa cabeça. Então, nós temos de nos defender e antes temos de combater isso, porque nós devemos saber que a melhor defesa é o combate. Nós devemos combater os nossos adversários, nós temos até agora avançado combatendo os nossos inimigos e temos de o continuar a fazer. Neste momento, avançar na revolução é consolidar as conquistas alcançadas, é alargar a nossa base de apoio, mas não devemos estar torturados nem viciados pela situação em que vivemos, esta situação é vivida por todas as revoluções.

As revoluções não se fazem a compasso de esquadro, não se fazem com ensaios gerais, todos os revolucionários devem ter a consciência que um período conturbado, é um período de crise, crise que se reflecte até no seio dos nossos lares. E é preciso ter essa tal tensão, esse vigor intenso de vontade, os valores espirituais. Já o tenho dito: um período revolucionário tem muito mais importância do que um período estabilizado. Vocês têm de ter uma paciência, uma calma, uma serenidade, uma firmeza, a toda a prova e a todos os níveis, no vosso trabalho quotidiano nas empresas onde estais empregados, na discussão com os adversários do processo, na discussão com os camaradas que são utilizados, até, como adversários deste processo inconscientemente, nas discussões familiares com os vossos filhos, com as vossas famílias. É isso que se traduz no espírito revolucionário, na prática, sem esquecer o desenvolvimento do movimento operário, que é uma peça fundamental. Sem um forte desenvolvimento do movimento

operário, sem um forte espírito de classe, sem a consciência que sois a vanguarda desta revolução, da responsabilidade que pesa sobre os vossos ombros (nós já temos dito, muitas vezes, que o povo português tem hoje uma oportunidade como teve em 1383), nós não podemos frustrar as esperanças do povo português. Isso é uma responsabilidade formidável, é uma responsabilidade que empenha toda a nossa vida.

Vós que sois verdadeiros revolucionários, já não pertenceis a vós próprios, nem à vossa família, mas a um todo muito mais largo, que é a nossa pátria. Isto não são palavras, nem é verbalice, é muito fácil aqueles que não têm a consciência que devem pôr de acordo com aquilo que lhes vai nas ideias e no pensamento com a sua acção, é muito fácil dizer isto que eu aqui estou a dizer e vós aí estais para me julgardes. Mas vocês também têm de vos examinar a vós próprios. Isto não é verbalismo, é prática. Tendes uma responsabilidade formidável como dirigentes sindicais, estais entregues às classes trabalhadoras, quer do campo quer da cidade. Estais entregues ao vosso povo, à vossa pátria, é preciso reflectir nisto, porque o vosso papel, o papel do homem, é fundamental nesta revolução. Vós podeis multiplicar-vos por dez, por cem, por mil, vós tendes de estar na frente do combate permanentemente, é isso que significa a vigilância popular; é a dádiva, é a dádiva total da vossa vida à revolução.

As revoluções fazem-se com isso. As vezes há pessoas que criticam: mas então vamos pedir tantos sacrifícios a uma geração de portugueses? De facto, nós temos de fazer o socialismo, nós temos de nos sacrificar, não é possível manter os níveis de uma sociedade de consumo e transformar essa sociedade noutra sentida, mas nós podemos compensar, compensar esses bens materiais que têm sido objecto de actividades dos homens numa sociedade capitalista.

Eu pergunto: «É mais livre um tipo por ter um automóvel, frigorífico, moradia, etc., mas tendo que andar dentro daqueles cânones da sociedade capitalista, sem liberdades, ou com falsas liberdades; será melhor a vida desse homem ou de um que tenha um nível de vida material muito pior, mas que participe na edificação da sua pátria; que discuta com os outros nas comissões de moradores, nas comissões de bairro?

O poder popular não é nenhum papão senão para aqueles que não estão com as massas trabalhadoras.

O poder popular constrói-se a céu aberto, à vista de todos, sem sofisticções, na unidade das massas trabalhadoras e das outras suas aliadas com o Movimento das Forças Armadas. O poder popular é assim que se constrói. Quotidianamente, é nele que podemos realizar essa unidade e esse alargamento da base.

Eu não tenho dotes oratórios. Quando estive em Moçambique e vi lá o desfile no dia da independência nacional, nós víamos diversos grupos a desfilar e por eles caracterizávamos até grosseiramente as classes sociais a que pertenciam. E, a determinada altura, vi desfilar um grupo mais heterogéneo, de pessoas

melhor vestidas, de pessoas pior vestidas. Uns via-se que eram operários, outros que eram estudantes, outros funcionários ou pequenos comerciantes, etc. E eu perguntei ao camarada Chissano o que era aquele grupo.

Era uma comissão de bairro.

Ora vêm vocês aí construída na prática a tal aliança dos trabalhadores com as outras classes que devem estar interessadas no desenvolvimento dessa revolução? Interessadas e não amedrontadas por ela?

Portanto, o poder popular não deve ser um papão mas antes qualquer coisa que se constrói a céu aberto, em íntima ligação com o M. F. A. e que é o nosso projecto do futuro, é o projecto da construção do socialismo em Portugal.

É preciso que tenhais consciência de que ao dizermos isto não estamos a alterar o Programa do M. F. A., nem o pacto que assinámos com os partidos. Tudo isso é coerente. É mergulhar nesses textos e ver se não estão lá os «germens» disto que estamos a dizer.

Mas é uma grande responsabilidade esta da construção do poder popular. E é muito grave. É preciso que tenhais bem a noção da responsabilidade que tendes sobre os vossos ombros, e nós sobre os nossos, na construção da sociedade para o futuro.

Isto tem de ser feito com cuidado, com cautela para não frustrar esperanças, sem desilusões. Evidentemente, que há-de ser feito com erros. Todas as revoluções cometem erros. Mas é preciso analisar esses erros.

Tem de ser feito sem sectarismos, com verdadeiro espírito de unidade, esse espírito de unidade que vós desenvolveis nos sindicatos, tendo por objectivo aquela meta comum que é a do socialismo, a da independência da nossa Pátria, a da felicidade do nosso povo.

Mas isso tem de ser feito com muita consciência, com calma. Não é feito a andar para trás. É termos bem a noção de que quando estamos a criar essas organizações unitárias, nós não devemos ser sectários, para não afastar outros, para não julgarem que há certas forças políticas que querem eliminar outras forças políticas no seio dessas organizações unitárias.

Devemos ter o maior senso da gravidade da tarefa em que nos metemos. Nós, de facto, adoptámos o caminho para o socialismo, mas temos de ter muito cuidado ao percorrê-lo. Isto não quer dizer que fiquemos de mãos atadas. Quer dizer é que não devemos ser levianos, não devemos queimar etapas levianamente, devemos ponderar, devemos consolidar primeiro a nossa revolução.

Eu quererá, então, apontar aqui muito ligeiramente as tarefas fundamentais que nos cumprem no combate à reacção. Devemos fazer avançar imediatamente medidas de carácter económico que vão ao encontro das aspirações profundas das camadas que deverão ser nossas aliadas e das camadas dos trabalhadores.

Isso, de resto, foi aqui apontado. Eu não estou aqui a dizer nada de novo. Isso mostra o amadurecimento da consciência das classes trabalhadoras. Eu não estou aqui a dar novidade nenhuma. Vós ali, naqueles trabalhos que tendes feito, dizeis isto. Isto mostra que as classes trabalhadoras vão amadurecendo. De resto, eu desejaria dizer também o seguinte: Vós deveis instruir-vos e discutir isto cada vez mais. Porque é entre vós que vão ser escolhidos os futuros dirigentes desta Revolução. São os trabalhadores que devem ser promovidos. É o espírito revolucionário que deve ser promovido. E vós deveis ser os futuros dirigentes desta Revolução. Vós e os vossos filhos.

Devemos avançar com a tal revolução cultural. Dizem-nos também: «Andam para aí só com esse palavreado da revolução cultural».

Isto que nós estamos aqui a fazer, esta reunião que estamos a ter também faz parte da revolução cultural. A revolução cultural não se faz assim: Rapaziada, vamos agora acabar, não vamos agora fazer mais nada senão discutir as coisas, às horas de trabalho, etc. Não é assim.

A revolução cultural também é quotidiana. Tem que ter uma orientação.

Há pesoas que nos criticam porque a gente tomou medidas de nacionalização, etc. E a revolução cultural?... Como se a revolução cultural se pudesse fazer do pé para a mão; como se a gente pudesse ter feito uma revolução cultural sistematizada antes do 28 de Setembro, antes do 11 de Março; como se não tivessem passado só quatro meses depois do 11 de Março.

Eu pergunto: quantos anos depois de a China ter conquistado o poder começou lá a fazer a sua revolução cultural? E que condições têm eles com 700 milhões de habitantes, com larguíssimas fronteiras, com níveis de vida até diferentes dos nossos?

As revoluções culturais não se improvisam. Mas para aqueles que não andam de olhos fechados, eles deverão perceber que, desde o 25 d Abril, começou uma grande revolução cultural no nosso país.

Vamos modificar o aparelho de Estado. E aqui tem muita importância o papel dos sindicatos. As vossas ideias, as organizações que vocês esboçam, a colaboração que dêem para a construção do «contrôle» dos trabalhadores sobre as empresas nacionalizadas e particulares. E mesmo sobre as outras.

Têm de se descobrir formas de «contrôle» diferentes para as empresas nacionalizadas e para as empresas privadas. Mas todas elas devem estar subordinadas a um plano geral de desenvolvimento do nosso país.

Mas isso deve ser definido. E nós temos ideias sobre como definir isso, de maneira que cada um saiba a missão que lhe está destinada na construção do novo Portugal. Sem ambiguidades e com segurança.

Essas organizações do poder popular — como há pouco estive a dizer — têm um grande papel também no combate à

reação. Forjam a grande unidade entre o Movimento das Forças Armadas e as massas trabalhadoras e outras camadas que devem ser nossas aliadas.

As associações dos pequenos e médios empresários, as ligas, as organizações cívicas, tudo isso trabalhando em uníssono, em unidade, será a tal base social do nosso apoio. Serão essas organizações, a unidade dessas organizações.

Dentro dessas tarefas, este congresso e o movimento sindical têm um papel fundamental a desempenhar. Sem o triunfo do movimento sindical, sem a consolidação da nossa unidade, que deveis defender acima de tudo e contra todos, não é possível o triunfo da Revolução portuguesa. Isto é preciso que esteja muito claro na cabeça dos Portugueses. Há muita gente a quem custam estas afirmações.

Porque os trabalhadores eram a classe mais desfavorecida, porque ao fim e ao cabo era o extrato social que se encontrava no fim da escala social, embora haja trabalhadores até que sejam muito bem pagos. Mas globalmente as classes trabalhadoras estavam no fundo da escala social. Então como é que se compreende que agora passem essas classes trabalhadoras para a vanguarda?

Compreende-se porque estamos fazendo uma revolução; uma revolução que tende a caminho do socialismo. E não se viu nunca, em parte nenhuma do mundo, uma revolução a caminho do socialismo, sem que os trabalhadores estivessem na vanguarda dessa revolução.

Portanto, a responsabilidade deste congresso no seu conjunto deve ser empenhar-se nestas tarefas que eu muito ligeiramente adiantei e que os senhores têm consciência e que até pormenorizaram mais neste trabalho que foi lido pelo vosso camarada e nosso camarada Manuel Lopes.

O reforço da unidade de todos os trabalhadores, a reconstrução económica, o esclarecimento da importância que tem para a classe operária a aliança com a pequena burguesia e certos sectores mesmo da média burguesia. As conclusões deste congresso devem servir para a unidade de todos os trabalhadores. Vós deveis discutir essas conclusões a todos os níveis da classe trabalhadora, com persistência, com insistência. Porque dessa discussão sairá uma maior consciência de todos os trabalhadores.

Vós, como vanguarda dos trabalhadores, não vos podeis destacar do conjunto da classe trabalhadora. Vós tendes é que levar aos vossos camaradas essas ideias de vanguarda, para que a vanguarda seja cada vez maior, mais poderosa. E deveis ter o cuidado de não vos descolardes dessa vanguarda.

É nesse sentido que devemos estar sempre com atenção às relações entre a vanguarda e os estratos que apoiam essa vanguarda. Isso é muito importante e faz parte do «bê-à-bá» de qualquer revolução. Não nos afastarmos daqueles que nos apoiam.

O M. F. A. está convosco. É convosco que pensa que deve ser construído o socialismo. (...)



O nosso povo não é reaccionário. Mesmo quando se fala dos homens do Norte e tudo isso. Não tenhamos ilusões. O povo não é reaccionário. Pode é ser utilizado pelas forças da reacção.

Nós, M. F. A. estamos, portanto, empenhados em que esta vanguarda se consolide, porque sem uma vanguarda forte nós não construiremos o socialismo.

«A revolução é uma vereda aberta na exploração capitalista, uma vereda que nos há-de levar à clareira, ao sol do socialismo, onde não há exploração do homem pelo homem.»

## **CONSELHO DA REVOLUÇÃO (30/7/1975) — RATIFICAÇÃO DO DIRECTÓRIO**

«Na sua reunião de 30/31 de Julho de 1975, o Conselho da Revolução aprovou a seguinte resolução:

Considerando a necessidade de dar mais eficiência e rapidez às decisões do C. R., de modo a conseguir-se um reforço de autoridade que permita levar a bom termo as tarefas consignadas no Programa do M. F. A. e no seu Plano de Acção Política, o Conselho da Revolução decidiu em sessão plenário:

1. Confiar a um Directório constituído pelo Presidente da República, general Costa Gomes, primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves e comandante do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho, as decisões que cabem por Lei ao C. R., delegando portanto nos restantes membros os poderes que lhes competem os membros do Directório designado.

2. Os restantes membros do Conselho da Revolução continuarão a desempenhar as funções específicas que lhes estão atribuídas, fazendo igualmente parte das comissões internas para que estão nomeados.

3. O Directório convocará sempre que julgue necessário o plenário do Conselho ou as suas comissões.»

## **COSTA GOMES EM HELSÍNQUIA (1/8/1975)**

Sr. Presidente:

Permita-me, antes de mais, em nome do meu país, uma saudação a todos os Chefes do Estado e Governo, nesta fase da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

No início dos trabalhos, mesmo na segunda fase até 25 de Abril de 74, a participação do meu país nas tarefas de cooperação e segurança europeia era ambígua, dado o isolamento político em que Portugal se encontrava.

A nova orientação de Portugal permitiu-nos a integração real dentro do espírito da cooperação. Efectivamente, o lançamento decidido nas tarefas da descolonização, no que representa de cum-

primimento do direito dos povos à independência, e de democratização, são os nossos pressupostos para uma política de cooperação.

Para o efeito destas coordenadas, dissemos e temos seguido claramente uma política externa baseada tanto no respeito dos nossos anteriores compromissos internacionais como na total abertura a todos os povos do Mundo, com absoluto respeito dos princípios da igualdade de direitos, não interferência nos assuntos internos e no reconhecimento do direito dos povos a disporem de si próprios.

Esta a nossa política internacional, esses os princípios que explicamos e exigimos nas relações internacionais.

Por isso nos congratulamos por tudo quanto representam as nossas presenças, neste momento, em Helsínquia.

Também aqui se efectuou a primeira fase da Conferência e agora a terceira e última. Todos nós estamos conscientes do que isso representou de esforço para as autoridades finlandesas, cuja eficiência, nos arranjos e facilidades acordados, merece a nossa maior admiração. Uma palavra de profundo apreço ao Governo Finlandês.

Seja-me permitido ainda aproveitar a ocasião para agradecer também às autoridades suíças a forma eficiente como organizaram a segunda fase dessa Conferência.

É com confiança e esperança que uso da palavra na Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa.

Confiança pelo facto de ela constituir um acontecimento ímpar, pois pela primeira vez os Estados europeus, com o Canadá e os Estados Unidos da América, se reuniram animados de uma vontade comum para o reforço da segurança e o desenvolvimento da cooperação na Europa.

A realização em Helsínquia da terceira fase da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa marca o final de longas negociações, durante as quais os trinta e cinco países participantes se debruçaram sobre um conjunto importante de problemas comuns, alguns dos quais nunca até agora foram objecto de estudo em conferências internacionais. Isso só foi possível pelo desanuviamento progressivo do clima político europeu verificado nos últimos anos.

É a essa luz que devem ser vistas as recomendações que nos são presentes. Os documentos elaborados em Genebra constituem, na verdade, a prova do desejo geral de se aplicarem medidas de carácter prático nos mais diversos domínios de cooperação.

A Conferência elaborou os textos de dez princípios básicos a respeitar e a aplicar nas relações entre os Estados participantes. O alcance e o significado destes princípios não devem passar despercebidos: a igualdade soberana; o não recurso à ameaça ou uso da força; a resolução pacífica dos diferendos; a não intervenção nas questões internas; o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; a igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos; a cooperação entre os Estados. Todos estes princípios e os restantes formam um conjunto de regras de conduta

que deverão ter uma aplicação integral e simultânea. É indubitável que dessa aplicação resultará um reforço da paz e segurança na Europa, contribuindo assim para a paz e segurança no Mundo.

Quanto aos aspectos militares da segurança, a sua importância deriva, sobretudo, do facto de as recomendações apresentadas constituírem ponto de partida importante para a diminuição da tensão política, mediante a instauração de um clima geral de confiança entre os Estados.

Por seu lado, as recomendações tendentes a um estreitamento do cooperação económica poderão constituir uma base para um entendimento mais fecundo e um acréscimo do bem-estar, que dê à Europa e aos seus povos a consciência de que a passagem da confrontação ao diálogo lhes permitirá usufruir de vantagens decorrentes de tal clima. É de acentuar que a Conferência não esqueceu, nos seus trabalhos, os problemas ligados à pessoa humana, alguns dos quais foram, pela primeira vez, objecto de discussão e decisões, num «forum» internacional. É, nomeadamente, o caso das recomendações respeitantes a reunificação de famílias, viagens e visitas por motivos familiares, turismo, maior acesso à Informação e melhores condições de trabalho para os jornalistas.

Assim, o desanuviamento não se processará apenas nas relações entre os Estados, mas reflectir-se-á também na vida do homem comum.

Portugal vê com satisfação o relevo dado pela Conferência às relações entre os Estados participantes e os Estados do Mediterrâneo não participantes. O nosso país está intimamente ligado ao Mediterrâneo e tem tradicionais laços de amizade com os povos da região. Por isso mesmo, acolheu com interesse as importantes e construtivas contribuições de alguns países mediterrânicos não participantes. Esperamos que, como resultado da Conferência, como passo importante para o reforço da segurança na área.

A Conferência constitui, sem dúvida, um momento decisivo no processo de desanuviamento na Europa.

No entanto, por mais importantes que sejam os seus resultados, eles não bastarão, por si, para resolver os múltiplos e complexos problemas do nosso continente.

Tem que se aproveitar o clima ora existente, para se prosseguirem os esforços já desenvolvidos. É nesta ordem de ideias que se afigura de particular importância o seguimento a dar à Conferência. Só garantindo-o será possível evitar a interrupção dos esforços empreendidos e dispor-se dos meios necessários para continuarem os contactos tendentes a melhorar ainda mais as relações mútuas.

Tal processo dinâmico está, felizmente, garantido mediante as recomendações a esse propósito formuladas.

Disse, ao iniciar a minha declaração, da esperança que me anima neste momento. Ela é partilhada por todo o povo português. É a esperança no futuro da Europa que, livre de conflitos e de divisões, possa cultivar os valores comuns dos seus povos e assegurar-lhes um futuro melhor, num clima de paz e justiça.

## DOCUMENTO DA 5.ª DIVISÃO (6-8-75)

Na Assembleia de Delegados do Exército, realizada no dia 24 de Julho de 1975 (véspera da Assembleia de Delegados do M. F. A.), no Centro de Sociologia Militar, e presidida pelo general Carlos Fabião, foi apresentada pelo capitão Vasco Lourenço uma moção na qual se punha em causa o procedimento global da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. — e em particular a sua actuação no fim-de-semana de 19-20; o documento acabava propondo a suspensão da actividade da 5.ª Divisão e sua futura reestruturação.

Segundo aquela capitão, a moção teria sido aprovada em reunião de cerca de 70 oficiais do Q. P. da Arma de Infantaria, efectuada em Mafra, julga-se que na terça-feira anterior, dia 23.

A moção — e o modo como foi apresentada — não mereceram a aceitação da Assembleia do Exército, pelo que o proponente foi forçado a retirá-la.

Sobre o assunto, o Plenário da 5.ª Divisão, reunido em sessão semanal ordinária no dia 1 de Agosto, com a presença de cerca de 70 elementos (oficiais e sargentos do Q. C. e do Q. P.) e presidido pelo chefe da Divisão, comandante Ramiro Correia, considerou:

I — Ser forçoso reconhecer que os objectivos da moção confabulada na E. P. I., em Mafra, por iniciativa do capitão Vasco Lourenço, são marcadamente políticos, correspondem aos proclamados pelo secretário-geral do Partido Socialista e objectivamente visam instalar o divisionismo entre as Forças Armadas e destruir «por dentro» o M. F. A.

II — Que escolhendo para tal iniciativa um momento de grave crise política, agitação social e escalada contra-revolucionária, os respectivos promotores se colocam debaixo da justa suspeita de estarem agindo conspirativamente, tentando, no mínimo, criar dificuldades ao processo revolucionário e, ao mesmo tempo, infringindo os princípios mais elementares de ética e disciplina militar e revolucionária.

III — Os ataques à 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. surgem sempre em períodos de grande crise e sempre da parte das forças político-militares que, em cada nova fase do processo, procuram travar o passo à Revolução. A clássica manobra de cunho fascista de pretender conotar os revolucionários mais consequentes ao Partido Comunista vem de longe e já atingiu o actual Presidente da República, o primeiro-ministro, todos os membros da 1.ª e da 2.ª Comissões Coordenadoras, o general Otelo Saraiva de Carvalho, o almirante Rosa Coutinho e todos os camaradas que por uma razão ou outra, nesta ou naquela ocasião, se encontram na primeira fila do combate pela democracia e pelo socialismo. Trata-se de uma manobra de claros intuítos contra-revolucionários e que só serve os inimigos de Portugal.

Nestes termos decidiu o Plenário da 5.<sup>a</sup> Divisão requerer ao general-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, como primeiro responsável pelos órgãos do seu Estado-Maior de que a 5.<sup>a</sup> Divisão faz parte, que se digne promover com urgência e rigor, a execução das seguintes medidas:

Primeira — Mandar apurar qual a verdadeira natureza e intenções da reunião efectuada na E. P. I., em Mafra, no dia 23; para o que se junta fotocópia da notícia inserta na primeira página do semanário «Expresso», na sua edição do dia 26 de Julho.

Segunda — Averiguar qual o papel desempenhado nessa reunião — e eventualmente em outras — pelo capitão Vasco Lourenço e a que título se arvorou em seu porta-voz junto da Assembleia do Exército.

Terceira — Determinar qual o grau de envolvimento desse oficial — e eventualmente de outros — nas manobras políticas desenvolvidas e dirigidas pelo Partido Socialista contra a figura do primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, e negando a representatividade dos órgãos estruturais do M. F. A.

Quarta — Suspender desde já as suas funções — e enquanto durar o inquérito a instaurar às suas actividades — o capitão Vasco Lourenço por manifesta manipulação da opinião militar e da opinião pública; o que se comprova com fotocópias de artigos dos «Jornal do Comércio», edições dos dias 5 e 7 do corrente, que reproduzem um improvisado daquele oficial proferido na Assembleia do Exército e que só por utilização abusiva das bobinas de gravação arquivadas no Centro de Sociologia Militar pode ter chegado ao conhecimento do jornal citado.

Quinta — Ordenar aos militares, de qualquer categoria ou em qualquer função, que continuam tentando caluniar a 5.<sup>a</sup> Divisão do E. M. G. F. A. que apresentem, dentro de um prazo mínimo, provas das suas afirmações; nomeadamente no que respeita às alegadas ligações entre a 5.<sup>a</sup> Divisão e o Partido Comunista.

Prever a exemplar punição desses militares difamadores, indignos de pertencerem às Forças Armadas Revolucionárias Portuguesas, dentro do espírito da disciplina revolucionária, cuja necessidade tantas vezes tem sido referida por Sua Ex.<sup>a</sup> o general-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Lisboa, 6 de Agosto de 1975.

## DOCUMENTO MELO ANTUNES OU DOS «NOVE»

1. Os recentes desenvolvimentos da situação em Portugal, incluindo o que tem vindo a processar-se no interior das Forças Armadas, decidiram um grupo de oficiais a tomar uma posição crítica relativamente aos acontecimentos mais em foco no desenrolar dos diversos episódios que têm pautado a conturbada vida política dos portugueses nas últimas semanas.

Parece a esses oficiais que se chegou a um ponto crucial do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 e que é o momento das grandes opções, tomadas com serena e inquebrantável energia, em relação ao futuro deste país.

Parece-lhes, também, que é o momento de se clarificarem posições políticas e ideológicas, terminando com ambiguidades que foram semeadas e progressivamente alimentadas por todos aqueles que, dentro e fora das Forças Armadas, estavam interessados no descrédito de uns tantos para melhor poderem fazer valer e impor as suas próprias ideias.

Recusam, à partida, os oficiais que por esta forma se manifestam, o epíteto de «divisionistas» com que têm tentado denegrir-los, tendo-se chegado ao escandaloso despudor de se sugerir a sua expulsão das F. A. Eles não abdicam do seu direito de crítica, direito esse que, num tão grave momento da vida nacional, assume o carácter de dever patriótico.

2. O Movimento das Forças Armadas nasceu do espírito e do coração de um punhado de oficiais democratas, patriotas e antifascistas que decidiram pôr termo a uma longa noite fascista e iniciar com todo o povo português, uma nova caminhada de paz, progresso e democracia, na base de um Programa Político universalmente aceite e respeitado. Sabe-se como as grandes movimentações das massas populares abriram novas perspectivas à revolução democrática iniciada em 25 de Abril de 1974 e como, a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o *socialismo* passou a ter carácter irreversível.

O «Programa do Movimento das Forças Armadas» era o elemento teórico da revolução democrática mas continha já o essencial das propostas políticas que apontavam para um dado modelo de socialismo. Em virtude disso, o pensamento de esquerda subjacente à elaboração do «Programa» não foi em nada ferido pelos chamados «avanços do processo revolucionário», onde e quando esses «avanços» corresponderam efectivamente à destruição das estruturas políticas, económicas e sociais do antigo regime e foram na prática, substituídas por novas estruturas operativas e actantes, base de uma nova organização político-social de raiz socialista.

Infelizmente, porém, quase nunca se verificaram transformações deste tipo.

Assistiu-se, sim, ao desmantelamento de meia dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas; mas, paralelamente, e à medida que as nacionalizações se sucediam (a um ritmo impossível de absorver, por muito dinâmico que fosse o processo e por maior que fosse o grau de adesão do povo, sem grave risco de ruptura do tecido social e cultural pré-existente — é o que se verifica actualmente), foi-se assistindo à desagregação muito rápida das formas de organização social e económica que serviam de suporte a largas camadas da pequena e média burguesia, sem que fossem criadas novas estruturas capazes de assegurarem a gestão das unidades produtivas e dos circuitos económicos e de manterem o mínimo indispensável de normalidade nas relações sociais entre todos os portugueses.

Entretanto, e paralelamente, verifica-se a progressiva decomposição das estruturas do Estado. Formas selvagens e anarquizantes de exercício do poder foram-se instalando um pouco por toda a parte (até no interior das F. A.) retirando proveito dessa desordem as organizações ou formações partidárias mais experientes e ávidas do «contrôle» dos vários centros do poder. O M. F. A., que inicialmente se havia afirmado como supra-partidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações politiquieiras de partidos e organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determinado projecto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperava a maioria da população do país: o de guia e condutor dum processo de transformação profunda da sociedade portuguesa, com um claro projecto político de transição para o socialismo, independente dos partidos, embora sem dispensa do seu concurso e com a mais ampla base social de apoio possível.

3. O país encontra-se profundamente abalado, defraudado relativamente às grandes esperanças que viu nascer com o M. F. A. Aproxima-se o momento mais agudo duma crise económica gravíssima, cujas consequências não deixarão de se fazer sentir ao nível duma ruptura, já iminente, entre o M. F. A. e a maioria do povo português. Alarga-se, dia a dia, o fosso aberto entre um grupo social extremamente minoritário (parte do proletariado da zona de Lisboa e parte do proletariado alentejano), portador de um certo projecto revolucionário, e praticamente o resto do país, que reage violentamente às mudanças que uma certa «vanguarda revolucionária» pretende impor, sem atender à complexa realidade histórica, social e cultural do povo português.

Finalmente, a fase mais aguda da descolonização (Angola) chega, sem que se tenha tomado em consideração que não era possível «descolonizar», garantindo uma efectiva transição pacífica para uma verdadeira independência, sem uma sólida coesão interna do poder político, e sem, sobretudo, se ter deixado de considerar que a «descolonização» devia continuar a ser, até se completar, o principal objectivo nacional. Vemo-nos agora a braços com um problema em Angola que excederá provavelmente a nossa capacidade de resposta, gerando-se um conflito de proporções nacionais

que poderá, a curto prazo, ter catastróficas e trágicas consequências para Portugal e para Angola. O futuro duma autêntica revolução em Portugal está, em todo o caso, comprometido, em função do curso dos acontecimentos em Angola, à qual nos ligam responsabilidades históricas inegáveis para além das responsabilidades sociais e humanas imediatas para com os portugueses que lá trabalham e vivem.

4. Todo este grave conjunto de aspectos da vida nacional têm vindo sistematicamente a ser escamoteados e, mais do que isso, profundamente adulterados, por larga parte dos meios de comunicação social, através de um rígido «controle» partidário que sobre eles se exerce — particularmente dos nacionalizados — assistindo-se hoje ao degradante e vergonhoso espectáculo da corrida de uma boa parte da população aos noticiários de emissoras estrangeiras sobre o nosso país.

Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma «comissão de análise» (e porque não «comissão de censura»?) servirá de ferro de lança apontado aos últimos e resistentes baluartes da Imprensa livre neste país.

5. Não se pretende esgotar, neste documento, a crítica à acção do regime instaurado após o 25 de Abril ou, em especial, das instituições após o 28 de Setembro de 1974. Recentemente, muitas contribuições críticas têm vindo a público que, no essencial, esclarecem sobre as debilidades fundamentais do actual regime.

Importa, ao grupo de oficiais que entendeu chegado o momento de tomar posição, definirem-se tão claramente quanto possível, perante o povo português e relativamente às várias instâncias de poder político e, em particular ao M. F. A. E assim, entendem deixar expresso, o seguinte:

— Recusam-se o modelo de sociedade socialista tipo europeu oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que crê, obstinadamente, que uma «vanguarda» assente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centro de poder político e nas estruturas militares.

O dirigismo burocrático típico de regimes totalitários é frontalmente negado por aqueles que lutaram no passado contra o fascismo e coerentemente se colocam agora numa perspectiva de luta contra novas formas de totalitarismo.

— Recusam-se o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso país dos esquemas clássicos do capitalismo avançado.

Seria um erro trágico, no momento em que tudo leva a crer que se avizinha uma crise geral e global do capitalismo, que se tentasse, mesmo à custa de benefícios reais imediatos mas mani-



festamente ilusórios, a repetição das experiências sociais-democratas.

— Lutam por um projecto político de esquerda, onde a construção duma sociedade socialista — isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem — se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem convulsões e pacificamente.

Este objecto só será atingido se, à teoria leninista da «vanguarda revolucionária», impondo os seus dogmas políticos de forma sectária e violenta, se opuser a estratégia alternativa da formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo.

Este modelo de socialismo é inseparável da democracia política. Deve ser construído, pois, em pluralismo político, com os partidos capazes de aderir a este projecto nacional. Este modelo de socialismo é inseparável, ainda, das liberdades, direitos e garantias fundamentais. Não se nega que possam sofrer transformação do seu conteúdo à medida do avanço do processo histórico. No entanto, uma concepção revolucionária de socialismo, para um país europeu como Portugal, inserido no contexto geo-político e estratégico em que se encontra, e com o passado histórico e cultural que é o seu, não desvincula o problema fulcral da liberdade humana do da construção do socialismo.

— Reclamam e lutam por uma autêntica independência nacional (tanto política como económica) o que significa aplicação coerente duma política externa adequada às nossas realidades históricas culturais e geo-políticas, o que implica:

- abertura de relações com todos os países do mundo, na base da igualdade, respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos de cada país, tendo em conta a necessidade de independência relativamente às grandes potências;
- manutenção das nossas ligações com a Europa, reforçando e aprofundando as relações com certos espaços económicos (C. E. E., E. F. T. A.);
- franca abertura em relação ao Terceiro Mundo (com particular relevo para as nossas antigas colónias) e países árabes;
- aprofundamento das relações com os países socialistas do leste europeu.
- desenvolvimento duma estratégia da área do Mediterrâneo, em conjugação com todos os países interessados, tanto europeus como árabes.
- Lutam por recuperar a imagem primitiva do M. F. A., no sentido em que o M. F. A. só teve aceitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica.

Assim se explica o consenso que se formou em torno do seu programa. Considera-se indispensável, pois, para a resolução correcta da crise gravíssima que o país atravessa, que o M. F. A. não só se afirme suprapartidário como desenvolva uma prática

política realmente isenta de toda e qualquer influência dos partidos. Só assim reunirá condições para recuperar a sua credibilidade e cumprir a sua vocação histórica de árbitro respeitado e motor do processo revolucionário.

Só assim, também, poderá esperar que um grande bloco social de apoio, englobando proletariado urbano e rural, pequena burguesia e largos estratos da média burguesia (incluindo técnicos e intelectuais progressistas) possa ainda formar-se, criando a base de sustentação indispensável à realização prática das grandes transformações por que deve passar a sociedade portuguesa.

— Recusam a instituição de uma política que assente em medidas e práticas demagógicas, qualquer que seja o seu carácter, que mais não são do que a prova da real incapacidade de equacionar os grandes problemas da sociedade portuguesa e de lhes encontrar soluções adequadas e justas, termos duma política de equilíbrio e verdade, única forma legítima de obter uma ampla mobilização das bases sociais de apoio.

— Entendem que a tão falada questão da «crise de autoridade» reflecte a questão mais geral do «poder político». Onde se situa o poder político? Quem é o seu real detentor? Como faz uso dele?

Julga-se que a questão do poder não é tanto o problema do poder ao nível das instâncias governativas como ao nível do M. F. A. Isto é: a questão do poder é a questão do poder no interior do M. F. A.

A clarificação deste problema é tarefa prioritária. Sem isso não é possível atacar a fundo o problema da organização do Estado, evitando a sua completa ruína. As divergências surgidas no seio do M. F. A. são o reflexo de projectos ideológicos distintos. Projectos incompatíveis entre si, pois não é possível conciliar uma concepção totalitária de organização da sociedade com uma concepção democrática e progressista ou ainda com vagas concepções populistas de feição anarquizante.

É necessário denunciar vigorosamente o espírito fascista subjacente ao projecto que, dizendo-se socialista, acabará na prática duma ditadura burocrática dirigida contra a massa uniforme e inerte dos cidadãos dum país.

É necessário repelir energicamente o anarquismo e o populismo que conduzem inevitavelmente à catastrófica dissolução do Estado, numa fase de desenvolvimento da sociedade em que, sem Estado, nenhum projecto político é viável.

A resolução da crise do poder no interior do M. F. A. — e, portanto, da questão do poder ao nível do Estado — não terá porém, saída, enquanto tratada apenas ao nível dos diferendos ideológicos. É indispensável, na prática, encontrar solução adequada para o problema da dispersão dos «centros de poder». Sem o mínimo de «unidade de comando» a direcção política revelar-se-á cada vez mais fluída, vogando perdida no mar encapelado de decisões arbitrarias duma 5.<sup>a</sup> Divisão do E. M. G. F. A.,

duma Assembleia do M. F. A., de Assembleias militares «ad-hoc» reunidas imprevisita e misteriosamente, de Gabinetes de Dinamização, do Conselho da Revolução, do COPCON, de Sindicatos, etc. Ao Governo, nestas condições, que espaço político de manobra lhe resta e com que autoridade actua? Nenhuns planos poderão ser coerentemente concebidos e aplicados sem um Governo que, por um lado, não deixe margem para dúvidas quanto à sua capacidade de execução do projecto político global definido pelo M. F. A. e que, por outro, seja revestido da autoridade necessária para se fazer obedecer.

6. Em cada dia, a cada hora que passa, multiplicam-se os sinais evidentes duma agitação social que tende perigosamente a alastrar, submergindo o país numa onda de violência incontrollável.

Acumulam-se factores que geram a promoção duma ampla base social de apoio ao regresso do fascismo. E é ridículo dizer-se, como certas formações políticas e certos órgãos de Informação, que são, «manobras da reacção». O descontentamento, o mal-estar, a angústia, são reais e por demais evidentes e têm a sua causa profunda em erros de direcção política acumulados ao longo dos últimos meses e em desvios graves de orientação no interior do próprio M. F. A.

Que fazer?

Encontramo-nos em mais uma encruzilhada da história, e é ao M. F. A., uma vez mais, que compete assumir o peso maior das responsabilidades para com o povo português.

É imperioso escolher conscientemente a via para o socialismo, sem violar a vontade da grande maioria dos portugueses, conquistando hesitantes ou descontentes pela persuasão e o exemplo. Terá de competir ao M. F. A., em completa independência dos partidos políticos, mas tendo em conta o papel que estes podem e devem representar, definir um projecto político de transição para o socialismo.

É necessário reconquistar a confiança dos portugueses, acabando os apelos ao ódio e as incitações à violência e ao ressentimento. Trata-se de construir uma sociedade de tolerância e de paz e não uma sociedade sujeita a novos mecanismos de opressão e exploração, o que não poderá ser realizado com a actual equipa dirigente, ainda que parcialmente renovada, dada a sua falta de credibilidade e manifesta incapacidade governativa.

É preciso, finalmente, conduzir o país, com justiça e equidade, e segundo regras firmes e estáveis, em direcção ao socialismo, à democracia e à paz.

(Jornal Novo, 7-8-75)

## **COMUNICADO DO COPCON**

**(7-8-75)**

«A propósito de mais uma notícia especulativa saída hoje a lume na terceira edição do «Jornal Novo», o COPCON informa não ter havido adesão do general Otelo Saraiva de Carvalho ao conteúdo do documento citado na primeira página daquele vespertino, e que o mesmo general considera pernicioso para o processo revolucionário em curso tal forma de proceder, pelo divisionismo que provoca entre camaradas com diferentes pontos de vista sobre problemas de carácter político, sobretudo quando o documento tornado público é posto a circular para recolha de assinaturas.»

## **COMUNICADO DO DIRECTÓRIO**

**— EM CAUSA**

### **O DOCUMENTO DOS «NOVE»**

**(8-8-1975)**

O Directório, ao tomar conhecimento da forma incorrecta e atentatória da disciplina e ética militar que traduz a circulação de um documento dirigido ao Presidente da República por um grupo de oficiais, e já tornado público em alguns órgãos de comunicação social, condena firmemente esta atitude, que considera gravemente perturbadora do processo revolucionário em curso, divisionista e visando possibilitar o prolongar da actual crise política, na véspera da posse do novo Governo, o que, em definitivo, aproveita a escalada reaccionária, que explora a presente situação em detrimento do povo português.

Conforme estava previsto, o novo Governo tomará posse perante este Directório, hoje, pelas 12 horas.

## **COMUNICADO DA 5.ª DIVISÃO**

**(8-8-75)**

A 5.ª Divisão/EMGFA, no desempenho das suas funções de esclarecimento e informação, considera necessário explicitar as implicações resultantes da tomada de posição do Directório relativa ao documento dirigido ao Presidente da República, por um grupo de oficiais, no dia 7 p. p.

1.º — «Tomar conhecimento da forma incorrecta e atentória da disciplina e ética militar que traduz a circulação do documento...» implica que o grupo de militares que o subcreveu e o fez circular se colocou sob a alçada dos regulamentos militares, e, portanto, sujeito às sanções previstas para faltas desta natureza.

2.º — A firme condenação desta atitude proclamada pelo Directório, órgão supremo de direcção político-militar do País, «por gravemente perturbadora do processo revolucionário» e em proveito da escalada reaccionária, implica que o grupo de militares mencionado se colocou também sob a alçada da justiça revolucionária.

3.º — A atitude «divisionista e visando possibilitar o prolongar da actual crise política» significa que o citado grupo de militares se recusou a respeitar a organização democrática do Movimento das Forças Armadas para superação de naturais divergências de ordem ideológica; o que implica não terem hesitado em criar a divisão entre os portugueses, o envolvimento do Movimento das Forças Armadas nas lutas partidárias e a sabotagem da aliança Povo-M.F.A., destabilizando a vida política do País, em momento particularmente delicado do processo revolucionário, para satisfação das suas ambições pessoais e políticas.

Lisboa, 8 de Agosto de 1975.

## **COSTA GOMES**

### **NA POSSE DO V GOVERNO**

#### **(8-8-1975)**

«Cumpre-me apresentar-vos em termos reais a solução encontrada para ultrapassar esta longa crise política, cujos custos materiais e sobretudo humanos necessitamos de reconhecer e de lamentar.

No momento actual estamos mais pobres, mais radicalizados e menos tolerantes; demos passos que nos afastaram da liberdade e da construção do socialismo que o povo deseja e merece.

Foi uma experiência dolorosa, cujo único saldo positivo será aprender uma lição colectiva de maturidade política; os indivíduos e as forças políticas necessitam meditar nesta experiência que, pela negativa, demonstrou que o respeito mútuo é a essência da liberdade e que a tolerância é o cerne de uma vivência social pacífica.

Tornou-se meridianamente claro que quando homens e partidos substituem a luta política e ideológica legítima pela ambição do poder intoxicam a sociedade com o vírus da violência e da convulsão.

A solução que hoje vos apresento é uma medida transitória, um Governo de passagem, que espero seja a pausa política para em clima de ordem, disciplina e trabalho, se poder construir algo de mais definitivo.

O Directório, no qual o Conselho da Revolução voluntariamente concentrou os seus poderes de decisão, poderá ser acusado de falta de inspiração, mas não de falta de generosidade no esforço e na dedicação em bem servir o povo a que pertence.

Rejeitada desde sempre a hipótese de uma ditadura militar, apresenta-se uma solução viável para o período a que se destina; a que se considerou melhor, no emaranhado dos condicionamentos delicados que emergem de uma revolução, rumo ao socialismo.

Tanto na génese como no desenvolvimento desta crise, cujos focos de responsabilidade são muitos, criaram-se condições que não permitiam soluções mais fundas e definitivas, ao cancelar-se a pesquisa fértil, no campo das soluções governamentais pluripartidárias.

Emposso um Governo de homens que tiveram a coragem e a dedicação de servir o País, no período difícil que vivemos, e que cumprirão bem, ao pautar, apartidariamente, os seus procedimentos, afinando as suas decisões apenas pela vontade e interesses do povo.

Aos membros deste V Governo é-lhes reconhecida, à partida, a sua competência técnica e a nossa confiança política, no seu espírito de militância e sacrifício, traduzidos na aceitação patriótica desta difícil missão.

Em termos de futuro imediato seguir-se-á um período de acção governamental que desejamos dinâmica e fértil, dentro das linhas de actuação que adiante se referem.

Paralela e simultaneamente, o Directório e as forças políticas progressistas que em tal estiverem empenhadas haverão de estudar e construir uma solução mais duradora e adequada.

Há muito que repensar. Os sistemas políticos ou oprimem ou servem os povos respeitando a sua vontade e interesses.

Nós, como representantes do M. F. A., não temos vocação nem condições para realizar a opressão, queremos e teremos de servir o Povo.

Os povos, como os homens, devem evoluir para patamares superiores da dignidade humana; se nos não queremos violentar, teremos de respeitar a nossa vontade individual e colectiva, orientando a nossa revolução no sentido de interesses superiores.

Os povos são grandes na alma e na sua vontade soberana, mas também no sua inércia evolutiva.

O nosso povo afirmou desejar o socialismo, mas tem uma alma, uma vontade e uma inércia que condiciona o ritmo da revolução socialista.

Um homem, um partido, um M. F. A., um directório são autenticamente revolucionários quando, respeitando a vontade e o ritmo do povo que servem, contribuam consciente e firmemente para a evolução positiva no sentido do socialismo.

Construir um plano de transição, uma linha de curso, não é tarefa de poucos, nem tarefa de poucas horas.

O V Governo, na sua eficácia gestora, haverá de ser a pausa para meditar e o tempo para construir com o Povo-M. F. A. e todas as forças políticas interessadas, o plano viável para o socialismo português, plano pragmático e inexorável mas moderado para ser seguro e poder resistir às reacções internas e externas que a velocidade gera.

Este V Governo não tem uma tarefa espectacular, mas sim a marca generosa do sacrifício de quem quer um socialismo ao serviço do povo.

Não esperamos dos novos membros a marcação de eruditas linhas governamentais mas o trabalho árduo, sem repouso, de quem, ao serviço do povo, se proponha a resolver com senso e firmeza os múltiplos problemas da administração corrente, com o sentido exacto do gestor eficaz.

As grandes linhas haverão de ser reservadas a órgãos da maior continuidade e envolverão a colaboração de outras forças, incluindo os partidos interessados.

É evidente que o novo Governo haverá de considerar os textos que hoje são constituição e o «plano de acção política», último documento com força legítima. Ninguém pode esquecer que o povo exige e está bem definido que a nossa via para o socialismo será pluralista, com respeito pelas forças políticas partidárias, interessadas ou da oposição.

A crise económica terá de ser vista em dois planos, no primeiro dos quais as medidas de urgência e de austeridade competirão ao presente elenco.

As relações económicas externas e a política internacional que entendo viável afirmei-as publicamente há pouco tempo.

Haveremos de resolver a crise de autoridade e restabelecer um clima de confiança na poupança, e em certos tipos de investimento privado.

No plano psicossociológico, há muita gente a transformar e a utilizar nesta revolução, pessoas que a conjuntura e o verbalismo pseudo-revolucionário tem marginalizado.

Criar confiança, modificar ideias e comportamentos é obra serena e pacífica em que a dureza dos actos ou das palavras deve ser usada comedidamente.

A comunicação social com a apetência e tensão existentes é um fenómeno da maior delicadeza onde é essencial o equilíbrio, a boa-vontade e o criticismo.

Desejaria ver equilíbrio nos autores das declarações, boa vontade nos meios de suporte que devem mantê-las nas devidas proporções e criticismo da opinião pública quanto à matéria, à forma e à representatividade das posições assumidas.

Termino, em nome do M. F. A. e do Directório com três esperanças:

A primeira dedico-a ao povo a que pertenço para que sejam evitadas situações de confrontações, violência, nervosismo e ten-

sões emocionais. Ninguém é dono da revolução, ninguém é detentor da verdade absoluta; sejamos firmes mas suaves, combativos mas tolerantes nas lutas políticas que traçarão o rumo da revolução socialista portuguesa.

A segunda deposita-a nas Forças Armadas cuja coesão e patriotismo e apartidarismo são essenciais ao processo em curso.

Sem prioridades, citarei, em último a esperança nos partidos políticos.

Contamos com eles, aliados ou da oposição, desde que significativos, para a colaboração e responsabilidade no desenvolvimento do processo em curso, no qual o povo terá de ser o princípio imamente e o fim último».

## VASCO GONÇALVES NA POSSE DO V GOVERNO (8-8-1975)

«Com a tomada de posse do V Governo Provisório, damos um passo importante para a superação de mais um momento difícil da nossa revolução.

As dificuldades na formação deste Governo mais não são que reflexos dos problemas cada vez mais complexos que a marcha do processo revolucionário nos traz.

Já o tenho dito em outras ocasiões, mas nunca é demais repetir que a substituição do velho pelo novo é sempre dolorosa e difícil.

Neste momento e aproveitando uma conjuntura particularmente complicada no desenvolvimento do nosso processo revolucionário, em que as dificuldades económicas resultantes do desmantelamento do sistema económico velho, da crise do capitalismo internacional, dos erros por nós cometidos se entrelaçam com a grave situação de Angola, com o aumento das pressões internacionais sobre o nosso país e com a incapacidade das forças a quem a Revolução objectivamente serve para encontrarem um caminho firme de consolidação e avanço neste processo de transição para o socialismo, as forças reacionárias, as forças que não pretendem a construção do socialismo em Portugal desencadearam uma forte ofensiva que tem deparado com aliados onde devia ter inimigos jurados.

Na tentativa de superação da crise económica que o País atravessa, empenhará este Governo todo o seu esforço, sendo a tónica dominante dirigida à execução de medidas imediatas e pontuais.



A par de outras acções que se impõem para já e que estão na fase final de elaboração, serão imediatamente promulgadas algumas medidas moralizadoras e de austeridade, que o momento actual exige.

Temos também consciência que o mundo rural, tradicionalmente sacrificado, pouco beneficiou no aspecto económico com a libertação política iniciada em 25 de Abril de 1974, alargando-se mesmo as diferenças de nível de vida relativamente às populações urbanas.

Por isso o nosso esforço irá incidir, prioritariamente, no sector agrícola.

É pois necessário que os trabalhadores dos outros sectores da vida nacional ponderem a actual situação e sejam realistas. A grande tarefa do momento, para todos os portugueses conscientes e patriotas, é a de conquistar mais revolucionários para a Revolução.

Outra tarefa que se colocará a este Governo em colaboração estreita com as Forças Armadas e com o Povo Português será a do combate sereno mas firme às forças reaccionárias. No combate aos fenómenos de neofascismo que ultimamente se têm multiplicado no nosso País serão usadas severidade na repressão e determinação na tomada de medidas que tornem irreversível a construção do socialismo em Portugal, única forma de afastar para sempre o perigo do renascimento da opressão fascista.

Aos trabalhadores portugueses que nos têm dado os melhores exemplos revolucionários caberão as principais tarefas na construção do socialismo. Mais do que nunca o momento exige-lhes realismo reivindicativo, defesa da sua unidade de classe e construção da unidade indispensável com os trabalhadores do campo, com a pequena burguesia e com sectores da média burguesia.

A todos os portugueses e forças políticas patriotas e progressistas, ao Povo Português, faço um apelo à reconciliação, à unidade em volta das Forças Armadas — garantes do processo revolucionário e da democracia, à construção de uma frente que englobando todos os portugueses que têm por objectivo a edificação do socialismo em Portugal torne irreversível o processo revolucionário iniciado a 25 de Abril.»

## DOCUMENTO DO COPCON

### I — A SITUAÇÃO ACTUAL

1. A situação a que o País chegou, em consequência da incapacidade verificada a todos os níveis em resolver os problemas concretos que se têm deparado aos órgãos de poder, desencadeou uma degradação económica geral com o inevitável acentuar do desequilíbrio entre zonas urbanas e zonas

rurais e a zona industrial de Lisboa e outras zonas industriais menos desenvolvidas. O acentuado dirigismo e tentativas de controlo do aparelho de Estado por parte dos partidos, com especial realce do P. C. P., levou alguns militares com responsabilidade no processo revolucionário a apresentar um documento que se afirma destinado a clarificar a actual conjuntura. Na prática resultou maior confusão, dadas as evidentes ambiguidades contidas no citado documento.

2. Em face disto, torna-se indispensável clarificar, de facto, a situação actual, pelo que, deste modo, manifestamos ao País a nossa posição perante o assunto, por considerarmos que compete ao M. F. A. reconhecer os erros até agora cometidos, denunciando, sem tibiezas, as suas causas.

3. A degradação da situação económica, e respectivas implicações sociais e políticas, para amplas massas populares deve-se sobretudo, à falta de definição de uma linha política objectiva, e de um programa governamental consequente; não se achou um conjunto de medidas económicas capaz de substituir o vazio criado pela desagregação da estrutura capitalista existente, e mantiveram-se por outro lado, todas as dependências em relação ao imperialismo, com todas as consequências, tais como fecho de fábricas, fuga de divisas, desemprego, pressões políticas descaradas sobre a nossa soberania.

4. O operariado das cidades e dos campos, bem como largos sectores de empregados de serviços, apoiados nas suas organizações de classe e numa rica tradição de luta têm conseguido uma defesa mais eficaz da sua situação económica contra o aumento de custo de vida, ainda que seja o sector mais afectado pelo alastramento do desemprego.

5. Embora amplamente divulgada a criação de estruturas e políticas de apoio a pequenos e médios comerciantes e industriais, constatou-se a sua total ineficácia, verificando-se que, pelo contrário, a sua situação foi consideravelmente agravada devido ao aumento de impostos e outros encargos.

6. Os pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do País têm visto a sua situação agravar-se constantemente desde o 25 de Abril, face ao aumento do custo de vida, dos materiais e produtos indispensáveis à lavoura, acrescido da dificuldade no escoamento e comercialização dos seus produtos. Não se organizou o Comércio Interno, eliminando a especulação dos intermediários, e criando uma rede de distribuição que facilitasse a circulação do produtor ao consumidor, com benefícios para ambos. São, sem dúvida, os pequenos e médios agricultores quem presentemente sofrem os efeitos da degradação económica.

7. No campo da Assistência, não se fizeram chegar à província os meios materiais e humanos capazes de responder minimamente às mais prementes necessidades das populações.

8. No entanto desenvolveram-se entre as populações rurais campanhas de esclarecimento e dinamização, que por ausência

de uma preparação prévia adequada, não respeitaram, muitas vezes, as características socio-culturais do meio onde se desenvolveram, cometendo, em alguns casos, autênticas violações à consequência e hábitos das pessoas. Estas campanhas, apoiadas em verbalismos despidos de significado para quem eram dirigidas, foram, na maioria dos casos, prejudiciais, pois não foram acompanhadas de quaisquer medidas concretas capazes de demonstrar ao povo que o objectivo era a real melhoria das suas condições de vida.

9. Verifica-se a existência de um clima de desânimo e descrença das populações, desmotivando-as para a Revolução de que são as principais e directas interessadas. As causas deste facto são, fundamentalmente, as seguintes:

- a) A substituição das administrações fascistas das autarquias locais foi feita, na maioria dos casos, por elementos da pequena e média burguesia local afectos ao P. C. P. - M. D. P. / C. D. E., que se revelaram incapazes de solucionar os principais problemas existentes;
- b) A concessão de benefícios pelas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, cuja criação foi ao encontro de um antigo anseio destas classes, foi alvo de um critério de favoritismo relativamente aos seguidores da linha política das pessoas que dominavam as referidas ligas;
- c) As comissões liquidatárias dos antigos Grémios de Lavoura foram totalmente incipientes, não tendo liquidado, até à presente data, coisa alguma, seguindo, no aspecto da concessão de benefícios, critérios idênticos aos referidos no caso das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores.

A constatação desta realidade e o crescente descontentamento consequente tem sido explorado pela reacção que, manobrando e instrumentalizando este justíssimo desagrado, conseguiu provocar uma escalada de violência contestatária, levando as populações a uma oposição aberta ao M. F. A., por o identificarem com a linha política responsável por esta situação.

10. A realização das eleições nas condições em que se efectuaram, veio contribuir para confundir o povo quanto aos instrumentos que podia utilizar para controlo do aparelho de Estado e do Poder, dado que:

- A estrutura burguesa em que a sociedade portuguesa estava e está organizada não permitia, como não permite, que a consciência revolucionária seja levada às mais amplas massas populares;
- Numa estrutura burguesa, do voto universal só uma coisa pode resultar... burguesia;
- Numa estrutura burguesa são os partidos burgueses e reformistas que têm os meios financeiros para fazer chegar a sua voz a todo o País;

— Numa estrutura burguesa não há tentativa de debate e resolução de problemas concretos, mas apenas demagogia política feita de jogos de palavras, destinada a intoxicar e confundir o povo, que ao cabo de 48 anos de fascismo não estava em condições de distinguir esses jogos de palavras.

Tem de se reconhecer um forte grau de responsabilidade ao M. F. A., por ter feito das eleições um ponto de honra, aspecto este bem explorado por forças interessadas neste tipo de eleições.

11. A inoperância de quatro governos provisórios não é só fruto do dirigismo que o P. C. P. tentou impor infiltrando-se no aparelho de Estado e nos órgãos de comunicação social, pois o P. S., P. P. D. e M. D. P. / C. D. E., que neles estiveram presentes, compartilham das responsabilidades que, hoje, procuram despudoradamente escamotear. Dos partidos à direita do P. S., incluindo as cúpulas deste, não se pode esperar mais de que a tentativa de travar e inverter a marcha do processo revolucionário, por forma a garantir os privilégios da alta burguesia e a exploração desenfreada dos trabalhadores.

12. A insistência do M. F. A. em procurar resolver as contradições através de soluções de compromisso, negociadas com partidos burgueses e a cobertura que vem dando a manobras partidárias, provocam o descrédito dos militares perante os trabalhadores.

## II — ANÁLISE DO «DOCUMENTO DOS NOVE»

1. Mas a solução da presente situação, pela qual é altamente responsável o M. F. A., não será encontrada com paliativos de direita, como propõe o documento que leva a esta tomada de posição. Não será certamente a manutenção de coligações no governo que permitirá avançar na construção do socialismo. Não é rejeitando conjuntamente a SOCIAL-DEMOCRACIA, O CAPITALISMO DE ESTADO, A DEMOCRACIA POPULAR, e as conquistas das classes trabalhadoras que se permitirá a estas vir a assumir a condução do processo, ou tão só, consolidar as posições já alcançadas. A proposta apresentada conduzirá à RECUPERAÇÃO PELA DIREITA abrindo a esta campo de manobra para a destruição da revolução, mau grado as intenções democráticas e patrióticas, na mente dos subscritores do documento.

2. A perspectiva económica apresentada de reforço de laços com a C. E. E. e a E. F. T. A., reforçará a sujeição do país a uma vergonhosa dependência ECONÓMICA-FINANCEIRA e POLÍTICA, pois quem ainda tivesse ilusões quanto aos seus desígnios, perdeu-as completamente com as últimas exigências apresentadas para a concretização da «AJUDA FINANCEIRA A PORTUGAL». Revitalizar a iniciativa privada através do investimento maciço de capital financeiro estrangeiro, traduz-se na

perda pura e simples da INDEPENDÊNCIA NACIONAL. Não basta, para mascarar tal desastre, dizer que também se deve comerciar com o Terceiro Mundo e os países de leste. Nem é abrindo as portas ao Imperialismo que se conseguirá levar a cabo uma descolonização correcta dos territórios ainda sob administração portuguesa e também vítimas de Exploração Imperialista.

3. Não é assumindo uma posição supra-partidária, sem demarcação em relação aos partidos de direita, que se recuperará a credibilidade pois afirma-se pretender construir o socialismo e não alcançar uma democracia burguesa mas ainda capitalista, o que obviamente acontecerá. Como pode um projecto denominar-se de esquerda quando escamoteia o papel das massas e recusa a acção das suas vanguardas?

Como se pode «criticar» o ritmo das nacionalizações?

Será mantendo nas mãos da burguesia a posse dos meios de produção que estes serão postos ao serviço do povo?

Como se pode ignorar o caciquismo e o papel da luta de classes na sua destruição?

Como se pode apelar para a concórdia sem distinguir exploradores de explorados?

4. Concretizando esta fase da análise crítica do documento refere-se o ponto fundamental, que não foi esquecido pelos seus subscritores. Trata-se do ponto fulcral da situação política actual e se refere ao crescendo da actuação do fascismo. Elementos concretos demonstram que o fascismo abandonou as cautelas defensivas para se lançar deliberada e claramente na ofensiva, através de actuações violentas aparecendo descaradamente à luz do dia. Historicamente está demonstrado que personalidades moderadas que pretendem despoletar acções violentas do fascismo por meio de posições conciliatórias, são as suas primeiras vítimas, ou, noutros casos, se transformam nos opressores das massas que pretendem libertar.

### III — PROPOSTAS

1. *Um programa revolucionário para solução da situação tem de passar, antes de tudo, pela realização do projecto de aliança M. F. A. - POVO, o qual garante a direcção dos trabalhadores na resolução dos seus problemas. Sem esta participação o socialismo é impossível. Há pois que pôr de pé uma estrutura de organização de massas populares, pela constituição e reconhecimento de conselhos de aldeias, de fábricas e de bairros, que sejam os órgãos através dos quais os trabalhadores possam tomar decisões no sentido de resolver os seus próprios problemas. Estes organismos de poder dos trabalhadores terão que ser um instrumento para as soluções económicas, para o planeamento social (escolas, hospitais, habitação, transportes), terão que ser, enfim, os verdadeiros órgãos do poder político, única barreira capaz de se opor vitoriosamente à agressão fascista e imperialista.*

2. As soluções económicas para este país, têm de passar por uma alteração da estrutura, fazendo uma reconversão da economia no sentido de um total apoio efectivo à agricultura, de modo a que rapidamente venha a produzir uma muito maior quantidade de bens alimentares, cuja compra no estrangeiro neste momento, é um dos factores do nosso défice na balança de pagamentos. Para tal é necessário planificar a agricultura, fazendo uma revolução agrária, de acordo com a vontade expressa pelas Assembleias de Aldeia e outros órgãos de vontade dos pequenos e médios agricultores e, no sul, geridas pelos trabalhadores rurais, democraticamente eleitos, tendo umas e outras apoio financeiro e técnico que garanta a sua rentabilidade e condições de vida para os camponeses, que os aproximem cada vez mais dos operários da cidade.

3. Devem criar-se mecanismos que permitam o apoio efectivo e imediato aos pequenos e médios comerciantes e industriais, desenvolvendo ao mesmo tempo condições que fomentem o associativismo e cooperativismo.

4. *Por outro lado Portugal tem de acabar com a dependência em relação ao imperialismo. Tem, pois, de deixar de depender financeira e tecnologicamente em relação aos países imperialistas, mesmo que para isso se tenha de suspender ou reconverter indústrias que foram implantadas no nosso País para explorarem a mão-de-obra barata dos trabalhadores portugueses.*

*Neste sentido há que cessar também com a sujeição à C. E. E. e E. F. T. A., que têm praticado uma política de chantagem em relação a Portugal. Enveredando por uma política económica de verdadeira independência nacional, o nosso País poderá então:*

- a) *Alinhar com os países do Terceiro Mundo, privilegiando a cooperação com as antigas colónias portuguesas, em termos novos de igualdade e fraternidade.*
- b) *Manter e estabelecer relações comerciais e de cooperação com todos os países do mundo numa base de reciprocidade e vantagens mútuas.*

*Nestas condições o nosso País ficará em posição de poder vencer o bloqueio do imperialismo, pelas contradições internas deste, uma das quais é a opinião pública dos respectivos países e, principalmente, a solidariedade das respectivas classes trabalhadoras e para os Povos do Terceiro Mundo, para quem o nosso processo revolucionário constitui enorme esperança e factor de unidade e luta.*

3. O problema de centenas de milhares de desempregados deverá ser resolvido pela planificação económica, no sentido do pleno emprego. Para tal há que criar postos de trabalho nas agriculturas e na construção civil. Temos consciência que a reconversão da economia posta nestes termos, o início duma planificação socialista, a independência em relação ao imperialismo e a política de pleno emprego, trarão grandes dificuldades e grandes sacrifícios, mas estes têm de ser partilhados por toda a gente. Não se pode pedir que sejam só os trabalhadores a suportá-los.

Neste sentido há que baixar muito o ordenado máximo nacional, o que vai tirar privilégios a estas camadas minoritárias da população.

6. Em relação à habitação há que definir uma política justa, que atacando frontalmente os grandes proprietários que fizeram da especulação o seu modo de vida, defenda os pequenos proprietários que através de rendimentos aceitáveis conseguem garantir a sua subsistência e dos seus familiares. Relativamente a este problema há que estabelecer um limite para rendas, entrando em linha de conta com a localização, tipo de construção, número de assoalhadas, etc. As comissões de moradores terão um papel decisivo no estabelecimento do critério adoptável.

7. Quanto ao problema da SAÚDE há que socializar a medicina, garantindo a prestação de serviços médicos na província, incluindo os meios técnicos e humanos das Forças Armadas. Como medida complementar terá igualmente de se proceder à nacionalização da indústria das especialidades farmacêuticas, regulando o seu fabrico de modo a condicionar o elevadíssimo número de medicamentos que apenas se diferenciam pela marca eliminando deste modo as grandes despesas publicitárias actualmente existentes que oneram extraordinariamente os seus custos.

8. Em relação ao ENSINO têm que ser garantidas condições para que haja realmente ensino básico para toda a gente, sendo o ensino secundário e superior subordinados desde já aos interesses das classes trabalhadoras.

9. Para além deste programa genérico, aplicável a médio prazo, que deverá ser discutido, corrigido e pormenorizado, com a colaboração de todos os órgãos de vontade popular e militar, entende-se que devem ser tomadas entre outras MEDIDAS URGENTES as seguintes:

- Abaixamento dos preços dos adubos e compra de produtos agrícolas a preços que garantam remuneração justa do trabalho dos pequenos e médios agricultores;
- Utilização, sempre que necessário, dos meios de transporte das Forças Armadas para escoamento dos produtos;
- Abaixamento dos preços das rações, e garantia de preços justos aos pequenos e médios produtores de gado bovino, caprino e suíno, bem como o de carne de aviário;
- Condicionamento de importação de bens alimentares, sempre que possam ser substituídos por alimentos de compensação produzidas no País;
- Garantia de concessão de créditos a juro baixo ou nulo, consoante os casos, em quantitativos capazes de garantir a sua eficiente e reprodutiva aplicação;
- Acção repressiva sobre as Comissões Liquidatárias dos antigos Grémios de Lavoura e Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, sempre que se verifique discriminação política na atribuição de benefícios;

- Criação de condições de apoio técnico e veterinário aos pequenos e médios agricultores e produtores;
- Medidas de emergência em relação aos desalojados de Angola, englobando-os na política geral de pleno emprego, e pleno alojamento, tais como: requisição de estabelecimentos de hotelaria, construção de habitações pré-fabricadas e outras que forem julgadas oportunas como soluções, ainda que provisórias;
- Adopção de medidas relativas a crianças e pessoas idosas e inválidas, que vivam em circunstâncias incompatíveis com um mínimo de segurança;
- Planificação que permita a rápida reconversão em moldes úteis das empresas industriais encerradas como consequência das sabotagens desenvolvidas pelos capitalistas e reacionários, ou por acção do imperialismo;
- Criação de condições que garantam a segurança física e moral das pessoas no sentido de preservar o direito à propriedade, desde que esta não constitua instrumento efectivo de exploração.

10. Os meios de comunicação social deverão servir este programa, fomentando o debate franco, livre e total sem reservas de condicionalismos, destruindo, de uma vez por todas, qualquer forma de manipulação, dentro do princípio fundamental de que desta forma se servem os interesses das classes trabalhadoras, e de que as contradições existentes só no seio do povo poderão ser resolvidas.

11. Para garantir a execução deste programa é necessária a definição do poder executivo que se responsabilizará por ele; que terá de ser um poder de transição. Este poder de transição será constituído pelo MFA e por todas as organizações políticas verdadeiramente revolucionárias, que reclamam e defendem o poder para os trabalhadores. Como tal terá de ser garantida como primeira medida e como fulcro do poder a constituir, a realização, de facto, da aliança MFA-POVO. Este poder será a direcção política deste período transitório até à realização da Assembleia Nacional Popular.

#### IV — ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS FORÇAS ARMADAS

1. A elaboração de uma proposta como esta que se pretende revolucionária, essencialmente apoiada na aliança MFA-POVO, abordando apenas o sector popular, não tratando, ainda que superficialmente o aspecto interno das Forças Armadas constituiria um erro grave, cujas evidentes contradições poderiam assumir aspectos contra-revolucionários.

2. Assim, e de forma muito sucinta, considera-se indispensável que a estrutura interna das Forças Armadas necessita de ser repensada a curto prazo visando, sobretudo, os aspectos seguintes:



### a) Forma organizativa de classe

- Os militares deverão organizar-se de acordo com as diferentes classes existentes, debatendo livremente os seus problemas de classe, e elegendo democraticamente os seus representantes às ADU, que serão os porta-vozes das conclusões encontradas;
- As soluções preconizadas nas ADU, e que tenham implicações na vida colectiva da unidade, deverão ser debatidas em ADU, de modo a possibilitar um consenso geral, base indispensável da coesão e disciplina;

### b) Regalias sociais

- Deverão ser tomadas providências imediatas no sentido de ser conseguida uma sensível elevação do nível de vida das praças, nomeadamente pela modernização de instalações, aumento substancial do pré, atribuição generalizada, subvenção de família e abono de família, etc.

### c) Reforço de disciplina

- Intensificação da dinamização interna nas unidades, debatendo e analisando conjuntamente os problemas, sem restrições, consolidando a coesão por meio de uma disciplina consentida feita de esclarecimento, e só ela permitirá a entrega total dos militares à sua patriótica missão de defesa intransigente dos interesses do povo português.

## CONCLUSÃO

*O presente projecto constitui a única proposta viável e realista que se oferece ao povo português para a sociedade socialista que se pretende alcançar, e constitui uma recusa firme e total ao FASCISMO, à SOCIAL-DEMOCRACIA e ao CAPITALISMO DE ESTADO, formas de exploração que negam a real emancipação das classes trabalhadoras.*

VIVA A ALIANÇA ENTRE OPERÁRIOS E CAMPONESES!

VIVA A ALIANÇA INDESTRUTÍVEL ENTRE OS TRABALHADORES E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS!

VIVA A ALIANÇA MFA-POVO!

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

VIVA PORTUGAL!

**DO DIRECTÓRIO**  
**— SUSPENSOS OS «NOVE»**  
**DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO**  
**(11/8/1975)**

«De acordo com o seu comunicado de 8-8-75, o Directório decidiu suspender das actividades do C. R. os nove oficiais que assinaram e difundiram o documento a que o mesmo comunicado se refere. Os oficiais citados no número anterior foram mandados apresentar nos Estados-Maiores dos ramos a que pertencem para posterior colocação.»

**VASCO GONÇALVES**  
**NA ASSEMBLEIA DO M. F. A.**

Nós temos avançado combatendo os nossos inimigos. Os obstáculos têm-nos obrigado a avançar, pois é esse o único modo de vencer as contradições. Assim cito a questão do Palma Carlos, o 28 de Setembro, o 11 de Março. Devemos ao analisar, por exemplo, estas três questões ter em atenção a gravação destas manobras: primeiro foi uma questão a nível de gabinete, a questão Palma Carlos; depois trata-se já de uma movimentação de marchas sobre Lisboa; ao final, o 11 de Março é já uma acção violenta. Estas coisas não acontecem por acaso e a gente deve ter bem a noção de quem são os nossos inimigos e quem são os nossos amigos. Dadas as características do monopolismo (do capital monopolista do Estado existente entre nós), aqui eu noto que muitos camaradas e muitas pessoas em Portugal não compreendem isto e acusam-nos de estar a impor ritmo acelerado à Revolução.

Esse capitalismo afundou-se, de facto, após o 11 de Março. Ele estava já em larga parte destruído, dada a acção de sabotagem económica que o capital nos moveu. Esse capitalismo, de facto, afundou-se de uma maneira que não se afundaria qualquer outro capitalismo noutra parte da Europa e, então, para preencher este vazio, nós não tínhamos outra alternativa do que ir para as nacionalizações. Não podíamos ir arranjar capitais aqui e ali, ir buscar uns capitalistas, uns gestores e dizer assim: meus amigos agora que o grupo do Quina está em fase de destruição, agora que o grupo Pinto & Sotto Mayor, o Champalimaud está na mesma, o grupo CUF, etc., e tal, nós agora vamos chamar os meus amigos. Os meus amigos vêm para aqui com os capitais, vão agora restabelecer o sistema capitalista ou semelhante. Mas não estávamos em condições, nem podíamos fazer isto. Isto é que

é uma característica original do processo português que é preciso ter em vista; é que nós não tínhamos alternativa para o capitalismo «monopolista» do Estado que não fosse o socialismo, que não fosse a nacionalização dos sectores básicos da produção. Portanto, isto põe-se aqui como a questão fundamental do ritmo da Revolução.

Até uma determinada fase, o ritmo não podia deixar de ser este. Aliás as revoluções não se fazem com ensaios gerais, é o próprio desenvolvimento histórico que nos ensina os ritmos. Evidentemente que nós devemos procurar dominar o ritmo de uma revolução. Estamos nessa fase e ao fim de 14 meses nós temos essa noção. Isso é bom porque, era muito pior, se não tivéssemos essa noção das classes do tal bloco social histórico que nos deve apoiar. Tudo isso é muito bom. Mas eu pergunto: onde é que terá havido uma revolução no Mundo que, ao fim de 14 meses, tivesse conciliado de certo modo os interesses das classes trabalhadoras, os interesses da pequena burguesia e tivesse esta coisa a marchar? As críticas que nos fazem é de que nós afastamos a pequena burguesia, nós não vamos ao encontro dos pequenos proprietários e médios proprietários, etc.

Há críticas muito correctas que nos fazem, mas eu pergunto: qual é a revolução que numa fase destas não tenha passado por períodos destes? Falam-nos na questão da nossa base de apoio, e eu pergunto, também: qual era a revolução que em determinado momento histórico não teve um estrangulamento na sua base de apoio, e quando há esse estrangulamento de apoio, uma revolução tem forçosamente que ter um poder de Estado forte, autoritário, de modo que essa Revolução não seja perdida e que permita depois, ao longo do tempo e com medidas correctas de apoio aos tais que devem ser os nossos aliados (como a pequena burguesia, como os pequenos proprietários rurais, os pequenos comerciantes, etc.), que levemos medidas a esses sectores que lhes dêem provas inofensíveis que estamos com eles.

Este problema só se pode resolver com medidas concretas a tomar pelo Governo, pelas autoridades do Estado, no sentido de ir ao encontro das suas necessidades. Mas eu penso que isto é um problema que se passou em todas a revoluções e nós temos que ter isto presente.

Antes de tudo, estamos numa revolução. Agora uma revolução não quer dizer desordem nem quer dizer indisciplina. Um dos grandes perigos da nossa revolução é a desordem e a indisciplina. Não é verdade que existe no próprio seio das Forças Armadas, devido a questões de ordem política, de ordem ideológica e propriamente até de interesses de classes, porque nós temos de enfrentar isso com toda a clareza. E não sei se todos os camaradas, quando aprovaram aqui as directrizes sobre a opção do M. F. A. pelo socialismo, estavam bem conscientes do que isso representa. Não basta a gente dizer que optámos pelo socialismo. Há toda uma ganga, todo o meio em que nós vivemos, toda a nossa vida, os estratos sociais a que pertencemos e de que

nos temos de libertar, se queremos, de facto, optar pelo socialismo e caminhar nesse sentido. Mas mesmo nós, até como somos em larga escala pequenos burgueses, estamos ligados a esses interesses: uns são filhos de pequenos comerciantes, outros são pequenos lavradores, outros de funcionários, etc. Nós também podemos fazer parte deste tal bloco histórico de apoio. O que é preciso é que tenhamos a noção disso, que estas coisas não se fazem por varinhas de condão, nem por milagres, e que se desenrolam todos no seio de uma aguda luta de classes.

Não é uma palavra vã o facto de aquilo que o brigadeiro Corvacho disse no Porto de que o capital nos move uma luta de morte. A gente ou tem a noção disto ou não tem. Se a gente pensa que as lutas entre o Partido Socialista e o Partido Comunista são lutas entre o Benfica e o Sporting, então não há dúvida nenhuma que nós estamos afundados e vamos para o fundo. Agora se pensarmos que são lutas muito mais profundas, são lutas que através das quais se manifestam as lutas de classes e os objectivos finais dos seus estratos sociais, então já podemos ver com muito mais lucidez essas lutas.

Aliás, eu gostaria que me explicassem se o processo viveu muito depressa até agora, como é que poderia ter sido vivido mais devagar, (por exemplo como é que poderia ter vivido mais devagar até ao 28 de Setembro. Como é que podia ter vivido mais devagar até ao 11 de Março). Penso que agora, neste momento, estão criadas as condições mínimas para o socialismo. É que nós temos o problema de dominar o processo. Estamos na sua fase de construção. Agora, sim, põe-se esta questão do ritmo e, de facto, temos de ter muito cuidado com esse ritmo, porque nós não podemos deslocar a nossa vanguarda daqueles que devem ser a nossa base de apoio, porque às duas por três, de facto, o pelotão está descolado da base de apoio.

Agora sim, põe-se essa questão do ritmo. Daqui para a frente. Mas até ao 11 de Março, até mesmo sobre as medidas que temos tomado até ao 11 de Março, eu gostaria que me explicassem que outro ritmo poderia ser. Como gostaria que me explicassem que outras maneiras nós poderíamos ter tido para abalar o capital monopolista. Eu gostaria de saber como poderíamos ter dominado as gentes do capital monopolista se a gente ainda hoje não domina. Hoje, o capital move-nos uma luta, uma luta digamos científica, isto é estrategicamente ponderada. Há casos, como os do Medézio e da Handy Portuguesa, que mostram essa estratégia.

Talvez seja bom os camaradas conhecerem documentos desses que é para se fazer lucidez sobre essa questão, que não se trata do Benfica-Sporting entre o P. S. e o P. C., mas coisas muito mais profundas. Há pessoas que até falam já que a gente já podia ter feito uma revolução cultural depois do 11 de Março. Três meses que passaram sobre essa data e as pessoas não têm a consciência não têm a ideia que a consciência social não acompanha automaticamente os processos materiais de desenvolvimento. Todos

nós sabemos isso da vida quotidiana, quando observamos certas coisas na rua e vamos pensar nelas para casa. Isso não é um atraso na consciência, em relação ao facto material que observámos.

Então, nos processos históricos muito mais se a gente pensasse quantas centenas de anos levou a descobrir-se as leis fundamentais do capitalismo depois do capitalismo existir, quantas centenas de anos levou à descoberta dessas leis, isso não representa o tal atraso da consciência social em relação aos processos económicos e sociais. Para que estamos admirados até pelas incompreensões do nosso povo? Agora diz-se muito que o povo está contra nós. Isto também não é mais que um atraso da consciência social em relação aos processos materiais. É claro que esse atraso tem que se colmatar por vias de desenvolvimento, até por processos materiais, mas também pela tal via de revolução cultural.

Mas onde é que algum país do Mundo que ao fim de três meses ou quatro meses depois de 11 de Março pudesse ter feito uma revolução cultural de maneira que a consciência social das pessoas compreendesse perfeitamente o nosso processo? Eu gostaria, também, que me indicassem essa via ao fim de quantos anos, ao fim de quantos e quantos e largos anos, foram feitas as primeiras revoluções culturais na China e as condições especiais de uma China com 700 milhões de habitantes, com aquelas fronteiras todas, podendo dar-se quase ao luxo de fazer uma revolução cultural, diminuindo fortemente a sua produção. Nós precisamos de fazer essa revolução cultural. Essa revolução cultural, esse chavão, essa palavra, corresponde a quê? Corresponde, de facto, a pôr-se a consciência social de acordo com a via de transição para o socialismo. Isto não é fácil, é muito difícil. Leva anos e anos de serviço. Isto necessita de um Estado forte, de autoridade, de disciplina, mas é uma disciplina revolucionária, uma autoridade revolucionária que esteja de facto polarizada para caminhar para o socialismo.

Face à crise económica que vive em grande parte provocada pelo aparelho de Estado e pela destruição das estruturas da economia capitalista, a alternativa é sempre a mesma: ou adoptamos medidas estruturais, ou adoptamos medidas conjunturais.

Eu parece-me que um país nas nossas condições para caminhar para a frente, para se desenvolver, tem que adoptar medidas de ordem estrutural. Portanto, são medidas que vão à base, à base económica fundamental e não medidas de ordem conjuntural. Por exemplo, medidas de ordem conjuntural, que impediram reformas estruturais. É o que se passou no pós-guerra nos países capitalistas da Europa, com o «Plano Marshall». A gente também gostaria de vir a ter aqui uma coisa destas. Aparecer aí um «Plano Marshall», aparecer um milagre português sustentado de dólares americanos ou com os marcos alemães. Nós tomaríamos de facto, medidas conjunturais. Não seria tão difícil o caminho do povo português.

A curto prazo constituir-se-ia digamos uma economia de tipo capitalista mitigado com algumas nacionalizações. Nos países capitalistas também há nacionalizações. E vocês sabem que as nacionalizações nos países capitalistas servem os monopólios. As nacionalizações são encaminhadas para os sectores menos rentáveis ao capital monopolista, como sejam os transportes, a educação, a electricidade, que é vendida mais barata aos monopólios, que é vendida por exemplo ao preço do tipo que tem que ter a luz acesa lá em casa para ver de noite. Portanto, nós temos esta alternativa: ou tomamos medidas conjunturais ou tomamos medidas estruturais. As medidas conjunturais quanto a mim são aquelas do tipo da social-democracia.

E eu pergunto se isso é possível entre nós, se isso é o caminho do desenvolvimento. É claro que o facto de tomar as medidas estruturais não significa que não vamos tomar medidas conjunturais, porque nós temos de tomar medidas imediatas conjunturais para salvar a balança de pagamentos, para obviar ao desemprego, para aumentar a produção. Portanto, as medidas estruturais para mim levam de facto ao socialismo e à libertação nacional e à libertação dos trabalhadores e das outras classes aliadas dos trabalhadores, da própria pequena burguesia. Eu insisto que se nós conseguirmos impor a nossa revolução, se a nossa revolução durar, ela verificará, na prática, que os interesses dela estão mais com os interesses dos trabalhadores do que com os interesses da média ou da grande burguesia ou do capital monopolista.

E eu penso que um país desenvolvido tem que avançar pela via estrutural. Os partidos da direita têm falado muito com insistência numa espécie de «Plano Marshall» para Portugal. E eu considero que isto é uma via conjuntural. E a gente viu que em França, na Itália e Alemanha não se operaram no pós-guerra modificações estruturais de fundo como os povos ao sair dessa guerra pretendiam. Toda a gente sabe que havia frentes patrióticas unitárias dos partidos e não safam da resistência, na esperança de uma vida diferente e que, depois, precisamente o exercício das medidas conjunturais com o restabelecimento de uma vida que era anterior à guerra e que era melhor que a vida da guerra, conduziram a que de facto nestes países se desenvolvesse um forte capitalismo monopolista de Estado, mas não se desenvolveram medidas de ordem estrutural conducentes ao socialismo.

Eu penso que é necessário resolver essas dificuldades no sentido da nossa unidade, no seio das várias estruturas do M. F. A. prioritariamente, até aqui também no seio desta assembleia.

Já há bocado aflorou a questão da base social de apoio da revolução. Eu não tenho dúvidas de que uma revolução não pode ir para a frente com uma base social de apoio restrita. Nós não podemos continuar indefinidamente assim com esta base de apoio. Esta base de apoio tem de alargar-se. Só podemos considerar que isto seja para uma via transitória, por um tempo

curto, relativamente curto e transitório, no qual temos, se que-remos andar para a frente, aguentar esta revolução com esta base de apoio mais apertada. No entanto, devemos procurar alargá-la com as medidas concretas, que devemos tomar com a ligação directa Povo-M. F. A. e com o chamar de todas as forças políticas, cívicas e sociais, para uma frente de apoio ao socialismo. Temos de fazer esforços para alargar essa base de apoio. Mas penso que não devemos ficar demasiado perturbados com isso, nem alarmados, uma vez que isto não é um caso virgem, isto passou-se em todas as revoluções.

Temos é que ter a noção que esta base tem que ser alargada e que devemos fazer esforços nesse sentido. E isso até passa pela nossa própria consciencialização. Passa pela modificação da própria dinamização cultural. Se nós sentimos que afugentamos as pessoas falando-lhes em socialismo, falando-lhes em marxismo e outras palavras que assustam muito as pessoas, nós podemos fazer avançar a revolução sem lhes falar em nada disso, indo directos aos problemas concretos dos trabalhadores, não lançando teorias e verbalismo, mas antes uma acção prática e correcta. Temos que alargar a base de apoio, mas temos que fazer isso com a consciência de que isto é um processo que se desenrola e que o alargamento da base de apoio deve ser feito sem prejudicar os nossos objectivos a longo prazo. Isso não significa que nós não tenhamos que nos adaptar às circunstâncias de cada momento.

O poder do Estado, a unidade política no seio do M. F. A. e ao nível dos seus órgãos dirigentes: é preciso que esta unidade política exista. E põe-se até este problema: se não estamos numa iminência ou à beira duma ruptura que tem de ser analisada se ao nível dos centros do Poder ou se ao nível cá de fora, na rua, como isso que nós estamos a ver com essas batalhas cam-pais que se estão a desenrolar. Os camaradas têm que meditar nisto.

Há questões que são diferenças de opinião e outras divergências profundas. Eu, para mim, as divergências profundas centram-se nas questões sociais, nas questões centrais do socialismo. Eu mesmo peço licença aos camaradas para chegar a pensar se todos teremos ideia do que significa caminhar para o socialismo. Eu devo dizer que estou convencido que a social-democracia é a fase de transição para o fascismo em Portugal.

E isto também deve ser meditado e deve ser assumido pelos camaradas. Isto não é uma palavra vã. Basta pensar nas correlações de forças existentes, basta pensar que a imposição de relações, de novas relações de trabalho, sem perspectivas de socialismo para o futuro, os desapontamentos que isso daria, a necessidade de uma ordem pública forte, duma intervenção que acabaria de ser uma intervenção de direita, e se a gente não iria parar de novo ao fascismo.

Por vezes há camaradas que falam naquela coisa de um passo atrás e dois à frente. Esses problemas põem-se quando as bases de apoio, por exemplo, estão reduzidas, quando há graves

problemas económicos. Mas, para que isso se faça, é preciso que haja um poder forte, que seja capaz de dar um passo para trás depois dois passos à frente. Agora, se a gente não tem um poder forte, suficientemente instruído, se só porque leu nos livros e sabe verbalmente que há um tipo que disse «um passo atrás e dois passos adiante», a gente então não domina o processo, a gente então não é capaz de dar passos atrás, para dar passos à frente. Tudo isto tem de ser feito com cabeça, com estratégia. Não basta atirar cá para fora isso. Não há exemplo histórico duma revolução que tenha resolvido ao fim de catorze meses a questão da base social de apoio.

Devemos colocar no seu devido lugar a questão da originalidade da revolução portuguesa. Estes processos históricos obedecem a leis científicas que não têm o mesmo significado — os camaradas sabem isso! Não têm o mesmo carácter das leis da física ou da química, mas são leis científicas que presidem também aos processos históricos, económicos, sociais e isso também é preciso ver.

Já falei sobre contradições, nas esperanças abertas pela revolução, nas camadas mais desfavorecidas e as dificuldades que se abrem a uma revolução qualquer que seja, mesmo uma revolução a sério. A questão da substituição do velho pelo novo reflecte-se a diversos níveis, perspectivas da pequena burguesia, hesitações e medos, a necessidade de não falar de tranquilizantes, mas de medidas concretas, saber distinguir entre lutas partidárias e lutas de classes. A opção de classes, o que implica a opção pelo socialismo. Uma coisa é falar em opção de classes e outra coisa é assumi-la. Dos aliados do Movimento das Forças Armadas temos a noção clara de quem são. A necessidade de ultrapassar preconceitos que estão ligados à origem de classe de quem pretende defender os interesses de uma classe historicamente antagónica. É o caso nosso. Nós com o nosso idealismo, com a nossa generosidade, com a nossa inteligência, etc., nós desejamos defender as classes desfavorecidas. Essas classes, evidentemente, são historicamente antagónicas às classes a que nós pertencemos. Mas nós por um esforço de lucidez, de vontade política, etc., poderemos vencer isso, ou poderemos não vencer se não fizermos esse esforço.

Então se não vencermos de facto essas contradições de classe, entre nós e os nossos objectivos, nós temos todas estas dificuldades, temos a divisão no seio das Forças Armadas (para onde é que isto vai é que não sei).

Se admitirmos como correcta a afirmação do brigadeiro Corvacho de que estamos envolvidos numa luta de morte contra as forças do capitalismo, temos que prioritariamente e com rigor definir quem são os nossos aliados nessa luta face às forças em presença. E quais são as forças em presença? O Movimento das Forças Armadas, os partidos, sindicatos, organizações populares, outras estruturas que congreguem massas populares, enfim, diversos estratos da população. A reacção, o inimigo, as forças do



capital que se utilizam de todos os trunfos para que a Revolução lhes dê os erros que cometer. Mas devemos compreender isto como acção da reacção, uma acção concertada. É fácil, pois no nosso país há fortes zonas despolitizadas.

A maioria do nosso país está despolitizada. A gente tem o tal elo do litoral mais politizado, mas temos depois o restante interior que não podemos, excepção talvez aquela parte dos distritos alentejanos, do latifúndio, nós não podemos ignorar o que existe no interior. Mas há o problema que temos primeiro que mudar bem as estruturas económico-sociais, para depois mais fácil e simultaneamente mudar a consciência social. É preciso ver que a consciência social na grande maioria do nosso povo não acompanha de facto, neste momento, os passos que esta Revolução está a dar.

Finalmente, há necessidade, por parte do M. F. A., de se pôr a coberto de surpresas no reforço do poder político.

Eu penso que temos que reforçar o poder político-militar. Sem isso mesmo, eu penso que não é possível constituir um governo, ou ter quem governe. Quer dizer, se não tivermos um poder político-militar fortemente centralizado e restrito, capaz de tomar decisões a curto tempo e não se embrenhar em longas disputas ideológicas.

Reforço do aparelho de Estado. Reforço à actividade revolucionária. Ampliação de reforço do poder popular. O que é que isto quer dizer? Nós, outro dia, ao aprovarmos aquele documento da ligação do M. F. A. ao povo, tomámos uma grande responsabilidade sobre os nossos ombros. Nós definimos um caminho para o socialismo e a partir daquele momento as forças da reacção mais nos atacaram. Porque está, de facto, ali definido um caminho para o socialismo. E que não é nenhum caminho copiado por modelos soviéticos ou das democracias populares ou totalitárias. É um caminho bastante prudente, se tivermos de assumir os meios de responsabilidade desse caminho, que é um processo que não se pode pôr simultaneamente em marcha em todo o País. Porque a gente, por exemplo, de Coimbra tem uma unidade que tem 300 freguesias.

Mas já o podemos pôr em prática noutras zonas do País. E devemos fazê-lo aí com prudência, com cautela e tendo em atenção que nós temos muito poucos quadros no seio do Movimento das Forças Armadas suficientemente esclarecidos para operações daquele género. São operações que obrigam a grande esclarecimento, essas da ligação do povo, do Movimento das Forças Armadas, às Comissões de Moradores, às Comissões de Trabalhadores, etc.

O estabelecimento necessário com órgãos unitários até às assembleias locais obriga a um grande esclarecimento e uma responsabilidade enorme da nossa parte porque se isso falha é de facto a frustração de uma tentativa séria para caminhar, para termos uma via própria para o socialismo. Por outro lado, temos que ver pela amostra do que se passou, com os reflexos que teve

na opinião pública, o susto que aquilo pregou a uma série de camadas sociais; nós temos que ter um grande cuidado precisamente em esclarecer nessa nossa actividade. Ela até poderia servir, se as pessoas compreenderem isto bem para, sob o impulso das massas trabalhadoras, ligar outras camadas da população como a pequena burguesia, que é também das comissões de moradores.

Eu quando estive em Lourenço Marques, vi desfilar a Fretilimo. É claro que não trazia nenhum chavão-marxismo ou leninismo ou isto ou aquilo ou aqueloutro — não trazia nada disto, mas trazia uma série de palavras que nós aqui aplicamos: o trabalho dignifica o homem, que é preciso desencadear a batalha da produção. Aquilo parecia que era o que nós aqui tínhamos posto. Depois vi aquela malta desfilar e a certa altura vi um grupo de fulanos que se via que tinha uma composição social diferente dos outros que eram propriamente trabalhadores, mais mal vestidos, etc. Neste grupo que eu vi, havia trabalhadores e outras pessoas, mais bem vestidas. Perguntei até ao Chissano, que estava ao meu lado: «Explique-me lá esta coisa!» «Isto são as comissões de moradores e de bairros, etc.»

Quer dizer: temos ali até um embrião em como podemos fazer tentativas para aplicar, porque devemos fazer isto neste momento, aplacar as lutas sociais que haja entre as lutas laborais, por exemplo, e outras lutas sociais, que haja entre os trabalhadores e os pequenos empresários e a pequena burguesia.

Aqueles tipos que moram lá no mesmo bairro, ali de Alvalade, há uns que moram nas barracas e outros que moram em prédios, não é verdade? Evidentemente que este processo tem que ter uma direcção e para isso lá estariam os homens do M. F. A., para não deixar desvirtuar a direcção, porque se aquelas comissões de moradores acabam por cair sob a pressão dos estratos sociais mais bem colocados, ali na avenida do bairro, provavelmente não se atingem os objectivos que nós queremos. Mas se tivermos a lucidez suficiente para compreender isso, nós vemos que isso é uma maneira de caminhar para o tal alargamento da base social de apoio ao M. F. A., no processo revolucionário. Isto é uma forma muito importante, pois considero que a aliança Movimento das Forças Armadas-Povo teve vários factos muito importantes. Pareceu-me ver aqui estabelecer-se uma grande unidade à volta desse projecto, porque vi aqui quase toda a gente a aprovar esse projecto. Julgo que é uma maneira de nós enquadrarmos as pessoas que estejam mais impacientes e queiram ver mais amanhã tudo realizado e então fazermos a tal coisa que tanto aqui falamos e que é tão difícil pôr na prática que é recuperar aqueles estratos, aquelas pessoas que estão mais atiradas para a frente e que têm laivos de esquerdismo.

Através dessa ligação Povo-M. F. A. eu julgo que podemos na verdade estabelecer bases amplas de apoio, com essas facções, digamos, políticas, que estão bastante activas e reivindicativas. Vejo aí também uma acção positiva. É claro que o projecto teve

outras acções negativas como o susto que pregou à média burguesia e mesmo à pequena burguesia.

Mas importa realçar que não se trata de arranjar aqui um grupo de tipos armados de espingardas e varapaus e dizer que aqui está o poder popular. É isso que muitas pessoas julgam que é o poder popular e até não sei se camaradas nossos vêem aí, logo, uma desorganização formidável, e que o poder está na rua, que é uma coisa que diz muito no sistema capitalista, porque evidentemente aos capitalistas essa coisa do poder na rua não pode existir, pois seria uma ameaça. Para eles o poder tem de estar nos quartéis, para defender os interesses do capital. Mas também um Estado que quer caminhar para o socialismo não pode ter o poder na rua, porque então também não se governa. O poder na rua, num Estado que caminha para o socialismo, tem um significado totalmente diferente, mas também não pode ser o poder na rua, não pode cada gajo resolver como entender um problema qualquer que haja aí, social, laboral, etc. Tem que haver uma disciplina, uma orientação, uma disciplina firme e obediente. Tem que haver obediência e temos que estabelecer essa obediência no seio das Forças Armadas, se queremos de facto andar para a frente ou senão caminhamos para o caos e para a anarquia.

Se caminhararmos para a anarquia temos o fascismo cá, e depois temos aí milhares e milhares de mortos. Portanto, quando eu falo nisto e me debruço um bocado sobre isto com mais tempo (desculpem estar a falar na primeira pessoa) é para dar criação e força ao poder popular. É neste sentido que deve ser muito bem esclarecido, muito bem resumido, ponderado, calmo, moderado mas firme na obtenção dos objectivos finais. Não é um gajo arranjar aí uns grupos de moradores mais uns e mais outros e estão prontos 50 grupos de moradores e aí vai disto. Não é nada disso. É preciso dar calma às pessoas, tranquilidade e segurança, mas numa forma revolucionária.

Penso também que há muitos camaradas que têm na cabeça ainda a ideia de que a revolução é desordem, a revolução é uma transformação brusca, há revoluções na natureza, quer no campo ideológico quer no campo económico-social. Os camaradas sabem isso tudo, e a revolução é uma transformação de outro tipo. É claro que se nós tivermos o poder forte que saiba que quer trabalhar para o socialismo nós podemos então ir para o socialismo até por uma via evolutiva, mas tomando medidas revolucionárias que vão transformando qualitivamente as formas.

Por tudo isso penso que é de uma responsabilidade enorme aquele projecto que fizemos Povo-M. F. A., é talvez o passo mais forte, mais duro que demos na definição dos nossos objectivos, este passo que fez oscilar muita gente colocou muita gente perante o assumir desta marcha mas eu penso que fez sobretudo oscilar ou aqueles que não estão interessados nessa marcha porque aquilo evidentemente vai acabar com os privilégios de uma quantidade de pessoas ou fez oscilar aqueles que não estão bem

esclarecidos sobre o processo e que são bem intencionados.

Penso que o caminho da confiança passa pelo caminho do restabelecimento da autoridade, nas ruas, que acabe com o banditismo que acabem os assaltos, que acabe isto tudo. Isto tem de ser um dever de honra das Forças Armadas e não pode ser um objectivo de querela política. Tem que ser um dever de honra das Forças Armadas, o estabelecer a ordem, dar segurança, dar confiança mesmo que a gente não aumente imediatamente o nível de vida da pequena burguesia e mesmo dos trabalhadores porque há trabalhadores mais esclarecidos, menos esclarecidos e outros precisam de segurança e confiança de ter um poder, saber quem manda, saber onde está o poder, é preciso, portanto, dar segurança, dar confiança e nós precisamos de obedecer a isso. Evidentemente que isso passa pela nossa politização, pela nossa consciencialização. Não temos tempo a perder, temos de tomar essas medidas de imediato. Se nós não estabelecermos uma autoridade firme se não tivermos de facto uma autoridade firme digamos, palpável, tudo se pode perder.

E que tal autoridade não se confunda com os cultos de personalidade.

Não podemos pensar que uma revolução vai como um sistema estabilizado. Uma revolução desenvolve-se em crise. Pretendemos é evitar que essas estabilizações levem às rupturas. Não devemos permitir rupturas. Há pessoas que ficam em pânico, quando ouvem dizer que há camponeses que ocupam terras no Alentejo e outras coisas no género. Houve alguma revolução que se tivesse feito sem isso, é preciso ter bem assente o que é a palavra «revolucionário» e não ter medo dela. Nós podemos dizer que já tivemos, ou temos uma estratégia, não! Julgo que agora podemos e estamos em condições de a começar a ter, até com aquele programa M. F. A.-Povo. Se a gente não tomar aquilo a sério ou se a gente achar que aquilo foi uma coisa aprovada pela Assembleia para se esquecer daqui a pouco tempo, então, meu amigo, continuamos a caminhar para o caos. Mas se tomarmos aquilo a sério, aquilo pode ser uma estratégia do nosso futuro e não é uma estratégia de convulsões sociais nem uma estratégia de sangue nem nada disso. Não é uma estratégia de sangue, é uma estratégia de paz. Também gostaria que os camaradas estivessem aí sem medo e que depois pudessem dizer, explicar isso a toda a gente que aquela estratégia é uma estratégia de paz é uma estratégia ao serviço das classes trabalhadoras e até dos seus aliados. É uma estratégia de paz e transformação não é uma estratégia de guerra, é preciso ver que nas cabeças das pessoas passados cinquenta ou sessenta anos, ainda existem esses papões todos do bolchevismo.

Lembro-me de quando era pequeno, tinha dez anos, o meu pai falava naquelas coisas todas, bolchevismos, dos bolchevistas e dessas coisas todas.

Isso ficou-me até muito tarde na memória. Passei também por esses papões e tudo isso. O que é preciso é tirar-lhes, varrer-lhes das mentes o anticomunismo, como outros mitos retrógrados.

que existem nas pessoas mas não é varrer isso para depois lhes injectar as ideias marxistas ou outras.

Nós desenvolvemos um clima de tolerância e de politização em liberdade. Nós não estamos aqui a renegar os nossos princípios. Até agora o M. F. A., com tudo o que aprovou ainda não renegou os seus princípios, ao contrário do que certas pessoas dizem. É preciso ter inteligência suficiente para compreender que por exemplo o Programa da Aliança M. F. A.-Povo está metido na programa da Acção Política. Não está é tão desenvolvido. É preciso também ter consciência, que quando um tipo assume que o Movimento das Forças Armadas é um Movimento de libertação isso traz uma grande responsabilidade.

Ou isto é puro verbalismo e não empenhamos toda a nossa vida, todo o nosso corpo, todo o nosso ser. Se não estamos dispostos a empenhar-nos a gente vai para casa, entrega isto à social-democracia e aguardamos o que se vai passar no país. Mas temos consciência das responsabilidades que assumimos porque não é uma palavra vã dizer-se ao povo português que tem hoje abertas perspectivas como só teve em 1383. Não podemos, portanto, ter mais horas de descanso e não devemos ter tempo para divisões. E se há divisões têm que ser esclarecidas, pois não podemos admitir que haja um clima de conspiração entre nós. Isso é uma traição à nossa Pátria.

Se temos divisões, vamos então esclarecê-las, vamos ver se as podemos esclarecer ou não e se há pessoas que não podem acompanhar o processo saiam do processo. Mas não há conspirações porque as conspirações ao fim e ao cabo reduzem-se a estes dois termos: revolução ou contra-revolução, isto parece uma coisa muito radical mas não é muito radical.

Se pusermos a mão na nossa consciência nós verificamos que são estas as duas posições, evidentemente que há uma quantidade de soluções intermédias. Há os tipos das pantufas, há os moluscos, há aqueles hesitantes, há tudo isso.

Nós temos que ter tolerância para com as pessoas que têm dúvidas, que vejam só essas alternativas. Devemos ser tolerantes para com essas pessoas. Há uma coisa que é o verbalismo e há uma coisa que é assumir verdadeiramente desde os pés aos cabelos aquilo que nós dizemos.

Isso é que é um problema também muito grave. Se nós tivermos um Estado forte e coeso, e uma coesão forte nas Forças Armadas, podemos ser mais tolerantes. Citemos os exemplos da Frelimo que não cortou o pescoço à Joana Simeão: mandou-a para um campo de trabalho, que é o que a gente precisa de fazer aí a uma quantidade de gente. Não é mandá-los para as prisões, mas é mandá-los para um campo de trabalho.

Mas se pensamos isso temos de fazer essa tarefa a sério temos, de facto, de fazer essa tarefa e assumir de facto que é a recuperação de indivíduos, de seres humanos. Porque o que é o socialismo, o que é que nós pretendemos, não é de facto acabar com a exploração do homem pelo homem? Não é libertar o homem?

Isto não é um movimento de libertação? Tudo isto é de uma extraordinária responsabilidade e, portanto, ou se assume essa responsabilidade ou então quem não é capaz de assumir essa responsabilidade vai para casa, porque isto é uma coisa seríssima e gravíssima. Está em causa o destino da nossa pátria, são os Açores que nós temos, são os emigrantes que nós temos, são o futuro, são as relações externas, são os perigos externos, os boicotes externos.

Posso aqui adiantar, por exemplo, que tive ontem conhecimento que há um grupo de peritos internacionais que estão dedicados ao estudo dos contratos das nossas companhias nacionalizadas com o estrangeiro, contratos de crédito, etc., a fim de verificarem as cláusulas do cumprimento para nos criarem dificuldades com a balança de pagamentos. Eles sabem que nós estamos atrapalhados com ela, e se nos atirarem mais dez milhões de contos este ano para cima mais atrapalhados ficaremos. Depois há reacções a todos os níveis, indiferentes no que respeita a este problema, e tudo isto é o problema da política externa. Temos, de facto, de ter uma política externa que seja definida por nós em função dos condicionamentos externos, mas que seja definida por nós. Nós andamos há catorze meses atrás da C. E. E., da E. F. T. A., etc., e tudo o que é que já vimos foi as dificuldades que temos tido.

Vamos pôr esse campo de parte? Evidentemente que não vamos pôr este campo de relações de parte. Nós temos de ser realistas, pois 80 por cento das nossas relações comerciais são com esses países.

É o nosso ritmo, é o nosso avanço que faz com que não nos auxiliem.

No entanto, tem que se ter em conta que o grande perigo que esta Revolução representa para a Europa é a existência de forças revolucionárias no seio das Forças Armadas. Isto é que é um exemplo terrível para a Europa. Isto é que causa grande transtorno à Europa: ver desenvolver-se no seio das Forças Armadas, que são um seio essencialmente conservador e (nós temos-lo à prova pelas hesitações com os problemas que temos hoje no nosso seio), essas tais forças revolucionárias que querem ir verdadeiramente para o socialismo.

A Europa tem os olhos em cima de nós e não tenhamos ilusões que este processo não interessa à Europa. Mas se ela vir aqui um Estado firme, um poder firme, então ela compreende que está decidido um caminho. Enquanto vir que tem possibilidades de destruir esta via, far-nos-á oposição. E não é só a Europa Ocidental. Também a Europa Oriental, também os países de Leste precisam de verificar se aqui há um Estado forte para poderem ter relações com alguém que seja responsável por este Estado. Não é com um Estado anárquico que a gente pode ter relações com os socialistas ou com o Terceiro Mundo.

Estamos, portanto, de posse dos dados do problema: um é a disciplina; o outro é a autoridade. É preciso disciplina e autoridade, tanto para nos honrar a nós próprios e às nossas fardas, por forma a não nos sentirmos fascistas, como com o sentido de homens que dão o braço armado à Revolução.»

(Publicado no «Diário de Notícias» a 11/8/1975)

## APOIO DA 5.ª DIVISÃO À AUTOCRÍTICA DO COPCON

*«Sobre a autocrítica revolucionária do COPCON e a sua proposta de trabalho político, a 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas não pode deixar de se pronunciar. Fizemos hoje de manhã um plenário de oficiais, sargentos e praças e outros militares da 5.ª Divisão e do consenso geral, conluindo-se pelo apoio, na generalidade, á proposta de trabalho do COPCON». Esse é o início da opinião oficial da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., lido pelo capitão Clemente, através do Programa do M. F. A., na Emissora Nacional, segundo um telegrama da A. N. I.*

Segundo a opinião da 5.ª Divisão, «isso não quer dizer que não haja aspectos desta proposta de trabalho que mereçam da parte da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., seus oficiais, sargentos e praças, críticas construtivas. A primeira crítica de fundo é que julgamos, num aspecto construtivo, que essa proposta de trabalho vem aglutinar as forças progressistas no sentido de travar a reacção, a escalada reaccionária que neste momento se assiste no País através de processos mais ou menos demagógicos, através de promessas que não conseguem esconder a sua raiz de classe, a sua raiz de interesses burgueses. É por isso que nessa proposta de trabalho do COPCON merece especial relevância o número 1 da proposta em que se afirma que um programa revolucionário para a solução da situação tem que passar, antes de tudo, pela realização do projecto de aliança Forças Armadas-Povo, o qual garante a direcção dos trabalhadores na resolução dos seus problemas. Este é um aspecto muito importante. Sem essa participação o socialismo é impossível».

Depois de comentar esse ponto importante do documento, o capitão Clemente prosseguiu na opinião oficiosa da 5.ª Divisão: «Parece que o documento está incompleto em vários aspectos. Por exemplo, o aspecto 1-8 da autocrítica, onde é analisada a acção das Campanhas de Dinamização Cultural. Isto não é uma questão de defesa das campanhas porque ela está a cargo da 5.ª Divisão, além de que nós não pretendemos ser sectários a defender aquilo que fazemos. Pretendemos sim assumir aspectos de uma crítica correcta, revolucionária. Reconhecemos e fazemos muitas vezes a nossa própria autocrítica ás Campanhas de Dinamização Cultural. Não podemos é embarcar ou ir em aspectos que não correspondem ver-

dadeiramente á realidade. Diz, a dado passo, este documento, que essas campanhas, apoiadas em verbalismos, despidos de significado para quem eram dirigidos, foram na maioria dos casos, prejudiciais. Isso pode ter acontecido e elas podem ter sido prejudiciais. Prejudiciais como? Se provocaram confusão, se agrediram as pessoas. Mas agrediram quem? Agrediram os explorados ou exploradores? Os caciques ou o povo trabalhador? Os padres reacionários ou povo trabalhador? A quem incomodam as Campanhas de Dinamização Cultural? É uma pergunta que tem fácil resposta. E diz mais o documento que não foram acompanhadas de quaisquer medidas concretas, capazes de demonstrar ao povo que o objectivo era a real melhoria das suas condições de vida».

Sobre esse problema, afirma a 5.ª Divisão:

«Todas as campanhas de dinamização cultural têm por base a palavra, o abrir os espíritos. Provavelmente agrediram algumas pessoas porque elas estão alienadas e foram-lhes feitas promessas de vida que não visavam a justiça social, mas visava o bem-estar, que é diferente, visava dar uma casa ou um carro a um, quando cá fora outros não tinham comida, não tinham assistência médica, não tinham alimentação ou educação. Portanto, objectivos sociais numa sociedade capitalista. Nesse caso, é natural que sejam agredidos. Os militares progressistas chegam e falam uma linguagem que não é familiar às pessoas. Mas, pretender que se leve a palavra e que se leve a construção daquilo que falta, é efectivamente pretender algo de impossível e de irrealizável. Nós militares, nós M. F. A., nós Campanha de Dinamização Cultural, quando vamos e falamos, não podemos ao mesmo tempo falar e construir. É por isso que nesse documento, no seu ponto n.º 3 se diz que se devem criar mecanismos que permitam o apoio efectivo e imediato aos pequenos e médios comerciantes, industriais, desenvolvendo ao mesmo tempo condições que fomentem o associativismo e o cooperativismo».

Segundo a opinião oficializada da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., «é com a associação e organização que as pessoas que defendem os mesmos interesses da classe operária, dos camponeses devem agir.

Os camponeses que viveram isolados são facilmente permeáveis em pressões demagógicas exploradoras. Mas de uma maneira geral, ainda há um aspecto que nos parece importante referir como crítica.

«Nós não temos medo de falar dos partidos políticos», afirma a 5.ª Divisão. «Estamos fartos de que nos chamem a 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. dos comunistas. Nós não temos nada a ver com isso. Entendemos que efectivamente a luta passa por todos os braços, todas as pessoas de esquerda, seja de que partido for. Provavelmente temos entre nós militantes de todos os partidos e com certeza devemos ter militantes do Partido Comunista Português. Não podemos confundir o Partido Comunista Português, com o Partido Popular Democrático, com o Partido Socialista, com o C. D. S., com o P. D. C., com a F. S. P., pois cada um



tem o seu programa, sua forma de actuação. Mas ainda aqui temos de distinguir os grupos de actuação: os que actuam para a esquerda e os que actuam para a direita. Os que actuam na defesa dos trabalhadores e os que actuam contra os trabalhadores. Numa primeira fase, aqueles que actuam em favor dos trabalhadores, poderão actuar mal. Ainda nos falta tanta coisa e neste momento não podemos dizer quem é que actua melhor. Para já temos de saber quem são os amigos da classe trabalhadora e quem são os inimigos da classe trabalhadora. Não nos interessam as promessas ou as intenções, nos aspectos subjectivos. Interessa-nos muito mais o aspecto objectivo. Sabemos muito bem quais são os partidos de esquerda que estão com os trabalhadores e quais são os partidos de direita que não estão com os trabalhadores. É por isso que não podemos aceitar numa análise menos fácil e linear, simplista, e confundir, pois temos que criticar a actuação dos partidos de esquerda, actuação dentro de uma família de esquerda. Temos que fazer críticas severas a determinadas actuações. Sentimos que neste documento há determinada crítica à actuação do Partido Comunista Português, que nos parece correcta, mas, e as críticas ao Partido Socialista?»

«E as críticas ao Partido Popular Democrático? E e as críticas ao C. D. S. e ao P. D. C.? Onde estão? Há que fazê-las honestamente, com coragem, sem receios, se não confundimos mais, em vez de aclarar. E um dos propósitos deste documento também é aclarar.

Portanto, a 5.<sup>a</sup> Divisão do E. M. G. F. A. está com a classe trabalhadora. Estando com a classe trabalhadora, está com esta proposta de trabalho enquanto defende, como parece, os interesses da classe trabalhadora, e como tal, apoia na generalidade este documento e reserva o seu direito revolucionário de o criticar, como está fazendo neste momento».

Antes de terminar, o capitão Clemente afirmou que «não podemos esquecer aquelas pessoas que não estão ainda esclarecidas, mas estão com a revolução portuguesa. Não podemos esquecer que estamos a dar tempo de recuperação ao capitalismo, estamos a dar tempo à reacção, estamos a permitir que o capitalismo internacional se organize, organize seus ataques. Precisamos ter cuidado com aqueles que a podem infiltrar em defesa desta proposta de trabalho, em defesa deste projecto. Temos que o mais rapidamente possível darmos os braços uns aos outros e recuperar o tempo perdido, andar depressa, com cerrada vigilância porque a reacção e o capitalismo internacional se infiltram, querem destruir, dividir o M. F. A. e as forças progressistas portuguesas.»

(«Diário de Notícias» — 15-8-75)

# COMISSÃO DINAMIZADORA DA ARMADA CRITICA O «DOCUMENTO DOS NOVE»

*O chamado «documento dos nove» desencadeou uma série de reacções, tanto a nível militar como partidário, todas elas (ou quase todas) de crítica à perspectiva dos seus autores. Divulgámos, na nossa edição de ontem uma análise subscrita por cinco oficiais, um dos quais do COPCON. Transcrevemos, a seguir, um outro texto-análise àquele documento, divulgado amplamente pelo Centro de Dinamização e Esclarecimento da Armada do Gabinete do Chefe do Estado-Maior daquele ramos das Forças Armadas.*

*Neste documento — que se sabe ser muito semelhante a outro divulgado pelo Gabinete de Coordenação do M. F. A. da Força Aérea — analisa-se criticamente o «documento dos nove» e apontam-se determinados factos relacionados com possíveis reuniões entre os seus nove primeiros signatários e Mário Soares e outros dirigentes do P. S., além de um outro encontro, no Restelo, entre alguns signatários e o dirigente da A. O. C. Vladimiro Guinote.*

*É o seguinte o texto do C. D. E. A., aliás já divulgado por um semanário e um vespertino lisboetas:*

## 1. Apreciação geral

O documento dos dissidentes é um texto pleno de generalidades e lugares comuns idênticos aos divulgados nos últimos tempos pelas direcções dos C. D. S., do P. P. D. e do P. S. De facto, não apresenta qualquer proposta concreta de sinal positivo, ou seja, é um documento que tem como função opor vazias formulações pseudo-científicas criticistas aos reais avanços já efectuados ou programados da revolução portuguesa para o socialismo.

Portanto, não é, como muitos querem fazer crer, uma contraproposta de acção governativa. É sim uma tentativa de congregar militares contra-revolucionários e alguns hesitantes para um objectivo que surge claramente na última página: derrubar «a actual equipa dirigente» e parar a revolução. Tal e qual o que se tentou com o abaixo-assinado de Agosto de 1974.

Se apreciarmos as «coincidências» que rodeiam o aparecimento deste texto veremos com nitidez o seu papel:

— No dia anterior, Melo Antunes e outros signatários reunem-se no M. N. E. com o secretário-geral e outros elementos do P. S.

— Enquanto o documento começa a circular nos meios militares para recolha de assinaturas, o «Jornal Novo», publica-o à mistura com um título falso, «para dar mais peso»: OTELO NÃO SIGNATÁRIO — MAS APOIA;

— Ao mesmo tempo, o secretário-geral do P. S., em carta-aberta, incita o Presidente da República a não dar posse ao novo Governo e a tomar o poder com o apoio do P. S.

— Na manhã do mesmo dia, a direcção do C. D. S., em conferência de Imprensa, defende posições idênticas ao documento e ao secretário-geral do P. S., e propõe que seja revisto o Pacto M. F. A. - Partidos e que o P. S. seja encarregado de formar Governo.

## 2. Socialismo

Diz-se no documento «...a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o socialismo passou a ter carácter irreversível».

De facto, os subscritores escamoteiam tudo o que foi a dura luta pela democracia e pelo socialismo antes do 25 de Abril e durante o 1.º ano da Revolução. Para eles as vitórias do Povo e do M. F. A. sobre todos os contra-revolucionários no golpe Palma Carlos, na crise de Agosto de 74, no levantamento colonialista de Lourenço Marques, no 28 de Setembro, no 11 de Março, não são dignas de menção como passos irreversíveis para o socialismo.

Mas aquele elogio das eleições para a Assembleia Constituinte (à qual chamam disfarçadamente Assembleia Nacional Constituinte) e estes acham que «o desmantelamento de meia dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas» é coisa pouca; que as nacionalizações pelo menos ao ritmo praticado, são até um mal; que seria desejável a manutenção do «tecido social e cultural pré-existente» (o fascismo); que a decomposição das estruturas do Estado» (fascista) não é desejável. E vem então a grande descoberta destes «lapalisses de esquerda»: o socialismo constrói-se com a «estratégia alternativa da formação de um amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo».

Portanto:

— Desmantelamento dos monopólios? É pouco.

— Nacionalizações? Mais devagar.

— Tecido social e cultural do fascismo? Manter.

Destruição do aparelho de estado fascista? Não é desejável.

Os bons sociais-democratas sempre gritaram: Abaixo o Socialismo! Viva o Socialismo!

## 3. Reacção

No entender dos subscritores não existe, nem nunca existiu. Não existem contra-revolucionários. O que há são erros dos revolucionários.

Os ataques bombistas, a violência fascista das últimas semanas pondo de rastos o direito de reunião, de livre expressão de

pensamento, de associação, têm como «causa profunda» erros de direcção política e «desvios graves de orientação no interior do próprio M. F. A.».

Que é isto senão a protecção descarada dos fascistas e contra-revolucionários de toda a espécie que semeiam o terror no distrito de Braga, de Aveiro e de Leiria, nos Açores e na Madeira? Que é isto senão a tese do secretário-geral do P. S. de que «quem semeia ventos colhe tempestades», e que dá cobertura aos ex-legionários e «elps» que fizeram os últimos atentados terroristas?

#### 4. A crise económica

«Aproxima-se o momento mais agudo de uma crise económica gravíssima, cujas consequências, não deixarão de se fazer sentir ao nível de uma ruptura já iminente, entre o M. F. A. e a maioria do Povo português.

Uma afirmação deste teor torna-se tanto mais estranha quanto provém de um elemento que chefiou um grupo de trabalho que, ao fim de cerca de três meses de árduo trabalho, elaborou o famoso Plano Económico-Social de Emergência, também chamado «Plano Melo Antunes/Rui Vilar». Esse plano, elaborado para um período de 3 a 5 anos, a ser posto em prática, manteria intacto o poderio económico e consequentemente político, dos grandes grupos monopolistas, nacionais e estrangeiros. Que medidas concretas tomou a equipa Melo Antunes/Rui Vilar para evitar a agudização da crise económica?

Aliás, os subscritores esquecem-se de apontar aqueles que trabalharam e trabalham afanosamente para conseguir o caos económico. Esquecem-se de falar na sabotagem dos banqueiros e dos grandes agrários. Esquecem-se de falar nos fascistas que sangram as reservas de divisas do nosso povo, exportando clandestinamente capitais (v. último comunicado do Banco de Portugal). Esquecem-se igualmente das pressões económicas e boicote dos países capitalistas, do imperialismo.

E o que propõem? Reforço e aprofundamento das nossas relações com certos espaços económicos (C. E. E., E. F. T. A.), aqueles mesmos a quem Salazar e Caetano hipotecaram o País. Que jogo é este senão o dos monopólios europeus e americanos?

Uma última pergunta: em que se distingue a análise alarmista do documento, das de Spínola, de Sá Carneiro e de Vieira de Almeida feitas na Manutenção Militar em Junho de 74?

#### 5. Meios de Comunicação Social

Sobre os meios de comunicação social, particularmente os nacionalizados, os signatários retoam as acusações do secretário-geral do P. S., após a saída de Raul Rego e Sanches Osório do Ministério da Comunicação Social, quanto ao «rígido controlo partidário que sobre eles se exerce». Como de costume, nem uma

só palavra contra a Imprensa fascista que intoxica os espíritos de milhares de portugueses, em particular na província. O melhor desmentido não será a ampla e profusa difusão que o «documento dos dissidentes», ou «documento da Melo Antunes», teve nos meios da comunicação social?

«Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma «comissão de análise» e (porque não comissão de censura?)». Será que os signatários se esquecem que, para a concretização do P. A. P., o Conselho da Revolução de que fazem parte e onde na altura nada disseram, pediu ao M. C. S. a elaboração de tal projecto de diploma? Ou será, antes, que defendem e desejam que, em nome das «liberdades», as forças contra-revolucionárias, os exploradores do nosso Povo continuem a expressar-se sem qualquer entrave?

## 6. A Independência Nacional

Os «apartidários» subscritores «reclamam e lutam por uma autêntica independência nacional (tanto política como económica)».

Neste combate têm o aplauso expresso das forças descizantes, conservadores e sociais-democratas (C. D. S., P. P. D. e P. S.) e de grupos pseudo-revolucionários da ultra-esquerda (A. O. C., «O Grito do Povo»). Foi certamente com o objectivo de expressar a concordância e apoio da A. O. C. que o dirigente Guinote se encontrou no Restelo, no passado dia 9 de Agosto, com alguns signatários.

Qual a razão porque as forças conservadoras e reaccionárias apoiam a política de «autêntica» independência nacional» proposta por Melo Antunes? Porque sabem que não passa de uma frase bonita e demagógica que esconde intuítos totalmente diferentes. Que o diga a actuação governativa, tanto de Mário Soares como de Melo Antunes, no M. N. E. Que o digam as embaixadas comerciais dos países socialistas que se têm deslocado a Portugal. Que o diga a Argélia e demais países árabes interessados em estabelecer intercâmbio comercial e realizar investimentos em Portugal.

Ao reclamarem a «autêntica independência nacional», simultaneamente, pregam o respeito do «contexto geopolítico e estratégico» em que nos encontramos, isto é, defendem a continuação de Portugal na órbita do imperialismo. Gato escondido com rabo de fora!

## 7. A descolonização

As referências feitas no «documento dos dissidentes» ao problema da descolonização, em particular Angola, são pelo menos ambíguas. Esta ambiguidade mais se avoluma com as decla-

rações preferidas ao «D. N.» de 9 de Agosto de 1975 por um dos signatários, major Vítor Alves.

Defenderão, tal como o fez o ex-general Spínola, um acordo preferencial com os «movimentos de libertação» lacaios do imperialismo e em particular com a F. N. L. A.? Os subscritores não terão nenhuma responsabilidade no processo de descolonização? Ou preparam-se para abandonar o barco no momento difícil?

## 8. O M. F. A. e o Poder

«O M. F. A. só teve aceitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica».

Esta frase revela o completo afastamento da realidade dos subscritores. Para eles o M. F. A. caiu do céu, feito «pelo espírito e pelo coração» de um punhado de oficiais. O M. F. A. não tem nada a ver com a luta de classes, não tem nada a ver com a longa luta do povo português contra o regime fascista. Estava acima de tudo e de todos.

Para os signatários, esta situação altera-se quando o M. F. A. se vê «enleado nas manipulações politiquieiras de partidos e organizações de massas», que utilizaram para se instalarem «um pouco por toda a parte, formas selvagens e anarquizantes do exercício de poder». Mais adiante acrescentam que repelem energicamente «vagas concepções populistas de feição anarquizante». Qual a razão por que não utilizam a expressão «anarco-populismo», tão cara ao secretário-geral do P. S. quando este se refere às forças consequentemente democráticas e revolucionárias? Certamente para manter o «apartidarismo».

Os signatários não dizem quando é que o M. F. A. se viu «enleado nas manipulações politiquieiras». Terá sido quando tomou posição pela unidade sindical contra o pluralismo defendido simultaneamente por forças fascistas e fascizantes e por forças conservadoras (P. P. D.) e sociais-democratas (P. S.). Para estes senhores, a história do M. F. A. sintetiza-se em dois períodos: um primeiro afastado das lutas de classes, mantendo-se puros, purísimos; um segundo «enleado» nas manifestações partidárias.

Em outro ponto, referem-se «ao mar encapelado de decisões arbitrárias de uma 5.<sup>a</sup> Divisão do E. M. G. F. A., de uma Assembleia do M. F. A., de assembleias de militares «ad-hoc» reunidas imprevisivelmente e misteriosamente, de Gabinetes de Dinamização do Conselho da Revolução, do COPCON, de sindicatos, etc.».

Que é isto, senão o pôr em causa toda a acção desenvolvida pelos órgãos do M. F. A. desde o 25 de Abril? Que distingue estes ataques do M. F. A. dos desencadeados pelo ex-general Spínola em 1974? Quem diz isto pode ainda falar em nome do Conselho da Revolução e do M. F. A.? Por quanto tempo?

A clarificação deste problema (questão de poder) é tarefa prioritária. Esta é a grande verdade do documento.

Essa clarificação passa pelo afastamento dos postos de decisão dos elementos que procuram dividir o M. F. A., as massas populares e todas as forças progressistas, que procuram, enfim, impedir a caminhada do Povo Português para o Socialismo, que é o que faz por exemplo, o major Vítor Alves quando declara no «D. N.» que não existem condições para a implantação do socialismo em Portugal.

Passa pela decapitação da contra-revolução a nível militar e civil e pela criação de um sólido poder revolucionário que leve a bom termo as ingentes tarefas nacionais.

(«Diário de Notícias» — 15-8-75)

## VASCO GONÇALVES EM ALMADA (18-8-75)

«Muita coisa teria para vos dizer e, em particular, toda esta rica experiência que eu ganhei nas últimas semanas, com as vicissitudes da constituição deste V Governo Provisório, análise da situação, etc. Porquê? Porque eu penso que a política deve ser feita defronte de vocês e não nas costas de todos. Mas eu contarei, em breve, ao povo português, para que saiba bem, para que seja bem lúcido, as diversas peripécias por que passámos, nós, os portugueses, a revolução, nas últimas semanas. Eu contarei isso em tempo oportuno e em breve.

Alinharei, contudo, algumas palavras que, sob certos aspectos, considero muito importantes focar agora. Isto não é um trabalho literário. Toda a gente sabe que eu não sou um literato, nem interessa que haja aqui literatos. O que interessa é que haja homens transparentes que digam a verdade ao povo na linguagem que ele entende.

Atravessa o nosso País uma crise grave, política, económica e social. Crise de autoridade, igualmente. Membro do Directório não farei o meu ponto sobre o que se passa no seio das nossas Forças Armadas. Não o farei por razões técnico-militares, de dignidade e, sobretudo, porque sou membro do Movimento das Forças Armadas e é como tal que aqui estou. Sou membro das Forças Armadas e essa tem sido a maior honra que eu tive na minha vida. Trata-se de uma questão de moral, já que, para mim, moral e política vão de par, não se podem dissociar. É verdade que, procedendo assim, estou a singularizar-me, a destoar na festa provinciana que leva certos políticos a exibirem publicamente as mazelas para suscitarem simpatias e apoios e a confiarem mesmo aos mais diversos órgãos da Informação estrangeiros os seus hipotéticos pavores, os seus medos apocalípticos e,

de um modo geral, por mais que disfarcem em tiradas de fervor democrático, os seus ressentimentozinhos de ambiciosos frustrados.

Enfim, essa gente é como é e eu sou membro do Movimento das Forças Armadas. Não satisfeitos com a total liberdade de que desfrutam no País, tais indivíduos, ao verem que o tempo trabalha contra os seus interesses de politikeiros ávidos de poder, transformaram-se, sem vergonha, nos principais fornecedores das oficinas reaccionárias que, em Portugal e no estrangeiro, porfiam em lançar descrédito sobre o nosso empreendimento patriótico, a que deitámos ombros desde o 25 de Abril para que cada português seja livre e feliz.

É verdade que em toda a nossa história houve sempre portugueses que, por espírito mesquinho de classe, estiveram de cócoras diante do estrangeiro, prontos a sacrificarem os interesses da Pátria a interesses não nacionais. Todos nós conhecemos o nome de tais homens e execramo-los. Durante séculos e séculos, como bicho dentro da maçã, o partido castelhano corrompeu-os e desfigurou o País até o levar ao opróbio de 1580. Mais perto de nós foram os integralistas, ora de imitação francesa, ora seguindo os moldes dos figurinos germanófilo e nazi, que se entregaram à mesma tarefa. Hoje erguem-se vozes a cantar loas à Europa, não à Europa dos trabalhadores, claro, mas à Europa dos monopólios e das sociedades capitalistas.

Ontem houve quem servisse Castela contra a arraia miúda, hoje há quem deseje colocar as classes laboriosas portuguesas na situação de fogueiros da fornalha da Europa capitalista. Desprovida de sensibilidade popular, essa gente não tem, sequer, a fibração nacional de escolher melhor os seus confidentes e os seus cúmplices. Fala a torto e a direito, espalha boatos, implora a intervenção estrangeira nos assuntos pátrios e tudo isso, pretendem eles, porque a nossa revolução está em perigo às mãos do «gonçalvismo». Essa gente é o que é e eu sou membro do Movimento das Forças Armadas. Não respondo, pois, aos seus ataques pessoais. Digo, porém, efectivamente, que a nossa revolução estará em perigo — e de morte — enquanto eles teimarem em dividir as classes laboriosas, em intimidar a pequena e a média burguesia, em dividir o Movimento das Forças Armadas, em destroçar a aliança Povo - M. F. A. e também em fornecer a órgãos de Informação adversos do nosso processo revolucionário as lucubrações delirantes e malévolas do seu espírito pequeno-burguês.

Sim, são eles que põem a Pátria em perigo, eles que semeiam as discórdias, suscitam leis facistas, que arrebanham e cobrem todos aqueles que, com culpas no cartório, tentam, desesperadamente, raivosamente, travar uma verdadeira batalha. Cá dentro não hesitam em aliar-se com o que há de pior na sociedade portuguesa. Lá fora, roçam-se aos pés de quem não admite que um pequeno povo como o nosso tenha a pretensão de ter uma política própria.



É facto que, após 48 anos de fascismo, o comportamento deste género de indivíduos não nos surpreende, já que são o produto acabado de um regime que privou sucessivas gerações de qualquer educação cívica e patriótica. Enfim, repito, essa gente é como é e é porque ela é como é que cada cidadão português, verdadeiramente empenhado no nosso processo revolucionário, tem o dever absoluto de dar mostras das mais altas qualidades morais. Política e moral são inseparáveis. Não se pode encher a boca com democracia, socialismo e liberdade e ao mesmo tempo ter acções salpicadas de tinta salazarista, com tudo o que isto signific de falta de carácter, de grosseria e de arrogância. Isso nada tem a ver com o modo de vida que queremos estabelecer e ver desabrochar em Portugal. Isso nada tem a ver com o socialismo. O socialismo que queremos consiste também na possibilidade de cada cidadão ser um homem de qualidade, de ser um homem de lisura, um homem limpo, um homem íntegro, um homem transparente.

Só é livre aquele que respeita e enaltece o que há de grande e de belo e de humano nos outros homens. Apelar para os baixos sentimentos, para os pavores ancestrais, para a ignorância, ardilosamente implantada na população, pelo fascismo, é ser-se anti-democrata, é dar provas de desprezo pelo seu semelhante, pelo seu compatriota a quem foi vedado o acesso à mais elementar manifestação cultural. É, numa palavra, um procedimento de cariz fascista, já que foi abusando da ignorância do povo português que o salazarismo e o caetanismo se mantiveram, autoritariamente, no Poder por tão largos anos. É, pois, de lamentar que homens com quem a revolução deveria contar, que tinham o dever de se encontrar lado a lado com os outros revolucionários, civis e militares, não hesitem em estabelecer alianças de facto com os inimigos que ontem combateram, só com o propósito de quererem impedir que as classes trabalhadoras tomem o seu destino nas suas próprias mãos, esquecendo, até, que, em última análise, e por mais provas de arrependimento que vierem a dar, não se esquivarão, mais dia, menos dia, à sanha dos inimigos do povo português.

Mantendo-me fiel ao princípio de deixar que sejam os outros a cometer as más acções e, também, porque sei que, através da minha pessoa, é o Movimento das Forças Armadas que eles pretendem atingir, não responderei, jamais, aos autores dos insultos de que sou alvo. A cada um a sua moral.

No dia em que se escrever a história destes últimos quinze meses e se trazer a lume as traças e as manchas de alguns dos seus autores e figurantes, uns cujos nomes andam nas gazetas nacionais e estrangeiras, como paladinos da revolução e da liberdade, outros conspirando nos corredores e nos cantos da sombra, haverá decerto quem fique surpreendido. No entanto, para a grande maioria do nosso povo, a quem não se pode enganar, eternamente, a boa fé, as revelações que se fizerem não serão mais do que a confirmação daquilo que ele já há muito suspeita.

A campanha desencadeada, denunciando a falsa liberdade de Informação ou, na melhor das hipóteses, a sua manipulação sistemática por elementos partidários tem um objectivo muito preciso e corresponde a uma tática conhecida: retirar credibilidade aos órgãos de Informação sem que haja necessidade de passar pelas provas de o demonstrar. Ao fim de muito martelar nessa tecla, toda a gente acaba por acreditar nesse simplismo resumido na expressão: os órgãos de Informação estão nas mãos dos comunistas. Aliada a essa campanha há outra complementar e que consiste em fazer crer que, precisamente por isso, ou seja, por precisamente por controlada pelos comunistas, em conluio com o Governo — em conluio comigo —, essa Informação é falsa, não merecendo o menor crédito. Altos responsáveis chegaram a afirmar que tinham necessidade de recorrer aos órgãos estrangeiros para saber o que se passava em Portugal. Mas, em nítida contradição com estas declarações, esses mesmos responsáveis, talvez por distração, afirmaram, após curta ausência do nosso País, não possuírem elementos para apreciar a situação, pois não tinham tido acesso aos jornais portugueses durante o tempo que tinham estado no estrangeiro. Tais pequenas distrações passam, porém, despercebidas à maioria menos atenta e o Governo nunca pretendeu polemizar entrando na denúncia directa e constante de todas as contradições e manobras táticas que a ele são movidas pelos seus detractores. Há que reconhecer que esse foi um erro do Governo: permanecer quieto e indiferente à calúnia sem sequer defender-se na esperança, um pouco idealista, de que só a verdade é revolucionária. Isso não significa que mudemos, agora, de opinião. Mas achamos que, para além do carácter revolucionário da verdade, não podemos ignorar que a mentira é uma das grandes armas da contra-revolução, tendo o nosso Governo que combatê-la incansavelmente. Sabemos como tem sido, ultimamente, explorado esse estratagema, o estratagema do boato, da calúnia, da notícia infundamentada.

A princípio, esses jornais manejavam tais armas com subtilidade, através da insinuação, das alusões, da manipulação velada. Actualmente a tática aparece aberta e desbragadamente. A linguagem sumptuosa, o culto do esgar grosseiro, o recurso irresponsável ao boato e mesmo à mentira, mostram à evidência que a libertinagem impera em certa Imprensa da forma mais impudente e irresponsável, atropelando, constantemente, a Lei de Imprensa talvez pela certeza que depositam na inoperância da nossa máquina judicial para a fazer cumprir.

Certa Imprensa portuguesa roça hoje quase pela obscenidade, o que faz temer que ela venha a tornar-se perigosamente liberticida a muito breve prazo. Os métodos são, pelo menos, muito semelhantes. O argumento sereno, provoca o insulto dirigido à política fundamentada, substitui-se o fantasma ridicularizado. A divina verdade, a intimidação psicológica, técnicas estas muitas vezes do agrado das estratégias que apelam mais para os instintos do que para a razão. Sim, em rigor não podemos dizer que haja liberdade

dade de Informação em Portugal, mas o importante a acentuar é que essa falta de liberdade que lamentamos, não é a mesma falta de liberdade que os nossos detractores apontam. A falsa liberdade que deploramos é um mau uso que se faz das liberdades que conquistámos com o 25 de Abril e que rapidamente se transformaram em permissividade irresponsável e em libertinagem, por que não podemos esquecer, a liberdade não é, de forma alguma, um direito fácil. Aprende-se, praticando-a, mas é preciso que haja consciência e que ela constitua um longo percurso e que não basta tirar os açaimes para que ela surja em toda a sua inteireza e responsabilidade. Entenda-se que a liberdade não deverá ser definida em termos apenas negativos, ou seja: como ausência de restrição. A liberdade é isso, mas não é só isso. Se fosse só isso, rapidamente degeneraria em obediência aos impulsos mais imediatos. A ausência de restrições é uma condição de liberdade, mas, mais do que isso, há que definir a liberdade em termos positivos, e essa definição passa pela responsabilidade. Ora uma liberdade que exija como contrapartida, a responsabilidade, é o que não existe, actualmente, entre nós. E é essa situação que se procura manter, com a tal tática, de insistir na acusação de que a Informação não é livre. Numa palavra: afirma-se que a Imprensa não é livre para lhe tirar dignidade e, simultaneamente, para garantir a libertinagem irresponsável dos «charteurs» da Informação que, objectivamente, servem o fascismo. A tática é subtil e tem dado os seus frutos.

Atravessamos, pois, uma crise grave, mas já atravessámos outras. As várias crises por que foi passando o processo revolucionário e que tiveram no 28 de Setembro e no 11 de Março a sua expressão mais aguda, foram acabando com a conjuntura favorável que existia no dia 25 de Abril de 74. Ao longo do tempo as posições foram-se tornando mais claras, os campos de luta mais abertos, as opções mais urgentes e mais difíceis e a revolução encontra-se no momento decisivo quando, depois de se ter definido como socialista pôs claramente a questão central de qualquer revolução socialista: a do acesso progressivo ao poder pelos trabalhadores.

Na verdade, o projecto de ligação Povo-M. F. A., aprovado pela Assembleia Plenária do Movimento das Forças Armadas, mais não é, do que a aprovação, a legalização do caminho para o acesso progressivo dos trabalhadores ao poder.

Chegou, enfim, a hora da verdade da revolução portuguesa. A partir deste momento não fica mais campo para os socialistas de palavras, para os falsos socialistas. É bom que todos estejam conscientes desta questão e façam um esforço no sentido de verem, para além das campanhas de intoxicação e de ataque que ultimamente têm chegado a algumas organizações e figuras entre as quais eu me encontro. A questão é entre aqueles que querem exercer o Poder no sentido de ajudar os outros a tomarem o seu destino nas suas próprias mãos e aqueles que, pretendendo exercer o Poder em nome do povo querem perpetuar a sua explora-

ção. A questão coloca-se entre os que são socialistas nos actos e os que são socialistas nas palavras. A questão não é, pois, de opposição entre Vasco Gonçalves e fulano ou Vasco Gonçalves e sicrano. Não se trata, pois, de um problema de individualidades. A questão, repito, não é esta. A questão é mais profunda, só se pode pôr no campo da luta de classes, no campo da opção de classe, pondo as coisas claramente.

Há quem pertencendo, originariamente, à burguesia, esteja disposto a pôr em causa, dentro dos seus privilégios, os privilégios da classe a que pertence, e pôr-se ao serviço das classes trabalhadoras. E há aqueles que, embora reclamando-se do marxismo, das classes trabalhadoras e do socialismo, só o fazem para não perderem os seus privilégios e para salvar os privilégios da classe e das camadas sociais a que pertencem.

A pequena e certas camadas da média burguesia não devem temer o acesso progressivo dos trabalhadores ao Poder, através da via da transição para o socialismo, no decorrer da qual poderão exercer a sua actividade, e aí será progressivamente estabelecidas as razões da solução socialista.

No sistema de capitalismo monopolista de Estado em que se viveu, a pequena burguesia era, sistematicamente, expropriada e proletarizada pelo capital monopolista. A sua sobrevivência era uma questão de tempo. Quantos pequenos comerciantes, industriais e agricultores não foram arruinados e forçados a meterem-se ao caminho da emigração?

As perspectivas que se abrem hoje à pequena burguesia e a sectores da média burguesia são outras: as de, por uma via pacífica, ascenderem progressivamente à sociedade sem classes. Mas só gozarão exactamente dos mesmos direitos do resto da população.

Na fase intermédia de transição, como aliada da vanguarda constituída pelos trabalhadores e pelo Movimento das Forças Armadas, terão um papel importante a desempenhar na construção da nova sociedade. Assim o queiram compreender.

É perante este panorama que o V Governo Provisório foi formado e entrou em funções. E foi perante um golpe de baixa política, o «documento dos nove», que iniciou a sua acção. Mas é preciso ver porque se chama a isto um golpe de baixa política: porque esse documento foi metido precisamente nas vésperas do novo Governo tomar posse, para se evitar que esse Governo tomasse posse. Não é que não deva haver liberdade de discussão sobre política. Com toda essa liberdade, eu sou o primeiro a concordar. A crítica e a autocritica devem-se exercer amplamente. Mas, agora, meter documentos com determinadas finalidades quando o País está em crise, isso é que não pode ser.

Referi-me à acção do Governo. À acção que, até agora, se pode pautar exemplar, pois, apesar do mar encapelado em que se tem de mover, trabalha entusiasticamente e cheio de fervor patriótico e procurando cumprir honradamente a missão em que foi investido por Sua Excelência o Presidente da República.

Devo aqui afirmar que vós tendes um Governo feito de patriotas, de grandes lutadores, de autênticos revolucionários, um Governo coeso como nunca houve depois do 25 de Abril. Este Governo é formado por homens de coragem, por homens que não estiveram a perguntar pelos programas, pelas linhas, pelas metas, homens que estiveram prontos a dirigir a sua Pátria no momento de crise.

E desejo aqui salientar em nome de todos, essa pessoa austera que é o professor Teixeira Ribeiro, esse homem insigne que não hesitou em vir para o Governo, precisamente, no momento mais grave que atravessamos depois do 25 de Abril. Desejo dizer-vos, também, que, neste momento, não temos a oposição dentro do próprio Governo. É um Governo sem compromissos partidários, o que não quer dizer que os seus homens sejam apolíticos. Não, a política deles é eminentemente nacional e revolucionária. Nunca me senti tão ligado a um Governo como este e sobre este Governo empenho toda a minha honra.

Dizem-nos que este Governo tem poucas possibilidades, tem muito pouca base de apoio, tem uma base de apoio muito restrita. Devo dizer-vos aqui o seguinte: não há nenhuma revolução, numa determinada fase da sua história, que não tenha tido uma base de apoio restrita. Pois é precisamente neste momento que é preciso um Governo forte e com autoridade.

Mas é claro que para a actuação do Governo é necessária a existência de um poder forte e neste momento esse poder e autoridade só as Forças Armadas o podem dar. Sem a satisfação desta condição, o V Governo Provisório não funcionará e também não funcionará qualquer outro Governo — chamem-lhe Provisório ou de Salvação Nacional, tenha como primeiro-ministro quem tiver.

Chegou o momento em que os revolucionários, estejam onde estiverem, têm de assumir as suas responsabilidades perante o povo e as classes trabalhadoras do nosso País.

A onda de agitação e violência que grassa no País tem de acabar!

As autoridades militares têm o dever de honra de actuar firmemente, para que a História mais tarde não venha a considerá-las cúmplices das forças reacçãoárias e antipatrióticas: dos fascistas, dos caceteiros, dos caciques, de certos membros do clero que desprestigiam a missão evangélica da Igreja.

Só garantindo a ordem se pode salvaguardar a integridade física dos cidadãos, a propriedade individual, os mais elementares direitos que foram restituídos a cada um de nós no 25 de Abril.

Onde estão as liberdades e garantias individuais fundamentais que nos propusemos restituir ao Povo Português?

Onde estão a liberdade de associação, de reunião, etc., quando permitimos que sedes de partidos políticos, organizações cívicas sejam assaltadas impunemente, sem os autores desse crimes serem castigados?

Há uma situação muito semelhante entre a implantação do nazismo na Alemanha e a que se vive agora em Portugal. Na

Alemanha era o anti-semitismo que explorava os mais baixos sentimentos do povo. Aqui, é o anticomunismo que durante décadas foi a arma de agitação de que se serviram os fascistas para manter o povo no obscurantismo e na ignorância.

Não tenhamos ilusões de que, se voltar o fascismo, este será ainda mais feroz (ver o caso do Chile) do que antes do 25 de Abril. Teremos mais ferozes do que antes a P. I. D. E., a Censura, a exploração das classes laboriosas e dos pequenos comerciantes, industriais e agricultores; perderemos a reforma agrária, as nacionalizações, o controlo da produção pelos trabalhadores, a liberdade sindical, o direito à greve, o direito de livre associação e reunião, o direito à formação de partidos políticos, o direito à liberdade de expressão e pensamento, etc. Numa palavra, os mais elementares direitos dos cidadãos.

Sim, Portugal vive de novo o perigo do fascismo. A onda de agitação que tem coberto largas zonas do País tem grandes semelhanças com as situações pré-fascistas que se têm vivido na Europa.

É necessário que todos os portugueses democratas, progressistas e patriotas tenham bem consciência dos perigos que atravessamos, e que se unam! Que se unam na defesa das conquistas alcançadas depois do 25 de Abril.

A frente de todos, os trabalhadores — operários, camponeses, pescadores —, na vanguarda do processo de democratização do País e de transição para o socialismo.

A paralisação do trabalho das 11 às 11 e 30 proposta pela Intersindical para amanhã é uma acção justa de defesa do nosso povo contra o perigo fascista. Os trabalhadores portugueses devem alertar e mobilizar o País com a sua acção. Unidos, coesos, conscientes dos seus deveres para com os seus compatriotas, essa paralisação não é uma acção de carácter laboral, mas uma acção patriótica destinada a alertar a consciência de todos os portugueses para a defesa das conquistas obtidas depois do 25 de Abril. Repito: as liberdades e garantias individuais; as novas relações de trabalho; a unidade sindical; as nacionalizações; o controlo da produção pelos trabalhadores; a Reforma Agrária.

Estais dispostos a perder isto? Ou estais dispostos a lutar por isto?

Os trabalhadores dão um alto exemplo de consciência cívica e de unidade, mostrando ao seu povo o caminho da luta firme, tenaz, quotidiana pela liberdade e pela democracia. Conscientes de que a batalha da produção e da economia não pode ser separada dessa acção de massas, nem tão-pouco prejudicada, exorto os trabalhadores a compensar essa meia hora de manhã, num determinado dia e hora, para que assim demonstrem a sua disciplina revolucionária, o seu civismo e o seu ardor patriótico — o seu amor à liberdade!

Sempre tenho combatido o anticlericalismo. O sr. cardeal-patriarca de Lisboa sabe-o bem pelas conversas que tem tido comigo.

Reconhecemos que temos cometido alguns erros em certas campanhas de dinamização cultural, por exemplo, e a decisão de não entregar a Rádio Renascença ao Patriarcado foi um erro grave.

Contudo os erros que cometemos não justificam de modo nenhum a campanha que determinados membros da Igreja, e dos mais eminentes, têm ultimamente desenvolvido.

Nós pensamos que a Igreja pela sua missão evangélica deve ser uma aliada da Revolução democrática e socialista portuguesa, que só pretende acabar com a exploração do homem pelo homem. Ora isto é um objectivo evangélico.

Como ficarmos calados perante a acção temporal profundamente reaccionária de alguns párocos de aldeia que, dos púlpitos ou em gazetas paroquiais, semeiam o ódio em vez do amor ao próximo.

Quando foi da formação do V Governo Provisório, procurei que dois padres fizessem parte do mesmo. Esses padres aceitaram sem qualquer hesitação, o que revela o seu espírito patriótico e o elevado conceito em que têm a sua acção social — de acordo, aliás, com o Concílio Vaticano II e o espírito da Igreja moderna. Porém, a hierarquia considerou que tal não devia acontecer, e eu, com grande mágoa, abandonei a ideia, a fim de não criar qualquer problema entre o Estado e a Igreja. Do V Governo, no entanto, fazem parte católicos progressistas.

Exorto daqui os católicos progressistas, amigos da sua Pátria e do seu povo, que participem activamente na obra de reconstrução nacional a que deitámos ombros. O País que queremos é um País para todos os portugueses, tanto para os crentes como para os ateus.

Neste preciso momento em que vivemos os maiores ataques até hoje desencadeados pela reacção, temos de receber na nossa Pátria milhares e milhares de portugueses, retornados de Angola. Não se atribua ao 25 de Abril esta difícil situação, mas antes às condições específicas em que aquele território tem sido descolonizado, entre as quais avulta o desejo do M.F.A. de que Angola ascenda à independência livre do neocolonialismo.

Não foi possível às autoridades portuguesas evitar a presente situação em Angola, na qual poderão ter a menor parcela de culpa. As causas profundas desta situação mergulham na guerra colonial e nos interesses em jogo exteriores a Angola, e nas próprias condições de desenvolvimento dos movimentos políticos angolanos.

É necessário que haja um amplo movimento de solidariedade nacional encabeçado pelos sindicatos e forças políticas e cívicas progressistas no sentido de absorver esses milhares de compatriotas que se prevê que retornem. O patriotismo e a solidariedade devem dar-se os braços com estes homens e mulheres que na sua maioria também foram vítimas do fascismo. É absolutamente necessário para a defesa da Revolução portuguesa que esses nossos compatriotas sejam integrados na nossa sociedade de pleno direito como irmãos e que não sejam olhados como antigos explo-

radores de pretos. É verdade que alguns o eram, mas o traço dominante desses portugueses é o de seres humanos que perderam a maior parte dos seus haveres e do produto do seu trabalho.

Paíra, por assim dizer uma epidemia em Portugal: a dos planos. Essa planície aguda, essa mania dos planos que desacredita a verdadeira planificação, faz parte — não nos enganemos — da ideologia pequeno-burguesa que substitui o acto pelo verbo afiambrado com o fim de impedir a caminhada do povo para o futuro.

Isto não significa que não deva haver planos; não se pode caminhar na via de transição para o socialismo sem um plano que, basicamente, caracterize a mudança das relações de produção, ao mesmo tempo que o desenvolvimento económico e social.

De resto, quando foi aberta a crise do IV Governo, esse plano estava justamente a ser estudado, tendo o seu calendário de elaboração sido aprovado por esse IV Governo...

As alterações estruturais da nossa economia ou seja alterações nas relações de produção e a progressão da intervenção do Estado na actividade económica tiveram como causas, por um lado, a necessidade de estabilizar a economia, de evitar a sua estagnação e recuo em face da quebra da iniciativa privada e da deliberada sabotagem por parte do capital monopolista e latifundiário e, por outro lado, o movimento das massas trabalhadoras no sentido de se libertarem da exploração capitalista

Assim o tão falado ritmo do avanço do processo revolucionário no sector económico é marcado pela própria reacção contra o processo e pela tomada de consciência política dos trabalhadores.

O desenvolvimento da intervenção do Estado na economia surge como uma necessidade histórica para a solução dos problemas económicos nacionais; a eliminação dos monopólios e latifúndios, as sucessivas nacionalizações e o início da Reforma Agrária, que abrem caminho à fase de transição para o socialismo, aparecem como um imperativo nacional, como o único meio para estabilizar e permitir o desenvolvimento da economia e libertar os trabalhadores das relações de produção a que estavam submetidos.

Como já por várias vezes afirmei, isto não significa a eliminação da iniciativa privada, cujo concurso também é necessário para a consolidação da economia. Por isso mesmo se fala de uma via de transição para o socialismo durante a qual coexistirão o sector público e o sector privado, sendo este progressivamente absorvido pelo sector público de acordo com condições que muito brevemente serão estabelecidas e que garantirão os legítimos interesses dos capitais privados que patrioticamente se colocarem ao serviço da Revolução.

Compreende-se a perturbação existente entre os pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais, em face das opiniões divergentes sobre o futuro da iniciativa privada, formuladas por várias correntes de opinião a que os meios de comunicação social oferecem por vezes relevo desproporcionado com a importância dessas correntes.



Os governos anteriores e o V Governo Provisório nunca deixaram, porém, de afirmar a importância de manter e de fomentar a iniciativa privada, cujo campo de actuação e estruturas estáis de orientação e coordenação serão claramente estabelecidas pelo Governo.

Só na medida em que dispusermos de um Estado democrático e forte poderemos impor ritmo à Revolução. Mais uma vez, portanto se põe a questão do exercício de uma autoridade democrática que faça cumprir as leis democráticas e que dê condições que faça cumprir as leis democráticas e que dê condições ao Governo que permitam clarificar a situação económica, as relações laborais, etc....

Na campanha de intoxicação da opinião pública a que assistimos fala-se muito de que os lugares-chave da administração central e local estão ocupados por individualidades do P. C., do M. D. P. e de outros partidos políticos de esquerda em detrimento do P. S., do P. P. D. e do C. D. S. Ora o que se passa na realidade desmente de maneira absoluta as atoardas de tal campanha. É conhecido como logo a seguir ao 25 de Abril, muitas autarquias locais passaram a ser geridas por pessoas daqueles partidos de esquerda incluindo elementos do P. S. que se encontravam ainda ligados aos outros partidos antifascistas no seio do Movimento Democrático Português. Isto passou-se devido ao facto de nestes partidos se encontrarem os indivíduos militantes mais aptos para ocuparem naquele momento aqueles lugares e ser necessário substituir rapidamente as direcções fascistas. O mesmo não podia passar-se ao nível da administração central onde só algumas individualidades mais comprometidas com o regime anterior foram afastadas.

Poderá dizer-se que nos lugares de dirigentes deixados vagos pelo saneamento e nos lugares novos que foram criados, foram colocadas só individualidades dos partidos referidos? Bastará olharmos para a composição desses quadros dirigentes nos diversos ministérios para verificarmos que neles se encontram individualidades das mais diversas tendências políticas. O mesmo se passa nos quadros dirigentes das empresas públicas e nacionalizadas.

Tudo tem sido dito, tudo está a ser feito para travar e deter o nosso processo de marcha em frente por um Portugal mais próspero e mais feliz, por uma Pátria mãe de todos os portugueses e mais extremosa com aqueles que a constroem dia-a-dia com o suor do seu trabalho, os camponeses, os operários, os pescadores, os pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores. A este processo chamamos nós «Processo Revolucionário de transição para o Socialismo», porque na realidade se trata de revolucionar um modo de vida baseado na exploração de todos os produtores; porque se trata de pôr fim ao despotismo de meia-dúzia de ricos — para que os milhões de trabalhadores sejam enfim prósperos, livres e felizes; porque se trata de criar condições de vida para que mais nenhum português se veja obrigado a expatriar-se a fim de ganhar o sustento dos seus.

Processo, pois, revolucionário de transição para o Socialismo porque só o Socialismo — o autêntico — dará a cada um de nós o pão e as rosas, o sustento e o saber. Não se trata, portanto, de um Socialismo tal como o apregoam aqueles para quem o 25 de Abril deveria tão-somente ser um «render da guarda» uma substituição dos «gerentes fascistas dos monopólios e latifúndios», por uma nova geração de «gerentes democráticos (e se necessário com umas tintas socializantes...) dos mesmos monopólios e latifúndios.

Só o Socialismo, criando novos postos de trabalho, aumentando a riqueza nacional, libertando cada um de nós da exploração alheia, fará com que nunca mais um português abandone mulher e filhos para ir vender a sua força de trabalho longe da terra natal. Por isso e aproveitando a presença na nossa Pátria de milhares de compatriotas que vieram passar um mês de merecidas férias, quero afirmar solenemente que os seus bens, o produto do seu trabalho são sagrados! Exortá-los também a repudiar, tanto em Portugal como nos países onde ganham a vida, os que tentam semear a divisão entre os emigrantes, os que tentam separar os emigrantes da sua Pátria. Compatriotas que ganham a vida lá fora: não deis ouvidos aos boatos, participai activamente na obra de construção da vossa Pátria para que os vossos filhos e netos não sejam obrigados a passar o que tendes passado, a sofrer o que tendes sofrido!

A Revolução — a nossa Revolução — é do Povo Português.

O tempo do paternalismo, dos mandões, dos donos do País, acabou!

Por isso o Povo tem o direito de exigir que o M. F. A. — seu braço armado — defenda a Revolução, sob pena de deixar de ser o M. F. A.

A Revolução não é de ninguém, é de todos. Por isso, agora que o fascismo — mercê das nossas hesitações, ambiguidades e querelas subalternas — está a levantar cabeça para recuperar o perdido em 25 de Abril, todos os antifascistas, todos os patriotas, todos os democratas, seja qual for o partido político a que pertencem, devem unir-se numa frente de defesa das liberdades democráticas, inabalável e indestrutível!

A Revolução não é de ninguém, é de todos. Por isso, agora

Viva a unidade no seio das Forças Armadas!

Viva a unidade entre os partidos progressistas!

Viva a unidade de todos os trabalhadores!

Viva a aliança Povo-M. F. A.!

Viva Portugal!»

## COSTA GOMES NA TOMADA DE POSSE DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DO V GOVERNO (20/8/1975)

«Sois, certamente, homens de espírito forte e terei de manifestar a V. E.<sup>as</sup> um apreço muito especial pela coragem e patriotismo demonstrado com a vossa abnegada aceitação de cargos governamentais em circunstâncias tão difíceis.

Não é simples ser membro de uma equipa governamental, cuja duração se exprime em dias.

Não é simples ser membro de um Governo de passagem que enfrentará, em horas, problemas cruciais como os de Timor e de Angola.

Não é simples ter fugazes responsabilidades máximas em sociedades tão assimétricas como capital e Norte, Setúbal e Açores.

Foi exactamente neste quadro pouco simples que V. Ex.<sup>as</sup> aceitaram os riscos políticos graves de ser governantes numa equipa que tem tão pouco de duração como muito de responsabilidade histórica.

Que o futuro vos compense dos riscos políticos assumidos, da manifesta coragem e abnegação demonstradas, das canseiras e dos esforços previsíveis: são esses os maiores desejos de um companheiro da mesma luta.

A nossa revolução oscila entre o pragmatismo consciente de uns e a militância idealista de outros.

Vivemos contradições que são génese da onda lamentável de violência que deflagrou no País.

São de luto e tristeza os sentimentos que sinto e exprimo ao conhecer os efeitos dramáticos de confrontações violentas entre filhos da mesma pátria.

Aceito adversários políticos que vivam uma emulação no ideal comum de construir uma sociedade melhor, mas rejeito homens que se considerem inimigos pelo simples facto de visualizarem soluções políticas diferentes na construção de uma pátria comum.»

### Vasco Gonçalves

Por seu turno, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em resposta às palavras do Presidente Costa Gomes, afirmou que era com orgulho de patriota que assistia à tomada de posse dos novos membros do Governo na hora grave que a nossa revolução atravessa. Mais uma vez frisou que este Governo — o V Governo Provisório — «é um Governo constituído por patriotas honrados que põem acima de qualquer interesse partidário ou pessoal os supremos interesses da Pátria.»

E acrescentou:

«Não é um Governo de carreiristas, de políticos profissionais», disse, «é um Governo identificado com a Revolução e disposto a consolidar a todo o custo as conquistas alcançadas com o 25 de Abril. É um Governo disposto a tomar as medidas necessárias à salvaguarda da nossa revolução mesmo que sejam impopulares.

O gesto destes homens, com os quais me sinto completamente identificado e que considero meus camaradas, é um gesto que pela sua grandeza moral se impõe a todos. É um gesto que serve de exemplo às nossas Forças Armadas, que contribui para o seu empenhamento revolucionário e para a sua unidade hoje tão posta em causa pelos inimigos da nossa revolução.

É um Governo à altura do momento que vivemos, é um Governo de socialistas nos actos e não só nas palavras, é, enfim, um Governo de patriotas.

Ninguém aqui, sr. Presidente da República, está agarrado ao lugar, mas todos estamos ligados a uma revolução que não queremos ver recuar e muito menos perder. Daí que não tenha sentido, e que cada vez o vá tendo menos, o centrar-se a presente crise à volta da figura do primeiro-ministro. Não é a figura do primeiro-ministro que se pretende abater, mas sim as ideias que ele defende. Com este ou outro primeiro-ministro empenhado na revolução, os nossos adversários não cessariam de mover os seus ataques à revolução e à democracia. Repito: não é uma questão de nomes o que está em causa. O problema é outro e a sua compreensão, bem como a compreensão geral da crise que atravessamos, terá de ir buscar-se à intensa luta de classes hoje vivida neste País.

Por isso, sr. Presidente, nem que fosse por um minuto apenas que este Governo tomasse posse, nem por isso os seus membros deixariam de o fazer, porque sabem e sentem que é essa a sua responsabilidade histórica. Responsabilidade que este Governo não enjeita, como se tem visto e como no futuro se verá. Nunca teve o Povo português um Governo tão revolucionário e tão coeso como este V Governo Provisório. Nunca o Povo português teve um Governo que, como este, estivesse tão empenhado na revolução e nos altos ideais que esta procura servir e atingir.

O Governo sentiu, depois da sua reunião com o Directório, que era urgente ultimar a sua constituição que esta tomada de posse hoje consagra, para melhor se poder dedicar às grandes tarefas que o aguardam, e que a nossa Pátria espera, a curto prazo, ver concretizadas.»

# LINHAS DE ACÇÃO PROGRAMÁTICA E TAREFAS DO V GOVERNO PROVISÓRIO

## I — MANDATO E ORIENTAÇÃO DO V GOVERNO

### 1 — Do Governo e seu mandato

#### a) Heranças do IV Governo. Crise de autoridade

O IV Governo, constituído na sequência do 11 de Março e após a institucionalização do Conselho da Revolução e Assembleia do M. F. A., funcionou em sistema de coligação partidária que veio a revelar-se inviável.

Foi contudo na sua vigência que foram adoptadas e concretizadas as medidas de mais profunda transformação social e económica na lógica irreversível do avanço para o socialismo, medidas tomadas sob a orientação e directiva dos órgãos de maior responsabilidade revolucionária:

Assembleia do M. F. A. e C. R.

Apontaram-se claras opções políticas e atacou-se com decisão o capitalismo monopolista e latifundiário através de medidas de carácter jurídico, económico, social e político, assim se estabelecendo condições favoráveis à caminhada socialista mas que, por outro lado, estarão na base das tensões e crises que levaram à dissolução do IV Governo Provisório, bem como à agudização da actual crise política e militar. Esta crise, pontuada pelos violentos ataques verbais e até físicos às forças progressistas e revolucionárias, possibilitou um crescendo da contra-revolução e, concomitantemente, veio contribuir para a diluição da unidade e da autoridade revolucionárias, de que são sintoma as alianças paradoxais de certas forças políticas até aqui empenhadas no processo.

São factores agravantes e igualmente causais desta situação de crise:

- os ataques concertados da reacção externa tendentes a isolar e a desmoralizar o País;
- as dificuldades enormes da descolonização em Angola, herança pesada da política spinoлиста;
- os reflexos sobre a frágil economia portuguesa da crise económica geral do capitalismo;
- os desequilíbrio e instabilidade provenientes do necessário desmantelamento das estruturas monopolistas e fascistas, enquanto não se põem de pé novas estruturas democráticas e revolucionárias e não se estimula a vida das novas instituições a partir de motivações diferentes das da sociedade de consumo capitalista, que hão-de resultar das transformações operadas na sociedade portuguesa.

E acrescentou:

«Não é um Governo de carreiristas, de políticos profissionais», disse, «é um Governo identificado com a Revolução e disposto a consolidar a todo o custo as conquistas alcançadas com o 25 de Abril. É um Governo disposto a tomar as medidas necessárias à salvaguarda da nossa revolução mesmo que sejam impopulares.

O gesto destes homens, com os quais me sinto completamente identificado e que considero meus camaradas, é um gesto que pela sua grandeza moral se impõe a todos. É um gesto que serve de exemplo às nossas Forças Armadas, que contribui para o seu empenhamento revolucionário e para a sua unidade hoje tão posta em causa pelos inimigos da nossa revolução.

É um Governo à altura do momento que vivemos, é um Governo de socialistas nos actos e não só nas palavras, é, enfim, um Governo de patriotas.

Ninguém aqui, sr. Presidente da República, está agarrado ao lugar, mas todos estamos ligados a uma revolução que não queremos ver recuar e muito menos perder. Daí que não tenha sentido, e que cada vez o vá tendo menos, o centrar-se a presente crise à volta da figura do primeiro-ministro. Não é a figura do primeiro-ministro que se pretende abater, mas sim as ideias que ele defende. Com este ou outro primeiro-ministro empenhado na revolução, os nossos adversários não cessariam de mover os seus ataques à revolução e à democracia. Repito: não é uma questão de nomes o que está em causa. O problema é outro e a sua compreensão, bem como a compreensão geral da crise que atravessamos, terá de ir buscar-se à intensa luta de classes hoje vivida neste País.

Por isso, sr. Presidente, nem que fosse por um minuto apenas que este Governo tomasse posse, nem por isso os seus membros deixariam de o fazer, porque sabem e sentem que é essa a sua responsabilidade histórica. Responsabilidade que este Governo não enjeita, como se tem visto e como no futuro se verá. Nunca teve o Povo português um Governo tão revolucionário e tão coeso como este V Governo Provisório. Nunca o Povo português teve um Governo que, como este, estivesse tão empenhado na revolução e nos altos ideais que esta procura servir e atingir.

O Governo sentiu, depois da sua reunião com o Directório, que era urgente ultimar a sua constituição que esta tomada de posse hoje consagra, para melhor se poder dedicar às grandes tarefas que o aguardam, e que a nossa Pátria espera, a curto prazo, ver concretizadas.»

# LINHAS DE ACÇÃO PROGRAMÁTICA E TAREFAS DO V GOVERNO PROVISÓRIO

## I — MANDATO E ORIENTAÇÃO DO V GOVERNO

### 1 — Do Governo e seu mandato

#### a) Heranças do IV Governo. Crise de autoridade

O IV Governo, constituído na sequência do 11 de Março e após a institucionalização do Conselho da Revolução e Assembleia do M. F. A., funcionou em sistema de coligação partidária que veio a revelar-se inviável.

Foi contudo na sua vigência que foram adoptadas e concretizadas as medidas de mais profunda transformação social e económica na lógica irreversível do avanço para o socialismo, medidas tomadas sob a orientação e directiva dos órgãos de maior responsabilidade revolucionária:

Assembleia do M. F. A. e C. R.

Apontaram-se claras opções políticas e atacou-se com decisão o capitalismo monopolista e latifundiário através de medidas de carácter jurídico, económico, social e político, assim se estabelecendo condições favoráveis à caminhada socialista mas que, por outro lado, estarão na base das tensões e crises que levaram à dissolução do IV Governo Provisório, bem como à agudização da actual crise política e militar. Esta crise, pontuada pelos violentos ataques verbais e até físicos às forças progressistas e revolucionárias, possibilitou um crescendo da contra-revolução e, concomitantemente, veio contribuir para a diluição da unidade e da autoridade revolucionárias, de que são sintoma as alianças paradoxais de certas forças políticas até aqui empenhadas no processo.

São factores agravantes e igualmente causais desta situação de crise:

- os ataques concertados da reacção externa tendentes a isolar e a desmoralizar o País;
- as dificuldades enormes da descolonização em Angola, herança pesada da política spinolista;
- os reflexos sobre a frágil economia portuguesa da crise económica geral do capitalismo;
- os desequilíbrio e instabilidade provenientes do necessário desmantelamento das estruturas monopolistas e fascistas, enquanto não se põem de pé novas estruturas democráticas e revolucionárias e não se estimula a vida das novas instituições a partir de motivações diferentes das da sociedade de consumo capitalista, que hão-de resultar das transformações operadas na sociedade portuguesa.

## b) Condicionamento e pressupostos do V Governo

O V Governo assumiu a missão de agir de forma unitária e não partidária, possibilitando pausa política para ultrapassagem da crise político-militar e assegurando uma firme defesa das conquistas revolucionárias, quer contra a vasta movimentação reaccionária — ataques a sedes de partidos políticos progressistas, campanha na Imprensa estrangeira, manobras dirigidas por organizações fascistas nacionais e internacionais, brutal ingerência estrangeira nos assuntos portugueses, quer contra tentativas de destabilização do processo revolucionário português por formas capitalistas tipo social-democrata.

Todavia, sendo um Governo não partidário, a sua acção só é possível com o apoio popular e o apoio do M. F. A.

Apoio popular que terá de assentar na clara consciência da grave situação do País e que se irá consolidando e alargando na medida em que as acções anunciadas e sucessivamente realizadas responderem, efectivamente, aos anseios e aos interesses reais e profundos do povo português.

Apoio das Forças Armadas que terá de consubstanciar-se na firmeza e clareza da orientação política por parte do Directório do Conselho da Revolução e na identificação da sua linha de acção com as opções e directivas revolucionárias e patrióticas formuladas pelo Movimento das Forças Armadas.

Não apresentando o Governo outro programa que não seja o de concretizar e defender a revolução, acima de compromissos e de conflitos partidários, tem de lhe ser dada toda a autoridade e toda a força de que dispuser a própria revolução, não podendo, neste contexto, deixar de se confundir com uma crise da própria autoridade revolucionária qualquer sintoma de fraqueza do Governo no cumprimento do seu programa mínimo.

Sem uma clarificação da estrutura do poder político será impossível a realização das tarefas governativas e, assim, a concretização dos objectivos já assumidos pela revolução portuguesa.

Na verdade, e como se tornou patente nas últimas semanas de vigência do IV Governo Provisório, as dificuldades postas à revolução pelas forças conservadoras aumentam à medida em que o carácter irreversível do processo revolucionário se vai tornando mais patente e se torna mais nítida a impossibilidade da sua recuperação pelas estruturas monopolistas e fascizantes. Isto é natural e conhecido da história das revoluções; mas é também conhecido que compete a qualquer direcção revolucionária consequente mobilizar, nestes momentos decisivos, todas as forças disponíveis na defesa e concretização das conquistas já alcançadas; nestes momentos, a hesitação ou contemporização com os inimigos, declarados ou encobertos, da revolução significa abdicar dela e inverter o seu curso.

Presas a compromissos concretos com o povo português, consubstanciados nos últimos documentos providos do Conselho da Revolução e da Assembleia do M. F. A., a vanguarda revolucio-



nária constituída pelos militares progressistas pode estar certa de que encontra neste V Governo o instrumento leal e devotado de realização desses compromissos; instrumento que, todavia, terá de apoiar com o seu prestígio revolucionário e, sendo caso disso, com a mesma decisão com que na madrugada do 25 de Abril iniciou a libertação da nossa pátria.

### c) Projecto político que informa o Governo

O V Governo Provisório surgiu como uma solução transitória destinada a pôr termo à crise política criada no País. Não lhe compete a elaboração de programas ambiciosos e, muito menos a produção de documentos de profunda e exaustiva reflexão política aplicada à presente situação portuguesa. Uns e outros foram já definidos, quer pelo Conselho Superior da Revolução quer pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas e representam reais e efectivas conquistas das classes trabalhadoras a que importa dar execução urgente. O que o nosso povo espera do novo Governo, tal como foi assinalado por Sua Excelência o Presidente da República no discurso de tomada de posse, é um conjunto de respostas a problemas concretos que não deixem margem para dúvidas acerca do tipo de sociedade para que se quer caminhar. E assim terá de ser transparente, a propósito de cada acção concreta, se ela está ou não ao serviço das grandes massas desprotegidas do povo português (assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores; operários, pescadores e demais trabalhadores das zonas urbanas, entre os quais grande número de funcionários públicos; pequenos e médios comerciantes e industriais, sem esquecer os emigrantes e por razões de emergência — os retornados de Angola).

No entanto, essas acções concretas devem ser enquadradas num esquema coerente, que o V Governo Provisório terá de elaborar a partir do seu próprio diagnóstico da realidade económica, social e política do País e a partir, essencialmente, daquele conjunto de documentos e decisões do M. F. A., a que ninguém ousará negar legitimidade e das orientações irreversíveis que vêm do Governo anterior. Assim, constituem guias para o enquadramento das medidas concretas de política dos vários ministérios: o Programa do M. F. A., interpretado pela Plataforma de Acordo Constitucional e pelo Plano de Acção Política; os *princípios gerais* do documento-guia sobre a aliança Povo-M. F. A., aprovado apenas na generalidade pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas; o texto elaborado durante o IV Governo Provisório acerca dos problemas da transição para o socialismo.

Além disso, e tendo em atenção o valor revolucionário do documento elaborado por oficiais afectos ao Copcon, o V Governo tomou igualmente em consideração os princípios e propostas nele contidos.

Dos parâmetros assim traçados à actuação deste V Governo Provisório deriva um certo número de princípios fundamentais que

deverão constituir o elemento impulsionador de toda a sua actividade. Nestes termos, as tarefas concretas a realizar visarão nomeadamente os seguintes objectivos: unificação progressiva da vanguarda política de revolução e do seu suporte social; estruturação progressiva dos órgãos unitários de base em ligação com o M. F. A.; desenvolvimento da consciência social do processo em curso, pela revolução cultural e utilização correcta e responsável dos meios de comunicação social; superação da crise resultante do desmantelamento do poder monopolista do grande capital; criação de condições para uma economia planificada, controlada pelos trabalhadores e orientada eficazmente para a transição para o socialismo; descentralização administrativa em articulação com a orgânica do planeamento; adopção de acções consequentes na política externa, em obediência ao princípio da independência nacional e promovendo esquemas de cooperação que contribuam efectivamente para a construção do socialismo em Portugal.

## **2 — Linhas de acção e de orientação do V Governo**

### **a) Independência Nacional**

A política externa do V Governo Provisório será pautada pelo reforço da independência nacional e da paz e segurança internacionais, pelo alargamento da cooperação fraterna com todos os povos do mundo, pelo respeito dos anteriores compromissos internacionais, pela não interferência nos assuntos internos dos outros países, pelo reconhecimento do direito dos povos a decidirem dos seus próprios destinos pela solidariedade com os povos em luta pela sua emancipação.

O Governo tem consciência de que não é no isolamento internacional ou em exclusivas dependências tradicionais ou outras, que se poderá obter um ambiente internacional propício à marcha da nossa revolução. Tal ambiente conseguir-se-á através de uma estreita ligação às forças progressistas de todo o mundo, sem distinção de blocos ou de zonas de influência.

Com a defesa intransigente da independência nacional e da cooperação pacífica com todos os povos do mundo, entende o Governo defender o nosso País de toda e qualquer ingerência ou pressão estrangeira. Nesse sentido, o Governo esforçar-se-á, dentro do respeito pelas obrigações internacionais anteriormente assumidas, por conduzir uma política internacional que coloque o nosso País numa situação que melhor lhe permita reforçar a sua independência e estabelecer relações justas e paritárias com todos os países do mundo, com relevo para aqueles a quem nos ligam laços históricos profundos (nomeadamente as nossas ex-colónias) ou que estejam em condições de melhor compreender e apoiar o nosso processo revolucionário rumo ao socialismo. Paralelamente, é necessário fazer um grande esforço tendente à reposição da verdade sobre Portugal ao nível internacional, combatendo a campanha de difamação orquestrada contra a revolução portuguesa, através de

uma diplomacia activa e revolucionária que contraponha aos interesses partidários ou pessoais os superiores interesses da revolução democrática e de transição para o socialismo, e desenvolvendo um esforço concertado de informação correcta da revolução e dos objectivos que lhe dão sentido e presidem à política do Governo.

Por outro lado o desenvolvimento das relações com os países do Terceiro Mundo, considerado objectivo importante da política externa do V Governo Provisório, virá reforçar o papel a desempenhar por Portugal no âmbito da Europa a que pertencemos, cuja cooperação e assistência reconhecemos como proveitosa e desejamos sem cedências nem ingerências nos nossos assuntos internos, sendo igualmente de acelerar a intensificação das relações com os países socialistas do Leste.

A defesa dos trabalhadores portugueses emigrantes espalhados pelo mundo, através da celebração de acordos que regulem os fluxos migratórios e estimulem as condições de trabalho e as garantias sociais e económicas, merece também a melhor atenção do V Governo Provisório, interessado como está em reforçar os laços entre todos os trabalhadores portugueses e a defendê-los, dentro e fora do País, contra as campanhas divisionistas.

#### **b) Descolonização**

A descolonização, objectivo da revolução portuguesa — que historicamente relaciona a libertação do povo português com as dos povos irmãos das colónias — atravessa em Timor e Angola fase extremamente grave e preocupante. Se a situação geopolítica deste último território fazia prever claras interferências exteriores no seu processo de descolonização, as divergências entre os três movimentos de libertação não possibilitaram um desenvolvimento criador da plataforma do acordo de Alvor. Para além de todos os esforços com que se procura contribuir para a solução justa e correcta para o povo angolano já tão martirizado e agora envolvido em luta entre irmãos, surge ainda a gravíssima situação da população portuguesa que não encontrando naquele território e neste momento condições mínimas de estabilidade social e segurança de desloca para Portugal em condições de graves consequências pessoais e colectivas.

Particular atenção merecem os problemas desses muitos milhares de retornados portugueses, traumatizados pelos acontecimentos recentes ocorridos, nos territórios em que viviam, e vítimas, na sua grande maioria, por um lado, da política de guerra e de exploração coloniais que o regime fascista obstinadamente levou a cabo e, por outro, dos graves erros na condução da descolonização cometidos na sua fase spinolista, em que, pela prática de uma política apostada na defesa dos interesses imperialistas e neocolonialistas, no reforço político e militar dos grupos que, em Moçambique e Angola, os representavam, se criou uma situação de instabilidade que, no segundo território, ainda hoje se mantém.

Em face desta situação, o Governo prosseguirá activamente negociações a nível bilateral e internacional, no âmbito das Nações Unidas e seus organismos especializados para que seja dado o necessário apoio às operações de assistência a refugiados e populações deslocadas, alertando igualmente a comunidade internacional para a gravidade da situação.

**c) Aliança com as classes trabalhadoras como base social da Revolução**

A grande decisão tomada pelo M. F. A., e claramente apoiada por múltiplas formas e em várias oportunidades pelo povo português, é a construção de uma sociedade socialista: «sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem e na qual serão dadas a todos os indivíduos iguais oportunidades de educação, trabalho e promoção, sem distinção de nascimento, sexo, credo religioso ou ideologia».

A classe trabalhadora (operários, assalariados agrícolas, empregados) é aquela que mais imediatamente está em condições de impulsionar a revolução; mas numa sociedade e estrutura económica como a portuguesa, em que os objectivos imediatos da Revolução são a construção de um Estado democrático, pela desmontagem das estruturas políticas, sociais e culturais do fascismo e pela destruição da dominação económica e social dos monopólios e dos grandes agrários, também os pequenos agricultores podem empenhar-se em acções de profunda transformação, que directamente altere, para melhor, a sua condição sacrificada, sendo ainda possível mobilizar para a construção socialista a pequena burguesia vivendo do comércio e indústria, as camadas intelectuais e parte da média burguesia.

Tais são os grupos da população portuguesa que virão a beneficiar da Revolução. Porém, até agora, se as vantagens têm sido sensíveis para parte da classe trabalhadora, em contrapartida a pequena burguesia e, em especial os agricultores, vêem a sua situação económica a deteriorar-se. Há, pois, que adoptar, rapidamente, medidas concretas que dêem viabilidade à pequena e a muita da média empresa e que façam justiça ao esforço dos agricultores. Há que pôr um travão às disparidades crescentes entre o campo e a cidade, trabalhando pela unidade revolucionária de ambos os sectores. Há que realizar imediatamente uma acção esclarecedora e tranquilizante junto das populações da província, mais duramente traumatizadas e enganadas pelas actuações dos grupos neofascistas — cuja neutralização decidida compete sem dúvida às autoridades militares, constituindo mesmo uma condição prévia para a extensão do impulso revolucionário a todo o País e a todo o povo.

#### d) Revolução cultural

Uma das tarefas urgentes, embora de realização persistente e continuada e cujos frutos não será possível antecipar a breve prazo, é a tarefa da revolução cultural do povo português. Socialismo não significa apenas melhores condições materiais derivadas de uma diferente justiça social. Socialismo significa uma outra qualidade de vida, um outro tipo de convivência entre as pessoas, onde o egoísmo dos interesses imediatos cede o lugar à busca do interesse colectivo, à solidariedade entre os homens que partilham o mesmo destino.

Para tanto, há que mostrar, sem recorrer a qualquer tipo de propaganda ou de demagogia, que tal projecto de vida é na verdade superior, proporcionando maior felicidade e alegria. O povo português fará a sua própria revolução cultural através da verdade serena e não enquanto vítima de uma intoxicação massiva.

As responsabilidades do Governo neste domínio são por consequência claras. Ao Governo, através dos departamentos competentes, designadamente nos domínios Comunicação Social, da Educação e da Cultura, caberá desencadear uma política de abertura e de verdade. Será responsabilidade do Governo facultar o acesso às fontes de informação e clarificar os grandes objectivos conjunturais bem como estruturais, promovendo em amplos debates públicos o livre exercício da crítica serena e construtiva através dos quais possa o Povo Português melhor compreender e melhor decidir sobre o seu próprio destino.

Será igualmente responsabilidade do Governo facultar o acesso à cultura por forma a que esta deixe de ser o jardim das delícias de alguns privilegiados para se tornar o património de todos os portugueses. Acção de outra envergadura e com outra profundidade será a acção da Escola. Não se trata, todavia, de objectivo que se leve a termo nos limites temporais de um Governo de Transição.

No entanto, espera o V Governo estabelecer as bases de uma reforma democrática da escola, que a purifique do elitismo do passado e a coloque decisivamente ao serviço da democratização da sociedade portuguesa e da renovação das estruturas culturais num sentido progressista.

Estas tarefas, de grande alcance no domínio da Informação e da Cultura, não poderão apenas limitar-se a iniciativas governamentais sob pena de se cair no dirigismo panfletário e demagógico, negando a própria essência do ideal socialista que se deseja construir. Torna-se pois necessário e imperativo que a consciencialização social passe pelos próprios agentes que estabelecem a ponte entre os centros de decisão e o Povo, designadamente, profissionais da informação, intelectuais e artistas. Deles espera o Governo a maior colaboração e sentido de responsabilidade, entendendo-se por responsabilidade esse voto abnegado de participar e de aderir a um projecto colectivo, partilhando dos sucessos, bem

como dos desaires, e não a simples contrapartida de uma consciência individual e individualista.

O Governo, apostado e confiante nesse tipo de diálogo, diligenciará no sentido de estabelecer os necessários canais ascendentes e descendentes com esses seus interlocutores mais imediatos, esperando que eles por seu turno saibam multiplicar os diálogos à escala internacional.

#### **e) Alternativas face à crise económica**

A crise económica que o País atravessa traduz-se em elevada taxa de desemprego, quebra na produção e no investimento e desequilíbrio acentuado na balança de pagamento. Essa situação resulta de vários factores: estruturas económicas herdadas pelo fascismo; dependências externas relativamente a países capitalistas que atravessam também uma grave crise económica e que, além disso manifestam em geral políticas hostis ao processo português; perturbações e responsabilidades resultantes da descolonização, sobretudo contribuindo para agravar o problema do desemprego e acentuando também as dificuldades financeiras e cambiais do País finalmente, desorganização do aparelho produtivo após a destruição da maior parte dos centros monopolistas do capitalismo português, situação característica duma fase de transição para o socialismo.

Atacar esta situação requer, antes do mais, uma perspectiva política correcta. Para defini-la põem-se três questões com respostas alternativas possíveis:

Quem paga a crise?

A quem serve a crise?

Que ajudas externas podem servir-nos?

A solução social-democrata, na sequência do IV Governo Provisório, traduzir-se-ia pelas seguintes consequências:

a) Os custos da crise seriam suportados sobretudo pelos trabalhadores já que o largo apoio burguês ao projecto social-democrata é contraditório com a imposição de sacrifícios pesados ao seu próprio suporte social.

b) A «crise» serviria também para o regresso a uma economia baseada no lucro e na empresa privada já que não poderia tal projecto mobilizar os trabalhadores para a necessária batalha da economia.

Só com novas tentativas de repressão e exploração da classe trabalhadora seria possível pôr a «economia a funcionar» ao serviço dum projecto desta natureza, e em clima de austeridade.

c) Quanto às «ajudas» externas seriam certamente abundantes na mesma medida em que o processo revolucionário português fosse contido e domesticado ao nível dos grandes interesses do capitalismo internacional.

## 2) Alternativa socialista

A alternativa socialista do V Governo é a que se concretiza nas acções e medidas previstas nas páginas seguintes.

Em lugar duma discussão ideológica e abstracta prefere-se a definição precisa de posições face aos problemas imediatos mais decisivos da transição para o socialismo.

### f) Descentralização político-administrativa

Uma estratégia de descentralização administrativa torna-se imperativa na presente fase por três ordens de razões: conduzir à desburocratização do actual aparelho do Estado, superando a sua actual falta de resposta às tarefas essenciais a desenvolver; maximizar o aproveitamento das iniciativas e recursos locais, possibilitando adequada mobilização para o desenvolvimento económico e social; e pôr ao alcance do controlo das estruturas unitárias de base em formação, centros de decisão regional e local finalmente dotados de capacidade e meios de acção.

A estratégia de descentralização será conseguida por dois processos paralelos: a formação de órgãos de execução e planeamento no âmbito regional — que integrarão os órgãos periféricos agora dependentes de cada ministério do aparelho central — e, a nível local, o reforço dos meios financeiros e técnicos à disposição dos executivos municipais mediante um processo de redistribuição progressiva dos recursos tendentes a reduzir as desigualdades das respectivas áreas e a promover a resolução das necessidades mais prementes das populações correspondentes.

Numa primeira fase, dada a existência das Regiões Militares e o seu papel predominantemente político-militar, o primeiro passo para a formação de órgãos regionais consiste na institucionalização de juntas de administração e desenvolvimento, que se articularão às decisões da planificação nacional através dos respectivos departamentos.

O controlo da actuação dos órgãos descentralizados regionais pelo poder político revolucionário será assegurado, nesta fase, por órgãos de fiscalização e orientação do Governo Central e pela articulação às Regiões Militares ou Comandos Territoriais, bem como por representantes municipais e de trabalhadores, tendendo-se para a formação de órgãos autárquicos de harmonia com o desenvolvimento das estruturas populares de base (comissões de moradores e comissões de trabalhadores).

Do mesmo modo, os executivos autárquicos de âmbito local obrigam-se ao constante diálogo com os órgãos de base populares em formação que reivindiquem a participação e a crescente interferência na acção desses executivos — o que pressupõe lhes sejam devolvidas responsabilidades crescentes em domínios essenciais ao bem-estar das populações, pressupondo-se também a sua consequente e progressiva legitimação à medida que se processar o desenvolvimento das organizações unitárias populares de base local.

A descentralização de órgãos ministeriais, que tem vindo a ser feita com critérios nem sempre convergentes, por iniciativa de diversos ministérios, passará a ser coordenada, à luz da estratégia de descentralização referida, cabendo, naturalmente, ao Ministério da Administração Interna, a competência na condução das acções legislativas ou outras necessárias à respectiva institucionalização.

## II — TAREFAS ECONÓMICAS FUNDAMENTAIS DA TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

### A — A transição para o socialismo

1 — Na fase decisiva que atravessa o processo revolucionário português, um certo número de tarefas fundamentais já referidas se impõem:

a) superação da crise resultante do desmantelamento do poder monopolista do grande capital, através da «*batalha da economia*»;

b) *unificação progressiva da vanguarda política* da revolução e do seu suporte social;

c) desenvolvimento da consciência social do processo em curso, pela revolução cultural e utilização correcta e responsável dos meios de comunicação social;

d) descentralização político-administrativa em articulação com a orgânica de planeamentos;

e) estruturação progressiva dos órgãos unitários de base em ligação com o M. F. A.;

f) criação de condições para uma economia planificada, controlada pelos trabalhadores e orientada eficazmente na transição para o socialismo;

g) adopção de acções consequentes na política externa, em obediência ao princípio da independência nacional e criando esquemas viáveis de cooperação que assegurem os apoios externos indispensáveis à construção do socialismo em Portugal.

Dada a urgência da adopção de medidas que permitam superar a grave crise económica que o País atravessa, *este programa desenvolve particularmente as actuações de carácter económico e social.*

2 — O Programa de Acção Política (P. A. P.) elaborado pelo Conselho da Revolução, considerou indispensável adoptar no campo económico, medidas imediatas pontuais e definir não só uma estratégia de desenvolvimento a médio prazo, mas também certos aspectos qualitativos referentes à futura configuração do sistema político-económico.



## B — Batalha da Economia

1 — A Batalha da Economia como tarefa fundamental de transição para o socialismo impõe:

a) A definição de uma *Estratégia de Desenvolvimento* que mobilize eficazmente os recursos nacionais para a satisfação das principais necessidades colectivas do Povo Português e ataque de modo coordenado e planeado os actuais factores de crise.

A definição desta estratégia fornecerá:

1) o quadro geral da política económica a curto prazo, no âmbito da qual se tomarão medidas imediatas de apoio à produção nacional e ao emprego;

2) a opção global que orientará a preparação e execução do Plano Económico de Transição.

b) A adopção imediata de uma *Política de Austeridade* que possibilite a eficácia da Estratégia de Desenvolvimento e da política económica a curto prazo.

c) A clarificação de aspectos qualitativos do sistema económico de transição (*Configuração do Sistema Económico*), nomeadamente:

1) socialização dos meios de produção (ultimização da fase de nacionalização sistemática);

2) imediata delimitação do sector privado e esquemas de apoio, e, dentro deste, a acção do movimento cooperativo;

3) controlo organizado da produção pelos trabalhadores;

4) mobilização local para o desenvolvimento;

5) código do investimento estrangeiro.

## C — Estratégia de desenvolvimento

1 — A estratégia de desenvolvimento considerará três questões prioritárias:

— emprego;

— equilíbrio externo;

— salvaguarda da independência nacional;

A concretização e quantificação dessa estratégia prosseguirá o objectivo fundamental de,

manter o desemprego a taxa *decrecente e socialmente tolerável*, a caminho do pleno emprego dos recursos humanos nacionais e impedindo que o desequilíbrio externo atinja proporções e condições tais que seja sacrificado o objectivo da independência nacional.

2 — O objectivo anterior implica prosseguir uma *estratégia de desenvolvimento, determinando mudanças progressivas nos padrões de consumo e no modo de vida da população portuguesa.*

*A agricultura deverá ocupar um lugar chave nessa estratégia, o que terá como consequência um caminho de transição para o socialismo em grande parte baseado no mundo agrário, visando a sua aproximação do mundo industrial e urbano, no domínio socio-económico e cultural.*

3— Importa também dar primazia à pesquisa e aproveitamento dos *recursos naturais do País*, ainda largamente inexplorados. Entre eles contam-se a água, os minérios e os recursos do mar. Para esse aproveitamento deverão orientar-se prioritariamente alguns grandes projectos de investimento. Em particular, o de Alqueva permitirá triplicar a área actualmente irrigada do País e o aproveitamento das minas de Aljustrel, valorizar integralmente dois milhões de toneladas de pirites, por ano.

4— A estratégia de desenvolvimento tem de relacionar-se claramente com a política de cooperação económica externa. Esta deverá garantir, no plano económico:

a) indispensável diversificação das relações comerciais com o exterior mediante negociações com países socialistas e do Terceiro Mundo, procurando manter-se as exportações tradicionais, agrícolas e industriais.

b) *absorção de capacidades produtivas excedentárias das grandes unidades de capital intensivo;*

c) cooperação técnica e económica no desenvolvimento da agricultura e dos recursos naturais e na introdução de técnicas modernas de mão-de-obra intensivas;

d) investimentos externos, em condições comportáveis com o projecto de independência nacional numa via de transição para o socialismo.

## D — Apoio à produção nacional e ao emprego

1— A estratégia descrita em termos gerais, que enquadrará o Plano Económico de Transição, cuja preparação se fará segundo calendário já aprovado em Conselho de Ministros, implica a adopção duma política económica visando a expansão da produção nacional e do emprego produtivo. Referem-se as medidas que presentemente se consideram mais significativas nessa política, para serem adoptadas de imediato:

— Início da *realização dos programas integrados do Alqueva e do aproveitamento das pirites de Aljustrel* e criação das correspondentes *estruturas de coordenação e execução* com vista à sua rápida implementação;

— Aceleração das obras de abastecimento de águas à região da grande Lisboa.

— Decisão sobre outros grandes projectos integrados de investimento, designadamente Cova da Beira e Bacia do Mondego.

— Conclusão da reavaliação do *Projecto de Sines*;

— Fixação de *preços de garantia das principais produções agrícolas e pecuárias*; nomeadamente visando aumentar os rendimentos de pequenos e médios produtores;

— *Redução dos preços dos adubos*;

— *Garantia de escoamento* das principais produções agrícolas e pecuárias;

— Construção do açude de Coimbra e drenagens da Zona Baixa da cidade;

— Acelerar a execução das medidas previstas no *Programa do Desenvolvimento das Pescas*;

— Criação de estruturas eficazes de Apoio, Coordenação e Reestruturação para *Sectores em crise, dotados de autonomia*;

— Continuação da inventariação e início da execução de pequenas e médias obras de hidráulica agrícola nomeadamente no distrito de Faro;

— Hospital Distrital de Viana do Castelo;

— Escola de Enfermagem em Coimbra;

— Aplicação de *acções imediatas e coordenadas de política comercial externa em relação aos sectores mais afectados pela quebra de exportação*, quer em relação aos países socialistas quer do Terceiro Mundo, integrando medidas directas de apoio à exportação, nomeadamente nos seguintes sectores:

— têxtil

— concentrado de tomate

— conservas de peixe

— vinhos e outras bebidas alcoólicas

— vinho do Porto

— madeira e produtos derivados

— cortiça

— confecções

— materiais para a construção civil

— cristalaria

— *Extensão aos países do Leste dos órgãos de apoio ao Comércio Externo e Turismo* (delegações do F. F. E. em conexão articulada com a Secretaria de Estado do Turismo e o Ministério dos Negócios Estrangeiros);

— *Realização de acordos comerciais ou de operações concretas no campo da cooperação económica e relativamente a sectores em crise, com os países socialistas e do Terceiro Mundo*;

— *Realização do Programa de Emergência para o Turismo Nacional*;

— Concretização a curto prazo da reorganização dos sectores bancário e segurador, a qual assenta no chamado «*Programa Geral de Acção*», que envolve, entre outras, as seguintes medidas:

— Revisão da Lei Orgânica do Banco de Portugal, de forma a ajustá-lo à sua nova qualidade de banco central no domínio da coordenação, orientação e fiscalização do sistema de crédito, a par da sua função emissora;

— Criação de órgãos de coordenação, a nível nacional e regional, expressos no Conselho Coordenador da Política de Crédito, Conselho das Instituições de Crédito, Secretariados e Conselhos Regionais, que a nível nacional e regional vão permitir, através do Banco de Portugal, a conjugação da actividade das instituições de crédito com a das entidades incumbidas do planeamento nacional e regional do País;

— Realização da primeira redução do elevado número de bancos actualmente existente, eliminando, por integração noutros bancos, os que apresentem certas anomalias ou sintomas nega-

tivos no seu funcionamento e procurando um melhor rendimento no seu conjunto;

— Estudo da cobertura bancária do País, de forma a racionalizar a distribuição geográfica dos bancos, contrapondo à ideia da maximização dos lucros a optimização da rendibilidade social do sector;

— *Garantia aos pequenos e médios empresários da definição de regras de fixação de custos e margens de lucro na formação dos preços;*

— *Aceleração da finalização e adjudicação dos projectos de investimento dos actuais organismos de coordenação económica, no sentido de melhorar e aumentar a sua capacidade de intervenção, contribuindo paralelamente para resolução do problema do emprego.* Até final do ano, deverão ser postos a concurso e adjudicados os seguintes projectos: Mercados Abastecedores do Porto e do Funchal, armazém de batata de semente de Montalegre, silos de Alcains, Portalegre, Pavia, Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, Central Leiteira e Matadouro de Beja, melhoramentos dos Matadouros de Seixal, Leiria, Lisboa, Coimbra, Almada, Estremoz, Évora, etc., e, finalmente, alargamento da capacidade de armazenamento de vinhos e aguardentes da Junta Nacional dos Vinhos;

— *Contribuição para a melhoria dos apoios técnicos e financeiros aos pequenos e médios comerciantes, visando nomeadamente o associativismo;*

— *Prosseguimento, no quadro do Programa Nacional de Emprego, do financiamento dos programas de obras não previstos em planos nas regiões mais afectadas pelos problemas de emprego, tendo em consideração as necessidades mais urgentes das populações;*

— *Prosseguimento das acções de descentralização e apoio integrado a regiões na sequência das que o Governo já adoptou, envolvendo a criação imediata das Juntas de Administração e Desenvolvimento Regional do Algarve, Açores, Madeira, Norte, Centro e Sul;*

— *Definição da orgânica nacional de planeamento, nomeadamente criando os Departamentos Regionais do Planeamento do Norte, Centro, Sul, Algarve, Madeira e Açores, e constituição, para já das seguintes Comissões de Planeamento:*

— de financiamento;

— de comércio externo;

— de ciência e tecnologia;

— de consumo e nível de vida;

— de rendimentos e redistribuição;

— de demografia e recursos humanos;

— *Redução drástica de toda a burocracia ainda existente no processo de concurso e adjudicação de empreendimentos públicos, no sentido de assegurar a plena execução dos investimentos públicos programados de modo a atingir os objectivos prosseguidos pelo Programa Nacional de Emprego;*

— *Clarificação do papel da iniciativa privada* nos diversos sectores da actividade económica, com definição de um conjunto de acções de apoio a pequenos e médios empresários e agricultores;

— Criação do *Instituto do Investimento Estrangeiro*, na sequência da publicação do *Código do Investimento Estrangeiro*;

— Aprovação do *Estatuto do Instituto das Participações do Estado* e divulgação do seu programa de actividade, envolvendo a publicação do *Estatuto do Gestor Público e das Bases Gerais das Empresas Públicas*;

— *Campanha de poupança de bens importados e de orientação dos consumos para a produção nacional*, nomeadamente:

— Centralização progressiva das compras do sector público e sua canalização para a produção nacional;

— Campanha de poupança na utilização de bens de importação, quer nas unidades produtivas quer nos consumidores;

— Campanhas a nível nacional de orientação para novos padrões de consumo;

— *Fomento e mobilização da poupança*, nomeadamente através de:

— Desbloqueamento do entesouramento e sua canalização prioritária para a habitação;

— Criação de novas formas de títulos do Tesouro, nomeadamente consignados a fins específicos;

— Clarificação da situação das economias de pequenos investidores aplicadas em empresas nacionalizadas ou empreendimentos sob tutela ou controlo do Estado;

— Intensificação das campanhas de mobilização da poupança junto dos emigrantes, nomeadamente para projectos de desenvolvimento regional.

## **E — Política de austeridade**

1 — Torna-se necessário definir e executar uma política de austeridade imediatamente pelas seguintes razões:

a) Limitação do agravamento tendencial de desequilíbrio da balança de pagamentos, cuja continuação acentuará o grau de dependência da economia portuguesa de tal modo que poderá tornar impossível a construção da sociedade socialista;

b) Eliminação progressiva de padrões de consumo típicos das sociedades burguesas desadaptados às possibilidades materiais da economia portuguesa;

c) Necessidade de desviar para o investimento recursos monetários em excesso que estão a exercer forte pressão sobre a oferta através de uma expansão acelerada do consumo.

As medidas de austeridade atingirão prioritariamente as camadas mais favorecidas da população e deverão ter um conteúdo marcadamente popular, para o que conta nomeadamente com o apoio dos trabalhadores através dos sindicatos e das suas organizações unitárias de base.

É necessário que os aumentos reais de rendimentos se orientem prioritariamente para as camadas mais desfavorecidas das classes trabalhadoras.

2— As medidas de austeridade incidirão particularmente nos seguintes domínios, destacando-se como medidas mais significativas:

#### **a) Política de rendimentos**

##### **1) Salários**

a) Na fixação das condições de trabalho a considerar dentro da austeridade que o momento aconselha, deverá ter-se em atenção:

- as possibilidades reais das empresas, dos sectores e da economia portuguesa;
- a incidência do agravamento do custo de vida;
- as distorções salariais mais gritantes;

b) Redução do salário máximo nacional; regulamentação das acumulações; uniformização e redução dos vencimentos das comissões administrativas, nomeadas pelo Governo para as empresas ou outras entidades onde o Estado tenha intervindo sob qualquer forma;

##### **2) Outros rendimentos**

a) Fixação de um limite máximo à distribuição de lucros e à remuneração dos suprimentos;

b) Acentuado agravamento da progressividade do imposto complementar para 1976;

s) Alteração do regime tributário do imposto sobre sucessões e doações.

##### **b) Restrição ao consumo de bens não essenciais**

1) Elevação das taxas e alteração das listas do imposto de transacções com forte incidência nos bens não essenciais;

2) Limitação das vendas a prestações;

3) Introdução de novas restrições selectivas à importação, designadamente à importação de bens menos essenciais;

4) Tributação especial agravada sobre iates, embarcações de luxo, residências sumptuárias e outras manifestações de ostentação.

##### **c) Poupança de energia**

1) Limitação horária para iluminações e sessões de determinados espectáculos;

2) Generalização de medidas tendentes a limitar a circulação de veículos nos centros urbanos, facilitando a circulação de transportes colectivos;

- 3) Elevação dos preços da gasolina e do fuelóleo;
- 4) Esquema de apoio aos consumidores industriais.

**d) Austeridade na função pública e nas empresas públicas e nacionalizadas**

- 1) Redução de todas as despesas de representação e das deslocações ao estrangeiro;
- 2) redução dos vencimentos dos membros do Governo; limitação progressiva das acumulações;
- 3) austeridade no uso de viaturas públicas.

**e) Medidas «moralizadoras»**

- 1) Direito de requisição de palácios e grandes edifícios desaproveitados, para fins sociais;
- 2) direito de requisição de aviões particulares de uso pessoal para afectação ao prosseguimento de fins sociais;
- 3) redução das rendas de habitação especulativas em termos a estudar pelas Comissões de Moradores, Autarquias Locais e Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, salvaguardando-se os direitos de pequenos proprietários.

**F — Aspectos qualitativos do sistema económico de transição**

1 — O novo sistema económico que se pretende construir no País pode, sinteticamente, definir-se como aquele onde a lei de lucro e da acumulação dá lugar às necessidades e da gestão democrática. Isto é, um sistema onde a política económica está ao serviço do povo e não de um pequeno grupo de privilegiados. Onde a satisfação das necessidades dos trabalhadores e a democratização da vida económica são objectivos fundamentais daquela política.

Identificam-se *como sectores passíveis de intervenção por parte do Estado*, na generalidade:

a) sectores de que depende a satisfação de necessidades colectivas de forma a assegurar a cobertura de um determinado nível mínimo que importa definir, nomeadamente:

- 1) produção e comercialização de bens alimentares essenciais;
- 2) construção de habitação social e limitação da propriedade urbana segundo esquema a determinar;
- 3) saúde;
- 4) educação.

b) sectores fundamentais da economia, entendidos como os que situam o processo produtivo em posição tal que o seu controlo implica controlo simultâneo de outros ou que por si só representam fracção muito importante do conjunto da economia e

como tal são determinantes para o ritmo de desenvolvimento económico, nomeadamente:

- 1) latifúndios;
- 2) recursos naturais e minerais básicos e seu aproveitamento;
- 3) sectores industriais básicos;
- 4) grandes empresas de construção civil;
- 5) grandes operadores de transportes e comunicações e principais operadores da distribuição e comercialização.

c) sectores onde se verificam marcadas posições oligopolistas ou mesmo monopolistas e principais grupos económicos (no que deles houver de interesse económico e social).

d) sectores dos quais depende, notavelmente, o fluxo de divisas ou que apresentam grave risco de dependência do exterior, com vista a garantir uma verdadeira independência nacional.

2 — As formas de intervenção do Estado nestes sectores serão definidas explicitamente a partir das propostas formuladas pelos respectivos departamentos ministeriais, envolvendo:

- a) nacionalização imediata;
- b) participação maioritária no capital em todas ou algumas das empresas do sector;
- c) obrigatoriedade de apresentação e controlo de execução de planos de actividade;
- d) intervenção ao abrigo do D. L. n.º 660/74 ou legislação complementar.

Conforme as formas de intervenção adoptadas para cada um dos sectores apontados, sempre que não se verifique a nacionalização integral do sector, será explicitada no instrumento da intervenção do Estado a extensão desta.

As empresas onde foram realizadas intervenções ao abrigo do D. L. 660/74, ou legislação complementar, deverão ver a sua situação resolvida no prazo máximo de 90 dias.

3 — Esta fase (que no mínimo se prolongará até final do Plano Económico de Transição) de socialização dos meios de produção de modo sistemático, será agora concluída com as seguintes acções:

- a) Conclusão da apropriação colectiva dos meios de produção de interesse nacional pertencentes aos grupos económicos ainda não controlados;
- b) Prosseguimento e concretização das medidas de reforma agrária já aprovadas;
- c) Nacionalização das empresas com interesse nacional que exploram recursos minerais;
- d) Conclusão da nacionalização dos sectores industriais básicos;
- e) Constituição de empresas públicas de construção civil;
- f) Reforma urbana, englobando a municipalização progressiva dos solos urbanos, a regulamentação das rendas de habitação e a limitação da grande propriedade urbana, conforme se desenvolverá adiante;



g) Criação de empresas públicas de abastecimento dos produtos alimentares essenciais;

h) Criação imediata de empresas públicas de comércio externo por sectores prioritários, nomeadamente para os sectores em crise mais dependentes da exportação;

i) Nacionalização das grandes instituições particulares de saúde e sua integração no futuro Serviço Nacional de Saúde, cuja implementação terá de ser intensificada;

j) Criação do operador nacional de turismo e da Empresa Nacional de Turismo (ENATUR).

4 — A segunda questão que se põe, decorre naturalmente da primeira; delimitação de apoio ao sector privado.

O sector privado terá o seu campo de actuação clarificado através de duas vias:

a) Delimitação de sectores onde a iniciativa privada poderá existir e desenvolver-se (e cuja definição decorrerá, quer por exclusão em relação à intervenção estatal, quer por submissão à estratégia de desenvolvimento); definição de limites à dimensão das empresas; articulação com o Plano Económico de Transição; forma de controlo da produção pelos trabalhadores. Da delimitação do sector privado deverá resultar uma articulação clara com os órgãos de planeamento a nível nacional e sectorial de modo a que não se possam desenvolver grupos ou empresas monopolistas e que se favoreça a ligação, designadamente no plano contratual, destas empresas privadas com o sector público e nacionalizado;

b) Garantias e apoios que o Estado concederá aos pequenos e médios empresários, nomeadamente quanto a crédito, assistência técnica, garantia de acesso a matérias-primas e a mercados, regras de fixação de custos, preços e margens de lucro.

A curto prazo aponta-se nomeadamente:

— O reforço e alargamento das acções de apoio directo ao pequeno e médio agricultor, envolvendo: a) a definição de uma política coerente de preços agrícolas diferenciados, nomeadamente para azeite, cereais, leite, produtos pecuários e vinhos; b) intensificação das intervenções de apoio à comercialização de produtos agrícolas e pecuários com vista ao seu escoamento; c) a definição de uma política geral de apoio técnico e financeiro;

— O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais alargará a sua actividade a todo o País e terá reforçados os seus meios de actuação, em particular para as empresas dos sectores em crise;

— Na distribuição e no comércio retalhista, serão melhorados os apoios técnicos e financeiros visando nomeadamente formas de cooperação e associativismo entre pequenos e médios comerciantes.

5 — Na área da economia reservada à iniciativa privada há, todavia, que situar o papel do *movimento cooperativo*.

O cooperativismo não poderá ser encarado como um sistema socio-económico independente, mas sim como uma forma extremamente importante de organização, a integrar nos planos mais

gerais de desenvolvimento, quer a nível nacional, quer sectorial e regional.

É natural, porém, que persista uma faixa de independência no seio do movimento cooperativo a qual poderá sempre redundar em benefício do equilíbrio do sistema, sobretudo no actual contexto revolucionário em que a irreversibilidade do processo tem de acentuar numa consciência de base de poder popular, principalmente nas faixas da economia de possível tratamento cooperativo.

Serão assim definidas a curto prazo:

a) As faixas da economia melhor susceptíveis de tratamento cooperativo;

b) As características estruturais básicas de cada ramo do cooperativismo correspondente a essas faixas;

c) A articulação das cooperativas com o planeamento económico global, sectorial e regional;

d) As formas concretas de apoio ao cooperativismo, e as suas prioridades em tempo.

6—A terceira questão que se põe é o *controlo organizado da produção pelos trabalhadores*.

De imediato será reconhecido o direito ao controlo organizado da produção pelos trabalhadores em todos os ramos de actividade da economia nacional. O controlo organizado da produção implica por parte da classe trabalhadora o empenhamento eficaz no processo produtivo por forma a garantir o aproveitamento máximo dos recursos nacionais.

O exercício de tal direito não poderá, como é evidente, prejudicar a gestão das empresas.

Serão criadas estruturas autónomas para o exercício de tal direito, em ligação com as comissões de trabalhadores e organizações sindicais.

Considera-se recomendável a constituição de tais estruturas em empresas com um número de trabalhadores ou volume médio de vendas superiores a limites a fixar, nas empresas nacionalizadas, públicas, participadas ou em que o Estado tenha intervenido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 660/74 e legislação complementar e em todas as empresas em que foram detectados actos de sabotagem económica. Serão igualmente reconhecidos órgãos sectoriais, regionais ou nacionais de controlo da produção que os trabalhadores venham a criar e regulamentada a sua articulação com os órgãos nacionais, regionais e sectoriais de planeamento e coordenação.

Deverá ser dada prioridade à criação daqueles órgãos nos sectores nacionalizados e em crise.

Entre as funções que serão conferidas às estruturas de controlo da produção destaca-se:

a) Apreciar, emitir parecer e garantir a execução, pelos meios ao seu alcance, dos planos gerais da empresa, em particular da produção de investimentos;

b) Fomentar e garantir na medida do possível, a utilização pela empresa de recursos técnicos, humanos e financeiros nacio-

nais, no sentido da construção de uma economia socialista orientada para a satisfação das necessidades da colectividade;

c) Contribuir para a melhoria qualitativa e quantitativa da produção, designadamente nos campos da racionalização do sistema produtivo, formação e aperfeiçoamento profissional, simplificação administrativa e aumento da produtividade;

d) Velar pelo cumprimento dos programas do Governo para o sector ou empresa e pelo cumprimento das normas legais e regulamentares;

e) Garantir, ao nível do sector ou da empresa, o cumprimento rigoroso de medidas de austeridade económica que o Governo adopte, designadamente em matéria de poupanças de recursos importados de energia e eliminação de formas de desperdício;

f) Detectar e combater actividades sabotadoras da economia nacional ou da empresa, não só no campo da produção, como no campo financeiro ou fiscal.

7—A quarta questão refere-se à *mobilização local para o desenvolvimento*:

a) O processo revolucionário português entrou numa fase em que, mantendo-se embora, no essencial, as relações sociais e a instância ideológica características do sistema capitalista as motivações para o funcionamento do aparelho produtivo desapareceram. Há, pois, que proceder a uma completa reestruturação, não só da nossa economia, mas de todo o sistema de relações sociais;

b) Na base do novo sistema para que se caminha progressivamente estará uma economia planificada que lhe dará os contornos e as «medidas» necessárias a uma visão global;

c) Se o avanço do processo revolucionário exige e pressupõe que se caminhe para uma economia planificada, o certo é que a *elaboração e principalmente a execução de um plano, só serão eficazes se as populações participarem activamente neste processo desde o seu início*. E como o que está em causa não é somente um «problema económico», mas sobretudo um «problema político-social», mais se justifica ainda a procura de formas de mobilização dos trabalhadores e da população em geral nas tarefas do desenvolvimento do processo em curso;

d) *Torna-se necessário articular a participação das populações no âmbito da edificação de uma economia socialista com o projecto mais amplo de mobilização popular para a construção de um novo poder local, regional e nacional, projecto esse cujos princípios gerais já foram aprovados na Assembleia do Movimento das Forças Armadas e de que já começam a ser lançadas as bases embrionariamente;*

e) Na mobilização que é necessário assegurar para levar à prática *um plano que se pretende marque o início sistematizado das profundas transformações políticas e económicas operadas e a operar na nossa sociedade, torna-se indispensável equacionar diversos problemas;*

f) No que diz respeito à mobilização das populações, ela só poderá ser profícua se for orientada no empenhamento em torno de objectivos mais vastos que os do planeamento. Isto é, as populações serão mais fácil e profundamente motivadas se a sua participação for feita em termos de *construção de um novo poder*, que elas sintam que está ao seu serviço e que é por si controlado;

g) Se a mobilização tem que ser vista em termos de construção de um novo poder local, em cuja definição e exercício haja uma participação real das populações, importa encontrar os órgãos adequados que possam, por um lado, *garantir a construção do novo poder* e, por outro, *reúnam as condições essenciais para a prossecução de objectivos em termos de desenvolvimento planeado*. Estas condições são, entre outras;

- 1) capacidade técnica e administrativa;
- 2) conhecimento real dos problemas locais e regionais;
- 3) garantia de coerência das decisões no quadro geral do planeamento.

h) *Na fase de transição em que nos encontramos é fundamental ligar as tarefas do desenvolvimento económico-social, aos esforços que estão a ser feitos pelo M. F. A. e por forças políticas progressistas no sentido de desenvolver uma fórmula de ligação da estrutura militar às organizações populares unitárias de base*. Assim, e na medida do desenvolvimento dos órgãos populares em que ressalta uma representação tripartida (comissões de trabalhadores, comissões de moradores e delegados de unidades militares), com um certo tipo de relação com a estrutura tradicional do aparelho de Estado (juntas de freguesia, câmaras municipais e governos civis) *deverão ser estes órgãos suportes locais do desenvolvimento económico-social. Propõe-se assim que a mobilização local para o desenvolvimento assente na actuação conjugada de:*

1) Departamentos regionais de planeamento (prolongamentos do D. C. P.);

2) Órgãos executivos das novas estruturas a criar, no âmbito do aprofundamento da «ligação Povo - M. F. A.»;

3) Órgãos/Comissões regionais que entretanto têm estado a ser constituídas para fazer face a fins específicos (emprego, reforma agrária, habitação, etc.).

8—A quinta e última questão que se coloca de imediato quanto aos aspectos qualitativos do sistema económico de transição reside no papel de *investimento estrangeiro*.

Neste sentido é promulgado imediatamente o Código do Investimento Estrangeiro e criado no âmbito do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica o Instituto do Investimento Estrangeiro que terá a seu cargo a aplicação deste código, no qual se regulamenta o investimento estrangeiro em termos compatíveis com a independência nacional.

### III — POLÍTICA SOCIAL

#### A — Saúde

**1) O Estado é responsável pela satisfação das necessidades da saúde das populações**

a) Integração dos serviços médicos da Previdência num sistema unificado de cuidados do Serviço Nacional de Saúde.

b) Definição de um estatuto homogéneo, unificado a nível nacional, para todos os trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde.

**2) Acesso de toda a população ao Serviço Nacional de Saúde em igualdade de condições**

a) Extensão dos benefícios do Serviço Nacional de Saúde a toda a população portuguesa que ainda não se encontre abrangida por qualquer esquema assistencial, incluindo-se neste número os retornados das ex-colónias;

b) Oficialização dos hospitais concelhios ainda dependentes das misericórdias;

c) Aumento do número de médicos policlínicos, no seu ano de serviço à periferia de modo a obter uma ampla cobertura nos pequenos concelhos do continente, Açores e Madeira, impossível de conseguir no passado;

d) Implantação progressiva dos centros comunitários da saúde, trave mestra do Serviço Nacional de Saúde.

**3) Integração das funções de promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação do Serviço Nacional de Saúde, com primado para a prevenção**

a) Integração dos cuidados preventivos, de diagnóstico, de terapêutica e de reabilitação, com a sua consequente implantação no meio social e laboral;

b) Intensificação das acções na assistência materno-infantil, medicina escolar, medicina desportiva, medicina no trabalho, educação sanitária, nos cuidados aos convalescentes e à terceira idade e à readaptação.

**4) Participação activa da comunidade nas actividades do Serviço Nacional de Saúde**

a) Criação das Administrações Distritais dos Serviços de Saúde, que vão permitir, a nível distrital, uma autonomia administrativa e de gestão e fazer a integração das múltiplas entidades prestadoras de cuidados de saúde, num sentido integrador, descentralizador e desburocratizante das administrações que ponha a política de saúde ao serviço das populações. Para o êxito desta polí-

tica considera-se fundamental a intervenção das organizações de populares de massa (sindicatos, ligas, comissões de moradores e de trabalhadores, organizações de mulheres);

b) Regulamento e dinamização das Comissões Integradoras dos Serviços de Saúde Locais (C. I. S. S. L.) por forma a assegurar uma efectiva participação das populações na concretização de uma política democrática de saúde.

## **5) Infra-estruturas e recursos humanos**

a) Reformulação dos cursos e carreiras dos técnicos dos meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica;

b) Garantia de pleno emprego para todos os trabalhadores da saúde, incluindo todos os retornados nacionais e pessoal a trabalhar em instituições particulares que deseje ingressar nos estabelecimentos oficiais e que para tal tenham as devidas habilitações;

c) Elaboração de um novo estatuto hospitalar com base na experiência de gestão democrática que se está vivendo nos nossos hospitais;

d) Revisão e unificação a nível nacional das carreiras dos profissionais da saúde;

e) Elevação do nível da qualidade dos hospitais distritais para o que serão abertos em breve os concursos para provimento dos seus quadros. Promover-se-á extensão progressiva dos internatos de policlínica e de especialidades a estes hospitais;

f) Beneficiação, reconversão, ampliação e criação de novos hospitais no continente e ilhas adjacentes, segundo um programa que no período do Plano Económico de Transição (1976-78) ascenderá a 4,8 milhões de contos, contribuindo assim de igual modo para o aproveitamento de mão-de-obra disponível no campo da construção civil;

g) Actuação na indústria farmacêutica e comercialização dos medicamentos, visando nomeadamente desenvolver a indústria nacional e reduzir a exageradíssima gama de produtos à venda e eventualmente os seus custos.

## **B — Segurança Social**

**1) Orientação básica correspondente a integrar progressivamente a previdência (à excepção da parte de saúde) e a assistência, num sistema de segurança social**

a) Eliminação do actual prazo de garantia (6 meses) para a atribuição das prestações pecuniárias e em especial dos benefícios imediatos;

b) Elevação de pensão mínima de invalidez e velhice do regime geral da Previdência de 1650\$00 para 2000\$00, elevação da pensão mínima de sobrevivência, e preparação da melhoria das pensões do regime especial dos rurais;

c) Preparação da revisão do esquema de benefícios de certos sectores, ainda parcialmente abrangidos (por exemplo; empregadas domésticas, vendedores ambulantes, engraxadores, etc.);

d) Revisão dos valores das pensões por doenças profissionais asseguradas pela Caixa de Doenças Profissionais, estreita ligação com as pensões asseguradas pelas companhias de seguros, prevendo medidas tendentes à sua articulação com as pensões da Previdência na perspectiva de um sistema integrado de Segurança Social;

e) Concessão de próteses e outros aparelhos complementares terapêuticos aos utentes do regime especial dos rurais nos mesmos moldes do regime geral;

f) Integração dos indivíduos inválidos e idosos não abrangidos por qualquer sistema de previdência no âmbito da protecção da acção médico-social;

g) Concessão, pela Previdência, de moratórias a pequenas e médias empresas em estreita colaboração com o I. A. P. M. E. I. (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais) e a banca tendentes a recuperar contribuições em atraso e a criar as condições favoráveis à sua recuperação económico-financeira. Publicação de legislação revolucionária que conduza ao pronto pagamento das contribuições à Previdência impedindo o aproveitamento dos dinheiros dos trabalhadores para fins ilícitos.

## **2) Protecção à infância e à mulher trabalhadora**

a) Alargamento para 90 dias de licença no período do parto para a mulher trabalhadora;

b) Apoio às iniciativas de criação de infantários, avaliação e transformação (quando necessário) dos existentes, e elaboração de um plano director para cobertura mínima do País, atendendo a:

1) zonas rurais, nomeadamente as cooperativas agrícolas;

2) zonas industriais de grande concentração de mulheres operárias;

3) zonas suburbanas onde seja maior a pressão das diversas carências (habitacional, sanitária, etc.);

c) Quanto ao enquadramento social das crianças e jovens iniciar-se-á, com experiência-piloto, a modificação da situação dos internatos de órfãos ou crianças e jovens vindas de famílias carecidas, garantindo a escolaridade em estabelecimentos normais, e aprendizagem em locais de trabalho e o ambiente familiar em unidades de dimensão humana;

d) Quanto à 3.ª idade lançamento de acções tendentes a renovar o enquadramento social de idosos e inválidos designadamente quanto a equipamento para idosos acamados em grandes centros urbanos, remodelação dos albergues distritais de mendicidade, fomento de centros de diagnóstico e serviços domiciliários e criação de lares e revisão quanto aos existentes;

e) Criação das condições para atribuição de assistência médica e medicamentosa gratuita à população de 65 e mais anos em situações económicas mais desfavorecidas, e estabelecimento de acordos de cooperação do sector da saúde com estabelecimentos para idosos inválidos;

f) Articulação com os sectores de habitação, transportes, trabalho e tempo livres com vista à concessão de regalias especiais e adequadas aos idosos.

## **C — Educação e investigação científica**

### **1) Ensino básico**

#### *a) Ensino Pré-Escolar*

Foi nomeada uma comissão interministerial (MEC/MAS) para estudo de um plano global coerente com vista à expansão da educação pré-escolar.

Pretende-se responder à dupla finalidade de carências da população trabalhadora e de necessidade de formação adequada de educadores de infância, prevendo-se a entrada em funcionamento das instituições a criar em Outubro.

#### *b) Reciclagem de Professores do Ensino Primário*

A acção de reciclagem de 35 000 professores do ensino primário terá lugar em Setembro e será feita em 2 turnos, estando a cargo de equipas a nível concelhio.

O objectivo é a sensibilização sociopolítica e pedagógica à função da instrução e da educação numa sociedade a caminho do socialismo.

### **2) Ensino secundário**

#### *a) Lançamento do 7.º Ano de Escolaridade (1.º Ano do Ensino Secundário Unificado)*

Trata-se do primeiro passo na unificação dos cursos gerais secundários pela implantação de uma via única, aberta sem distinção, quer aos que venham a ingressar na via activa quer aos que pretendem prosseguir estudos superiores. Esta via única vem substituir as vias paralelas (liceal e técnica, esta por sua vez compreendendo cursos paralelos) existentes, extremamente diferenciados e que impunham uma opção prematura, sendo socialmente discriminatória, além de pedagogicamente desactualizadas, administrativamente ineficientes e economicamente pouco rendíveis.

A unificação visa:

1) proporcionar uma preparação básica polivalente que evite as opções prematuras;



- 2) a integração da escola na região;
- 3) a unificação do estudo ao trabalho produtivo e da teoria à prática através de uma pedagogia concreta, activa e interdisciplinar;
- 4) a participação dos jovens como elementos transformadores na sociedade; e
- 5) a formação dos jovens interessados na resolução dos problemas nacionais e com espírito de solidariedade internacionalista.

As implicações (a curto e a médio prazo) do lançamento do 7.º ano de escolaridade são de natureza demográfica na rede escolar, na formação e recrutamento de professores e nos meios de ensino.

### **b) Reconversão do Ensino Nocturno**

1) Adopção das medidas transitórias para o próximo ano lectivo;

- a) alargamento da rede escolar;
- b) alterações curriculares;
- c) encurtamento da duração dos cursos técnicos nocturnos;
- d) medidas tendentes à valorização dos conhecimentos práticos dos trabalhadores-estudantes.

2) Lançamento de medidas de fundo:

Auscultação dos sectores profissionais interessados (sindicatos, associações de trabalhadores estudantes, organismos centrais e locais) que em conjunto projectam a reforma do ensino nocturno para vigorar no ano lectivo de 1976/77.

### **3) Ensino superior e investigação científica**

a) *Acesso ao ensino superior*

Está já elaborado um projecto de decreto-lei que visa criar condições de acesso ao ensino superior por parte dos trabalhadores e dos jovens provenientes das classes trabalhadoras. O critério de selecção que se define aponta claramente no sentido da correcção das desigualdades sociais, tão patentes neste domínio. Institui-se um ano de orientação que permitirá uma saída útil para os jovens candidatos ao ensino superior, enquanto não se criam as condições para um conveniente planeamento dos recursos humanos e não se lançam novas estruturas e tipos de ensino no âmbito do ensino secundário e do ensino superior. Pretende-se que este ano de orientação seja um ano de alto valor pedagógico para os estudantes candidatos ao ensino superior.

b) *Aproveitamento escolar*

Está já elaborado um projecto de decreto-lei que visa resolver os problemas levantados pela proliferação dos regimes de

avaliação do aproveitamento escolar, apontando para a uniformização dos critérios de avaliação, e garantir tanto a dignidade da função docente como a seriedade do próprio processo.

c) *Carreira Académica e Carreira Docente*

Está elaborado e posto à discussão nas escolas um anteprojecto de decreto-lei sobre a carreira académica e a carreira docente. Os objectivos que se pretendem atingir visam articular o sistema de promoção nas carreiras académicas e docente a todo o trabalho realizado pelos docentes universitários, estabelecer processos rigorosos de graduação de docentes, aproveitar completamente todos os recursos nacionais em pessoal altamente qualificado para as tarefas do ensino superior, criar uma consciência revolucionária entre os docentes com a instauração de um espírito de plena dedicação a todas as tarefas integradas na missão da universidade. Isto passa pela incentivação de docentes, trabalhando em regime de dedicação exclusiva e por uma nova definição do sistema de promoção e valorização académica e profissional dos docentes, o que implica que a noção tradicional de doutoramento não seja exclusiva com acesso à carreira docente.

d) *Reorganização do Ensino Médico*

Existe um projecto de decreto-lei de colaboração com o MAS que visa a redistribuição racional dos médicos hoje concentrados em hospitais centrais, contribuindo assim para progressiva cobertura sanitária de todo o País.

Neste sentido vão acções tendentes ao desenvolvimento do internato de policlínica nos hospitais distritais e a reformulação do internato das especialidades, permitindo aos futuros clínicos a diferenciação no sentido da medicina comunitária.

Consagra-se o princípio de que todos os hospitais centrais gerais têm por funções praticar assistência, educação médica a todos os níveis e investigação científica.

e) *Reorganização do ensino agrícola*

Foi criado um grupo de trabalho de colaboração entre o M. E. I. C. e o M. A. P., para a reorganização do ensino agrícola, que visa formar os técnicos necessários à efectivação da Reforma Agrária. Este grupo de trabalho definiu já os «Princípios básicos de cooperação entre o M. A. P. e o M. E. I. C.» e está presentemente a estudar as directrizes gerais do ensino agrário no País.

f) *Criação de novos cursos para-médicos*

Está em estudo a estruturação de um tronco comum de disciplinas médicas e para-médicas, que visa formar os técnicos

necessários a uma estrutura médica, com as suas indispensáveis infra-estruturas paralelas, no domínio das profissões para-médicas. Conscientes destas necessidades, de cuja satisfação resultará uma melhoria de operatividade da acção médico-sanitária no País, formaram-se grupos de acção pedagógica nas Faculdades de Medicina que estudaram o problema, por forma a inovar o ensino já no próximo ano lectivo.

g) *Universidade de Lisboa*

Vai constituir-se um grupo de trabalho para repensar a organização da estrutura universitária de Lisboa.

h) *Investigação científica e tecnológica*

Está elaborado um anteprojecto de decreto-lei que cria uma entidade que a nível nacional se ocupe dos problemas da investigação científica e tecnológica.

a) *Acção social escolar*

Está a ser elaborado um estudo que visa a reestruturação dos serviços de acção social escolar para o ensino superior.

**4) Ensino não formal**

a) *Alfabetização*

Considerando a alfabetização como uma peça fundamental de um processo de mobilização popular total e, assim, como parte integrante da revolução cultural, terá a alfabetização que estar ligada aos grandes programas nacionais. Os seus objectivos serão concienzializar, organizar, mobilizar, pretendendo ser o embrião de um sistema de educação permanente que irá relacionando, ao longo da execução do programa, os centros de alfabetização com a formação profissional e técnica.

Assim, o Programa Nacional de Alfabetização deverá ser lançado como uma das tarefas prioritárias da Revolução portuguesa.

O projecto de decreto-lei (que se junta ao Programa Nacional de Alfabetização) visa, através da criação do Conselho Nacional de Alfabetização, a montagem de uma estrutura a nível nacional (com órgãos centrais e regionais — a nível de distrito e concelho), que permita pôr em execução o Programa Nacional de Alfabetização. Para o Conselho Nacional de Alfabetização serão transferidas a competência e atribuições que competiam, nos domínios mencionados no projecto de diploma, à Direcção-Geral da Educação Geral Permanente.

## b) *Universidade Aberta*

Está em laboração um projecto de decreto-lei que visa pôr em funcionamento a Universidade Aberta.

## Habitação e obras públicas

### 1) Política de solos

O Governo entende que a propriedade privada dos terrenos não poderá constituir obstáculo à realização dos programas sociais de habitação, à resolução dos problemas urbanos de interesse colectivo, à criação ou promoção de emprego para as empresas de construção civil, ou à execução de quaisquer projectos de interesse público de nível nacional ou local.

Assim serão utilizados processos simplificados de expropriação, com base em legislação a promulgar a curto prazo, bem como um fundo de financiamento às autarquias e entidades expropriantes que será utilizado através de circuitos simplificados e desburocratizados.

No processo de expropriação de terrenos serão utilizados critérios que tendo como objectivo principal atender ao interesse colectivo e sobretudo das classes menos favorecidas, procurarão ressalvar os interesses dos pequenos e médios proprietários que utilizam o solo como suporte do seu trabalho agrícola, comercial ou industrial, ou de habitação permanente.

A estes proprietários só serão expropriados os terrenos verificada a impossibilidade de resolverem os programas de interesse público por outra forma, e receberão as indemnizações de uma só vez e por inteiro, podendo ser pagas em dinheiro ou em terrenos de valor equivalente.

Nas zonas urbanas de grandes carências habitacionais, de deficientes condições de vida urbana ou de maior crise de emprego, serão imediatamente expropriados os terrenos bem localizados que disponham já de infra-estruturas e que não estejam a ser utilizados para construção.

A disponibilidade de solos por parte do Estado, é condição indispensável à anulação das características monopolistas de promoção imobiliária das zonas urbanas e à substituição dos grandes proprietários de solos e das grandes empresas privadas na condução dos processos urbanos.

Neste sentido, o Governo passará a elaborar, com os órgãos de planeamento regional e local, um Programa Nacional de Expropriação de solos urbanos que será apoiado por um plano de financiamento anual e que terá por objectivo a progressiva e efectiva municipalização de solos.

## 2) Estrutura do sector

No âmbito da actividade industrial de construção civil e obras públicas, deverá garantir-se a coexistência de um sector estatal e de um sector privado.

As medidas preconizadas destinam-se a promover a reestruturação e racionalização de ambos os sectores, garantindo simultaneamente a continuidade do trabalho e outros tipos de apoio às pequenas e médias empresas do sector privado e às empresas públicas a criar.

A racionalização do sector privado, caracterizado pela existência de milhares de pequenas empresas com limitada capacidade produtiva, passará obrigatoriamente pelo agrupamento e associações das empresas por forma a constituírem unidades de produção de dimensão mais conveniente.

Para pôr em execução de uma forma coordenadora as diversas medidas que se propõem para reestruturação da actividade, torna-se absolutamente necessária a criação de um departamento que se ocupe especificamente dos problemas da construção civil, definir e centralizando competências que hoje se encontram muito dispersas.

### a) Medidas relativas ao sector estatal

1) Como medida imediata, é imprescindível a concretização da Comissão Liquidatária do passivo das empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, por forma a separar esse passivo, resultante da anterior actividade especulativa do sector produtivo, a fim de tornar possível a rápida activação da produção.

2) Outras medidas imediatas relativas às empresas nacionalizadas ou com a intervenção do Estado:

a) Coordenação da distribuição de trabalho, e de utilização da capacidade técnica, de mão-de-obra, parque de máquinas, etc.

b) Coordenação dos processos e circuitos de aquisição dos materiais de construção mais importantes.

c) Coordenação e integração do processo de comercialização dos fogos construídos para venda.

3) A partir das medidas imediatas definidas nos números anteriores e ainda da nacionalização das grandes empresas do sector, da intervenção do Estado ao abrigo do Decreto-Lei 660/74 e de situações de insolubilidade em relação à banca, serão constituídas:

a) Empresas públicas de construção civil e obras públicas, tendo em conta os seguintes factores:

— Para as empresas de obras públicas:

tipo de especialização das empresas

— Para as empresas de construção civil:

localização geográfica das empresas e necessidades a satisfazer na sua área de actuação.

b) Empresas públicas de comercialização dos materiais de construção mais importantes (cimento, aço, betão, etc.).

Assim, os membros indicados pelos três ramos das Forças Armadas e que constituem actualmente o Conselho da Revolução são: S. Ex.<sup>o</sup> o Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes. Pelo Exército, general Otelo Saraiva de Carvalho, general Pinto Soares, brigadeiro Franco Charais, brigadeiro Pezarat Correia, capitão Vasco Lourenço, Capitão Sousa e Castro, capitão Marques Júnior. Pela Armada, vice-almirante Pinheiro de Azevedo, vice-almirante Rosa Coutinho, capitão-de-mar-e-guerra Ramiro Correia, capitão-de-fragata Martins Guereriro, capitão-tenente Almada Contreiras, primeiro-tenente Miguel Judas. Pela Força Aérea, general Moraes da Silva, general Pinho Freire, major Canto e Castro, major Costa Neves, major Pereira Pinto, capitão Graça e Cunha.

Foi decidido que o actual Conselho da Revolução procederá com urgência à sua reestruturação, a qual será apresentada à próxima Assembleia do M. F. A.

O caso do major Vítor Alves, Melo Antunes e Costa Martins, em relação à sua posição no Conselho da Revolução, será estudado pelo próprio Conselho.

O ponto dois, da ordem de trabalhos que referiu as normas regimentais da Assembleia do M. F. A., não foi discutido e foi remetido para estudo do Conselho da Revolução.

Pelo primeiro-sargento Gil, do Exército, foi entregue à Assembleia um sabre de honra, que lhe foi dado para o M. F. A. pelas Forças Armadas da Hungria, durante a recente visita que fez àquele país.

A Assembleia decidiu entregar o sabre ao Museu Militar.

## DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (8/9/1975)

### — CENSURA MILITAR

Tendo-se analisado a situação no Regimento da Polícia Militar, o Conselho da Revolução deplora a atitude contra-revolucionária tomada por subunidades daquele regimento ao recusarem-se a embarcar para Angola, acompanhando tal acto de manifestações de rua gravemente atentórias de uma verdadeira disciplina revolucionária. Através do Estado-Maior do Exército e do Copcon vão ser tomadas as necessárias medidas disciplinares. Foi aprovada legislação em que é proibida aos órgãos de comunicação social a divulgação de relatos ou notícias de quaisquer acontecimentos ocorridos em unidades ou estabelecimentos militares ou que se reportem a tomadas de posição, individuais ou colectivas, de militares, bem como a divulgação de quaisquer comunicados, moções ou documentos de idêntica natureza relativos aos acontecimentos ou tomadas de posição atrás referidas, salvo se provenientes das seguintes entidades: Presidente da República, Conse-

lho da Revolução, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe do Estado-Maior do Exército, chefe do Estado-Maior da Força Aérea e comandante operacional do Continente.

Na mesma lei são estabelecidas as sanções aplicáveis em caso de infracção.

Foi também aprovado que, de futuro, apenas aos membros do Conselho da Revolução será permitido conceder entrevistas aos órgãos de comunicação social.

Foi apresentado um projecto de reestruturação interna do Conselho da Revolução e da Assembleia do M. F. A., cujo estudo foi cometido a uma comissão presidida pelo capitão Vasco Lourenço e constituída por dois representantes de cada um dos ramos, a nomear pelo respectivo chefe do Estado-Maior, e que será presente ao Conselho da Revolução em próxima reunião.

Analisada a situação dos majores Melo Antunes, Vítor Alves e Costa Martins, foi pelo Conselho da Revolução considerado que os mesmos dele fazem parte.

Pelo Presidente da República foi anunciado ao Conselho da Revolução a insistência do general Pinto Soares na sua não continuação no Conselho da Revolução.

Pelo almirante Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro indigitado, foi feito ao Conselho da Revolução um relato das diferentes diligências em curso para a formação do Governo.

O Conselho da Revolução analisou as últimas e graves declarações vindas a público, por parte de elementos responsáveis do P. P. D., encarregando uma comissão de estudar pormenorizadamente o assunto.

## COMUNICADO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (8-9-75)

«Reuniu hoje o Conselho da Revolução, sob a presidência do Presidente da República, general Costa Gomes.

Tendo-se analisado a situação no Regimento da Polícia Militar, o Conselho da Revolução deplora a atitude contra-revolucionária tomada por subunidades daquele Regimento ao recusarem-se a embarcar para Angola, acompanhando tal acto de manifestações de rua gravemente atentatórios de uma verdadeira disciplina revolucionária. Através do E. M. E. e do COPCON vão ser tomadas as necessárias medidas disciplinares. Foi aprovada legislação em que é proibida aos órgãos de comunicação social a divulgação de relatos ou notícias de quaisquer acontecimentos ocorridos em unidades ou estabelecimentos militares ou que se reportem a tomadas de posição, individuais ou colectivas, de mili-

tares, bem como a divulgação de quaisquer comunicados, moções ou documentos de idêntica natureza relativos aos acontecimentos ou tomadas de posição atrás referidas, salvo se provenientes das seguintes entidades: Presidente da República, Conselho da Revolução, C. E. M. G. F. A., C. E. M. A., C. E. M. E., C. E. M. F. A., e COPCON.

Na mesma lei são estabelecidas as sanções aplicáveis em caso de infracção.

Foi também aprovado que, de futuro, apenas aos membros do Conselho da Revolução será permitido conceder entrevistas aos órgãos de comunicação social.

Foi apresentado um projecto de reestruturação interna do Conselho da Revolução e da A. M. F. A., cujo estudo foi cometido a uma comissão presidida pelo capitão Vasco Lourenço e constituída por 2 representantes de cada um dos ramos, a nomear pelo respectivo C. E. M. e que será presente ao Conselho da Revolução em próxima reunião.

Analizada a situação dos majores Melo Antunes, Vítor Alves e Costa Martins, foi pelo Conselho da Revolução considerado que os mesmos dele fazem parte.

Pelo Presidente da República foi anunciada ao Conselho da Revolução a insistência do general Pinto Soares na sua não continuação no Conselho da Revolução.

Pelo almirante Pinheiro de Azevedo, Primeiro-Ministro indigitado, foi feito ao Conselho da Revolução um relato das diferentes diligências em curso para a formação do Governo.

O Conselho da Revolução analisou as últimas e graves declarações vindas a público, por parte de elementos responsáveis do P. P. D., encarregando uma comissão de estudar pormenorizadamente o assunto.»

## Lei restritiva de notícias militares

«A crise que recentemente envolveu o processo político português deu a conhecer, uma vez mais e de maneira particularmente clara, a pesada responsabilidade que aos órgãos de comunicação cabe na elucidação e esclarecimento da opinião pública. No entanto, a referida crise revelou também que nem sempre tais órgãos desempenham o seu importante papel de maneira clara e responsável.

Já o plano de acção política — produzido numa conjuntura política que não era ainda tão grave como a que ora se vive — se referia à Informação exprimindo a necessidade e o desejo de que ela fosse ao mesmo tempo verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o povo, e não excitando-o e confundindo-o, como até agora, por vezes, tem sido praticado.

O presente diploma não pretende atentar, minimamente que seja, contra o legítimo pluralismo das opiniões. O que se pretende é prevenir as actuações que visam atingir a coesão, a disciplina



e a dignidade das Forças Armadas. É que tais actuações, para além de provocarem confusão e alarme na opinião pública produzindo na população quebras de ânimo e confiança, causam nas próprias fileiras das Forças Armadas situações altamente perniciosas, cavando fossos onde eles não existem e explorando artificialmente legítimas divergências de opinião. Tais actuações, em suma, servem de instrumento àqueles que tentam minar a unidade das Forças Armadas, as quais, hoje mais do que nunca, terão de garantir a independência nacional e servir a Revolução.

Nestes termos:

O Conselho da Revolução, no uso da faculdade conferida pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, decreta e eu promulgo a Lei Constitucional seguinte:

### ARTIGO 1.º

1. É proibida aos órgãos de comunicação social a divulgação de relatos ou notícias de quaisquer acontecimentos ocorridos em unidades ou estabelecimentos militares ou que se reportem a tomadas de posição, individuais ou colectivas, de militares.

2. É igualmente proibida a divulgação de quaisquer comunicados, moções ou documentos de idêntica natureza relativos aos acontecimentos ou tomadas de posição referidas no número anterior, salvo se provenientes de uma das seguintes entidades:

- a) Presidente da República
- b) Conselho da Revolução
- c) Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
- d) Chefe do Estado-Maior da Armada
- e) Chefe do Estado-Maior do Exército
- f) Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
- g) Comandante do COPCON

### ARTIGO 2.º

1. As infracções ao disposto no artigo anterior serão punidas com suspensão de um a dez dias ou, tratando-se de publicação não diária, de um a 40 dias.

2. As sanções a que se refere o número anterior serão aplicadas por resolução do Conselho da Revolução, sendo obrigatória a audiência prévia do director do órgão de comunicação.

3. A aplicação destas sanções não prejudica o apuramento da responsabilidade civil e criminal nos termos da legislação em vigor.

### ARTIGO 3.º

Esta lei entra imediatamente em vigor.»

## COMUNICADO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (11-9-75)

«Foi aprovada uma proposta de reestruturação do C. R. cujos princípios respeitam a plataforma de Acordo Constitucional com os partidos e remete para as assembleias dos ramos respectivos a indicação dos seus representantes, ficando assente que o Conselho da Revolução é constituído por 19 membros, incluindo o Presidente da República, que preside.

«Sob proposta do Gabinete de Angola da Presidência da República foi aprovado que uma comissão de 3 membros do C. R., um de cada ramo, se desloque a Angola após a formação do Governo, a fim de informar os militares das Forças Armadas Portuguesas sobre a situação portuguesa e suas perspectivas de evolução.

«Pelo almirante Pinheiro de Azevedo, 1.º Ministro indigitado, foi exposto o estado actual das diligências para a formação do Governo, tendo o C. R. apreciado com agrado a evolução das mesmas.

«A propósito de notícias e afirmações públicas sobre um possível regresso a Portugal do ex-general Spínola, o C. R. considera conveniente esclarecer que o ex-general continua a ser considerado como inculpado no golpe contra-revolucionário de 11 de Março, pelo que, se regressar a qualquer território sob administração portuguesa, será preso e aguardará julgamento em tribunal militar revolucionário, nas mesmas condições em que se encontram outros militares cujo grau de culpabilidade no abortado golpe de 11 de Março será provavelmente inferior».

### PROGRAMA DO VI GOVERNO (14/9/1975) — PINHEIRO DE AZEVEDO AO PAÍS

A Nação tem seguido o desenvolvimento dos últimos acontecimentos político-militares com apreensão, plenamente justificada pela difícil conjuntura política, social e económica em que nos encontramos.

Movimentamo-nos dentro deste processo revolucionário complexo, semeado de dificuldades, e há largos meses que não temos conseguido encontrar as soluções mais adequadas para a resolução de todos os graves problemas com que nos deparamos.

Nomeado pelo Presidente da República, por decisão do Movimento das Forças Armadas, para o cargo de Primeiro-Ministro, de imediato iniciei contacto com as forças políticas mais representativas dos interesses do povo português.

As conversações efectuadas entre mim, na qualidade de Primeiro-Ministro indigitado, e os partidos políticos e a ajuda sempre presente do Presidente da República, general Costa Gomes, foram, naturalmente, demoradas e árduas, e é com satisfação que posso, hoje, anunciar ao País que se conseguiu o acordo do Partido Socialista, Partido Comunista e Partido Popular Democrático sobre o programa político do VI Governo Provisório. É esse programa político que passo a apresentar.

Em momento grave da vida nacional, o VI Governo Provisório considera prioritário resolver a crise que a sociedade portuguesa atravessa, indo ao encontro das aspirações mais profundas do povo. Para tanto importa resolver os problemas concretos do plano político, económico e social.

O apoio dos principais partidos políticos e do M. F. A. ao VI Governo permitirá o êxito da sua política, êxito este que contribuirá para a consolidação da aliança entre o povo e o Movimento das Forças Armadas, necessário ao sucesso da Revolução Portuguesa.

O VI Governo Provisório pautará a sua acção pelos princípios seguintes:

- Independência nacional;
- Socialismo e pluralismo democrático;
- Defesa intransigente dos interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral, com particular atenção para situação das camadas mais desfavorecidas;
- Defesa e respeito das liberdades democráticas;
- Defesa da Revolução e das suas conquistas;
- Reforço da democracia local e regional;
- Defesa da paz internacional e da cooperação com todos os povos;
- Prosseguimento consequente da descolonização;
- Respeito pela plataforma de acordo constitucional;
- Exercício de uma autoridade revolucionária firme.

Cada um dos princípios atrás enunciados deve ser interpretado à luz dos documentos programáticos do Movimento das Forças Armadas: programa, plataforma de acordo constitucional e plano de acção política.

No momento presente, alguns destes princípios levantam na sua prática problemas mais agudos ou exigem atenção mais cuidada. Tais são os que se prendem com as conquistas democráticas e com a defesa da Revolução, quando as forças contra-revolucionárias se propõem, com o recurso à violência e ao terrorismo, o regresso ao fascismo. A neutralização deste perigo e o combate a estas forças passam hoje, mais que nunca, pelo exercício de uma autoridade democrática firme e forte, capaz de garantir em toda a extensão do território nacional a paz, a ordem pública, as liberdades democráticas e o respeito pela vida e bens dos cidadãos.

É preciso que exista e seja respeitada uma ordem democrática, sinónimo de esperança e justiça, garantia de que se é escutado, não se tolerando a demissão das autoridades. São condições para

tanto não tolerar a demissão da autoridade revolucionária democrática e dos seus agentes, bem como garantir os meios para o eficaz exercício das suas funções. Em termos de Governo, isto significa que o Primeiro-Ministro disporá de instrumentos eficazes para o exercício do Poder, tendo à sua disposição forças capazes de cumprir com disciplina e sacrifício, comprometendo-se as forças políticas progressistas a apoiar o exercício da autoridade e a combater a sua contestação.

O prosseguimento da descolonização total e completa de Angola e Timor tem levantado, na sua última fase, agudíssimos problemas de reintegração na vida colectiva e de apoio aos retornados, que deverão ter pronta resposta por parte do Governo.

O objectivo geral do VI Governo Provisório é avançar, realisticamente, no caminho da construção da democracia e do socialismo. São objectivos a curto prazo que decorrem da conjuntura política, económica e social. Estabelecimento da paz, tranquilidade e ordem públicas e respeito pela legalidade; consolidação das conquistas da Revolução; consolidação das instituições democráticas, com pleno reconhecimento das liberdades fundamentais; resolução dos problemas mais agudos levantados pelo desemprego, pelas injustiças económicas e sociais, pelo retorno maciço dos portugueses das ex-colónias e pela necessidade de vencer a crise económica e financeira e a batalha da economia.

O respeito pelos princípios e prossecução dos objectivos geral e a curto prazo, que atrás ficaram indicados, passam pelo cumprimento das seguintes tarefas:

— Reforçar a autoridade do Governo, que pretende ser intérprete da vontade maioritária do povo português pela eficiência e disciplina das forças necessárias ao seu exercício.

— Defender a ordem e a legalidade democrática e assegurar, de imediato, o exercício das liberdades em todo o território nacional.

— Combater as actividades contra-revolucionárias qualquer que seja a sua origem.

— Garantir o funcionamento da Assembleia Constituinte.

— Garantir a aplicação do princípio da legalidade no saneamento e impedir forças arbitrárias de saneamento ou de discriminação que tenham por base lutas interpartidárias e reparar eventuais injustiças decorrentes de não terem sido observados estes princípios.

— Descentralizar a vida político-administrativa iniciando projectos de reordenamento do território e tendo em especial atenção a urgência e as particularidades da situação dos arquipélagos dos Açores e Madeira.

— Proceder a uma revisão geral da situação existente nas autarquias locais e substituir, em prazo razoável, as comissões administrativas ilegalmente constituídas opostas à vontade democrática das populações ou de cuja acção tenham resultado inconvenientes para a vida local, de forma a assegurar uma gestão

eficiente e fortalecer o apoio das populações aos órgãos da administração local.

— Assegurar a não discriminação de política ideológica, uma convivência pluralista e a isenção partidária no aparelho do Estado, nas empresas nacionalizadas e nos organismos de reforma agrária, corrigindo abusos eventualmente praticados.

— Assegurar o pluralismo nos meios de comunicação social dependentes do Estado.

— Intensificar o processo de democratização da cultura e do ensino, tanto no plano social como no das instituições.

— Velar pelo respeito da democracia na vida sindical.

— Tornar mais eficiente os serviços de investigação e prevenção criminal e criar condições para que os tribunais exerçam mais prontamente o seu poder. Assegurar o julgamento num prazo máximo a estabelecer dos processos de todos os presos políticos, civis e militares.

O julgamento dos ex-pides e legionários far-se-á de acordo com a legislação já publicada pelo Conselho da Revolução.

— Publicar legislação severamente punitiva de grupos civis armados.

— Prosseguir o processo de descolonização de Angola e Timor com salvaguarda dos legítimos interesses dos portugueses radicados nos vários territórios e dos retornados das ex-colónias.

— Desenvolver uma política externa de independência nacional que, respeitando os compromissos internacionais assumidos, liberte o País progressivamente de tutelas económicas ainda existentes através da diversificação equilibrada dos acordos de comércio externo.

— Concluída a nacionalização dos sectores básicos da economia, estruturar o sector público e económico nacionalizado, conferindo-lhe dinamismo e eficiência, designadamente o sector bancário, criando-se condições para o planeamento da economia e o funcionamento eficaz das actividades produtivas.

— Prosseguir na reforma agrária, reforçando o crédito e o apoio técnico às explorações e impedindo-se as situações e acções que possam dificultar a sua execução, e fomentar a produção agrícola e de outros bens alimentares.

— Delimitar os domínios de actividade dos sectores económicos público e privado, com definição de garantias e incentivos que permitam a reanimação deste último sector, apoiando-se ao mesmo tempo eficazmente às pequenas e médias empresas.

— Criar condições de confiança que permitam captar as poupanças e a sua canalização para o sistema produtivo, designadamente a poupança dos emigrantes e estabelecer garantias de indemnização para as pequenas poupanças investidas nos sectores nacionalizados.

— Controlar as actividades dos agentes económicos estrangeiros no domínio dos investimentos directos, financiamentos e transferências de tecnologia, através da elaboração de um estatuto dos investimentos estrangeiros.

— Executar uma política expansionista de investimentos públicos, em especial daqueles com maior incidência na criação de empregos e na balança de pagamentos e adoptar medidas de emergência para os sectores em crise.

— Organizar e controlar o comércio externo, reforçar as relações comerciais com todos os países e designadamente com a E. F. T. A. e o Mercado Comum e expandir as relações com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo, de forma a conseguir-se a redução de défices da balança de pagamentos e o financiamento dos grandes projectos de investimento público.

— Adoptar medidas de restrição dos consumos supérfluos e sumptuários e lançar uma campanha de austeridade no consumo de energia.

— Definir uma política de preços e rendimentos capaz de assegurar a reanimação da actividade económica e a defesa e a melhoria do nível de vida das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas da população, assegurando-se ainda a protecção, no quadro da segurança social, dos pequenos empresários forçados a cessar a actividade devido às reformas económicas.

Estes os princípios e os objectivos que orientarão o VI Governo Provisório.

Acredito sinceramente que se trata de uma saída para a grave crise política que o País atravessa.

Insisto que não se trata de um Governo de coligação mas sim de um Governo de unidade de acção de determinadas forças políticas baseada numa plataforma comum.

Penso que se encontram removidos os principais obstáculos. Encontramo-nos agora na fase de estruturação do Governo, a qual contém algumas dificuldades, embora menores e de natureza diferente, e espero, no princípio da semana, apresentar ao País a composição do elenco governamental.

Termino afirmando que, por mim, tudo farei para que os portugueses encontrem os caminhos da justiça social, da liberdade, do progresso, da felicidade.

## **COSTA GOMES NA TOMADA DE POSSE DO VI GOVERNO (19/9/1975)**

«Fechamos hoje um período crítico da nossa revolução. As crises têm sempre saldos negativos, em descrença, em angústia, em dúvida, em erosão da sanidade económico-financeira do Estado e até em erosão de figuras e soluções políticas.

Deixarei aqui uma referência à capacidade de trabalho e abnegação dos responsáveis do V Governo.

Poderemos discutir os objectivos que prosseguiram, como Governo de gestão de duração delimitada.

Não regatearam esforços, militância e coragem. A luz das realidades consequentes nos revelará o seu verdadeiro perfil projectado em termos de eficácia revolucionária.

Neste preciso momento político, ser Governo não é tarefa simples.

A nossa sociedade não está ainda adaptada a um estilo novo de vivência em liberdade.

A mutação brusca provocada pelo 25 de Abril fez irromper uma multidão de forças e fraquezas, de entusiasmo e angústias, de verdades e mitos.

A sedimentação estável de tantos factores sociais antagónicos não está feita, e as características salientes da nossa sociedade de hoje são a sua hipersensibilidade e confusão perante o fenómeno político.

Nesta situação, todas as decisões de um governante são sempre urgentes e marcadas por um risco político importante.

A inspiração, o talento e a decisão são agora mais importantes do que a prudência e os estudos exaustivos de cada situação.

A batalha económico-financeira e a consolidação das conquistas revolucionárias alcançadas são as coordenadas fundamentais neste momento do processo em curso.

Autoridade, estabilização social, relançamento da economia, paz, segurança, ordem e liberdade são anseios profundos do povo português, cuja vontade é soberana.

A defesa das classes desfavorecidas exige de todos o maior pragmatismo e a coerência das atitudes mais construtiva.

Porque o aspecto sociológico das afirmações anteriores é uma evidência, muitos desejaram crer que seria simples a formação deste VI Governo.

Não foram simples as negociações com os partidos políticos até à redacção de um programa de definição política.

Registemos aqui a actividade notável, a incansável persistência do senhor almirante Pinheiro de Azevedo, que partiu da fecunda originalidade de obter esta plataforma prévia de compromisso pluripartidário.

Também não foi simples a fase seguinte, de definição da estrutura governamental e de distribuir Governos e mudar personalidades pelos postos governamentais.

Só depois foi possível entrar na concretização das personalidades havidas como melhores para o desempenho de funções governativas em situação tão espinhosa.

Debelada esta crise, sinto ainda o clamor dos impacientes políticos que entenderiam fácil alterar Governos e mudar personalidades e órgãos em termos simplistas.

Foi longa a obtenção de uma muito ponderada solução capaz de mobilizar a vontade da maioria do povo português.

Temos de construir um Portugal socialista com dimensão tão ampla que nele caibamos todos os portugueses, defendendo no percurso as classes mais desfavorecidas até à sociedade sem classes.

Durante o percurso, que é longo, espera-nos mais trabalho do que palavras, mais realismo do que idealismo, mais objectivismo do que subjectivismo.

As revoluções são fenómenos concretos, emanações de povos reais que existem em termos mutáveis, mas com vontade própria.

Finalizo com uma declaração de esperança no povo português, cujo instinto político admiro e cuja vontade respeito.

Eu, o Conselho da Revolução e o novo Governo vamos trabalhar dedicadamente para merecer a confiança do povo que também somos.

Socialismo é trabalho. Vamos todos trabalhar rumo ao socialismo.»

### **Pinheiro de Azevedo**

Todos temos consciência da situação de justificado descontentamento que envolve amplas camadas desfavorecidas da população e da consequente perturbação política e social, que, habilmente aproveitada por forças contra-revolucionárias, põe em perigo o processo revolucionário e as conquistas tão duramente alcançadas pelo povo português.

E sabemos que se torna imperioso encontrar solução para os problemas que nos afectam: ordem pública, autoridade, disciplina e coesão das Forças Armadas, descolonização, economia, relações externas.

Herdámos do regime anterior ao 25 de Abril um País pobre, corrompido, dependente do estrangeiro.

Alguns milhões de contos que existiam no Banco de Portugal, pouca ajuda prestam quando um povo se defronta com o analfabetismo, a miséria dos campos, a difícil situação das pescas, a ausência de serviços públicos minimamente satisfatórios, a fragilidade da indústria, a exploração das classes trabalhadoras, a tristeza e o luto das guerras coloniais.

Iniciámos em 25 de Abril um caminho longo e difícil.

Não é fácil descolonizar territórios onde, na sequência de exploração colonial, a guerra se travou asperamente durante 14 anos.

Não é fácil substituir um sistema económico monopolista e latifundiário por uma economia ao serviço de todo o povo português.

Não é fácil percorrer os caminhos da independência nacional.

São tarefas que exigem lucidez, serenidade, firmeza, determinação, unidade.

Uma revolução socialista constrói-se, dia a dia, com a participação de todos os que se encontram num horizonte comum de liberdade, de dignidade humana, de justiça social.

Como o senhor Presidente da República, também eu rejeito a social-democracia, como objectivo final da Revolução.



Pretendo incluir-me num esforço conjunto, consciente e responsável, centrado na edificação da República Socialista Portuguesa.

Os sectarismos, os oportunismos, as fugas às responsabilidades, por parte de organizações e entidades, que se têm registado, não serão tolerados, e, de imediato, os desmascararei perante a Nação.

Torna-se necessário construir, desde já, um clima de ordem pública e de respeito pela autoridade.

Não me refiro a uma ordem qualquer, a uma autoridade qualquer.

A ordem democrática e autoridade revolucionária são imprescindíveis para, com serenidade e firmeza, se consolidarem as vitórias do povo português, repensando a revolução, reformulando os serviços, melhorando a vida do homem e da colectividade.

Defendemos a via do socialismo e da democracia pluralista para atingirmos a sociedade socialista.

O que exige uma clara e firme direcção política.

Admitimos partidos que defendam a social-democracia, com os quais consideramos ser necessário e útil colaborar, sem no entanto lhes permitir tomar a direcção política do processo revolucionário.

Permitimos outros partidos capitalistas definindo-os, desde já, como oposição ao socialismo que pretendemos, e não transigindo com acções contra-revolucionárias.

Veremos com satisfação a convergência das forças socialistas num projecto consequente de transformação da sociedade portuguesa.

As Forças Armadas, onde se iniciou a revolução, encontram-se perturbadas com a complexa situação política e, ultimamente, com procedimentos menos correctos da parte de alguns militares, e terão de reencontrar rapidamente o necessário equilíbrio.

A coesão do M. F. A. e a disciplina das Forças Armadas são factores fundamentais que determinam o sucesso ou a derrota da revolução.

Coesão obtida num real e eficiente entendimento político.

Disciplina consciente, responsável, que permita dar resposta ao que a Nação exige das actuais Forças Armadas, e muito sabemos ser.

Nos últimos tempos, por razões várias, houve uma real degradação da situação político-militar.

Todos os homens honestos deste país, militares ou civis, devem analisar o que foi feito, sem anátemas nem agressões estéreis, e reencontrar os caminhos da unidade revolucionária, na construção de uma sociedade justa e independente, onde viver, seja um contínuo exercício de dignidade humana.

Estou certo que o povo português, em cujas reais qualidades confio inteiramente, estará à altura do desafio da história.

Em Angola e Timor passámos por uma fase muito difícil de um processo de descolonização que, é preciso não esquecer, cons-

titui, na globalidade, uma das concretizações de maior mérito da revolução portuguesa.

Procuraremos, com decisão, garantir aos povos angolanos e timorense o acesso à independência, à liberdade e ao progresso porque tanto lutaram, evitando, sempre que possível, mais sacrifícios e mais dor.

Aos nossos compatriotas que honestamente trabalharam durante gerações nas ex-colónias, asseguramos que tudo faremos para salvaguardar os seus legítimos interesses, e que os acompanharemos com total fraternidade nas horas difíceis que estamos sofrendo, procurando solucionar os problemas concretos com que se debatem.

Aos camaradas que durante as trágicas guerras coloniais se viram diminuídos física e psiquicamente, asseguro que tudo farei para que seja possível enriquecer o País com o contributo válido que as suas potencialidades asseguram.

Para os nossos compatriotas emigrantes, trabalhadores que sofreram a humilhação máxima de serem obrigados a abandonar a terra onde nasceram, para garantir condições mínimas de vida às suas famílias, vai a nossa profunda identificação com o patriotismo que em todas as circunstâncias e de forma inequívoca sempre demonstrarão. Contamos convosco e sabemos que estão solidários com os objectivos da Revolução Portuguesa.

Um as palavras finais, que considero de extrema importância referentes ao VI Governo Provisório a que tenho a honra de presidir.

É um Governo que tem o mérito de procurar, num determinado momento histórico, encontrar a saída para uma grave crise política, económica e social, através de uma definição política conjunta dos três principais partidos políticos.

Não é um Governo de coligação de partidos, mas sim um Governo de unidade, obtida no desenvolvimento e concretização das medidas aprovadas.

Acredito que o patriotismo, a lucidez, a real capacidade de todos os elementos que compõem o VI Governo Provisório se afirmarão ao longo do tempo e justificarão as esperanças que o povo português neste momento em nós deposita.

Ao senhor Presidente da República, general Costa Gomes, companheiro de luta desde o primeiro dia da Revolução, quero manifestar a minha profunda estima e reconhecimento pelo empenho e pela ajuda preciosa que me dispensou, e que permitiram ultrapassar as dificuldades e constituir o VI Governo.

Por mim, com humildade revolucinária, mas com toda a firmeza, declaro que tudo farei para corresponder à confiança que me concederam os camaradas do M. F. A., e lutarei para resolver os problemas concretos que aflijam ou ameace a nossa pátria.»

DOCUMENTOS  
EM APÊNDICE

## COMUNICAÇÃO DE VASCO LOURENÇO

### À ASSEMBLEIA DO EXÉRCITO

(publicada no n.º 15 de «O Jornal» — 8-8-75)

Uma prova de que nós temos vindo a ser incoerentes, ou melhor, temos vindo a dizer uma coisa e a fazer outra (pelo menos alguns) foi o que se passou na última A. M. F. A.

Na mesma Assembleia em que é aprovado o P. A. P. (aprovado por unanimidade no Conselho da Revolução), o Primeiro-Ministro apresenta um documento de análise política, em que são propostas certas medidas, e que é aprovado na generalidade pela Assembleia do M. F. A. Pois esse documento tem fortes contra-dições em problemas de fundo, com o P. A. P.

Pergunto: Porque apresentou o Primeiro-Ministro um projecto em muitos aspectos antagónico ao P. A. P., com o qual concordara há dias e viria a ser aprovado? Porque aprovou a A. M. F. A., no mesmo dia, dois documentos que, em muitos pontos fundamentais, se contradizem?

Parece-me que temos é que passar a ser coerentes connosco próprios e, de uma vez para sempre, saber com que linhas nos cosemos...

Perguntaram se temos medo dos partidos (Partido Comunista e Partido Socialista).

Evidentemente que ter medo dos partidos me parece que o M. F. A. não deve ter, não tem e está farto de mostrar que não tem.

Considerar que os dois são indispensáveis para esta revolução, também, ao fim de muitas análises, já se chegou à conclusão que sim.

Perguntaram também que controvérsia havia à volta da imagem do M. F. A.

Aí temos um dos pontos de controvérsia mais fortes: *o da imagem do M. F. A.*

E o do «controle» que existe sobre o M. F. A. (ou pelo menos há muitos dados objectivos disso) com o qual se quer terminar e a que se opõem.

Temos de ver se se consegue neste país, e de uma vez para sempre, colocar o Partido Comunista Português, no seu devido lugar...

—E o Partido Socialista? (diz alguém da assistência).

Um momento, se faz favor! Uma coisa que não admito a ninguém, é que tentem insinuar que eu tenho qualquer ligação com o Partido Socialista e muito menos com a prática que, em muitos casos, tem mantido ao longo do processo. Estou farto de o demonstrar e, portanto, esta pergunta, ou melhor, esta insinuação, não a admito a ninguém. Há que saber ver o que é e onde

está o verdadeiro M. F. A. O M. F. A. é de esquerda e o facto de não permitir «contrôle» por parte do Partido Comunista Português não significa adesão ou ligação com o Partido Socialista. Não admito a ninguém insinuações dessas...

Portanto, estava eu a dizer que, de uma vez para sempre, há que ver se se põe o Partido Comunista Português no seu devido lugar e há também que ver se se transforma o Partido Socialista num partido revolucionário, porque ele ainda não percebeu que nós estamos numa revolução. E quando conseguirmos fazer estas duas coisas, a revolução irá, efectivamente, para a frente, no caminho certo que nós pretendemos.

Agora, é preciso é *querer fazer as duas*.

Andamos a ver se tal se consegue.

O Partido Comunista Português terá que passar a ser um partido aberto, sem estruturas clandestinas, alargar as suas bases, actuar às claras e não pretender, desde já, controlar todo o processo e muito menos fazê-lo acobertado pelo M. F. A.

O Partido Socialista terá que ser um partido revolucionário, perceber que estamos a fazer uma revolução e deixar de pretender resolver tudo através do eleitoralismo e parlamentarismo. Teremos que conjugar, mas conjugar mesmo, na prática, os dois processos: o revolucionário, em primeiro lugar, e o eleitoralista.

Está claro que dentro do Conselho da Revolução tem que haver divergências. É o caso, por exemplo, do problema concreto de parte da população se estar a afastar do M. F. A. Quando, pelo conhecimento que lhes é dado através de camaradas espalhados ao longo do País, determinados membros do Conselho da Revolução põem o problema de que, neste momento, fortes camadas do povo português, não estão já com o M. F. A., camadas bem unitárias desse povo, do povo que é necessário conquistar para a revolução, a qual é deles antes de mais ninguém, e que infelizmente, cada vez menos estamos a conquistar, pois logo outros membros do Conselho da Revolução, altamente responsáveis no mesmo, dizem que o povo continua com o M. F. A., que não há necessidade de o reconquistar. Pois logo aí há divergências. Divergências profundas e porquê? Porque determinados indivíduos acham que é necessário encontrar os meios, na prática, para conquistar o povo para a revolução e outros não.

É incómodo, portanto, que das camadas que se considera de conquistar, trazer para a revolução a pequena burguesia. Estamos convencidos de que se não conseguirmos conquistar, pelo menos durante bastante tempo, o operariado, o campesinato, a pequena burguesia e alguns sectores da média, a revolução portuguesa não terá possibilidades de singrar. Pois quando se põem estes problemas, quando se diz que há que encontrar fórmulas para conquistar o povo para a revolução portuguesa, porque ele está a afastar-se dela cada vez mais..., eles respondem que não! Que o povo continua com a revolução! Pois aí há fortes divergências!...

Sacrificar os trabalhadores? De maneira nenhuma! A revolução é essencialmente deles. Não podemos, portanto, sacrificá-los.

Agora, eu não tenho dúvida nenhuma de que se não conseguirmos também conquistar a pequena burguesia para a revolução, não vamos lá só com os trabalhadores, até porque muitos deles já ganharam, na sociedade de consumo que existia e existe ainda em Portugal, hábitos nitidamente burgueses.

Portanto, o problema, que se põe aqui, exemplifica-se quando, por exemplo, a Comissão Política do Conselho da Revolução utilizando uma linguagem autenticamente de esquerda, vai à RTP defender a luta de classes, quando defende a participação activa das bases, quando diz inclusivamente que a aliança povo-M. F. A. vai ser um teste à capacidade dos partidos que dizem defender as classes exploradas neste País, quando, portanto (é natural que houve uma «pesada» ou outra, eu por exemplo falei lá em 20 ou 30 anos e disseram que era desmoralizador, pois oxalá que nós dentro dos próximos 20 ou 30 anos tenhamos, efectivamente, alcançado aquela cúpula da organização agora aprovada, mas se foi desmoralizador ali, pois reconheci que sim, que foi desmoralizador para algumas camadas trabalhadoras), mas, como dizia, quando isso se passa e determinado sector político vem atirar para os jornais que a linguagem utilizada foi direitista e confusionista, eu de facto não percebo!

Pois todas as indicações que tenho obtido, os chamados «partidos esquerdistas», aceitaram perfeitamente a linguagem... Falei pessoalmente com dirigentes de alguns desses partidos que aceitaram que a linguagem tinha sido de esquerda, apontando um pormenor ou outro com que não tinham concordado. Pois há de facto um partido, ou melhor, uma corrente partidária, que não gostou nada, porque, efectivamente, é um partido que defende uma maneira de condução do processo da cúpula para as bases, com a qual pessoalmente não concordo. Não gostaram que a Comissão Política do Conselho da Revolução (na minha opinião) fosse para a RTP defender a participação alargada e activa das bases na resolução dos seus problemas. E atacaram-nos...

Está claro, quando estes problemas são levados para o seio do Conselho da Revolução, e inclusivamente se discute à volta destes princípios de fundo, quando há indivíduos que defendem a procura de uma via não ortodoxa e há outros que defendem pontos de vista diferentes, quando começo a ter receio de a certa altura me ver perante a situação de ser obrigado a utilizar as Forças Armadas em força contra o povo! (e não contra a alta burguesia ou contra os reaccionários). Sim, porque isto de se chamar reaccionário ao povo, isto infelizmente é uma coisa que se vai verificando muito no nosso País. O povo pode estar mais ou menos esclarecido, quanto a mim pode ser manobrado, mas *o povo nunca é reaccionário!*

E quando eu vejo que para levarmos em frente a linha que defendemos, convencidos de que somos os detentores da verdade, vemos cada vez mais a necessidade, ou perante a hipótese de usar, uma forte repressão sobre o povo, eu pessoalmente digo não!

Digo não, porque fazer esta revolução à base de uma forte repressão junto do povo português, pois eu digo não.

Uma revolução só é revolução quando feita com o povo e não contra esse mesmo povo.

E se as linhas que forem definidas se encaminharem e quiserem ir para uma solução destas, pois eu abandono este processo, não tenho, nem tenham quaisquer dúvidas disso! Por isso é que eu quero saber qual o resultado da «Troika», pois como já lhes disse foi nomeada no Conselho da Revolução uma «Troika» para definir as linhas pelas quais o processo se irá conduzir. Por isso é que eu não concordo, quando uma das perquntas que foi feita à «Troika» é *Quem vai dirigir o processo?* e a «Troika» *tem que definir e ainda não definiu*, eu não concordo que se faça toda uma campanha para tornar imprescindível, à continuação do processo a figura do general Vasco Gonçalves. Não estou a dizer que não concorde com a continuação dele. Não é isso que está em causa e isso será discutido na devida altura...

Está aqui um problema de fundo.

Eu não estou a dizer que não concordo com a continuação dele. Agora, pessoalmente, considero que neste momento toda a campanha, inclusivamente que a 5.ª Divisão tem vindo a fazer através dos autocolantes, através dos «posters», etc., está a queimar extrtaordinariamente, na opinião pública deste País, muito mais do que já estava nalguns sectores (grandes), a figura do general Vasco Gonçalves.

Eu, pessoalmente, não tenho dúvida nenhuma, de que neste momento, em minha opinião, toda a campanha que está a ser desenvolvida, faz lembrar as campanhas de intoxicação «do anti-gamente» está, portanto, a queimar a figura do general Vasco Gonçalves.

E é por isso, por esta actuação, contrária à determinada pelo Conselho da Revolução (além de outros pontos importantes já aqui referidos) que eu não concordo com a continuação de determinada linha na maneira de proceder que a 5.ª Divisão tem estado a ter.

Por isso, não são as pessoas em si, como alguém já aqui disse, que estão em causa. Essas pessoas passam a estar em causa devido à sua actuação concreta. Eu considero é que é necessário haver efectivamente uma direcção política. O Conselho da Revolução, neste momento, definiu três elementos para estudarem, mas não para serem direcção política, porque isso foi proposto no Conselho da Revolução e não foi aceite, não chegou a ser votado e é um assunto a ver depois. Foram nomeados, sim, para definirem e levarem ao Conselho da Revolução, as linhas políticas de actuação futura.

E quando, neste momento, se faz uma política desde já de ultrapassagem a esta decisão do Conselho da Revolução, *eu não posso aceitar!*

Não é a pessoa que está em causa, pois como já disse não se está a discutir a continuação ou não do general Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro, e até peço que sobre isso não sejam aqui feitas intervenções...

Para mim não é a pessoa que está em causa. Para mim é determinada decisão que se tinha tomado, determinada linha de conduta que estava a ser seguida. O chefe da 5.<sup>a</sup> Divisão sabia-o. E neste momento ultrapassou nitidamente essa decisão que estava a ser tomada pelo Conselho da Revolução. E inclusivamente quando eu digo que não concordo com os comunicados, pois com o 2.<sup>o</sup> principalmente, refiro-me a este problema e também ao facto de no mesmo se fazer praticamente uma autêntica declaração de guerra ao Partido Socialista, em nome do M. F. A. Sim, eu sei bem que dizem que é em relação a determinados indivíduos, mas depois vê-se o resultado, por nós os atacarmos muito, dizendo que estão separados da cúpula, ou melhor, que a cúpula está separada das bases, é que eles promovem manifestações e comícios para demonstrarem o contrário, que depois são aproveitadas pela reacção.

E eles mostram que afinal as bases estão com eles...

No entanto, não será preciso voltar a dizê-lo aqui, pessoalmente, fico ferido quando põem o problema entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista.

Eu, pessoalmente, fico aflito.

Sei que me tem sido, inclusivamente, vindo a ser movida determinada campanha, até por determinadas forças, tendentes a dar-me uma imagem de direita.

Estou absolutamente à-vontade, porque pelo menos estou autoconvencido de que efectivamente já dei provas suficientes ao longo deste processo da linha em que estou. Já fui chamado de comunista, já me chamam P. S., qualquer dia hão-de me chamar C. D. S., sei lá!...

Pouco falta para me chamarem reaccionário!

Só porquê? Porque há de facto uma coisa que eu continuo a considerar-me acima de tudo. Sou M. F. A. e não aceito ser instrumentalizado por quaisquer forças partidárias que me queiram instrumentalizar. Ah!!! A isso eu oponho-me!...

E quando, fazendo determinadas análises as ponho no Conselho da Revolução, como o fiz, digo que estamos a correr um sério risco de conotação ao Partido Comunista Português, que é necessário tomar atenção a isso, que é necessário ter atenção que não podemos cair no anticomunismo, porque é extraordinariamente fácil, neste País, cair-se no anticomunismo, tenho sempre presente que o Partido Comunista Português é um partido essencial para esta revolução (e nunca será demais afirmá-lo). Mas é necessário, no entanto, atendendo principalmente às características do povo português e do nosso País, o País concreto



que temos, é necessário não nos deixarmos cair numa imagem de M. F. A. igual a P. C. P., porque nesse dia, no dia em que isso acontecer para a maioria deste povo, nós perdemos a revolução.

Não tenho qualquer dúvida pessoalmente, portanto, que é necessário encontrar as fórmulas, tendo em atenção que não podemos recuar no processo, não podemos criar condições para um regresso ao passado, para resolver o problema e a crise que enfrentamos. Mas, como já disse, isso será apresentado ao Conselho da Revolução pela «Troika» nomeada. Mas o que verifico, é que neste momento começo a ser atacado de direitista e de ultrapassado pelo processo e coisas do estilo, até por elementos do próprio Conselho da Revolução. Porquê? Por não concordar com eles? Ah, aí eu começo de facto a ter dúvidas em relação a possíveis instrumentalizações dentro do M. F. A., sim, isso tenho!...

## **CARTA DE MÁRIO SOARES A COSTA GOMES**

**(publicada no n.º 15 de «O Jornal — 8-8-75)**

Senhor Presidente da República:

Reflecti longamente antes de me resolver a dirigir-me a V. Ex.ª por forma pública e aberta. Mas os meus camaradas do Secretariado Nacional têm razão quando insistem em que, dada a gravidade e a acelerada deterioração da situação política, económica e social portuguesa, urge demarcar bem as posições e as responsabilidades recíprocas, perante o País, que nos julga, e não apenas no segredo dos gabinetes ou das assembleias improvisadas, finalmente nas costas do Povo.

Ao fim e ao cabo, mais do que o secretário-geral do Partido Socialista — o maior partido português, que representa bastante mais de dois milhões de portugueses — é o cidadão, o antifascista e o português que se dirige ao Presidente da República, ao presidente do Conselho da Revolução, ao 1.º Triúmviro designado pela última assembleia do M. F. A. para, esgotados todos os outros meios normais de intervenção, ignorados deliberadamente todos os apelos, as advertências e as sugestões do Partido Socialista, fazer um derradeiro esforço de clarificação política, antes que seja demasiado tarde.

V. Ex.ª está plenamente consciente da gravidade da situação, como o prova o seu discurso à última assembleia do M. F. A. Por palavras que poderiam ter sido utilizadas por nós, socialistas, V. Ex.ª afirmou aquilo que o Partido Socialista tem vindo a dizer há vários meses. Não é pois daqueles dirigentes do M. F. A.

que se recusam a ver as realidades de frente, por falta de lucidez ou por falta de coragem, e que persistem em fugir desesperadamente para a frente, convencidos de que os problemas se resolvem com discursos ou com declarações de intenção. V. Ex.<sup>ª</sup> sabe que Portugal está perto do abismo e que a revolução de Abril pode estar a caminho de ser traída. Disse-o, no seu estilo telegráfico e discreto, mas por forma indisfarçável. Simplesmente, depois do seu discurso tudo se passou como se o não tivesse feito ou como se ele constituísse apenas um desabafo de consciência de quem está já, no fundo de si mesmo, resignado à fatalidade.

Ao fim de um mês de crise governamental V. Ex.<sup>ª</sup> prepara-se para sancionar com a sua autoridade de Presidente da República, um governo ultraminoritário sem credibilidade que não representará hoje sequer 18 por cento do eleitorado português. Um governo se não de comunistas, de cripto-comunistas ou de elementos estreitamente associados. V. Ex.<sup>ª</sup> poderá argumentar que não tem poder militar real para se opor à formação de um tal governo. Diga-o então, francamente, ao País, que a esmagadora maioria do nosso Povo virá para a rua e numa manifestação unânime de vontade, pacificamente, de Norte a Sul e na própria cidade de Lisboa, lhe conferirá a força e a autoridade bastantes para impor um verdadeiro governo de salvação nacional.

V. Ex.<sup>ª</sup> passou em silêncio a proposta do Partido Socialista de constituição de um governo de salvação nacional. Não tentou reunir — como lhe propusemos — os dirigentes dos partidos progressistas e das diferentes facções do M. F. A. (hoje não é mais possível negar essa realidade) a fim de tentar por acordo e ao redor de um programa comum, exequível, aqui e agora em Portugal, «vencer a crise e salvar a Revolução».

Porque é disso que efectivamente se trata: salvar a Revolução, que está a ser comprometida por uma minoria arreigadamente totalitária e de vocação suicida. Trata-se, mais do que isso, de reconstruir Portugal, de não reduzir este nosso Povo à miséria, ao isolamento e à escravidão. De não dividir irremediavelmente os portugueses — como está a acontecer não só por efeito das «manobras reaccionárias» (cuja existência ninguém nega nem minimiza) mas por culpa dos erros crassos dos pseudo-revolucionários, neófitos de um primarismo infantil, onde a reacção colhe alento e estímulo manifestos. Trata-se, Senhor Presidente, de não deixar matar uma a uma as liberdades e com elas a esperança de milhões de portugueses. Quem pode iludir-se sobre o significado real dos roubos do «República» e da Rádio Renascença — alvos principais da escalada que visa a amordaçar as vozes livres e a destruir a própria autoridade revolucionária constituída?

V. Ex.<sup>ª</sup> sabe tão bem como nós que um governo minoritário constituído pelo general Vasco Gonçalves — tão obstinadamente agarrado ao poder como outrora Salazar, e como ele convencido de ser um «salvador», embora de sinal contrário — não tem condições para resolver a maior parte dos graves problemas que afligem o nosso Povo. Muito pelo contrário. Contribuirá para agra-

var, em proporções insondáveis, a tragédia de Angola; dará um novo alento ao separatismo que grassa perigosamente nos Açores; exacerberá as divisões dos portugueses — divisões profundas que atingem a própria classe operária e as massas trabalhadoras em geral; desintegrará o M. F. A. como movimento unitário, patriótico, progressista e apartidário; consumará o isolamento internacional de Portugal, acentuando a dependência do nosso país em relação a um determinado bloco de nações; acelerará a fuga de técnicos para o estrangeiro, ameaçando paralisar a economia portuguesa tanto no sector público como privado; comprometerá toda uma política de atracção de novos investimentos, agravando por consequência o desemprego por forma astronómica; massacrará as classes médias, sem melhorar as condições das classes trabalhadoras, antes agravando-as, a curto prazo, o que implicará, pela agitação social que produzirá e por fenómenos de osmose inevitáveis, a redução drástica das remessas dos emigrantes e o fim do turismo; consumará um certo tipo de capitalismo de Estado, dirigista, autocrático, autárquico, burocrático, encaminhando o país necessariamente para o que nós definimos como sendo um *socialismo de miséria*.

Repáre, Senhor Presidente, que não aludo a estas consequências, que tenho por inevitáveis, para traçar um quadro alarmista da situação. O alarme existe já, é geral e a inquietação não pode ser maior, a todos os níveis da sociedade portuguesa, como V. Ex.<sup>ª</sup> sabe. Trata-se de falar a verdade ao Povo, como é da nossa estreita obrigação de políticos responsáveis, e de o advertir dos perigos que nos espreitam para os evitar, *enquanto é tempo*.

O general Vasco Gonçalves pretendeu fazer crer ao país que o dilema que se apresenta perante nós, em Portugal, é o de revolução ou de contra-revolução.

Nós socialistas que somos revolucionários, sem que para o sermos precisemos de pedir licença a ninguém, e muito menos àqueles que aprenderam a balbuciar a palavra socialismo depois do 25 de Abril, recusamos esse falso dilema, simplista e deformante da realidade portuguesa. A contra-revolução é o passado e quanto a nós só poderá voltar a levantar cabeça, como está a acontecer, se a base social da Revolução for reduzida a limites impossíveis, pelos erros, pelo sectarismo e pela vocação hegemónica e totalitária dos professores encartados de uma revolução copiada de modelos inaplicáveis a Portugal, país europeu e no ano de 1975. O que está em jogo são duas concepções da Revolução: uma democrática, aberta às novas experiências autogestionárias e de democracia de base, desde que articulada com o respeito pelo sufrágio universal e com uma concepção pluralista do Estado; outra, totalitária, baseada num aparelho autocrático e burocrático de *partido único*, liberticida, autárquico e concentracionária.

A direcção para que aponta o governo minoritário de Vasco Gonçalves conduz necessariamente ao segundo termo da alternativa. E não poderá sobreviver, mesmo a curto prazo, sem enveredar por uma política fortemente repressiva, não somente das

liberdades políticas mas dos direitos humanos mais elementares.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe que as prisões deste país estão cheias — muito mais e com tanto desrespeito dos direitos essenciais como no tempo do fascismo. A que novas violências dará lugar a «revolução dos cravos», uma vez comprometidos os seus objectivos essenciais?

A repressão gera sempre um círculo vicioso infernal. Não nos deixemos aprisionar nas cadeias desse círculo: violência — repressão — mais violência. As sedes do PCP e do MDP/CDE estão a ser assaltadas em muitos pontos do país — e não só no Norte pretensamente reaccionário. É lamentável! Os socialistas condenam tais actos de violência. Como condenaram as violências praticadas contra o CDS, o PPD ou o MRPP. Ainda há pouco nas manifestações do Porto e de Lisboa nós próprios fomos vítimas de actos de igual violência, quando os comunistas inventaram uma falsa marcha sobre Lisboa, pseudo-reccionária e ergueram barricadas agredindo selvaticamente pacíficos manifestantes socialistas.

É necessário explicar as causas profundas desse súbito clarão de violência que está a alastrar no país e o fenómeno de verdadeira *rejeição nacional* de que está a ser vítima o PCP e os seus atrelados satélites. Não será porque quem semeia ventos colhe tempestades?

V. Ex.<sup>a</sup> sabe melhor do que ninguém que uma ditadura comunista militar não tem qualquer espécie de viabilidade em Portugal. Por quatro ordens de razões, fundamentalmente:

a) porque o Povo português está maciçamente contra;

b) porque o MFA está partilhado entre posições extremistas entre si divergentes e posições ditas moderadas e só minoritariamente, e mediante confrontações dramáticas, seguirá uma tal orientação;

c) porque a crise económica — e Angola, com as centenas de milhares dos nossos irmãos desalojados e os Açores e a província — baterão à nossa porta com tal intensidade em tempo próximos, que a base de apoio para uma tal política se volatizará;

d) porque isolados da Europa, à qual nos liga 80 por cento do nosso comércio exterior, e sem conexões fortes com o Terceiro Mundo, a União Soviética e os países comunistas não estão em condições, não querem, e mesmo que quisessem não podiam, pagar a factura dos nossos avolumados «déficits».

Se é assim — e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que é assim — porque teimamos em persistir numa política provavelmente errada, que nos conduzirá ao abismo certo, fazendo o jogo objectivo da contra-revolução? Quem está afinal contra o processo revolucionário, quem o compromete na prática política diária, quem com o seu dogmatismo, cegueira e obstinação, dá cada dia maior alento às «manobras reaccionárias»? Não são de certo os socialistas.

Senhor Presidente.

A minha carta não é um desabafo: é uma advertência. Séria. E solene. É uma definição clara das responsabilidades de cada um, de cada campo em presença, perante o Povo e perante a história.

— Será ainda possível entendermo-nos. Pormo-nos de acordo nos termos de um *projecto político comum* que «vença a crise e salve a revolução», que assegure as liberdades, o socialismo e a esperança das massas trabalhadoras deste país? Só V. Ex.<sup>ª</sup> pode responder para impor uma solução de bom senso. Use dessa sua autoridade. Antes que seja tarde. Não deixe acontecer o irremediável.

## AS RAZÕES DA DEMISSÃO DO GENERAL PINTO SOARES

(11-8-75)

Ao desejar transcrever dois documentos que enviei ao Sr. Presidente da República, terei que situar um pouco as suas origens, tendo em conta, porém, que não poderei nem deverei alongar-me demasiado. Interessa, por isso, no mínimo, dizer algo da evolução dos acontecimentos, após a sessão do Conselho da Revolução de 20 de Junho onde se aprovou o Plano de Acção Política que se seguiu ao chamado «Retiro do Alfeite» e onde, justiça se faça, o 1.<sup>º</sup> Ministro, Gen. Vasco Gonçalves, resolvera colocar a questão da sua permanência no Governo em análise, face a algumas questões que na altura se punham já. Não estará correcto relatar a evolução de todas as sessões do conselho, posteriores. Se nesse dia, porém, e num outro, as coisas pareciam estar claras, já de todas as restantes sessões se não pode dizer o mesmo. Aliás, como nos fomos habituando, alguns órgãos de informação começariam já a fazer-se «eco» da agudização das discussões ali havidas e da consequente evolução do comportamento externo, isto é, quer no âmbito de unidades militares quer no seio de forças partidárias.

Na impossibilidade de, de imediato, verificar um consenso na procura das soluções mais correctas para as agudas questões políticas que surgiram já, (por exemplo como a consequente à saída do PS do governo e outros) cheguei a sugerir em sessão Plenária que, no intuito de se obterem respostas tão rápidas quanto possível que evitassem a intensificação da crise de autoridade revolucionária bem visível, se depositassem as decisões nos três membros do CR que seriam o Presidente da República, o 1.<sup>º</sup> Ministro e o Comandante do COPCON, tudo devendo assim resumir-se depois em se clarificar a confiança que as pessoas que ocupavam os cargos nos merecessem ou não. Estou lembrado de que não obstante algumas concordâncias, o assunto não foi abordado, morrendo sem discussão nem votação. Soube mais tarde já na Guarda, que a solução viria a ser retomada por alguns camaradas e assim aparecia o Directório actual.

Surgia, entretanto, a altura da Academia Militar seguir para a sua Campanha de Dinamização do Distrito da Guarda em simul-

taneidade com a realização de exercícios militares do 1.º Ano daquela Academia, em Mafra. Era duplamente necessário que acompanhasse de perto a evolução dos trabalhos que aquele Estabelecimento de Ensino Superior Militar iria desenvolver. E, «digo duplamente», para com toda a franqueza referir que, um meu afastamento temporário daquele órgão superior da Revolução, me seria muito benéfico para reflexão. Por outro lado, aguardava com expectativa aquela que viria a ser uma muito importante experiência da Academia em todo aquele distrito, quer nos seus aspectos positivos quer negativos. Dera conhecimento da necessidade dessa ausência ao Sr. Presidente da República partindo assim, mas como seria natural, desde logo procurando com ansiedade auscultar a evolução dos acontecimentos em Lisboa, através dos órgãos de Comunicação Social.

Sou chamado de urgência para a sessão do CR de 30 de Julho, uma 4.ª-feira, e trazia já a amarga angústia que as «linhas dos jornais», entretanto, me haviam provocado. Refiro-me à sessão cujo comunicado final relatava ter-se o Conselho debruçado sobre a quente situação de Angola (envio de 3 dos seus membros àquele território) e à formalização da «TROICA» votada em anterior assembleia do MFA. Seria grave infracção retratar mais essa sessão do Conselho, mas posso isso sim, referir que no final, em conversa com o gen. Fabião, desabafei desta forma: «Meu general vou regressar à Guarda, mas vá pensando num novo Comandante para a Academia Militar...» Eram 5,30 horas de quinta-feira quando deixei Belém, já sabedor dos primeiros acontecimentos no Regimento dos Comandos e 9,30 h. quando na Portela tomava de novo lugar no avião para a Covilhã.

Terminei a «campanha» continuando nos seus últimos dias a meditar sobre os jornais que fui lendo. Era-me fácil naturalmente ler nas entrelinhas...

A Academia chegou na terça-feira, dia 5, ao fim do dia a Lisboa e ao fim da tarde do dia seguinte, dia 6, partiam os alunos para um período de férias. Antes, durante a tarde, tivera lugar uma pequena sessão plenária de reflexão sobre a campanha, durante a qual apresentei as considerações que passo a transcrever. Ignorava, contudo, ainda a atitude tomada pelos meus 9 camaradas do Conselho

## **A — A minha nomeação para o Comando da Academia Militar**

- 1) A data da nomeação existia determinada «crise» na A. M. segundo se dizia.
- 2) Os membros do Exército do C. R. entenderam que eu deveria assumir esse Comando. Soube, entretanto, que houve influências vindas da A. M.
- 3) O Conselho em sessão plenária votou a favor dessa nomeação.

4) Opuz-me por várias razões que aqui não expressarei chamando, então a atenção do C. R. para questões de carácter pessoal e conjuntural que a minha consciência entendia dever pôr e que se deveriam opor à nomeação.

5) Com dificuldades assumi o cargo sem contudo demagogicamente transferir para vós a ideia de que a modéstia, humildade, coerência e outros factores, teriam estado na base da minha nega para este cargo.

6) Cumpri a ordem e ouvi do Presidente da República e do C. R. dizer à Nação que tal nomeação, que passava por uma decisão político-militar revolucionária, se justificava por nesta Academia estarem a ser formados os verdadeiros continuadores da Revolução Portuguesa.

## **B — Período da Academia Militar que decorreu entre a tomada de posse e a presente data**

Fiz a leitura, na posse, dos princípios que me orientariam no desempenho do cargo. Li-o a todos os camaradas da A. M. Inteirei-me sobre se havia sintonia no mínimo com o restante Comando (Brig. Balacó e Cor. Melo de Carvalho).

2) Mantive-me fiel a esse ideário.

3) Desde então a A. M. por proposta da Direcção da Associação dos Alunos com correcções aqui e além sugeridas por parte do Comando, iniciou uma fase de transição para o novo ano, na procura de determinados objectivos que se desejam conhecer e definir.

4) Assim, resumidamente trabalhou-se na reestruturação da A. M., na sua dinamização interna e terminámos uma campanha de dinamização com o Povo.

5) Neste período (todo, desde a posse do novo Comando) procurou-se:

- um clima de camaradagem;
- um clima de incentivo para todos os camaradas;
- um clima de franca participação;
- um clima de reflexão sobre as nossas fundamentais missões e obrigações como militares na Revolução e no Novo País.

6) Errou-se em muita coisa por certo e sujeitámo-nos a críticas objectivas e construtivas. Não as aceitamos de quem não participou profundamente e de quem não tem a consciência de que no momento «ninguém» deverá ter a certeza das soluções exactas.

7) Temos a consciência, (o C. D. M.) de que procurámos:

- servir a Revolução;
- criar uma vivência democrática interna, que em nada afectasse, antes reforçasse, a disciplina, a camaradagem, a ética, a vontade de se ser realmente militar.

## C — O M. F. A. na Revolução

Para caracterizar o actual momento político, ou melhor o M. F. A. no actual momento passo a historiar os passos fundamentais.

1) Procurou-se sempre alastrar o espírito, o do M. F. A., a todas as Forças Armadas.

2) Houve grandes dificuldades e obstáculos, mas embora tarde, a participação no processo foi possibilitada a «todos», através da elaboração de uma estrutura largamente pensada e que se inseria na hierarquia dos Forças Armadas.

3) Sei-o, pois fui até o responsável pelo primeiro documento que foi oficializado e experimentado e que conduzia, na sua evolução, à hierarquia do M. F. A.:

- Conselho da Revolução;
- Assembleia do M. F. A.;
- Assembleia dos Ramos;
- Assembleias das Regiões Militares;
- A. D. U.;
- G. D. U., etc.

4) Tenho assistido, porém, a vários aspectos que friso:

a) não observação e cumprimento do estabelecido, em algumas unidades, impossibilitando os militares de uma correcta participação;

b) por outro lado, ultrapassagens constantes dos esquemas estabelecidos em manifesto desrespeito pela disciplina revolucionária;

c) ao nível do C. R. «radicalização de posições políticas», em detrimento de uma posição, que salvaguardasse uma atitude de ética, humildade e disciplina revolucionárias, única atitude aliás a esperar de militares;

d) pressões constantes de unidades ou organizações militares, através das mais variadas formas;

e) atitudes individuais altamente lesivas para o processo.

## D — O M. F. A. na actual crise política

1) Assim assisto de momento e após um período de reflexão nos últimos dias, à agudização de uma situação de que há muito me venho apercebendo e para ela chamando o atenção do Conselho.

2) Analisando:

a) O C. R. não evitou que se transferisse para o exterior um clima instável que nunca existiria se ele próprio e os seus membros assumissem outra conduta. Assim, externamente se exploram divisões entre camaradas, entre os até aqui existiria, estou certo, a mais salutar vivência de conceitos e de camaradagem revolucionários.



b) Por seu turno, em torno desta situação e como reflexo, em volta dos membros do C. R. tomam posições militares e unidades, esquecendo quanto isso traz de elevado prejuízo para a coesão das Forças Armadas e, conseqüentemente, de perigoso para a estabilidade da Revolução Nacional.

## E — Reflexão final

Posto isto (em traços gerais) sinto-me com a necessidade e a obrigação de fazer duas considerações:

1) Olhando separadamente o cargo de Comandante da A. M., como se não fosse também um dos responsáveis político-militares da Revolução, deixar-me-ia seduzir pelo quanto acho de extraordinário colaborar na formação de novos oficiais e a eles ficar salutarmente ligado e juntos prosseguirmos na Construção de uma novo País, dignificando, conseqüentemente, a carreira militar.

2) Contudo, fundamentalmente importa não esquecer essa tal outro situação e ter a consciência de que na actual conjuntura, a qual procurarei sintetizar-vos friamente, se torna imperioso reflectir.

3) Uma coisa é certa:

a) Assumir posições de liderança tentando arrastar ou influenciar camaradas, criando um foco de confusão no aparelho militar «não».

b) Prolongar a minha permanência nos órgãos cimeiros da Revolução sem que vislumbre «serenidade», «unidade» e «auto-ridade» não, pois continuo a desejar ser responsável.

c) Permanecer em quaisquer funções político-militares com dúvidas sistemáticas, também não é desejável, muito menos no caso actual, em que devo dar respostas sérias e concretas aos oficiais em formação. E, sinceramente, sinto que alguns de vós estarão confusos. «E o Comando da Academia a ver...!»

4) Começo também amanhã o meu período de férias. Irei reflectir. As minhas bases de reflexão serão:

a) Profundo desejo (já muito antigo e facilmente provável) de ver instaurado em Portugal um regime de inequívoca justiça social e independência nacional.

b) Uma sincera vontade de ser oficial do Exército.

c) Um desejo grande de ver dignificadas, perante o seu Povo, as Forças Armadas, com esta Revolução.

Com o desenrolar da situação e estes três princípios encontrarei, por certo, uma resolução para o meu caso.

6 de Agosto de 1975.

A noite, já em casa, redigia a carta ao Sr. Presidente da República que no dia seguinte, quinta-feira, dia 7, seria enviada. Também teria sido entregue ao Gen. Fabião e Gen. Vasco Gonçalves.

Passo a transcrevê-la:

«Exmo. Senhor Presidente da República,  
Meu General,

Duas linhas apenas a que me obrigam a minha lealdade e honestidade, que aliás sempre utilizei. Peço desculpa por não poder fazer a entrega pessoal desta carta, que portanto envio, pois não desejo que passe mais um dia sequer sobre a minha decisão.

A Academia Militar regressou ontem da sua Campanha na Guarda, a qual acompanhei até final. Ontem mesmo, à tarde, os alunos entraram num período de férias. Antes decorreu uma sessão plenária de encerramento, assim se pode dizer, do ano lectivo. Nessa sessão, li a todos as considerações que envio em anexo.

É evidente, pela sua leitura, que aos alunos e oficiais da A. M. não deveria de imediato e secamente dizer da minha decisão, mas só vagamente «prepará-los»...

Contudo, a minha decisão está tomada e para tal não serão necessárias mais considerações.

«Deixo a Academia e deixo o Conselho».

O meu General conhece, por certo, a minha pessoa e lembrar-se-á que pela minha conduta ao longo do processo, não poderei achar outra «saída».

Entre hoje de licença e espero em Setembro pedir ao nosso General Fabião a minha colocação na Escola Prática de Engenharia em Tancos.

Como normalmente as minhas «manobras», «conspirações» e «golpes de Estado»... foram sempre feitas à frente de todos os camaradas, também em «mais esta»... assim acontecerá, pois que enviarei cópia aos Generais Fabião, Vasco Gonçalves e Oteló, bem como por razões óbvias ao director da minha arma Brig. Vasco Rocha Vieira.

Peço ao meu General o especial favor de mandar fotocopiar todos estes documentos para entrega aos membros do C. R.

Manterei o meu fervor patriótico e revolucionário, e a minha lealdade para com os militares (em especial) e civis que também o sejam verdadeiramente.

Termino com os meus sinceros respeitos e a certeza de que o meu General terá a lucidez que é necessária para conduzir a Nação.»

*Nuno Pinto Soares*

Durante a manhã de quinta-feira (dia da entrega do «Documento dos 9» ao Sr. Presidente da República) veio a minha casa o Cap. Vasco Lourenço após um telefonema que me fizera, referindo ter algo para me dizer. Ali, apresentou-me o documento (esemplar n.º 10) dizendo-me em ideias gerais o que se pretendia com o mesmo. Li-o. De seguida dei-lhe conhecimento da minha decisão, lendo-lhe os documentos que acima transcrevo. Ainda Vasco Lourenço me elucidou sobre quem tinha sido contactado ao nível do C. R. e qual a táctica a seguir na circulação, para recolha de assinaturas. Foram curtas as nossas palavras mas sinceras. Havia um longo compromisso entre ambos que datava

dos primórdios da preparação do 25 de Abril, que se enraizou na prisão do Trafaria e que, não obstante no momento actual haveria algumas divergências, espero prossiga. Por isso, ele me informou da ocorrência e também por isso lhe disse da minha *decisão de não subscrever aquele documento*. Foi efectivamente curto o encontro.

Poderia por aqui ficar, mas desejo marcar melhor a minha posição. Terei que considerar como questões de fundo dois aspectos. Em primeiro lugar a forma e a metodologia escolhida pelos meus 9 camaradas, que entendo desleal e divisionista.

Acaso não terão como certeza o profundo desequilíbrio que vieram fomentar nas Forças Armadas e no País?

Não lhes ocorreria, como me ocorre, que não tinham esgotado as suas reais possibilidades de são diálogo e argumentação política no seio das discussões do C. R.?

Não o fará por certo, mas se Vasco Gonçalves resolvesse rebater o documento (contando talvez o que sabe contar...) e o enviasse às unidades, que adesão teria? Que adviria daí?

Será que ainda temos tantas disponibilidades dentro do M. F. A. que nos possamos dar ao luxo de o dividir neste momento, metendo no seu seio uma «cunha» chamada «Documento Melo Antunes ou dos 9»?

Que advirá ao nível do órgão militar principal da Revolução, com a separação da Revolução, com a separação dos militares que são, entre outros, os mais «puros e devotados» obreiros do 25 de Abril?

Aguardar que agora os 9 surpreendam o País com novo golpe? Alhearam-se do processo, privando-o do inegável contributo que lhe terão ainda que dar?

Como iremos viver em ambiente de permanente suspeita dentro das unidades militares?

No 11 de Março quase tudo foi claro. Teriam de se separar do processo aqueles que sabíamos o que do 25 de Abril esperavam.

Mas, já assim, esse 11 de Março, digamo-lo abertamente, traz em situação de aguardar julgamento, alguns camaradas que muitos de nós pensamos estarem inocentes. E sabemos o ambiente que tal tem criado deste então.

O segundo aspecto de fundo é o conteúdo do documento que se divide numa crua análise à situação presente e num enunciado ideológico-político «única via de salvação para o país socialista que se pretende e da pureza do 25 de Abril»...

Terei que, nestes seus dois aspectos o considerar demagógico. A fazê-lo, esperava que os meus camaradas tivessem sido objectivos nas suas acusações e que até tivessem tido a honestidade de referir que algumas das análises realistas (diga-se de passagem) que fazem, já tinham sido ouvidas ao camarada que desejam atingir, o Gen. Vasco Gonçalves. Também importa aqui salientar que falar da equipa dirigente nos moldes em que o documento o faz referindo até a manifesta incapacidade governa-

tiva, atinge-nos a todos, os do C. R. Não deixa nenhum dos 9 de fora. Antes pelo contrário, alguns deles bem mais dentro... que outros.

Quanto ao projecto político, «enunciado vago de princípios tentadores», conheço-o há largos meses. O seu autor, ou no mínimo, o seu «metodólogo», sabe bem quanto lhe sugeri que o objectivasse e concretizasse. É que entre as várias «leituras» daquele projecto, poderíamos encontrar algumas iguais às que temos ouvido a políticos, *ávidos do poder* e a quem, sejamos francos, todos nós (recordo alguns dos 9) tantas vezes alcunhámos de falsos socialistas.

Não está em minha mente que os meus 9 camaradas não defendam o socialismo, mas repito, está sim em causa a forma fácil como, desta maneira, se conseguem assinaturas. E, afinal, volto a dizê-lo, para de imediato se ter conseguido que este «Pobre Povo» (já muito intoxicado de papéis e verbalismos) se veja agora a braços com «Novas dúvidas de papel» e que desta vez, o que é mais grave, lhe são lançadas por indiscutíveis oficiais do «M. F. A. genuíno».

Tenho que necessariamente deixar duas palavras ao Gen. Vasco Gonçalves. Conheci-o como comandante do Agrupamento de Engenharia em Angola. Era todo um território vastíssimo e 3000 homens para comandar. E tudo aquilo era guerra.

E na guerra quando se descobre num comandante, honestidade, lealdade, fervor patriótico e elevada cultura, não se deve ficar indiferente.

Já depois em Lisboa, procurado, aderiu à preparação do 25 de Abril. Alguns dos meus 9 camaradas poderão na minha vez referir a importância dum coronel que se arrisca a encorajar com a sua presença e ensinamentos os tais capitães de então.

Foi para o Governo após Palma Carlos e nunca nos «largou». Diga-se que ele mesmo incentivou os «encontros de crítica e autocrítica». Nunca quis ser o «Senhor de Revolução». Curiosamente destacou Melo Antunes para sua ligação com a Comissão Coordenadora. Sujeitou-se não poucas vezes, às decisões da então «C. C. P.» Os seus erros terão que estar ligados aos nossos. E ainda insisto, por exemplo, em salientar, que alguns dos 9 camaradas, senão todos, melhor do que eu poderão dizer, quem papel histórico mais importante desempenhou perante Spínola? Ou talvez «este» nos diga, se entretanto aí voltar...

«Meu General», sabe bem quanto por vezes estive em desacordo consigo, mas nunca o direi na hora da verdade. Se o Povo (este nunca será por certo) ou algum Pinochet o sentar no banco dos réus, poderá olhar para o lado pois terá o conforto de lá me encontrar. Dividirei consigo e com quem mais estiver disposto (haverá de certeza), os erros que o documento dos «9» cruelmente lhe aponta.

Camaradas das Forças Armadas, mantenhamos a nossa «lealdade» e «honestidade» e ficará garantida a nossa «Unidade». Estou certo que todos juntos (também o Primeiro-Ministro e os corajo-

sos ministros que na hora difícil o acompanham) saberemos aproveitar as sugestões do «Documento dos 9» e eliminar as divisões que, sem querer, (ainda acredito), os nossos camaradas provocaram.

Camaradas, estive com os futuros oficiais do Exército e Força Aérea, todos juntos com o Povo do distrito da Guarda.

É verdade que Povo está envenenado (graças à reacção e não só...) e no momento, descrente da Revolução e do M. F. A. Mas, acreditem, é em «nós» que vêem a última esperança. Falámos-lhe com verdade e sem inculir grandes esperanças a curto prazo.

A resposta foi de inequívoca confiança no «M. F. A.».

*Duarte Nuno Pinto Soares*

## COMUNICADO DO COMANDO DA REGIÃO CENTRO

1 — O Comando da Região Militar do Centro tem vindo a fazer apelos ao civismo das populações da sua área, no sentido de não se deixarem arrastar no decurso da presente crise política, por palavras de ordem que conduzam à violência, ao assalto a pessoas e bens. Como mais de uma vez se tem afirmado, alterações da ordem pública, obrigando ao empenhamento das Forças Armadas, estão a conduzir à destruição do binómio Povo/M.F.A. que só favorecerá, a curto prazo, o regresso do povo português a um regime totalitário.

2 — Profundamente preocupado, o Comando da Região Militar do Centro constata as tentativas de manipulação das populações, não só pelas forças da reacção mas pelas próprias forças políticas que, tendo a responsabilidade histórica da preparação dos trabalhadores para a sua elevada missão de conduzirem o processo revolucionário, parece estarem mais empenhadas na tomada imediata do Poder.

3 — Como consequência, assiste-se, numa nação que decidiu em 25 de Abril de 1975 enveredar por um projecto socialista, à divisão da classe trabalhadora, ao assalto de pessoas e bens de partidos considerados progressistas e, como na noite de 27 de Agosto em frente ao Palácio de Belém, ao desrespeito pelo representante máximo da Nação, Presidente da República.

4 — Por notícias chegadas ao Quartel-General da Região Militar do Centro, parece poder deduzir-se que algumas organizações como comissões de trabalhadores, de aldeias, de moradores, de municípios não estejam constituídas pelos elementos que melhor representem as populações ou os trabalhadores. O recurso à violência para a alteração desta situação constitui um atentado ao espírito que presidiu à revolução do 25 de Abril, uma vez que esta foi feita para devolver ao povo português as suas liber-

dades democráticas. O Quartel-General da Região Militar do Centro e todas as suas unidades, estudarão e auxiliarão a resolver todos os casos de desvios à liberdade de representação.

5— O Comando da Região Militar do Centro, julgando interpretar o sentir das populações da área de responsabilidade vem afirmar que tem vindo a preparar as suas unidades para que estas possam tornar-se uma garantia que em Portugal não volte a ser instaurado um regime de cariz totalitário. Aquela preparação, tornar-se-á mais rapidamente em verdadeira garantia se as populações se colocarem inequivocamente ao lado de todos os seus militares, em especial no cumprimento das suas missões de defesa da ordem democrática.

(«A Capital» — 9-8-75)

## **COMUNICADO DO SECRETARIADO DO M. F. A. DA ARMADA (21-8-1975)**

1. Entende-se que a resolução dos problemas do M. F. A. tem de ser feita no seio dos seus órgãos, sob pena de se paralisar ou destruir o próprio M. F. A.

2. A defesa da revolução exige, no mínimo, uma atitude firme para garantir as liberdades democráticas e a ordem pública.

3. Torna-se necessário um avanço firme e rápido da estrutura da aliança Povo - M. F. A., garantindo assim a participação de largas camadas da população na construção do socialismo, unificando-se na base os esforços das forças políticas verdadeiramente interessadas na construção da sociedade socialista.

4. A consolidação das conquistas alcançadas e da nossa revolução passa pela necessidade de constituir uma frente de unidade socialista das forças que apoiam e defendem a construção do poder popular, conforme consignado no documento-guia da aliança Povo - M. F. A. e no documento elaborado por alguns oficiais do Copcon.

5. Enquanto as negociações entre as forças progressistas e o M. F. A. não tiverem encontrado uma plataforma de acordo político, entende-se que o M. F. A. deve dar pleno apoio ao V Governo Provisório para concretizar as indispensáveis medidas económicas e sociais que urge tomar.»

## FRENTE UNIDA CONTRA A REACÇÃO

### Partidos e organizações de esquerda chegam a acordo

No dia 25 de Agosto, com a presença de representantes do M. F. A., que actuaram simplesmente como elemento aglutinador, reuniram-se representantes dos seguintes partidos e organizações políticas: FSP, LCI, LUAR, MES, MDP/CDE, PCP, PRP/BR e 1.º de Maio, tendo aprovado os seguintes pontos:

1. O documento do COPCON e o documento «Linhas de Acção Programática e Tarefas de Transição» constituem base de trabalho válido para a elaboração de um programa político revolucionário.

2. Um tal programa representa um instrumento indispensável para unir e articular a acção das forças políticas empenhadas no processo revolucionário e das massas populares.

3. O documento «Linhas de Acção Programática e Tarefas de Transição» constitui o documento-guia básico para a actuação do Governo, enquanto não se reunirem as condições necessárias para a formação de um Governo de unidade revolucionária.

4. A criação de uma frente que englobe os partidos políticos e outras organizações políticas revolucionárias, os militantes revolucionários, o M. F. A. e os órgãos autónomos do poder popular referidos no documento guia da aliança M. F. A./Povo constitui a saída para o processo revolucionário.

5. Decidem constituir um secretariado provisório destinado a articular acções que permitam uma ofensiva comum contra a reacção, e pelo avanço do processo revolucionário.

6. Declaram que esta plataforma se encontra aberta a todas as organizações, a militantes revolucionários e a órgãos de poder popular que a ela queiram aderir.

## PLENÁRIO DOS SARGENTOS DA FORÇA AÉREA (27/8/1975)

«O problema da orientação histórica, reveste-se de uma importância extrema para qualquer movimento político e, com mais forte razão, para um movimento revolucionário que se propõe, como tarefa, uma transformação profunda da sociedade, cuja direcção política não pode ser mais um privilégio das classes exploradoras.

Assim, o Documento dos Nove, também chamado Documento Melo Antunes, que veio a lume nos últimos dias, não aparece por acaso. Ele nasce do enfraquecimento revolucionário. Este

documento, que consideramos controverso, divisionista pela sua inoportunidade, tem prejudicado o bom desempenho das especiais responsabilidades cometidas pelo povo ao M. F. A. O tratamento que lhe foi dado pelos oficiais dissidentes demonstra uma falta grave de conduta revolucionária e um comportamento contrário às tarefas que hoje incumbem às Forças Armadas.

Hoje, o ambiente torna-se pesado e origina novos documentos que em nada resolvem as pavorosas contradições sociais.

Não negamos que o nosso país atravessa uma situação de crise generalizada, mas, ao contrário de fazermos críticas negativas, caprichosas ou de uma originalidade desordenada, procuramos, com lucidez, não nos deixarmos arrastar para a luta no campo do inimigo.

Os acontecimentos têm vindo a demonstrar que não podemos continuar a perder tempo em experiências perigosas.

A transformação da nossa sociedade e a sua libertação de toda a exploração podem, somente, ser realizadas por participação activa e revolucionária na luta política.

Impõe-se, portanto, não ceder à pressão reaccionária que, no fundo, quer continuar a exploração do homem pelo homem.

A ofensiva das forças reaccionárias reforçou-se nestes últimos dias e está a tornar-se insolente e desenfreada. Estamos no momento em que a única forma de defender a revolução consiste em desmascarar e cortar o passo às tentativas contra-revolucionárias.

Assim, reconhecendo que a liberdade da vontade não significa outra coisa que não seja a faculdade de decidir com conhecimento de causa e porque os sargentos, há muito, fizeram a sua opção, sentimo-nos no direito e no dever de repudiar todas as manobras divisionistas, exigindo medidas firmes e objectivas e alertando que os sargentos, cientes da sua responsabilidade histórica, não tolerarão mais situações de crise generalizada que, como a actual, põem em risco a unidade nacional.

Estamos, portanto, firmemente decididos a superar todos os obstáculos para que a exploração do homem pelo homem deixe de ser um facto.

Assim, os representantes dos sargentos da Força Aérea, reunidos no Centro de Sociologia Militar, no dia 19 de Agosto de 1975, pelas 21 horas, analisaram o despacho 41/75 e seu aditamento e, tendo bem presente a situação política actual, julgarem seu direito e dever lembrar ao chefe do Estado-Maior da Força Aérea:

1. Que num processo revolucionário como o nosso somente a direcção colectiva pode ser adoptada. Uma decisão não pode reflectir, correctamente as necessidades do movimento revolucionário, a menos que seja elaborada uma discussão colectiva.

2. Que os sargentos da Força Aérea se afirmam unidos e coesos, verdadeira e efectivamente empenhados no processo e que, de modo algum, permitirão um enfraquecimento revolucionário.



3. Que as estruturas do M. F. A. na Força Aérea Portuguesa se mantenham e reforcem, desejando os sargentos o funcionamento do Gabinete do Comando da Força Aérea, independentemente das pesosas que o compunham, desde que as mesmas ofereçam garantias à continuidade do processo.

4. Que os saneamentos à esquerda sejam evitados, pois eles não fazem mais que favorecer as tomadas de posição da direita e o enfraquecimento da revolução.

5. Que os sargentos, bem como as outras classes, se possam organizar em termos de associativismo, com liberdade de reunião para debaterem os seus problemas.

6. Que os elementos representantes da classe, eleitos democraticamente, possam estabelecer os contactos julgados necessários, sem que para tal haja necessidade de pedir prévio consentimento.

7. Que este associativismo fique expresso em lei, após elaboração de regulamentação que se julgue necessária.

8. Por último, demonstrar o seu total apoio às conclusões das assembleias do M. F. A., nomeadamente à aliança M. F. A. - Povo e Pacto de Acção Política, bem como ao V Governo Provisório pelas provas dadas até ao momento.»

## A CARTA DE OTELO A VASCO GONÇALVES

Meu general

Recebi hoje cerca das 12 horas, um telegrama do Fabião informando-me de que o Primeiro-Ministro se deslocava amanhã em visita ao RIOQ e que, na 6.<sup>a</sup>-feira 22, assistia ao juramento de Bandeira no RPM.

Nesta nota pessoal — utilizando o tal processo que nos propusémos de nos dizermos as coisas cara a cara, — quero dizer-lhe que, na minha qualidade de Comandante Operacional do Continente e Governador Militar de Lisboa, funções de que pelo M.F.A. fui encarregado, e, mal ou bem, vou desempenhando, não autorizo as suas visitas a Unidades Militares sob a minha jurisdição. O teor do comunicado que no dia 16 leu perante a Nação e o discurso — triste discurso — que fez perante o «seu» público anteontem em Almada, aliado à posição que perante si, frontalmente, tenho tomado, levam-me a esta atitude.

Sei que ficará chocado e adivinho como reagirá. Já o conheço o suficiente para o saber. E quero, antes que pense o contrário, afirmar-lhe que neste momento estou serenamente em casa, aguardando que minha mulher me chame para o almoço, totalmente livre de quaisquer «perniciosas» influências que sobre mim pudessem pesar.

É portanto uma atitude pessoal. Compreende-a decerto, em consequência do que lhe tenho afirmado em reuniões do Directório ou alargadas nos Chefes de Estado-Maior. Embora S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República não o faça, eu afirmo-lhe, em nome do M.F.A. (julgo-me com direito de em nome dele poder falar ou, pelo menos, em nome do Movimento que considero mais puro o que, regressando às origens, apelidaria do «Movimento 25 de Abril») que o Companheiro Vasco tem de ser dispensado. Concordo consigo. É o M.F.A. que tem que assumir as suas responsabilidades e demiti-lo. Eu anteontem disse-lhe que sim, que o demitia em nome do M.F.A. No entanto, depois disso e querendo desesperadamente ganhar o tempo que a amizade, a indecisão, perante tão grave resolução do General Costa Gomes lhe concede, companheiro Vasco resolve começar a visitar Unidades Militares!

Lembre-se de que, em curto espaço de tempo, o comparei já a Spínola e a Salazar, por motivos diferentes e opostos. E confirmo essa semelhança real, embora criada com antagonismos. O seu patético discurso de anteontem e esta súbita e intempestiva necessidade de visitar Unidades Militares recordam-me dolorosamente os procedimentos suspeitos de António Spínola antes do 28 de Setembro.

As Unidades Militares não devem nem podem servir, sobretudo nesta grave crise, quando os homens do 25 de Abril repensam a Revolução, de local propício à realização de comícios «tipo Almada». Tenha paciência, meu caro amigo, mas a minha recusa é total.

Percorremos juntos e com muita amizade um curto-longo caminho da nossa História. Agora companheiro, separamo-nos. Julgo estar dentro da realidade correcta deste País ao assim proceder. Como dizia Mao — citando os clássicos —, um revolucionário deve estar sempre com as maiorias populares. Só com elas poderemos caminhar em frente na Revolução que é e se quer Nacional.

Não me faça sorrir com essa da aliança histórica da direita com a extrema-esquerda! Ainda um dia havemos de conversar sobre isso.

Cá continuarei em frente, pois, com o meu sentido intuitivo e não científico da Revolução, no que ela exige de sacrifício, de avanços e recuos, com a minha, tão proclamada por si, «falta de visão política». Penso que a orientação que devemos dar à Revolução a pode encaminhar no melhor sentido, em benefício do povo que é o nosso no País real em que habitamos.

Peço-lhe que descanse, repouse, serene, medite e leia.

Bem necessita de um repouso muito prolongado e bem merecido pelo que esta maratona da Revolução de si exigiu até hoje. Pelo seu patriotismo, a sua abnegação, o seu espírito de sacrifício e de revolucionário.

Com mágoa e com muita amizade, um abraço, companheiro do

*Otelo Saraiva de Carvalho*  
(TEMPO — 28-8-75)

## COMUNICADO DOS MILICIANOS DA 5.ª DIVISÃO (29/8/1975)

1. Na sequência do comunicado do Conselho da Revolução da suspensão das actividades da 5.ª Divisão, houve um plenário desta divisão, dia 26, onde o chefe de respectiva divisão especificou o alcance da expressão «suspensão das actividades». No mesmo plenário ficou ainda assente que a suspensão das actividades não implicava de modo algum a desmobilização do pessoal dos respectivos serviços, tendo-se decidido a permanência do mesmo pessoal com vista ao início de trabalhos de reestruturação.

2. Ainda durante o plenário, foi recebida uma chamada telefónica de alguém que se identificou como tenente-coronel Seródio da Presidência da República, o qual informou que os militares da 5.ª Divisão se deveriam apresentar nos respectivos Estados-Maiores. Como esta medida ultrapassava os termos expressos no comunicado do Conselho da Revolução, foi decidido aguardar um encontro entre a chefia da 5.ª Divisão e o chefe do E. M. G. F. A., para autenticação e esclarecimento dessa informação telefónica.

3. Na madrugada de ontem, e na continuação do exposto foram as instalações da 5.ª Divisão surpreendidas por comandos da Amadora, forças integradas no COPCON. Alertando para o perigo que as instalações correriam de ser eventualmente assaltadas, e apresentando-se para defesa das mesmas, acabaram essas forças por fazer uma verdadeira ocupação com busca e expulsão definitiva, revista minuciosa dos oficiais e restantes militares que ali se encontravam, não respeitando assim os mais elementares princípios de ética militar.

4. Quanto à informação telefónica do COPCON difundida através da Rádio Renascença no final da manhã de ontem, tem este grupo de oficiais a dizer que:

a) É perfeitamente falso que o plenário da 5.ª Divisão tenha decidido levar a efeito qualquer «greve de zelo», pois mais não acordou do que cumprir a suspensão das suas actividades, mantendo-se todavia uma presença de militares nos respectivos serviços, o que nada tem a ver com qualquer suposta ocupação das instalações nem com a citada «greve de zelo».

b) Onde essa informação telefónica do COPCON se refere a uma pretensa ilegalidade da situação do coronel Varela Gomes, esclarecem estes oficiais que tal afirmação não corresponde à verdade, pois que este oficial se encontra de férias desde há já alguns dias, não se tendo ainda consumado, oficialmente, a transferência do mesmo para o Estado-Maior do Exército, contrariamente ao que já foi noticiado.

Posto isto, querem estes oficiais tecer algumas considerações sobre o que ultimamente se tem especulado quanto à 5.<sup>a</sup> Divisão.

Assim:

1 — Dado que todos os estabelecimentos militares desta divisão já têm um mínimo de material de defesa, e dado que esta já estava portanto a ser assegurada, como se explica que decidisse o COPCON iniciar uma operação de defesa das instalações da 5.<sup>a</sup> Divisão sem prévia consulta ao chefe dessa divisão?

2 — Se a intenção era proteger as instalações, como se explica a expulsão dos militares da 5.<sup>a</sup> Divisão que já aí se encontravam nessas mesmas funções?

3 — Como se explica também o espantoso aparato bélico de que se revestiu a operação? Terá isto a ver com qualquer demonstração de força? E a quem é que poderia a mesma servir? Ou terá servido como base para qualquer outra iniciativa?

4 — De quem terá vindo a ordem (se é que ordem houve...) desta operação, e porque foi ela comandada pela controversa figura do coronel Jaime Neves, que há bem poucos dias foi tão ligeiro em considerar como sendo da 5.<sup>a</sup> Divisão o comunicado emanado do COPCON sobre o seu afastamento. (Até já os «erros» do COPCON convém atribuir à 5.<sup>a</sup> Divisão...)

5 — Como se explica, ainda, que as forças ocupantes fossem constituídas por comandos regressados precisamente nessa madrugada de Angola?

Claro que tudo isto terá de se inserir no conjunto de especulações e ataques de que tem sido alvo esta Divisão, desde que — com erros ou sem eles — se empenhou lealmente em defender a revolução socialista. Esses ataques culminaram agora a propósito da «guerra dos comunicados», em que as verdadeiras questões de fundo são projectadas para a opinião pública como sendo um jogo entre clubes — de um lado a 5.<sup>a</sup> Divisão e do outro a Presidência da República.

Mas a verdade é só uma — e foi aquela que testemunharam os 14 (catorze) oficiais que se reuniram, de sábado para domingo, com o Presidente da República, e que os comunicados (divulgados através da 5.<sup>a</sup> Div.) mais não fizeram do que transmitir fielmente a todo o povo português.

Que fique bem claro que o primeiro comunicado era um texto que a Presidência da República solicitou aos meios técnicos da 5.<sup>a</sup> Divisão (certamente por ser madrugada de domingo) para distribuir aos órgãos de informação. Esta solicitação foi feita cerca das 7 horas de domingo tendo sido entregue cópia do texto às 08.15 no Palácio de Belém. O texto inicial do comunicado levava bem claro a palavra «COMUNICADO» e, apresentado ao Presidente da República durante a longa reunião de toda a noite, sofreu alterações que se limitaram à intromissão da palavra «entretanto» e à anulação de uma linha final.

Que fique ainda bem claro que o segundo texto difundido era uma informação da 5.<sup>a</sup> Divisão para pormenorizar o comunicado da manhã, para evitar certas especulações que estavam

a ser feitas, e narrava fielmente o que se havia passado durante a referida reunião.

Considera-se uma especulação intencional dizer que esta informação não foi dada a conhecer ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, pois, existindo uma base de confiança mínima entre esta entidade e os seus colaboradores, nunca tal conhecimento prévio foi invocado.

Das razões da suspensão e anulação dos textos mencionados, pela Presidência da República após a visita de Frank Carlucci, talvez a Presidência da República venha um dia a dar uma explicação; na certeza, porém, de que este grupo de oficiais milicianos da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. se recusa a ser «bode expiatório» dos medos, receios e fantasmas de quem quer que seja.

Mais ainda: repudia energicamente qualquer conotação partidária deste órgão revolucionário do M. F. A., o que nunca impediu esses oficiais de dar o melhor de si próprios na colaboração do processo revolucionário, sobretudo na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Lisboa, 28 de Agosto de 1975.

*Um grupo de oficiais milicianos da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A.*

## **COMUNICADO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA (31/8/75)**

1. Por manifesta dificuldade de acesso às fontes oficiais de Informação, têm os órgãos de comunicação social dado, por vezes, notícias menos precisas no que respeita a tomadas de posição político-militares do chefe de Estado-Maior da Força Aérea.

2. Sobre a actual situação político-militar as tomadas de posição do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea foram as seguintes:

a) Concordância com a apresentação de um documento assinado por nove conselheiros da Revolução, considerando que tal apresentação constituiria uma contribuição responsável para auxiliar à resolução da crise actual.

b) Discordância com a metodologia utilizada, nomeadamente no que respeita à recolha de assinaturas pois, por conversa tida com S. Ex.ª o Presidente da República, recolheu a informação de que tal não era aconselhável.

c) Autorização para amplo debate, não só deste documento como do documento feito por um grupo de oficiais do COPCON.

d) Logo na primeira reunião tida com o Directório e os três chefes de Estado-Maior, defendeu a opinião de que o sr. Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, deveria ser substituído.

e) Nas reuniões que se seguiram manteve sempre essa posição, insistindo sempre que a saída devia ser cuidada, pois a entrega total do general Vasco Gonçalves ao Movimento do 25 de Abril era merecedora de uma saída digna.

f) Concordou de imediato com a escolha do chefe do Estado-Maior da Armada para o lugar de Primeiro-Ministro.

g) Começou por concordar com a ideia da passagem do general Vasco Gonçalves para chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, na primeira reunião em que esta proposta foi apresentada.

h) Em todas as reuniões seguintes, após um melhor estudo da situação político-militar e das consequências de tal escolha, defendeu sempre a opinião de que o chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas não deveria ser o general Vasco Gonçalves.

i) Continua a manter tal posição, pois considera que essa escolha vem provocar um maior aumento de tensão ao nível militar e não contribui, de modo algum, para a união das Forças Armadas.

j) Uma revolução feita para 80 % dos portugueses não pode ser transformada numa ditadura de 20 % de portugueses sobre os restantes 80 %. A escolha em causa pode estabelecer condições para que tal situação de ditadura dum minoria se torne possível contrariando frontalmente as razões que levaram ao Movimento de 25 de Abril.

Lisboa, 31 de Agosto de 1975.

O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, José Alberto Morais da Silva, Gen. Grad.»

## MANIFESTO DA F. U. R.

Desde o 11 de Março, passando pelas eleições, até aos últimos acontecimentos, temos assistido ao desenrolar da ofensiva reaccionária da burguesia com vista à recuperação do processo e ao esmagamento das vitórias alcançadas pela classe operária e pelo povo trabalhador

A imposição de eleições burguesas e, conseqüentemente, os resultados obtidos pela social-democracia, as sucessivas crises do do poder político-militar, o aproveitamento da situação social do Centro e Norte do País, as acções desencadeadas pela hierarquia da Igreja, a apresentação do «Documento dos Nove», o aproveitamento reaccionário da questão dos retornados de Angola, as manobras direitistas das assembleias militares, são os aspectos fundamentais dessa ofensiva, que tem contado e contará cada vez mais com o apoio activo do imperialismo, que directamente quer através da chantagem económica e militar.

Atendendo à impossibilidade real de instauração em Portugal de um regime *estável* de dominação burguesa *através de formas democráticas*, compreende-se facilmente a razão pela qual a ofensiva social-democrata contribuiu objectivamente para que a direita fascista se reorganizasse e *reconquistasse* posições. Neste contexto, a «solução» social-democrata para a crise actual acabará por desembocar inevitavelmente no golpe fascista.

A classe operária, os trabalhadores e as forças progressistas e revolucionárias, civis e militares, encontram-se pois perante uma ofensiva desenfreada da burguesia que só uma resposta firme e de massas pode derrotar.

A escalada reaccionária tem-se traduzido nos seguintes aspectos principais:

## 1 — No campo militar

a) Avanço das forças de direita no seio do M. F. A., com vista à sua dissolução no contexto geral das Forças Armadas que têm, ainda hoje, a mesma estrutura de 24 de Abril de 1974;

b) Subalternização das ADU'S e GDU's com vista à sua dissolução e restabelecimento de uma cadeia hierárquica de comando controlada pelos oficiais reaccionários;

c) Dissolução ou neutralização de órgãos cuja actividade procurava defender os interesses das classes trabalhadoras. Veja-se o exemplo da 5.<sup>a</sup> Divisão, cuja acção, apesar de erros cometidos, teve um saldo positivo, que é sistematicamente escamoteado;

d) Isolamento e até, em alguns casos, saneamento dos militares progressistas e revolucionários com vista a aniquilar a componente militar das forças revolucionárias que se podem opor no imediato ao avanço da direita;

e) Preparação para o golpe militar reaccionário, a vibrar no momento em que a ofensiva institucional tenha atingido os seus objectivos.

Os chamados «nove» e seus colaboradores, seja qual for o seu grau de coesão, funcionaram como pólo catalisador de toda a direita (fascista e social-democrata), criando assim uma base para a ofensiva político-militar reaccionária.

## 2 — No campo civil

a) Ofensiva política da social-democracia no sentido de repor a coligação P. P. D., P. S., P. C., com base nos resultados das eleições burguesas;

b) Aproveitamento do justo descontentamento de sectores da pequena burguesia e do campesinato no sentido de os mobilizar contra o avanço do processo revolucionário;

c) Tentativa de polarização destes sectores da população em torno das unidades militares de comando reaccionário no Centro e Norte do País;

d) Abrir espaço à intervenção das forças terroristas do E. L. P.;

e) Lançamento de uma ampla campanha de desinformação através da imprensa reaccionária, dos caciques locais, da hierarquia da Igreja, etc., destinada a lançar a confusão e a inquietação no seio das massas populares.

A adesão e o apoio dos trabalhadores às linhas gerais do projecto político subscrito por alguns oficiais do COPCON, assim como a adesão e o apoio manifestados em relação à iniciativa da criação da Frente de Unidade Revolucionária vieram demonstrar a disposição de largas massas para a Revolução, o que significa decerto a consciência de que para não perder é preciso avançar.

Revela-se urgente, portanto, lançar uma ampla ofensiva de massas que mobilize os trabalhadores e os una em torno dos seus órgãos de poder popular no sentido do avanço imediato e sem hesitações do processo revolucionário, para derrotar a burguesia, destruir o seu aparelho de estado e construir o Poder dos trabalhadores. Este imperioso objectivo só poderá ser levado à prática se as diversas organizações revolucionárias souberem unir os seus esforços. A unidade revolucionária é fundamental. E inadiável.

## II

A Frente de Unidade Revolucionária que estamos a construir pela unidade na acção das organizações políticas que a compõem, destina-se a contribuir para a unificação dos revolucionários em torno de uma plataforma revolucionária de luta que as massas populares assumam como sua.

A Frente de Unidade Revolucionária permitirá conjugar os esforços de todos os revolucionários no sentido de impulsionar o reforço, a generalização e a coordenação dos órgãos de poder popular.

A Frente de Unidade Revolucionária não se substitui à organização autónoma da classe operária e das massas trabalhadoras; o papel da frente é o de contribuir para que os órgãos de poder popular cada vez mais se afirmem como fundamentais para a tomada do poder pelos trabalhadores e para o exercício do poder revolucionário do proletariado.

A Frente de Unidade Revolucionária contribuirá pela sua prática para que se fortaleçam as alianças de classe de que o proletariado necessita para a tomada do poder e construção da sociedade socialista.

A Frente de Unidade Revolucionária representa um contributo no sentido da unificação e organização da vanguarda de classe, necessidade histórica do proletariado no caminho para a tomada e afirmação do seu poder revolucionário.



A Frente de Unidade Revolucionária aponta à classe operária, aos camponeses e a todo o povo trabalhador, aos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários, aos estudantes e intelectuais progressistas, o caminho da ofensiva de massas para derrotar a social-democracia e esmagar o fascismo.

A Frente de Unidade Revolucionária aponta às massas populares o caminho da luta contra o capitalismo, pelo poder popular, pelo socialismo e pela independência nacional face ao imperialismo.

A Frente de Unidade Revolucionária aponta aos trabalhadores da cidade e do campo, aos soldados e marinheiros o caminho do fortalecimento das suas organizações autónomas de poder popular. (Comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia e outros, assembleias de soldados, assembleias de marinheiros, assembleias de delegados de unidade).

A Frente de Unidade Revolucionária aponta a todos os explorados e oprimidos a necessidade de unir desde já a força das armas à vontade organizada do povo trabalhador, generalizando a realização de assembleias populares locais, distritais e regionais, na perspectiva da convocação duma assembleia popular nacional.

A Frente de Unidade Revolucionária aponta como objectivos imediatos de luta das massas populares:

1 — A organização da sua autodefesa, em particular através dos órgãos de poder popular, face aos ataques armados da reacção capitalista;

2 — A luta pelo saneamento de todos os fascistas e social-democratas golpistas das Forças Armadas;

3 — A luta pela total liberdade de reunião e organização dos soldados e marinheiros, única forma de as ADU's serem realmente representativas, democráticas e revolucionárias;

4 — A luta pela repressão exemplar sobre os fascistas e contra-revolucionários de toda a espécie, caciques locais e clero reaccionário, responsáveis pela onda de violência anticomunista que vem desenvolvendo-se em muitas zonas do País;

5 — A luta pela criação de tribunais populares capazes de exercerem sobre os contra-revolucionários a justiça de classe dos explorados e oprimidos;

6 — A luta contra o poder dos grupos económicos ainda existentes, pela nacionalização sem indemnizações e sob controlo dos trabalhadores das grandes empresas industriais e agrícolas, dos bancos e companhias de seguros estrangeiras no caminho para a apropriação colectiva dos meios de produção;

7 — A luta pela generalização do controlo operário sobre a produção e pelo controlo organizado do povo trabalhador sobre toda a economia;

8 — A luta pelo aprofundamento e generalização da reforma agrária que satisfaça revolucionariamente as necessidades e aspirações dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios campo-

neses organizados nos seus órgãos de poder popular, nomeadamente os conselhos de aldeia;

9 — A luta contra os despedimentos e pelo pleno emprego dos trabalhadores;

10 — A luta contra a carestia de vida que atinge o povo trabalhador da cidade e do campo, beneficiando em particular os intermediários parasitas;

11 — A luta pela independência nacional face ao imperialismo e a qualquer bloco político-militar, baseada na aliança com os países anti-imperialistas e na solidariedade militante com os trabalhadores de todo o mundo;

Isso exige desde logo a saída de Portugal da N. A. T. O. e o fim do Pacto Ibérico;

12 — A luta pela aliança revolucionária dos trabalhadores portugueses com o povo angolano, representado pelo seu único movimento de libertação, o M. P. L. A.;

13 — A exigência da dissolução da Assembleia Constituinte e a denúncia do seu carácter burguês;

14 — A luta pela constituição de um Governo de unidade revolucionária.»



INTRODUÇÃO . . . . .	7
MFA-PLANO ACÇÃO POLITICA (21/6/1975) . . . . .	17
RELATÓRIO SOBRE OS INCIDENTES DO 1.º DE MAIO . . . . .	26
TRIBUNAL REVOLUCIONÁRIO (19/5/1975) . . . . .	29
ANÁLISE POLITICA (ASSEMBLEIA DO MFA) (19/5/1975) . . . . .	31
COMUNICADO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (21/5/1975) . . . . .	34
COMUNICADO DO CR (República) (22/5/1975) . . . . .	37
ASSEMBLEIA DO MFA (26/5/1975) . . . . .	38
COMUNICADO DO COPCON (MRPP) (29/5/1975) . . . . .	39
COSTA GOMES NA ABERTURA DA CONSTITUINTE (2/6/1975) . . . . .	40
COSTA GOMES A VALERY GISCARD D'ESTAING (4/6/1975) . . . . .	43
COSTA GOMES NA EMBAIXADA EM PARIS (5/6/1975) . . . . .	44
CONSELHO DA REVOLUÇÃO — CASO REPÚBLICA (6/6/1975) . . . . .	47
DOCUMENTO-GUIA (8/6/1975) . . . . .	48
VASCO GONÇALVES AO COMITÉ DOS 24 (12/6/1975) . . . . .	54
COPCON — O CASO REPÚBLICA (16/6/1975) . . . . .	56
COPCON — O CASO REPÚBLICA (18/6/1975) . . . . .	57
COPCON — O CASO RENASCENÇA (19/6/1975) . . . . .	59
VASCO GONÇALVES NA MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO DOCUMENTO-GUIA . . . . .	60
COSTA GOMES, NA MESMA MANIFESTAÇÃO . . . . .	61
DEMISSÃO DOS MINISTROS SOCIALISTAS (12/7/75) . . . . .	62
SAÍDA DOS MINISTROS DO PPD (17/7/1975) . . . . .	63
COMUNICADO SOBRE OS ACONTECIMENTOS DO FIM DE SEMANA (21/7/1975) . . . . .	65
O MFA PERANTE A CRISE . . . . .	66
DOCUMENTO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLITICA ACTUAL ELABORADO POR VASCO GONÇALVES (21/7/1975) . . . . .	68
COMUNICADOS DA 5.ª DIVISÃO, CR e COPCON (21/7/1975) . . . . .	76

COSTA GOMES NA ASSEMBLEIA DO MFA (25/7/75)	80
ASSEMBLEIA DO MFA (27/7/75)	82
VASCO GONÇALVES NO CONGRESSO DOS SINDICATOS (27/7/75)	83
RATIFICAÇÃO DO DIRECTÓRIO (30/7/1975)	93
COSTA GOMES EM HELSÍNQUIA (1/8/1975)	93
DOCUMENTO DA 5.ª DIVISÃO (6/8/1975)	96
DOCUMENTO MELO ANTUNES OU DOS NOVE	98
COMUNICADOS A PROPÓSITO DO DOCUMENTO DOS NOVE	104
COSTA GOMES NA POSSE DO V GOVERNO (8/8/1975)	105
VASCO GONÇALVES NA POSSE DO V GOVERNO (8/8/1975)	108
DOCUMENTO DO COPCON	109
SUSPENSÃO DOS NOVE (11/8/1975)	118
VASCO GONÇALVES NA ASSEMBLEIA DO MFA	118
APOIO DA 5.ª DIVISÃO AO COPCON (15/8/1975)	131
COMISSÃO DINAMIZADORA DA ARMADA (15/8/75)	134
VASCO GONÇALVES EM ALMADA (18/8/1975)	139
COSTA GOMES NA TOMADA DE POSSE DOS SECRETÁRIOS DO ESTADO DO V GOVERNO	151
LINHAS DE ACÇÃO PROGRAMÁTICA E TAREFAS DO V GOVERNO PROVISÓRIO	153
CRISE — SÉRIE DE COMUNICADOS	187
VASCO GONÇALVES E COSTA GOMES NA MANIFESTAÇÃO DA FUR	188
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (30/9/1975)	193
COMUNICADO DA ASSEMBLEIA DO MFA (6/9/1975)	193
CENSURA MILITAR (8/9/1975)	194
COMUNICADO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (8/9/1975)	195
COMUNICADO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO (11/9/1975)	198
PROGRAMA DO VI GOVERNO (14/9/1975)	198
COSTA GOMES NA TOMADA DE POSSE DO VI GOVERNO (19/9/1975)	202
PINHEIRO DE AZEVEDO	204

## DOCUMENTOS EM APÊNDICE

COMUNICAÇÃO DE VASCO LOURENÇO À ASSEMBLEIA DO EXÉRCITO . . . . .	209
CARTA DE MÁRIO SOARES A COSTA GOMES . . . . .	214
CARTA DE DEMISSÃO DO GENERAL PINTO SARES . . . . .	218
COMUNICADO DA REGIÃO CENTRO . . . . .	226
COMUNICADO DO SECRETARIADO DO MFA DA ARMADA . . . . .	227
FRENTE UNIDA CONTRA A REACÇÃO . . . . .	228
PLENÁRIO DOS SARGENTOS DA FORÇA AÉREA . . . . .	228
A CARTA DE OTELO A VASCO GONÇALVES . . . . .	230
COMUNICADO DOS MILICIANOS DA 5.ª DIVISÃO . . . . .	232
COMUNICADO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA . . . . .	234
MANIFESTO DA F.U.R. . . . .	235

## **VOLUMES PUBLICADOS NESTA COLECÇÃO**

- 1 — **INTRODUÇÃO À POLÍTICA**  
Fernando Luso Soares
- 2 — **M.F.A. — REVOLUÇÃO SOCIALISTA**  
César Oliveira
- 3 — **EM LUTA — GUERRA CIVIL DE ESPANHA**  
Dolores Ibarruri, «La Pasionaria»
- 4 — **TEXTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO**  
Organização de Orlando Neves
- 5 — **M.F.A. — MOTOR DA REVOLUÇÃO**  
Organização de Serafim Ferreira
- 6 — **HIPÓTESES DE ABRIL**  
Eduardo Prado Coelho
- 7 — **QUE SÃO AS LIGAS CAMPONESAS?**  
— seguido de **ATÉ QUARTA, ISABELA!**  
Francisco Julião
- 8 — **A REVOLUÇÃO EM RUPTURA**  
— *TEXTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO II*  
Organização de Orlando Neves

INSTITUTO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO  
DE MATERIAIS E METALURGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
AVENIDA PASTEUR, 209 - BARROSA  
Cidade de Rio de Janeiro - RJ  
CEP 22451-900

Composto e impresso para  
**DIABRIL EDITORA, S. C. A. R. L.**  
na Tip. Serafim Mendes dos Santos, Lda.  
Amadora  
**EDIÇÃO N.º 022 / TP / 8**